



CA 142/2 2

JOAQUIM MANUEL VIEIRA RODRIGUES

A
INDÚSTRIA DE
CONSERVAS DE PEIXE
NO ALGARVE
(1865-1945)

Parte II



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
HISTÓRIA DO SÉCULO XX
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

48670

ABRIL 1997



ORIENTADOR DA DISSERTAÇÃO
PROFESSOR DOUTOR FERNANDO ROSAS

CAPÍTULO X

A INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE NO ALGARVE DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

Eis um dos períodos mais marcantes e importantes na história do sector conserveiro. As conservas e o volfrâmio foram os principais produtos exportados e protagonizaram, pelo valor específico de cada um deles grandes manobras político-diplomáticas e uma violenta guerra económica que em devido tempo analisaremos.

Foram igualmente dois produtos que contribuíram decisivamente para um *superavit* da balança comercial do país, fenómeno raríssimo na história da economia portuguesa.

Nestes dois produtos viveram como num quadro o claro e o escuro, talvez mais este do que aquele, como demonstram as notícias que ultimamente vieram a público sobre o ouro nazi espoliado aos judeus e o papel que os produtos portugueses exportados, designadamente estes dois desempenharam.

Analisaremos, durante este período a evolução e as várias facetas da indústria conserveira algarvia, mas, sempre que tal seja imprescindível enquadrá-la-emos no todo do país.

1.O consumo de matérias-primas utilizadas no fabrico de conservas

Vamos neste ponto analisar qual o consumo das principais matérias-primas utilizadas pela indústria conserveira e o impacto produzido nas mesmas pela conjuntura da II Guerra Mundial.

No caso do azeite e do óleo de amendoim recuaremos brevemente alguns anos para constataremos a polémica travada entre os interesses conserveiros e os da olivicultura nacional pelo emprego na indústria de conservas do óleo de amendoim.

1.1. A pesca: a sardinha e o atum

Fundamental para o sector conserveiro cuja contribuição para o seu relativo desenvolvimento foi decisiva, fonte da sua matéria-prima essencial, a pesca mostrar-se-ia frequentemente aversa para os mares algarvios e, conseqüentemente, para as fábricas de conservas.

Durante a II Guerra Mundial esta região atravessou uma época de escassas capturas - podemos considerar como anos maus para a pesca, 1939, 1940, 1941 e 1942, como anos bons 1943 e 1944 e regular 1945¹ - obrigando os seus barcos a comprá-la em outros centros ou aventurarem-se a irem capturá-la a outros mares.

A pesca desembarcada no Sul, entre 1938 e 1945, diminuiu 23,65%, embora o seu valor tivesse aumentado extraordinariamente, 307,7%, valorização relacionada com a conjuntura de guerra que então se atravessava².

¹ cf. Guilherme Faria, "Considerações sobre a pesca da sardinha", *Conservas de Peixe*, nº 63, Junho 1951, p. 25.

² cf. Correia Araújo, *Estudos de Economia Aplicada*, vol. I, p. 225, Quadro LX.

Consequentemente, a quantidade de sardinha pescada no Sul, durante aqueles anos, mostrou, com algumas exceções, uma tendência para diminuir, como evidencia eloquentemente o quadro.

Quadro LXXXV
Quantidade de sardinha capturada no Departamento Marítimo do Sul (1939-1945)

Unidade: toneladas

1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
15.377	23.724	9.389	8.739	15.871	8.450	7.428
100	154,3	61	56,8	103,2	55	48,3

Fonte: *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, p. 24.

O maior quinhão das quantidades de sardinha desembarcadas pelas diferentes artes (cercos, traineiras e armações), inscritas no Grémio dos Armadores de Pesca da Sardinha, iam para o consumo imediato nos centros não situados no Algarve, enquanto que a sardinha desembarcada nesta província destinava-se, numa percentagem que atingia, por vezes, mais de 90%, para o fabrico de conservas³(Quadro XC).

Quadro LXXXVI
Quantidade de sardinha capturada nos centros conserveiros
de Olhão e Portimão e restantes portos algarvios (1939-1942)

Unidades: toneladas-contos

1939

Espécies	Olhão (1)		Portimão (2)		Rest. Portos (3)		Total (1+2+3)		Total Geral	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Atum e similares	2	2	-	-	818	1.813	820	1.813	874	1.897
Sardinha	4.283	4.239	9.334	11.621	1.760	1.711	15.377	17.571	87.806	69.485

1940

Espécies	Olhão (1)		Portimão (2)		Rest. Portos (3)		Total (1+2+3)		Total Geral	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Atum e similares	1	3	1	3	755	3.061	757	3.065	785	3.102
Sardinha	7.299	10.266	14.755	22.266	1.670	2.200	23.724	34.485	98.211	137.905

1941

Espécies	Olhão (1)		Portimão (2)		Rest. Portos (3)		Total (1+2+3)		Total Geral	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Atum e similares	-	-	-	-	1.257	11.282	1.209	10.929	1.257	11.282
Sardinha	2.676	8.826	5.655	26.452	1.058	4.353	9.389	39.631	76.850	285.891

³ cf. *Compilação...*, p. 26.

1942

Espécies	Olhão (1)		Portimão (2)		Rest. Portos (3)		Total (1+2+3)		Total Geral	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Atum e similares	22	199	106	1.169	1.403	26.868	1.531	28.236	1.695	29.730
Sardinha	1.312	8.369	5.165	22.195	2.262	8.916	8.739	39.480	81.667	295.285

Fonte: *Anuário Estatístico* (1939-1945).

Nota: Em 1942 foram desembarcadas 845 toneladas de atum, no valor de 17.759 contos.

No centro de Olhão as quantidades totais de sardinha capturada mostram igualmente a mesma dramática tendência.

Quadro LXXXVII

Sardinha capturada pelo centro de Olhão

Unidade: toneladas

1939	1940	1941	1942
8.573	14.674	7.166	5220

Fonte: "Olhão. Crise da indústria de conservas de peixe", *A Indústria*, n.º 853, 8/5/43, p. 3.

Esta falta de pesca, obviamente, afectava a indústria de conservas que, assim, era obrigada a diminuir a sua laboração com consequências na exportação.

A sardinha para o consumo imediato fazia-se mais sentir nos pequenos centros piscatórios. Ao longo de todo este período o preço unitário, por quilo, foi sempre superior para o consumo imediato do que para o fabrico de conservas. Fazia-se, assim, sentir o peso dos grandes conserveiros-armadores que tinham um controlo sobre as lotas de forma a poderem adquirir o peixe a preços muito mais baixos.

Havia uma constante luta de interesses entre conserveiros e armadores. Os primeiros quando o preço da sardinha era alto, desejavam um preço fixo, enquanto os segundos, preferiam um preço livre. Quando os preços da matéria-prima eram baixos os armadores defendiam um preço fixo de forma a participarem igualmente dos lucros das conservas⁴.

⁴ cf. Salviano Cruz, "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe", *Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol IV, n.º 1-6, p. 218.

Os preços no Algarve eram os mais elevados em relação aos outros centros.

Três razões contribuíam para a sua explicação:

a) Existiam **“fábricas na região com uma capacidade total de produção de cerca de oitenta mil caixas e muito pouco peixe na lota”**.

b) O sistema de venda era com base nos barcos, **“e não em cabazes como nos outros centros, havendo tendência para subestimar a quantidade vendida”**.

c) O mercado algarvio para exportação encontrava-se especializado na conserva *sem pele e sem espinha*, a qual exigia um produto de qualidade superior, justificando um preço mais elevado para a matéria-prima⁵.

Antes do deflagrar da guerra, o milheiro da sardinha chegou a atingir um valor inferior a 100\$00, enquanto que, em 1941, o seu preço atingiria os 800\$00 e mesmo os 900\$00. A caixa de conserva, por outro lado, se, antes da guerra valia 60\$00 a 70\$00, naquele ano chegar-se-ia a vender por um preço superior a 600\$00⁶.

Embora as capturas tenham decrescido, a influência da indústria de conservas, principalmente em períodos de tensão internacional aguda, aumentando a procura externa conduziu à valorização da matéria-prima e à acumulação de enormes capitais por este sector de actividade. Desde início do conflito que a pesca atravessava claro desafogo económico, visto que **“com lucros avultados que vêm de meados de 1939, quando as fábricas de conservas deram melhores preços à sardinha para atenderem as encomendas feitas do estrangeiro com febril impaciência, na previsão de cataclismo que se aproximava, a indústria de pesca está ... disfrutando boa situação”**⁷.

⁵ *Ibidem*, p. 218.

⁶ cf Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Portimão, 2º trimestre de 1942, p. 111 e 3º trimestre de 1942, p. 95.

⁷ cf. Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Portimão, 3º trimestre de 1942, p. 95.

E, em 1944, a agência do Banco de Portugal, em Faro, não tinha dúvidas em afirmar peremptoriamente que a indústria da pesca vivia **“com desafôgo desde a guerra de Espanha”**⁸.

Com o fim do conflito, o preço médio da sardinha, em milheiros, conheceu evidentemente uma diminuição, embora se cotesse ainda pelos 140\$00/150\$00⁹

A II Guerra Mundial valorizou igualmente o atum capturado, essencialmente, nas várias armações na costa de sotavento, entre o Cabo de Santa Maria, na qual se levantava uma grande armação homónima e Vila Nova de Cacela, localizando-se, em Vila Real de Santo António o principal mercado de venda do atum.

Neste período conjugaram-se dois factores: boas pescarias e alto valor atribuído ao atum. O emprego em conservas **“chegou a sextuplicar o seu valor relativamente à média dos anos anteriores, o que permitiu a obtenção de lucros fabulosos às companhias que exploravam as armações”**¹⁰. Na armação do «Cabo de Santa Maria», **“o preço médio do atum que em 1940 tinha sido de 482\$00, em 1942 e 44 atingiu respectivamente os 2.373\$00 e os 2.202\$00, valores que nem quarenta anos mais tarde veio a atingir apesar de então ser reduzida a pesca e acentuada a procura”**¹¹.

As fábricas de conserva de V.R.St.A. adquiriam também atum a preços inferiores aos portugueses, quer em Marrocos, quer nas Canárias¹²

Embora possamos dispor de escassos elementos para avaliar qual a tendência do custo do peixe na fabricação de conservas, parece não restarem dúvidas que ele terá

⁸ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Faro, 1º trimestre de 1944, p. 105.

⁹ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Faro, 3º trimestre de 1945, p. 98 e 4º trimestre de 1945, p. 107.

¹⁰ L.F.R. Santos, *A Pesca do Atum no Algarve*, p. 25, nota 16.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, V.R.S.A., 2º trimestre de 1942, p. 119 e 3º trimestre de 1942, p. 100.

sido o produto que mais terá contribuído para o preço final das conservas, entre 1933 e 1945.

Em 1935, o preço de custo da conserva estava, assim, distribuído:

Quadro LXXXVIII

Percentagem dos diversos factores de produção para o custo da conserva

Vazio	Peixe	Azeite	mão-de-obra	Total
38%	28%	20%	11%	87%

Fonte: *Boletim dos Organismos Económicos*, nº2, vol. 1, Dez. 1935, p. 230.

Em 1938, previa-se ainda um acréscimo no custo do peixe “em face das organizações sociais que o nosso Governo já decretou e em projecto e que sempre conduz a encargos para os industriais de pesca e da conserva”¹³.

Quadro LXXXIX

**Índices dos valores de custo das matérias-primas e de venda dos produtos
(conservas de sardinha em azeite)**

Base 100: 1933

Matérias-primas	1939	1944
Sardinha	133	244
Folha	129	216
Estanho	102	465
Azeite	100	150
Mão-de-obra	147	212

Fonte: *Compilação...*, p. 62.

Enquanto, o valor do estanho pouco afecta o preço do custo total do produto, embora o seu aumento tenha sido considerável, o preço da mão de obra continuou a manter uma posição de pouco peso.

Em 1948, o preço de fabrico de uma caixa de 1/4 club, nas duas fábricas de Portimão da empresa Feu Hermanos, colocava o peixe no topo da hierarquia, com respectivamente, 47% e 43%, do custo toatal, consoante uma ou outra fábrica¹⁴.

¹³ *Arquivo Júdice Fialho*, caixa 424, documento 4.939, de 16/3/38, p. 953.

¹⁴ *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 7, documento 334.

As despesas por caixa trabalhada nas fábricas St. António e de São Francisco, desta firma, cresceram de forma apreciável, entre 1940 e 1944, repectivamente 71,4% e 167, 27%. Estes aumentos evidenciam o crescimento das despesas em ordenados, despesas gerais, benfeitorias, mão-de-obra das mulheres e trabalhadores, no trabalho de cheio (cravadeiras), no sal e na estanhação de grelhas, apenas para citar aquelas rubricas que mais aumentaram¹⁵.

Ainda, em 1957, o preço do peixe, no conjunto do custo de produção, continuava a situar-se no topo. Num relatório apresentado ao II Congresso da Indústria Portuguesa, dizia o autor: **“...peixe, azeite e folha - constituem mais de 75% do custo total, cerca de 30% para o peixe, enquanto que os encargos com a mão-de-obra sobem unicamente a 10%. Não é pois a mão-de-obra que poderá ser responsabilizada, como à primeira vista poderia parecer, pelo elevado custo de produção.**

O salário médio da indústria é fraco, especialmente porque mais de 80% da mão-de-obra é feminina, que recebe salários cerca de 40% inferiores aos da mão-de-obra masculina”¹⁶.

São suficientemente elucidativas estas afirmações tendo presente que eram os próprios patrões que reconheciam os salários de miséria que eram auferidos pelos operários conserveiros.

¹⁵ cf. *Relatório da Firma Feu Hermanos*, de 1940, 1941 e 1944.

¹⁶ António Valente da Fonseca Alves da Costa, *Indústria de Conservas de Peixe*, p. 16.

Quadro **xc**
 Sardinha desembarcada pelas artes inscritas no Grémio dos Armadores de Pesca da Sardinha
 (1940-1945)

	1940		
	Quantidade (ton.)		Para consumo imediato
Centros conserveiros e concelhos	Total	Para fabrico de conservas	
Portimão	13.522	13.130 (97%)	392
Olhão	7.139	6.724 (94%)	415
V.R.S.A.	215	192 (89%)	22
Total geral	81.716	52.573 (64%)	29.143

Fonte: Eduardo Paiva, "A crise da indústria da pesca", Separata do jornal *A Voz*, p. 9, de Março a Dezembro de 1940.

Quadro xc (cont.)		1941			
Centros conserveiros e concelhos	Quantidade (ton.)		Valor (1000 esc.)		
	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Para fabrico de conservas	Unitário (esc/kg) P/ consumo imediato P/ fabrico de conservas
Lagos	120				
Portimão	5.165				
Albufeira	45				
Portimão	5.120				
Olhão	2.368				
V.R.S.A.	188				
Total geral	61.090	46.090 (76%)	15.000 (25%)	241.980	33.626 (14%)
				208.354 (86%)	4\$52
				3\$96	2\$24

Fonte: *Anuário Estatístico* e Augusto Fernando e Evélio Lima, "Conservas de peixe pelo sal", *B.D.G.I.*, nº 19, Janeiro 1945, p. 375.
 Nota: Matosinhos (22.140 t.) e Setúbal (19.092 t.) foram os dois centros piscatórios onde maiores quantidades de sardinha foram desembarcadas.

Quadro XC (cont.)

1942

Centros conserveiros e concelhos	Quantidade (ton.)			Valor (1000 esc.)			
	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Unitário (esc/kg) P/ consumo imediato P/ fabrico de conservas
Lagos	588	460 (78%)	128 (22%)	1.861	1.640 (88%)	221 (12%)	3\$57 1\$73
Portimão	5.284	4.469 (85%)	816 (15%)	22.096	20.844 (94%)	1.253 (6%)	4\$67 1\$63
Olhão	1.468	1.308 (89%)	160 (11%)	7.565	7.261 (96%)	304 (4%)	5\$55 1\$89
V.R.S.A.	46	41 (91%)	5 (10%)	257	249 (97%)	8 (3%)	5\$93 2\$00
Total geral	74.116	46.090 (76%)		269.278	(86%)	33.626 (14%)	

Fonte: Anuário Estatístico e Eduardo Paiva, op. cit., p. 7 e 29.

Nota: Matosinhos (26.025 t. - 109.225 c), Setúbal (13.431 t - 56.894 c) e Lisboa (12.752 t. - 29.997 c), foram os mais importantes centros.

Quadro XC (cont.)

1943

Centros conserveiros e concelhos	Quantidade (ton.)			Valor (1000 esc.)			
	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Unitário (esc/kg) P/ consumo imediato P/ fabrico de conservas
Lagos	649	551 (85%)	98 (15%)	3.23	2.797 (93%)	226 (7%)	4\$66 2\$31
Portimão	5.776	5.280 (91%)	496 (8%)	30.229	29.053 (96%)	1.176 (4%)	5\$23 2\$37
Olhão	1.875	1.573 (83%)	322 (17%)	10.144	9.341 (93%)	803 (8%)	5\$35 2\$49
V.R.S.A.	37	33 (89%)	4 (11%)	191	179 (94%)	12 (6%)	5\$42 3\$00
Total geral	110.013	51.626 (47%)	58.387 (53%)	264.048	180.538 (68%)	83.519 (33%)	2\$40 1\$43

Fonte: Estatística Industrial.

Quadro XC (cont.)

Centros conserveiros e concelhos	Quantidade (ton.)			Valor (1000 esc.)			
	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Unitário (esc/kg) P/ consumo imediato P/ fabrico de conservas
Lagos	545	362 (67%)	182 (23%)	1.860	1.514 (82%)	346 (19%)	3\$41 4\$17 1\$90
Portimão	5.575	4.503 (81%)	1.072 (19%)	21.663	19.367 (89%)	2.296 (11%)	3\$89 4\$30 2\$14
Albufeira	45	17 (38%)	28 (62%)	116	48 (41%)	68 (59%)	2\$58 2\$82 2\$43
Lagoa	6		6 (100%)	11		11 (100%)	1\$83 1\$83
Portimão	5.521	4.486 (81%)	1.035 (19%)	21.532	19.319 (90%)	2.213 (10%)	3\$90 4\$31 2\$14
Silves	3		3 (100%)	4		4 (100%)	1\$33 1\$33
Olhão	1.789	1.361 (96%)	428 (24%)	6.762	5.952 (88%)	810 (12%)	3\$78 4\$37 1\$89
Loulé	11	3 (27%)	8 (73%)	27	7 (26%)	20 (74%)	2\$45 2\$33 2\$50
Olhão	1.778	1.358 (76%)	420 (24%)	6.735	5.945 (88%)	790 (12%)	3\$79 4\$38 1\$88
V.R.S.A.	121	82 (68%)	39 (32%)	248	160 (64%)	88 (35%)	2\$05 1\$95 2\$26
Total geral	119.849	38.540 (32%)	81.309 (68%)	228.384	112.927 (49%)	115.457 (51%)	1\$91 2\$93 1\$42

Fonte: Estatística Industrial.

Quadro **xc** (cont.)

Estadística Industrial

Centros conserveiros e concelhos		Quantidade (ton.)			Valor (1000 esc.)				1945	
		Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Total	Para fabrico de conservas	Para consumo imediato	Total	Unitário (esc/kg) P/ consumo imediato P/ fabrico de conservas	
Lagos		491	227 (46%)	264 (54%)	1.081	610 (56%)	471 (44%)	2\$20	2\$69	1\$78
Portimão		5.315	3.239 (61%)	2.076 (39%)	16.752	12.743 (76%)	4.009 (24%)	3\$15	3\$93	1\$93
Albufeira		172	16 (9%)	156 (91%)	391	45 (11%)	346 (88%)	2\$27	2\$81	2\$22
Lagoa		2		2 (100%)	2		2 (100%)	1\$00	1\$00	
Portimão		5.125	3.223 (63%)	1.902 (37%)	16.334	12.698 (78%)	3.636 (22%)	3\$19	3\$94	1\$91
Silves		16		16 (100%)	25		25 (100%)	1\$56		1\$56
Olhão		1.208	627 (52%)	581 (48%)	3.968	2.661 (67%)	1.307 (33%)	3\$28	4\$24	2\$25
Loulé		45		45 (100%)	90		90 (100%)	2\$00	2\$00	
Olhão		1.163	627 (54%)	536 (46%)	3.878	2.661 (69%)	1.217 (31%)	3\$33	4\$24	2\$27
V.R.S.A.		263	166 (63%)	97 (37%)	698	463 (66%)	235 (34%)	2\$65	2\$79	2\$42
Total geral		102.750	35.539 (35%)	67.211 (65%)	254.182	117.735 (46%)	136.447 (54%)	2\$47	3\$31	2\$03

Fonte: Estatística Industrial.

Fonte: Estatística Industrial.

1.2. A política de guerra para a indústria conserveira

Como já várias vezes sublinhámos a indústria de conservas de peixe, assim como, a indústria nacional no seu conjunto, era fortemente dependente de folha de Flandres, combustíveis líquidos e sólidos, nomeadamente carvões e, durante muitos anos, de estanho, dependência que se agravaria no decurso da II Guerra Mundial, em virtude da mobilização daqueles produtos pelos beligerantes em face do esforço de guerra.

Com o objectivo de assegurar aqueles vitais fornecimentos, o Estado Novo irá implementar uma política centralizada para as principais importações industriais, através de vários organismos de coordenação económica, ou que já existiam anteriormente à guerra, nomeadamente o I.P.C.P. e o Instituto Português de Combustíveis, ou criados no início do conflito¹⁷.

Para a indústria de conservas eram indispensáveis os combustíveis líquidos, o carvão e a folha de Flandres.

A importação, extracção, fabrico e distribuição de carvão estava a cargo da Comissão Reguladora do Comércio dos Carvões, criada em pelo decreto nº 30.063, de 16 de Novembro de 1939¹⁸.

O fornecimento da folha de Flandres estava dependente dos contratos colectivos de importação – os quais serão objecto de uma análise mais detalhada, posteriormente –, em troca da qual era fornecida a conserva de peixe. A sua

¹⁷ Cf. Fernando Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 198.

¹⁸ Cf. F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 114.

distribuição era assegurada pela Comissão Reguladora do Comércio de Metais, criada em 23 de Novembro de 1939, pelo decreto nº 30.083¹⁹.

Quer a folha, quer o azeite, quer o óleo, matérias-primas indispensáveis à laboração das unidades industriais conserveiras, eram distribuídas pelas empresas em regime de rateio, consoante a sua capacidade de produção, através da organização gremial, nomeadamente os Grémios de Sotavento e de Barlavento.

1.2.1. A folha de Flandres e o estanho

Até 1823, o processo de esterilização dos alimentos pelo método descoberto por Nicolas Appert, utilizava recipientes fabricados em vidro.

Depois daquela data, o inglês Peter Durant começou a empregar a folha de flandres, preferida, aliás, também, por Appert, posteriormente.

A partir de então a sua utilização generalizar-se-à na confecção de latas para conservas de peixe.

O fraco desenvolvimento da indústria portuguesa implicou que esta matéria-prima fosse importada desde o arranque da indústria de conservas de peixe em Portugal. Pela portaria de 5 de Setembro de 1881 era concedida autorização de importação, quer ao azeite italiano, quer à folha de flandres sob o regime de *drawback*²⁰, a Harnet Armand, representante da fábrica de conservas F. Delory, localizada, em Setúbal. Regulava ainda a forma de estabelecer as condições para a restituição dos direitos da folha importada, descontando-se 6% para quebras, ou seja,

¹⁹ Cf. F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 114.

²⁰ *Drawback* era o regime alfandegário que consistia em restituir parcial ou totalmente os direitos aduaneiros pagos na importação de matérias-primas quando os produtos manufacturados eram exportados.

restituir-se-ia por cada 100 quilos de folha exportada o direito de 94 quilos. Os respectivos direitos eram abonados consoante os tipos de vasilhas, de maneira que entre o peso ilíquido ou total dos volumes e a restituição houvesse uma equivalência, como mostrava uma tabela que acompanhava a portaria²¹.

Esta portaria daria lugar a algumas reclamações, designadamente, em relação ao seu artigo 2º, pelo que seria publicada a portaria de 23/10/1883, sobre o regime de *drawback* que mantinha o referido articulado pelo que **“pouco ou nenhuma importância ... a maior parte dos industriais deram à restituição de direitos por importação de folha de Flandres, havendo mesmo diversos que nunca quiseram aceitar o *drawback*”** daquele artigo²².

A implementação do regime de *drawback* destinava-se a proteger a nascente da indústria de conservas que tinha necessidade de importar matérias-primas essenciais à sua laboração.

A importação de folha de flandres permite-nos avaliar o desenvolvimento do sector conserveiro. Assim, **“Entre 1880-84 e 1910-13, as exportações de conservas de peixe aumentaram 16,5 vezes, de 258 contos para 4.266 contos, o que implicou um aumento das importações de folha de estanho de 1.352 contos”**²³.

Os principais países exportadores de folha eram a Inglaterra, França, Itália, Alemanha e EUA.

A folha de flandres era coberta por uma camada de estanho, protegendo, assim, o ferro da corrosão. Ao contrário do zinco e do chumbo, o estanho era **“elemento inofensivo”** ao contacto com os produtos conservados²⁴. As excelentes características

²¹ ver igualmente a Portaria, de 23 de Outubro de 1883.

²² *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 2, 1907, p. 172.

²³ Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, p. 139.

²⁴ cf. Charles Lepierre, “Estudo da fôlha de Flandres (ferro estanhado) usado na indústria portuguesa de conservas de peixe”, *Técnica*, nº 107, Janeiro 1940.

que tinha a folha de Flandres, conferiram-lhe um grande emprego na indústria conserveira, designadamente, a grande resistência, o reduzido peso, a fácil modelação, a inocuidade ao estanho e a inalterabilidade aos agentes atmosféricos²⁵.

Nas latas de conserva de peixe empregavam-se folha de flandres com uma espessura variando entre os 0,025 mm e os 0,035 mm, com uma camada de estanho cuja espessura estava compreendida entre 0,002 e 0,003 mm²⁶. Os tipos comerciais eram principalmente o CUBG para o 1/4 americano e o FCBY para os restantes formatos.

A homogeneidade e a continuidade da camada de estanho condicionava significativamente a qualidade da folha.

A importação realizava-se em caixas de 112 folhas, cujo peso variava segundo a espessura, sendo as caixas mais comuns as de 180, 200 e 216 libras²⁷. Os direitos de importação na pauta mínima eram para a folha lisa 117\$36/tonelada e para a folha pintada ou impressa, \$88/kg²⁸.

Em 1936, das 30.500 toneladas importadas, 15.500, cerca de 49%, eram consumidas pela indústria conserveira, no valor de 35.000 contos²⁹. Em nota apresentada à Academia das Ciências de Lisboa, em 20/ de Julho de 1939, C. Lepierre, chamava a atenção para a não existência no país da indústria de folha estanhada. E, aconselhava: como Portugal produzia estanho, bastava importar ferro, à semelhança, aliás, de outros países, nomeadamente da Noruega e da Itália. **“A montagem da indústria da fôlha de ferro estanhada em Portugal, evitaria a exportação de algumas dezenas de milhares de contos para o estrangeiro”**³⁰.

²⁵ António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, p. 103.

²⁶ cf. António M. P. Barbosa, *op. cit.*, p. 103.

²⁷ *Ibidem*

²⁸ *Ibidem*, p.104.

²⁹ cf. C. Lepierre, *op. cit.*.

³⁰ C. Lepierre, *op. cit.*.

Até 1940, Portugal importava a totalidade de estanho que necessitava, embora fosse rico em cassiterite a qual era também esmagadoramente exportada. A partir de 1941, abundava estanho em Portugal, cuja importação baixou significativamente, mas cuja exportação cresceu espectacularmente.

Quadro XCI

Estanho

Anos	Importação		Exportação	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1935	262	6.354	-	-
1936	168	3.905	-	-
1937	223	6.070	-	-
1938	139	2.935	-	-
1939	73	1.873	-	-
1940	26	689	-	-
1941	3	78	1.152	97.996
1942	1	8	1.940	242.131
1943	2	5	2.261	355.602

Fonte: *A Indústria Portuguesa*, nº 207, Maio 1945, p. 19.

Com o deflagrar da II Guerra Mundial agravaram-se os problemas com a importação de folha de flandres. Prevendo certamente um período de escassez, seria publicado o despacho ministerial, de 11 de Novembro de 1939, pelo qual se delegava no IPCP o encargo de proceder ao inquérito às existências daquele produto na posse dos importadores e armazenistas. O seu objectivo consistiria na necessidade de garantir o abastecimento do país.

Antes de 1939, dado que nas estatísticas a folha de flandres estava incluída numa designação genérica, na qual se incluíam outros metais, era extremamente difícil conhecer com exactidão a quantidade e o valor importados. Para o período da guerra, pelo contrário, conhecemos perfeitamente aqueles elementos. São os seguintes e eloquentes:

Quadro XCII
IMPORTAÇÃO DE FOLHA DE FLANDRES

Ano	Quilos	Índice	Escudos	Índice
1939	15.789.282	100	37.748.967	100
1940	26.389.316	167	90.224.759	239
1941	15.695.035	99,4	58.295.899	154
1942	12.253.511	77,6	52.922.577	140
1943	19.291.334	122	95.726.757	253
1944	11.045.110	70	63.251.663	167
1945	16.292.643	103	71.202.404	188
1946	10.538.578	66,7	46.641.616	123

Fonte: BMINE (1939-1946)

Quadro XCIII
Preço unitário da tonelada da folha de Flandres

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Preço	2.391\$00	3.419\$00	3.714\$00	4.319\$00	4.962\$00	5.727\$00	4.370\$00	4.426\$00
Índice	100	143	155	180,6	207,5	239,5	182,7	185

Entre 1939 e 1945, o preço unitário da tonelada da folha de Flandres importada subiu 82,7%, embora tenha atingido percentagens superiores em 1943 e em 1944 (Quadro XCII).

Segundo a revista *Conservas*, o preço do estanho (kg) e da folha (caixas de 216 libras), anterior à guerra fora de 25\$00 e 245\$00, respectivamente, enquanto que em Novembro de 1939, para os mesmos produtos os preços dispararam atingindo os 36\$00 e 450\$00 para os mesmos produtos, ou seja um aumento de 44% e 83, 67%³¹.

O arame tinha aumentado de 41\$25 para 75\$00, o rlo, ou seja, uma subida de 82% e a chaves (milheiro) de 20\$00 para 27\$00, ou seja, 35%³².

Em meados de Julho de 1941, o preço do chumbo oscilava já entre os 70\$00 e 80\$00³³.

³¹ *Conservas*, n.º 47, Novembro 1939, p. 14.

³² *Conservas*, n.º 47, Novembro 1939, p. 14.

³³ Mercier Marques, "Notas sobre temas industriais", *Conservas*, n.º 67, Julho 1941, p. 10.

O agravamento do preço do estanho nacional permitia a realização de negócios especulativos. Nos centros algarvios fazia sentir-se a escassez da folha de flandres, enquanto que o estanho era cotado “como se fôsse prata” e o chumbo escasseava³⁴.

Depois de terem sido acrescidos vários direitos, o preço de custo da folha de vários tipos, em Janeiro de 1941, dava mais um pulo: a folha I.C. custava 355\$00 por caixa e a L.C.L. 368\$00³⁵.

Em Março de 1941, o jornal *A Indústria*, trazia uma lista de empresas conserveiras às quais se destinavam 4.000 toneladas de folha inglesa e americana para que se achavam já concedidos *navicerts*. Na lista mencionavam-se algumas empresas do Algarve: a folha inglesa era distribuída pela Bivar & C^a, Lda., 727 toneladas, Júdice Fialho, 172 toneladas e Severo Ramos, 58 toneladas; a folha americana era distribuída pelo Algarve Exportador, Lda., 313,5 toneladas, Júdice Fialho, 183,6 toneladas e Feu hermanos, 39, 5 toneladas³⁶.

Segundo os sectores conserveiros ligados à revista *Conservas*, de Matosinhos, a diferença entre os 50.000 contos que custava a folha de flandres importada e os 30.600 contos dos seus componentes (estanho e chapa), necessários à fabricação da folha, ou seja, cerca de 20.000 contos, era a margem que restava para o trabalho de estampagem e de lucro “à primeira vista, ... , largamente suficiente”³⁷. Consequentemente, defendiam a fabricação de folha no país a qual admitiam permitiria obtê-la a preço de custo mais favorável e, portanto, com uma margem maior que a mencionada. Considerava, contudo, uma produção de “**interesse nacional e, nesta**

³⁴ Júlio de Sousa Calaça, “Carta de Portimão”, *Conservas*, nº 65, Maio 1941, p. 18.

³⁵ cf. *A Indústria*, nº 776, 18/1/41, p. 1 e 3.

³⁶ cf. *A Indústria*, nº 782, 8/3/41, p. 4.

³⁷ Mercier Marques, “Notas sobre temas industriais”, *Conservas*, nº 67, Julho 1941, p. 8.

ordem de ideias, o seu preço de custo” deixava “de ser o factor mais importantes a encarar”³⁸.

Mas, mesmo que a sua produção fosse mais cara “ainda assim se deverá procurar fabricá-la dentro das fronteiras, dêse que se garanta a independência da indústria das conservas e se suprimam os riscos de cessar a importante exportação dos seus produtos”³⁹. A implantação desta indústria no país impediria a saída de “um caudal de ouro”, cerca de 50.000 contos, necessários a uma indústria de conservas da qual dependiam para o seu ganha pão quase 50.000 famílias.

O ferro, o estanho, o cloreto de zinco, o óleo de palma, a serradura e o combustível, matérias-primas essenciais para a indústria da folha, embora com diferentes dificuldades de aquisição, eram possíveis de solução no quadro do país⁴⁰. Em relação aos técnicos, eles poderiam vir do estrangeiro, pois “muitos desejariam trocar o ambiente em que vivem nos seus países, pela calma e sossêgo do nosso”⁴¹. A viabilidade era, pois, coisa assente.

Este sector conserveiro defendia, assim, uma via industrializante para o país, à semelhança, aliás, de outros sectores e personagens, como Ferreira Dias, com o objectivo de tornar o país menos dependente dos mercados externos.

Com a derrocada da França, em Maio de 1940, o governo inglês instituiu os *navycert*, licenças para as importações por parte de vários países europeus, entre os quais Portugal, sem os quais as mercadorias ficariam sujeitas a apresamento, mesmo quando transportadas em navios neutrais e em viagem entre eles.

³⁸ Mercier Marques, “Notas sobre temas industriais”, *Conservas*, nº 67, Julho 1941, p. 8.

³⁹ Mercier Marques, “Notas sobre temas industriais”, *Conservas*, nº 67, Julho 1941, p. 8.

⁴⁰ Mercier Marques, “Notas sobre temas industriais”, *Conservas*, nº 67, Julho 1941, p. 8 e 9.

⁴¹ Mercier Marques, “Notas sobre temas industriais”, *Conservas*, nº 67, Julho 1941, p. 9.

A importação da folha de flandres, crucial para a indústria conserveira, ficava, assim, condicionada à concessão daqueles certificados. E, não era, apenas, esta indústria que seria afectada, mas igualmente, a indústria da pesca cuja actividade dependia da própria laboração das fábricas.

A escassez de folha acarretaria, ainda, como consequência, o desemprego para os operários da indústria, a quase paralização da pesca, privar o país da entrada de muitas centenas de milhares de contos e a inevitável subida do preço das conservas, não somente por causa do aumento das restantes matérias-primas, mas porque o industrial tinha de **“distribuir os seus gastos gerais por menor produção e menor volume de transacções”**⁴².

A concessão, pelo governo inglês, de licenças de importação de 60.000 caixas de folha de flandres não era suficiente para as necessidades da indústria. Concessão, aliás, que não significava importação, de facto, porque **“os vendedores não entregam o montante das encomendas feitas, ao que parece por falta de existenciais, e os vendedores americanos dependem, para as entregas, de licenças de exportação do governo americano, além dos «navicerts» ingleses”**⁴³. O embaixador português acreditado em Washington, Bianchi, em 10 de Agosto de 1940, informava Oliveira Salazar da suspensão, durante um mês, ou seja, até 9 de Setembro, da aceitação de pedidos de navicerts para folha de flandres a ser exportada para Portugal. Segundo o embaixador as autoridades inglesas consideravam os *stocks* portugueses suficientes. E, adiantava: **“Rumores no mercado são de que a razão é evitar fornecimento de conservas à Alemanha”**⁴⁴. As importações efectuadas pelo país não excediam, desde

⁴² Pedro Correia Marques, “A situação da indústria de conservas”, *A Voz*, 20/5/41, cit. in *Correio do Sul*, 25/5/41.

⁴³ Pedro Correia Marques, “A situação da indústria de conservas”, *A Voz*, 20/5/41, cit. in *Correio do Sul*, 25/5/41.

⁴⁴ *Dez Anos de Política Externa. A Guerra Económica*, vol. XIV, doc. n.º 306, telegram n.º 129, p. 297.

Julho de 1940 até Maio de 1941, as 25.000 caixas, ou seja, cerca de 10% das necessidades do sector conserveiro.

A concessão de licenças a importadores e não aos industriais, obrigando este a adquirirem o produto a preços mais elevados, encaria a folha em cerca de 100% sobre o valor real⁴⁵. Como a Inglaterra importava 90% das conservas de peixe, em 1940 - reconheça-se que é um enormíssimo exagero, visto que neste ano a Inglaterra importou em conservas de sardinha 47,7% do total -, **“verifica-se que foi o consumidor inglês que teve de suportar os agravamentos de preço resultantes das deficiências de abastecimento e forma de distribuição”**, desta matéria-prima⁴⁶.

Com raríssimas excepções, as fábricas não encerraram durante estes anos críticos porque existia um razoável *stock* desta matéria-prima. A quebra de produção que se registou no período da II Guerra Mundial, não se terá ficado a dever à carência de folha, mas sim à diminuição das capturas de peixe **“por motivo da falta de combustível e até certo ponto por virtude do desequilíbrio dos preços entre o pescado e a conserva”**⁴⁷.

De qualquer forma, os entraves colocados à importação de folha, a escassez de peixe, a quebra na produção e na exportação são factores que explicam a diminuição do consumo de folha e de estanho.

Quadro XCIV
**O consumo de folha de flandres e de estanho de 1940-1945
nos centros conserveiros do Algarve**

Toneladas

Anos	Folha Algarve	Folha Total	Estanho Algarve	Estanho Total
1940	-	15.854	-	158
1941	3.419	13.082	40	137
1942	3.421	10.582	43	141
1944	2.307	8.774	36	1.006
1945	1.788	9.872	28	136

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial

⁴⁵ Pedro Correia Marques, “A situação da indústria de conservas”, *A Voz*, 20/5/41, cit. in *Correio do Sul*, 25/5/41.

⁴⁶ Pedro Correia Marques, “A situação da indústria de conservas”, *A Voz*, 20/5/41, cit. in *Correio do Sul*, 25/5/41.

⁴⁷ José de Araújo Correia, “Movimento industrial”, *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 2, 1945, p. 149.

Como já salientámos, a partir de 1941, Portugal torna-se num importante exportador de estanho, fornecendo-o aos próprios países beligerantes o que provocava a sua escassez e consequente especulação⁴⁸. No primeiro trimestre de 1941, depois de importantes negócios em conservas de peixe, devido ao aumento do seu preço, Olhão, atravessou alguns momentos de apreensão, senão mesmo de crise **“quer pela escassez de estanho agora observada, proveniente da especulação à volta desta mercadoria, quer pela absoluta falta de fôlha”**, reduzindo ou parализando o fabrico e movimento das fábricas⁴⁹.

As consequências para centenas de operários seriam dramáticas pelo inevitável desemprego que provocaria, já que o custo de vida continuava assustadoramente a aumentar⁵⁰.

No centro de V.R.St.A., quer a falta de peixe, quer a falta de folha, tinha obrigado à distribuição do reduzido trabalho que ainda havia por turnos, nos quais se trabalhava, em média, três dias por semana. Contudo, tal escassez não obviava à continuação de avultados negócios por parte dos industriais, os quais **“a contrastar com tão grande mal”**, como era a falta de trabalho, faziam **“óptimos negócios, pela saída para o estrangeiro de tudo o que conseguem produzir, e as Empresas de Armações de atum têm vendido o pouco que têm apanhado, por preços nunca, até hoje, atingidos”**⁵¹

Segundo o Ministro inglês da Guerra Económica, Dingle Foot, em telegrama da agência Reuter, totalmente cortado pelos serviços de censura, **“Em 1942 Portugal exportou para a Europa 1.165 toneladas métricas de estanho, das quais 757,**

⁴⁸ cf. *Ecos do Sul*, n.º 87, 2/3/41, p. 1.

⁴⁹ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Olhão, 1.º trimestre de 1941, p. 29.

⁵⁰ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Olhão, 1.º trimestre de 1941, p. 29.

⁵¹ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, V.R.St.A., 2.º trimestre de 1941, p. 37.

foram consignadas à Alemanha, 398 a satélites desta e 10 para o Luxemburgo. Exportou também 10 toneladas de concentrados de estanho para a Alemanha”.

No ano seguinte, as quantidades exportadas teriam sido sensivelmente semelhantes⁵².

Em 1942, o estanho que era fornecido em regime de rateio pela Comissão Reguladora do Comércio de Metais, através do IPCP, apesar do pouco vazio fabricado, não chegara para a estanhagem das grelhas, **“beneficiação que é indispensável à produção de conservas em azeite ou mólhos em condições normais de apresentação”**⁵³. Em 1943, o seu preço tinha pulado de 50\$00 para 135\$00, ou seja, um acréscimo de 170%, e, **“como por encanto”**, passou a abundar⁵⁴.

A 26 de Maio de 1943, Armindo Monteiro escreve a Salazar, relatando-lhe a conversa mantida com o diplomata Winfield Riefler, afirma que este terá sublinhado a importância de dois produtos para o esforço de guerra aliado: o volfrâmio e o estanho. Os restantes produtos que Portugal poderia vender não tinham a mesma importância⁵⁵. Contudo, um pouco mais à frente e referindo-se a uma distribuição da produção de sardinhas para a Alemanha, o diplomata norte-americano evidencia certo desagrado considerando-a **“uma primeira grande desilusão”**, num período em que na sua perspectiva o **“medo da Alemanha”** já se teria desvanecido⁵⁶.

Durante a II Guerra Mundial, o país atravessou enormes dificuldades na aquisição de folha, em consequência da política de guerra inglesa, exercida, designadamente, pelo bloqueio económico, apenas a fornecendo à medida das necessidades da produção de conservas para aquele mercado, mantendo

⁵² ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial n° 27, Lisboa 3/2/44, Maio 530,

⁵³ Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve de 1942, p. 3.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ “Do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”. Ofício n° 250, documento n° 230, *Dez Anos de Política Externa*, vol. XV, 1993, p. 331.

⁵⁶ Ibidem, p. 331-332.

constantemente os *stocks* nacionais em níveis muito baixos. Estas medidas eram julgadas imprescindíveis, por parte dos aliados, para que os países neutrais não vendessem qualquer produto aos alemães. Assim o afirmou Dingle Foot, Secretário Parlamentar do Ministério da Guerra Económica, na Câmara dos Comuns, em 8 de Julho de 1943: **“As importações de países europeus neutros foram reguladas por um sistema de quotas estabelecido para garantia de que os países neutros, embora podendo obter o bastante para as suas necessidades essenciais, não disporiam de excessos que pudessem acumular e passar para o inimigo”**. E, certamente tendo no pensamento o caso de Portugal e outros países neutrais, acrescentava: **“Nesses países temos grande número de amigos e sabemos para onde as suas simpatias se inclinam. Mas, nesta altura da guerra, simpatia não chega e não está fora do razoável esperar que os fabricantes reduzam, tanto quanto possam, a sua contribuição para o esforço de guerra inimigo”**⁵⁷.

A falta de folha era encarada com bastante preocupação pelo governo por eventualmente conduzir ao encerramento de fábricas, motivando algumas recomendações aos serviços de censura. Para o governo as dificuldades encontrar-se-iam nas **“nas concessões de «navycerts», demoras nas autorizações necessárias dos que já foram concedidos e ainda às dificuldades encontradas na exportação americana.**

Na apreciação de artigos que os jornais sobre o assunto pretendam publicar, devem as Comissões e Delegações, exigir que se salvaguarde sempre as responsabilidades do Governo, que, ... , tem envidado todos os esforços para a **resolução de tão importante problema**”⁵⁸.

⁵⁷ “Do embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Neg. Estrang.”. Telegrama nº 254, documento nº 244, *Dez Anos...*, vol. Xv, p. 349.

⁵⁸ *ANTT/AGMI*. Direcção dos Serviços de Censura. Confidencial. Boletim Diário nº 141, Lisboa 21/5/41, Maço 520.

De facto, encontrámos diversos artigos de jornais cortados totalmente ou parcialmente sobre esta questão.

Setúbal, assim como todos os restantes centros atravessaram sérias dificuldades pela falta desta matéria-prima. Contudo, as críticas eram fundamentalmente dirigidas à forma como a Inglaterra tratava do problema. Segundo o jornal *A Voz*, de 24/6/41, em artigo que sofrera alguns cortes, por inconvenientes, a Alemanha mostrava poder comprometer-se a entregar toda a folha que fosse necessária aos seus clientes habituais. Entre aqueles clientes havia **“apenas a diferença de que a Inglaterra e a América entregam aquele material em permuta com contratos de fabricação que previamente querem estabelecer a preços razoáveis. A folha a receber destes países não atingiu preço superior a 400\$00 cada caixa.**

A Alemanha, porém, usa outros processo de trabalho. Entrega a folha em permuta, sim, com a entrega de mercadorias, mas os preços da venda do material e da compra das conservas serão aqueles que as circunstâncias do mercado determinarem no momento das operações.

As firmas que para ela trabalham não ficam inibidas de fornecer outros países beligerantes desde que trabalhem com folha que não seja sua”⁵⁹.

Um mês depois era a vez da revista *Conservas*, sofrer mais uma das várias arremetidas da tesoura censória. O corte parcial afirmava que as firmas que recebiam folha da Alemanha estavam prontas a trabalhar. Aquelas que a recebiam da Inglaterra tinham **“tido promettimentos de grandes quantidades de material, para, afinal,**

⁵⁹ ANTT/AGMI. Direção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial nº 134, Lisboa 11/6/41, Maço 520.

receberem, depois de muitos dias de espera afluente, algumas centenas de caixas três vezes mais pequenas do que as normais”⁶⁰.

Com a assinatura dos primeiros contratos colectivos, em 1942, muito embora as dificuldades de aquisição tivessem permanecido, pensamos que algo terá melhorado.

Analisemos, agora, os dados, fragmentados, da empresa Feu Hermanos, em relação à importação destes e de outros produtos necessários à indústria de conservas de peixe.

Quadro XCV
A importação de folha de flandres, de estanho e de outros produtos pela empresa Feu Hermanos

Matérias-primas	1940			1941		
	Quantidade caixas	Peso líquido kg	Valor escudos	Quantidade caixas	Peso líquido kg	Valor escudos
Folha de flandres directamente intermediário	5.280	520.722	1.942.480\$70	7.214	629.606	3.097.210\$00
	6.241	651.524	2.762.690\$00	50	6.175	27.707\$65
Total	11.521	1.172.146	4.705.170\$70	7.264	635.781	3.124.917\$65
Estanho em barras estrangeiro	-	1.026	27.020\$25	-	-	-
nacional	-	4.052,4	135.991\$95	-	6.736,125	555.965\$15
Total	-	5.078,4	163.012\$20	-	6.736,125	555.965\$15
Chumbo em barras nacional	-	6.155,5	27.465\$70	-	22.608,5	163.560\$05
Solda em fita nacional	-	350	10.500\$00	-	136,2	8.172\$00
Arame para chaves directamente	-	90.317	235.906\$00	-	-	-
Total	-	1.274.046,9	5.142.054\$60	-	665.261,825	3.852.614\$85
Total geral	-	2.594.820,9	5.413.920\$95	-	1.749.903,325	4.562.679\$80

Fonte: Relatório da Firma Feu Hermanos de 1940 e 1941.

Entre 1940 e 1941, em peso, estes produtos baixaram 52%, e, em valor, 75%.

A folha de flandres, por seu lado, reduziu-se, em quantidade, 45,7%, mas, em valor, subiu 33,6%. Este último produto conheceu, todavia, uma valorização da tonelada em

⁶⁰ ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial n° 173, Lisboa 26/7/41, Maço 520.

cerca de 22%, apenas de um ano para o outro: 4.014\$00, em 1940 e 4.913\$00, em 1941.

Sublinhe-se, ainda, o peso da folha no conjunto dos vários produtos que, no cômputo geral, passou de 13%, em 1940, para 31,5%, em 1941, do total do valor importado.

Folha de flandres que esta importante empresa algarvis importava da Inglaterra e da Alemanha.

O estanho passou a ser todo de origem nacional, coincidindo, em 1941, com a passagem de Portugal a país exportador deste metal.

Os projectos para a instalação de uma fábrica de folha não faltaram, como já tivemos a oportunidade de mencionar, em páginas anteriores. Difícil foi, porém, a sua concretização. Por despacho de 15 de Julho de 1942, ao mesmo tempo que era negada autorização a Manuel Teixeira de Queiroz para instalar uma fábrica daquele produto, era autorizada à Société des Acières et Forges de Firminy a constituir, no prazo de 120 dias uma sociedade portuguesa, com um capital mínimo de 50.000 contos. A Sociedade obrigar-se-ia a produzir folha de flandres numa unidade que seria localizada no distrito do Porto⁶¹.

Pelo decreto-lei nº 32.628, de 16 de Janeiro de 1943 o governo isentava de direitos os maquinismos e acessórios destinados à montagem da fábrica de folha da Companhia Portuguesa de Siderurgia, desde que o referido material não pudesse ser economicamente obtido na indústria nacional dentro do prazo necessário (artº 1º).

⁶¹ ver *Diário do Governo*, nº 183, 2ª série, 7/8/42 e *B.D.G.I.*, nº 257, de 12/8/42, pp. 719 e 720.

Todavia, foram projectos que não passaram do papel. Em Novembro de 1944, será uma das «indústrias base» a estabelecer, no âmbito da metalurgia do ferro, no plano de fomento e reorganização industrial que o governo se propunha lançar⁶².

Mas como é habitual em Portugal, muitos projectos no papel não são sinónimo da sua concretização efectiva. Em 1955, ainda não era produzida no país a folha de flandres⁶³.

Durante a I Guerra Mundial, mas, principalmente, na II Guerra Mundial, Portugal enfrentou sérias dificuldades na sua aquisição, mercê do embargo económico implementado pelos países em guerra com a Alemanha, receosos que os países neutrais expedissem os produtos nos quais tinha sido empregue.

Para ultrapassar tais entraves foram, a partir de 1943, rubricados contratos colectivos, entre Portugal e a Inglaterra, por um lado, e, entre Portugal e a Alemanha, por outro, pelos quais, em troca de folha se fornecia conservas. Consequentemente, à volta desta matéria-prima desencadeou-se uma guerra económica que atingiu proporções muito próximas à desenvolvida em relação ao volfrâmio.

Também, durante a II Guerra Mundial, se verificou escassez de estanho. Não porque Portugal o não produzisse, passa a exportador a partir de 1941, mas porque o exporta em grandes quantidades para os países beligerantes, proporcionando grandes negócios especulativos, à semelhança, aliás, do que aconteceu com outros produtos.

Não queremos ainda deixar de sublinhar os projectos elaborados para a implantação no país de uma unidade de produção de folha de flandres, embora, tanto quanto o arco temporal do nosso trabalho o permite, tais projectos nunca tenham sido concretizados.

⁶² ver "Proposta de lei de fomento e reorganização industrial", *Diário das Sessões*, nº 85, de 2/11/44, p. 487, quadro IV.

⁶³ ver "Parecer nº 28/VI ao Projecto de sugestão nº 751...", p. 43.

A indústria de conservas que durante décadas representou uma das principais indústrias de exportação, esteve sempre condicionada, digamos mesmo fragilizada pela necessidade de importar esta, como outras, importantes matéria-primas. O desenvolvimento deste sector teria contribuído para a modernização do tecido industrial nacional, permitido diminuir os custos de produção das conservas, as quais poderiam, assim, concorrer com preços mais competitivos nos mercados externos, por um lado, e, baixando o seu preço, potenciar o consumo no mercado interno, deixando de estar tão dependente das vicissitudes económicas, financeiras e monetárias daqueles mercados.

1.2.2. O azeite e óleo

Eis um dos maiores problemas que teve de enfrentar a indústria de conservas ao longo da sua história. Inúmeras reuniões se efectuaram, bastantes representações e mensagens foram enviadas aos diversos governos sobre estes dois produtos.

1.2.2.1. O «drawback»

A dificuldade de abastecimento, a reduzida produção nacional e os elevados direitos de importação foram factores que favoreceram a implementação do sistema de *drawback* para o azeite praticamente desde o aparecimento da indústria, como já

vimos quando tratámos dos seus inícios⁶⁴.

A Lei de 10 de Julho de 1867, autorizava a restituição dos direitos pagos por matérias-primas empregues em artefactos despachados por exportação⁶⁵.

Mas mais explícito foi o decreto⁶⁶ do Ministro da Fazenda que concedia a restituição de direitos ao azeite proveniente da Itália e à folha de flandres empregues nas conservas de atum a exportar com destino precisamente àquele país.

Esta concessão proteccionista da indústria de conservas tivera como pressuposto um requerimento de um industrial espanhol. Wenceslau Rahola, estabelecido com uma fábrica de atum, em Vila Real de Santo António. Aquele documento legislativo remete-nos para um contexto de alguma crise atravessada então pelo Algarve ao afirmar: **“considerando que do maior desenvolvimento d’esta indústria, e de outras semelhantes que da mesma poderão nascer, muito deve aproveitar a província do Algarve, que, pelas precarias circunstancias em que se acha, carece da criação de novos elementos de prosperidade”**.

A supressão do regime de *drawback*, em Dezembro de 1929, por um lado, e o peso económico da indústria, dependente de vários artigos importados, obrigou o governo a tomar algumas medidas de protecção. Uma destas medidas consistia na isenção de direitos de exportação às conservas de peixe. Segundo os exemplos apresentados, os encargos adoptados por este novo regime beneficiava o industrial em \$70 por caixa de vinte quilos. A Associação Industrial Portuguesa congratulava-se com as medidas agora tomadas pelo governo de Ivens Ferraz⁶⁷.

⁶⁴ ver Decreto nº 17.735, de 10/12/29 e Dinis Curson, “A actividade industrial e legislação aduaneira”, *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro 1946, p. 696.

⁶⁵ *Diário de Lisboa*, nº 141, de 26/2/1867.

⁶⁶ *Diário do Governo*, nº 122, de 1/6/1880.

⁶⁷ cf. “Como fica substituído o regime de «drawback» que vigorava desde 1881”, *Indústria Portuguesa*, nº 22, Dezembro 1929, p. 74.

A atitude do governo e a posição da AIP iam no sentido de “equilibrar”, quer os interesses conserveiros, quer os interesses oleícolas, com, aliás, implicitamente deixava entender a própria Associação⁶⁸.

Ainda no âmbito da defesa da olivicultura nacional, prejudicada pela concorrência de óleos importados do estrangeiro, seria publicado o decreto nº 17.774, de 18 de Dezembro de 1929. Relacionado com o sector conserveiro, este decreto, no seu artigo 5º, determinava apenas o emprego de azeite com graduação até 1º de acidez e de óleo de mendobi.

Em 15 de Março de 1929, pelo decreto nº 16.607, a exportação de conservas de peixe preparadas com óleos vegetais comestíveis, sob este regime, seria sempre presentes à verificação aduaneira para o efeito de determinação da qualidade do óleo empregue.

Em meados dos anos trinta, o azeite entrava, no preço de custo da conserva, com uma percentagem de cerca de 20%⁶⁹.

Por volta de 1934, sendo a produção nacional reduzida, 50% do azeite utilizado na indústria de conservas continuava a ter origem no estrangeiro, importado principalmente de Espanha **“por, em muitos casos, ser mais barato que o nacional, mesmo depois de pagas as despesas de importação (direitos, despachos, etc.) que oneram cada quilo, em média, com cerca de 1\$30”**⁷⁰.

Durante a Guerra Civil de Espanha fez-se sentir alguma escassez em virtude das dificuldades de importação. Naquele país **“as mais ricas regiões produtoras de azeite cujas características se ajustam aos requisitos da indústria portuguesa,**

⁶⁸ cf. “Como fica substituído o regime de «drawback» que vigorava desde 1881”, *Indústria Portuguesa*, nº 22, Dezembro 1929, p. 44.

⁶⁹ cf. *Boletim dos Organismos Económicos*, nº 2, vol. 1º, Dezembro 1935, p. 230 e José M. Lopes Cordeiro, *A Indústria Conserveira em Matosinhos*, p. 44.

⁷⁰ *Boletim dos Organismos Económicos*, nº 2, vol. 1º, Dezembro 1935, p. 248.

estão em poder das hordas marxistas ou em zonas afectas às operações militares e onde por consequência todo o trabalho normal está desorganizado”⁷¹.

Na fabricação de conserva de sardinha eram apenas permitidos os azeites de oliveira e de amendoeira. Quanto àquele deveriam satisfazer alguns requisitos entre os quais sobressaía o índice de iodo que não poderia ultrapassar o valor 85, a acidez (ácido oleico) máxima deveria situar-se em 0,5%, ser límpido e desprovido de água, possuir aroma e gosto agradável e ser incoagulável⁷².

Excluídos de utilização no fabrico de conservas ficavam os óleos de algodão, os de soja e o gergelim⁷³.

Em 1931, Salazar referir-se-à não só ao emprego de óleos em conservas de preço mais baixo, como à preferência dos industriais pelo azeite estrangeiro, defendendo, obviamente, a utilização do azeite de produção nacional⁷⁴.

Entre 1933 e 1945, o consumo de azeite nas conservas de peixe evoluiu como mostra o quadro XCVI.

De 1933 a 1936, não é possível discriminar o consumo de azeite de produção nacional do importado. Em 1937, o consumo de azeite nacional representou 81%. De 1938 em diante, tendo presente aqueles elementos, Portugal terá deixado de importar azeite estrangeiro para consumo nas conservas de peixe. Esta situação dever-se-à presumivelmente ao desenvolvimento do sector oleícola e ao melhoramento da sua qualidade.

⁷¹ *A Indústria*, nº 640, 11/12/36, p. 1

⁷² cf. “A organização corporativa das conservas de peixe”, *Conservas*, nº 48, Dezembro 1939, p. 26 e António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, p. 90.

⁷³ cf. “A organização corporativa das conservas de peixe”, *Conservas*, nº 48, Dezembro 1939, p. 21.

⁷⁴ Oliveira Salazar, “Sobre a indústria das conservas de peixe (Relatório de uma visita aos centros conserveiros)”, in *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vol. IV, pp. 529 e 549.

Quadro XCVI
CONSUMO DE AZEITE NAS CONSERVAS DE PEIXE (1933-1945)

Unidade: quilos

Ano	Conservas de Peixe		Total
	Nacional	Estrangeiro	
1933	2.003.959		2.003.959
1934	2.767.751		2.767.751
1935	3.334.669		3.334.669
1936	2.753.039		2.753.039
1937	2.008.696	467.067	2.475.763
1938	1.851.113	55.851	1.906.964
1939	2.066.743		2.066.743
1940	2.368.862		2.368.862
1941	2.186.906		2.186.906
1942	3.768.128		3.768.128
1943	4.281.608		4.300.896
1944	2.840.864		2.869.079
1945	1.625.758		1.656.884

Fonte: *Boletim da Junta Nacional do Azeite*, Ano I, nº 1, Junho de 1946, cit. in Artur Aguedo de Oliveira, "O consumo do azeite", *RCEE*, nº 5, 1947, p. 40

Nota: O total inclui quantidades distribuídas às farmácias a partir de 1943 que, como se pode depreender eram insignificantes comparadas com o consumo da indústria conserveira.

Utilizava-se ainda no sector o óleo de amendoim que, após 1939, se deixou de importar do estrangeiro. Os mercados fornecedores encontravam-se nas colónias portuguesas, num período em que se estreitavam os laços económicos entre o centro e a periferia.

Os interesses que orbitavam em torno deste produto conduzirão a um relativo confronto entre a CUF e o governo. A polémica surgirá quando, em anúncio público em jornais, a 11 de Fevereiro de 1926, a CUF, pela boca de Alfredo da Silva, acusava o Consórcio Português de Conservas de Peixe de pretender o exclusivo da importação do estrangeiro do óleo de amendoim e o seu director, o importador e exportador de conservas de peixe, Alberto Soares Ribeiro, de beneficiar com o negócio.

Em defesa daquele organismo virá o Ministério do Comércio e Indústria, depois de ter realizado um inquérito conduzido pelo Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria, em «nota oficiosa», de 21 de Fevereiro, a qual considerava improcedentes as acusações contra o Consórcio e seu presidente. Afirmava ainda que a direcção do Consórcio sempre defendera que a importação daquele produto não

deveria ser da sua competência, mas dos industriais de conservas. Ambos, eram, assim ilibados.

Contudo, a «nota oficiosa», não deixava de ir adiantando **“imperfeições”**, **“falta de idoneidade de qualquer dos seus dirigentes”**, **“deficiência de sistema”** e **“incapacidade ou erro dos homens”**, no âmbito dos organismos corporativos, entre os quais estava o CPCP⁷⁵.

Enquanto a produção nacional de óleo de amendoim, entre 1924/27 e 1935 aumentou mais de cinco vezes⁷⁶, o seu consumo pela indústria conserveira registou os valores abaixo mencionados:

Quadro XCVII
CONSUMO DE ÓLEO DE AMENDOIM NAS CONSERVAS DE PEIXE (1933-1945)

Unidade: quilos

Ano (1)	Para conservas de peixe			Total (5)	%
	Nacional (2)	Importado (3)	Total (4=2+3)		
1934	1.824.680	659.670	2.484.350	2.484.350	73,44
1935	2.630.591	758.199	3.388.790	10.863.681	24,2
1936	1.840.171	878.478	2.718.649	7.574.383	24,3
1937	2.567.642	866.160	3.433.802	13.152.301	19,52
1938	2.028.039	364.336	2.392.375	6.439.498	31,5
1939	4.166.606	-	4.166.606	6.969.712	59,8
1940	4.254.683	-	4.254.683	6.714.188	63,36
1941	4.652.171	-	4.652.171	12.735.406	36,53
1942	2.091.249	-	2.091.249	4.782.206	43,73
1943	3.514.919	-	3.514.919	9.594.154	36,63
1944	2.641.008	-	2.641.008	5.973.369	44,2
1945	4.730.214	-	4.730.214	10.860.431	43,55

Fonte: Boletim da Junta Nacional do Azeite, Ano I, nº 1, Junho de 1946, cit. in Artur Aguedo de Oliveira, “O consumo do azeite”, RCEE, nº 5, 1947, p. 42.

Notas: coluna 6 - percentagem de óleo nacional empregue nas conservas de peixe.

O total da coluna 5 inclui as quantidades de óleo de amendoim empregue na alimentação, quer nacional, quer importado, e o empregue para farmácias nos anos de 1944 e 1945.

O consumo deste produto na alimentação, à excepção dos anos de 1939 e 1940, foi sempre superior ao consumo em conservas de peixe. A percentagem de óleo de amendoim nacional empregue nas conservas diminuiu durante a segunda metade

⁷⁵ Cf. “A questão do azeite e óleo de Mendobi. Uma nota oficiosa do gabinete do Sr. Ministro do Comércio e Indústria”, *Indústria Portuguesa*, nº 98, Abril 1936, pp. 35-36.

⁷⁶ Cf. F. Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta*, p. 176.

dos anos trinta, para aumentar significativamente ao longo do conflito, nomeadamente nos anos de 1939 e 1940.

Ao longo daqueles doze anos registar-se-ia uma certa oscilação entre estes dois produtos, embora o maior consumo tivesse sido de óleo de amendoim. Considerando, apenas, os anos mais dramáticos da guerra, 1940-1944, o consumo de óleo de amendoim foi ligeiramente superior ao do azeite, 16.154 e 15.525 toneladas, respectivamente. Se, porém, considerarmos o conjunto total dos anos de guerra, essa diferença foi mais substancial, 26.051 toneladas para o óleo e 19.217 toneladas para o azeite.

1.2.2.2. Sectores agrários versus sector conserveiro

A utilização do óleo de amendoim na fabricação de conservas de peixe desencadeará uma forte polémica entre os sectores ligados à oleicultura e os industriais conserveiros, nomeadamente os algarvios.

Dois projectos apresentados pelos deputados Almeida Garrett e Franco Frazão, com os quais pretendiam defender a produção nacional de azeite das fraudes praticadas, designadamente as imputadas ao óleo de amendoim, lançarão o confronto. A Liga Agrária do Norte apoiava, evidentemente, os dois referidos projectos.

Na sessão da Assembleia Nacional de 9 de Janeiro de 1936, o primeiro daqueles deputados, num aviso prévio enviado à mesa chamava a atenção para a falsificação a que era submetido o azeite de oliveira. Na sessão realizada a 17 do mesmo mês, realizava o referido aviso prévio e apresentava uma desenvolvida moção, na qual traçava em tons negros a situação da agricultura que considerava grave,

sublinhando entre outros aspectos o aviltamento dos seus preços. Mais em pormenor referia-se à dramática situação que atravessava a olivicultura nacional.

Para o deputado Almeida Garrett a falsificação do azeite fazia-se por intermédio do óleo de amendoim o qual **“adicionado ao azeite, até elevada percentagem as análises o não denunciam com segurança, a não ser que lhe tenha introduzido um indicador em quantidade suficiente”**, o óleo de gergelim. Para além de outros factores, o óleo de amendoim era também preferido pelo baixo preço que a Companhia União Fabril, única empresa a comerciá-lo tinha **“margem para poder baixar ainda mais”**⁷⁷.

O deputado adiantava, ainda, algumas medidas no sentido de obviar ao prosseguimento das falsificações. Entre elas encontrava-se a fiscalização aos intermediários - o revendedor fixo e o ambulante -, e a **“alguns produtores”**, entenda-se a CUF⁷⁸ que continuava **“ampliando as suas instalações de produção”** para óleo de amendoim. Opunha-se, ainda, à importação de azeite espanhol, de pior qualidade, com o qual, por insuficiente protecção, os azeites portugueses não podiam concorrer.

O deputado Melo Machado, intervindo igualmente sobre esta questão, informava que recentemente os jornais tinham noticiado a venda de **“um largo stock de conservas que tinham sido feitas com óleos cmestíveis, mas que traziam a indicação de fabricadas com azeite de oliveira”**.

Como corolário deste quadro traçado, os já referidos deputados Almeida Garrett e Franco Frazão, na sessão de 8 de Fevereiro de 1936, apresentavam dois projectos lei, um versando sobre a *Junta Nacional de Azeites*, outro sobre a *Concorrência feita ao azeite pelo óleo de mendobi*⁷⁹.

⁷⁷ *Diário das Sessões*, de 17/1/36.

⁷⁸ Cf. F. Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta*, p. 174.

⁷⁹ cf. *Diário das Sessões*, de 8/2/36.

No que diz respeito ao segundo projecto, aquele que mais nos interessa, ambos deputados referiam-se, numa primeira parte, à produção mundial daquele óleo dominada pela Índia e à concorrência, para eles nefasta, ao azeite. Nas zonas tropicais **“A mão de obra é barata, as despesas culturais mínimas, a facilidade de produção muito grande. Lògicamente a produção europeia devia sofrer”**.

Numa segunda parte, analisavam a produção de óleo de amendoim nas colónias portuguesas, principalmente na Guiné, em Moçambique e, mas em quantidades mais reduzidas, em Angola, com base na força de trabalho indígena e, consequentemente, com um custo de produção baixíssimo.

Em Moçambique, a produção fazia-se em terrenos com boas condições para a sua cultura, cujo consumo era na sua maioria feito na própria colónia. Contudo, entre os anos de 1911-15 e 1925-30, a sua exportação tinha aumentado significativamente, cerca de 233%.

Mais importante era a produção da Guiné realizada realizada igualmente por intermédio da mão-de-obra barata do indígena. Era a que CUF, **“monopolizava através da Casa Gouveia,..., a exploração e importação”** do óleo de amendoim **“que transformava nas suas fábricas”**⁸⁰. A sua exportação fazia-se a um ritmo crescente, tendo, em 1933, sido exportadas 27.367 toneladas. Considerando as estatísticas da colónia, entre 1924 e 1936, exportaram-se da Guiné 81.658.697 quilos de óleo de amendoim, no valor de 79.513 contos.

A crise mundial tinha afectado as cotações do produto tornando-o um sério concorrente do azeite em produtos alimentares: de 1927 para 1932, no mercado inglês

⁸⁰ F. Rosas, *O Estado Novo nos Anos trinta*, p. 174.

a cotação do mendobi tinha descido abruptamente de 17 libras para as escassas 6 libras.

As propriedades do óleo de amendoim proporcionavam-lhe amplas possibilidades na falsificação do azeite. A fraude praticava-se **“sobretudo na venda dos ambulantes, especialmente no norte do País, em parte igualmente no armazém e em alguns casos na própria origem”**.

Enquanto o óleo era revendido a cerca de 3\$80 a 4\$00, o azeite puro de oliveira era-o entre os 5\$80 e os 6\$50. Uma diferença, de facto, compensadora!

Para os deputados a produção de azeite cobria suficientemente as necessidades da indústria conserveira e o óleo de amendoim teria outras aplicações industriais que não aquela.

Nas medidas apresentadas relativas ao óleo, afirmava-se na Base II, do projecto que a importação do referido produto estrangeiro apenas poderia ser feita pelo Consórcio e com destino a satisfazer a indústria de conservas, o qual pagaria os respectivos direitos.

1.2.2.3. Reacções dos conserveiros algarvios

As reacções dos sectores conserveiros contra os dois projectos leis não tardaram.

Em telegrama, subscrito por treze empresas conserveiras de Portimão, enviado à Assembleia Nacional, os industriais daquele centro consideravam a produção nacional de azeite deficitária para o consumo e para a laboração da indústria de conservas, pelo que era **“indispensável manter-se comércio livre tanto de azeites**

como óleo amendoim”⁸¹. O aumento do preço de ambos produtos repercutir-se-ia no custo das conservas, dificultando a sua concorrência com as de outros países, numa altura em que os *stocks* eram enormes.

Protesto, igualmente, contra o propósito dos deputados, o de dezoito empresas conserveiras de Olhão. Em telegrama de 18 de Fevereiro de 1936, estas afirmavam que ambos os projectos tinham como objectivo **“a elevação do preço do azeite de oliveira no mercado interno, por meios que tornava também inevitável a do preço do óleo, duas matérias primas essenciais à laboração da indústria conserveira, que, produzindo para o mercado mundial, e em concorrência com outros países, precisa de ter assegurados, para as matérias primas que emprega, preços que não excedam nunca os do mercado mundial”**.

Os obstáculos criados à importação das conservas portuguesas e a concorrência fomentada por produtos similares de outros países estavam colocando esta indústria numa situação difícilima. E concluíam: **“O encarecimento das referidas matérias primas teria fatalmente, nas circunstâncias presentes, de reflectir-se nos preços do peixe, tornando-se mais critica ainda a já aflitiva situação da indústria de pesca”**⁸².

Insurgiam-se ainda a Associação Comercial e Industrial de Lagos e a Câmara Municipal de Portimão.

Em 12 de Novembro de 1937 serão publicados o decreto-lei nº 28.152, regulando a importação de azeite e de óleo de amendoim e o decreto-lei nº 28.153, criando a Junta Nacional do Azeite.

⁸¹ *Diário das Sessões*, de 18/2/36.

⁸² *Diário das Sessões*, de 20/2/36.

No primeiro decreto, para além de outras considerações, aplicava-se ao óleo de amendoim uma taxa niveladora do seu preço em relação ao preço mínimo compensador do azeite (artº. 4º), do qual, porém, ficava isento aquele que se destinasse às conservas de peixe (artº 5º), visto que produzindo a indústria conserveira para os mercados externos, **“em concorrência com os de outros países, precisa de adquirir as matérias primas aos preços do mercado mundial ou que regulem por êsses”**⁸³. O nivelamento dos preços de ambas as matérias-primas tinha também como objectivo desincentivar a fraude.

O artigo 5º § único, determinava ainda que o óleo de amendoim seria importado ou adquirido pelo IPCP ou por entidades que este autorizasse, o mesmo procedimento quanto ao azeite (artº 2º).

Finalmente, afirmava-se que o azeite refinado somente poderia ser vendido para as conservas ou para usos mdicinais (artº 3º, § 1º).

Na sessão da Assembleia Nacional de 3 de Dezembro de 1937, o confronto entre representantes ligados à agricultura, nomeadamente à olivicultura, e representantes ligados à indústria de conservas volta a verificar-se, ainda a propósito da concorrência feita pelo óleo de amendoim e do azeite refinado ao azeite.

O deputado Almeida Garrett torna a mandar para a mesa dois avisos prévios, um dos quais dizia respeito àqueles decretos sobre concorrência, onde num deles apontava algumas discrepâncias em relação aos referidos decretos⁸⁴. Dias depois realizava o seu aviso prévio, numa extensa introdução no qual fundamentava o seu ponto de vista diferente do legislado pelo governo⁸⁵.

⁸³ Decreto-lei nº 28.152.

⁸⁴ *Diário das Sessões*, nº 148, 3/12/37, p. 180.

⁸⁵ *Diário das Sessões*, nº 157, 18/12/37, pp. 283-285 e 286 e ss..

Para o deputado o decreto-lei nº 28.152 não protegia devidamente o azeite contra a concorrência do óleo de amendoim e do azeite refinado, para além de não proteger o consumidor contra as fraudes.

Intervindo na sessão da Assembleia Nacional de 20 de Dezembro, Sebastião Ramires manifestava uma leitura diferente à realizada pelo deputado Almeida Garrett em relação ao azeite refinado que a indústria conserveira não poderia dispensar **“porque, tendo de concorrer com produtos similares de outros países, com tipos definidos, não”** poderia **“limitar-se a procurar tipos virgens, tam diferentes”** eram uns dos outros⁸⁶. O decreto então publicado permitia a importação de azeites virgens e a sua refinação, exclusivamente para a indústria de conservas. Medida que tinha duas vantagens: a indústria conserveira deixaria de importar azeites refinados estrangeiros, nomeadamente de Espanha, favorendo, assim, a olivicultura nacional que brevemente forneceria o azeite necessário àquela indústria com tipos apropriados e a preços semelhantes ao do mercado mundial. Correctamente, para o deputado Sebastião Ramires, a permissão da importação, permitiria às conservas, produto fundamentalmente de exportação, concorrer em preços com produtos similares.

Entrando o azeite em valor elevado no custo de produção, comprando-o mais caro, ficaria a indústria de conservas em condições de desvantagem de concorrência, repercutindo-se igualmente negativamente na indústria da pesca.

Pretendia-se que a importante indústria conserveira utilizasse azeites nacionais, mas para isso era conveniente que o azeite nacional estivesse em condições de concorrência com o estrangeiro, o qual já era penalizado com taxas que variavam entre 1\$25 a 1\$30.

⁸⁶ *Diário das Sessões*, nº 158, 20/12/37, p. 299.

A polémica travada na Assembleia Nacional e as medidas implementadas pelo governo permitem constatar que na contradição anteriormente referida os interesses coligados da conserva e do óleo de amendoim conheceram uma clara vitória.

A credibilidade das conservas nacionais passava substancialmente pelo emprego de azeites da melhor qualidade. Em resposta a uma carta endereçada pela empresa Júdice Fialho, o seu agente, em Paris, elogiava a empresa pela sua utilização: **“É com grande satisfação que li a vossa recente informação que para a fabricação da marca [Marie Elisabeth] não utilizais senão azeite de primeira qualidade. [...] Penso que a marca Marie Elisabeth permite obter preços relativos à sua qualidade, ...”**⁸⁷

Tanto o azeite, como o óleo, à semelhança, aliás, de outras matérias-primas conheceram aumentos significativos ao longo da II Guerra Mundial.

Em Janeiro de 1940, mal se tinha declarado as hostilidades, e já o preço do óleo tinha disparado 60%, encontrando-se equiparado ao preço do azeite.

Durante a guerra, o consumo de azeite e de óleo, quer a nível nacional, quer a nível dos centros algarvios revelou uma tendência para diminuir.

Quadro XCVIII
Consumo de azeite e óleo nos centros conserveiros do Algarve
(1940-1945)

Unidade: toneladas

Anos	Azeite (Algarve)	Azeite (Total)	Óleo (Algarve)	Óleo (Total)
1940	-	2772	-	2789
1941	855	2342	799	4089
1942	1218	4139	723	2059
1944	1061	3051	770	2710
1945	984	2107	623	4333

Fonte: *Anuário Estatístico e Estatística Industrial*

⁸⁷ Arquivo Júdice Fialho, caixa 422, documento 4935, de 10/5/37, p. 999.

A indústria de conservas de peixe no Algarve atravessou, designadamente, em 1943, sérios problemas quanto ao fornecimento de ambas matérias-primas⁸⁸. Em Vila Real de Santo António, as dificuldades de abastecimento obrigaram a direcção do grémio a solicitar providências urgentes ao IPCP⁸⁹.

Em Abril de 1943 foram distribuídas 100 toneladas de azeite e 44 de óleo de amendoim aos centros de sotavento. O centro de Olhão ficou com 25.598 quilos de azeite e 40.000 quilos de óleo de forma que cada industrial ficasse com um mínimo igual, incluindo as existências. Excluíram-se, para o azeite, as filetagens e três empresas por se julgar que possuíam **“quantidades suficientes para as suas necessidades imediatas”**, duas delas, e, por não ter requisitado a guia do primeiro rateio, uma outra. Quanto ao óleo, foi excluída, a firma Gian Battista Parodi **“por não trabalhar para fóra da Europa Continental”**⁹⁰.

Para o centro de V.R.St.A. foram distribuídos 74.402 e 3.600 quilos, respectivamente, de azeite e de óleo de amendoim. A distribuição seria realizada em partes proporcionais: 21% para Ramirez & C^a (Filhos), Lda. e V^a e H^o de Francisco Tenório; 14% para Centeno, Cumbreira & Rodrigues, Pilotos & Capa e Raul Folque Flores; 8% para Companhia de Conservas Balsense e J.J. Celorico Palma. O óleo seria distribuído pelas firmas de maneira que, incluídas as suas existências, cada uma delas ficasse com um mínimo de 3.000 quilos, à excepção das empresas Parodi e Tenório **“que não trabalhavam para mercados fora da Europa”**⁹¹.

Distribuição insuficiente, pois decorridos cinco meses o referido grémio, em sessão da sua direcção, em 9 de Setembro, exara em acta a insistência ao IPCP **“por**

⁸⁸ cf. *Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve de 1943*, p. 4.

⁸⁹ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, n.º 3, acta n.º 325, de 31/3/43, fl. 70.

⁹⁰ *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, n.º 3, acta n.º 328, de 24/4/43, fl. 71 v. e 72.

⁹¹ *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, n.º 3, acta n.º 328, de 24/4/43, fl. 72.

novas distribuições de azeite e de óleo, em virtude dos seus esgotamento completo em muitas fábricas”⁹².

Poder-se-à perguntar se, finalizada a guerra, o fornecimento de azeite às fábricas de conservas do Algarve foi restabelecido. A resposta encontra-mo-la num relatório do Governador Civil de Faro de Abril de 1946, com base numa representação das empresas de pesca de atum e num telegrama da Casa de Pescadores de Tavira. Segundo esse relatório, a falta de azeite persistia com consequências negativas na indústria de conservas, nas empresas de pesca e nas Casas dos Pescadores cujas receitas reduzir-se-iam com reflexos na assistência a prestar à classe piscatória. Governo Civil que carregava com tons negros a prvisível situação que tal falta originaria. Cerca de cinco mil operários e pescadores a que se somariam as suas famílias, ou seja, perto de 10.000 pessoas ver-se-iam impossibilitados de obter meios de subsistência. Solicitava-se, pois, ao governo que, por intermédio da Junta Nacional de Azeite, facultasse à indústria de conservas 250.000 litros de azeite refinado, previstas para o fabrico de atum⁹³.

À semelhança da folha de flandres o azeite foi, ao longo da história da indústria conserveira em Portugal, nomeadamente até ao término da II Guerra Mundial, um dos graves problemas que aquele sector teve de enfrentar.

Como vimos, inicialmente, e, até muitos tarde, pela reduzida capacidade de produção nacional e pela sua fraca qualidade a maior parte do azeite empregue na confecção de conservas de peixe teve origem externa, na Espanha e na Itália. Para facilitar a própria aquisição cedo foi instituído o regime de *drawback*, pelo qual no

⁹² Livro de Actas da Direcção do GICPSA, n.º 3, acta n.º 348, de 9/9/43, fl. 86.

⁹³ ANTT/AGMI, Maço 531, Faro, 24/4/46.

valor da mercadoria exportada, as conservas, era abatido o valor da matéria-prima importada e nelas empregue, no caso em apreço, o azeite.

A questão do azeite conduziu nos anos trinta ao confronto entre os interesses oleícolas, prejudicados pela concorrência dos azeites e óleos estrangeiros, e os interesses conserveiros que desejavam utilizá-los mais baratos para diminuir os custos de produção das conservas. Bastará mencionar que o azeite participava com uma percentagem relativamente elevada nesses custos de produção.

Foi, apenas, a partir de 1939 que as estatísticas deixam de referir o azeite estrangeiro para consumo nas conservas de peixe. Esta indústria representou um dos grandes consumidores de azeite nacional, e será de colocar a hipótese de qual o grau da sua contribuição para o desenvolvimento da olivicultura portuguesa e para a melhoria de qualidade do seu produto.

A utilização do azeite nacional nas principais e mais conhecidas marcas de conservas representaria um factor da sua credibilidade em concorrência com produtos congéneres estrangeiros.

Durante a II Guerra Mundial, em consequência, da difícil situação económica que o país atravessou e de alguns maus anos agrícolas, o fornecimento de azeite às fábricas de conservas sofreu uma política de contingentação, à semelhança, aliás, de outros produtos, dificultando o seu abastecimento, obrigando, frequentemente, à intervenção dos grémios algarvios de conservas junto das instâncias superiores, nomeadamente, do IPCP e da Junta Nacional de Azeites.

Utilizado, igualmente, nas conservas de peixe, e em concorrência com o azeite, afectando os interesses oleícolas nacionais, foi o óleo de amendoim. A partir de 1939, o óleo consumido era, somente, de produção nacional, ou melhor, colonial, importado da Guiné e transformado nas fábricas da CUF. O consumo de óleo foi sempre superior

ao consumo de azeite, favorecendo uma redução do preço de custo, tornando, assim, as conservas mais concorrenciais nos mercados externos, sem que a sua qualidade muito se ressentisse.

1.3. Sal e gelo

A localização dos principais centros salicultores, nomeadamente, Aveiro, F. da Foz, Lisboa, Setúbal, Alcácer do Sal e região do Algarve Lagos, Montes de Alvor, Portimão, Mexilhoeira da Carregação, Faro, Tavira e Castro Marim), coincidia de uma forma geral com os mais importantes centros da indústria de conservas, facilitando, consequentemente, o seu transporte e comercialização.

São escassos os elementos que dispomos para analisar a evolução do consumo de sal empregue na indústria conserveira.

Foi, em relação ao período da II Guerra Mundial, que nos surgiram alguns dados - poucos - mais concretos sobre o consumo de sal, registando uma clara tendência para diminuir no Algarve.

Quadro XCIX
O consumo de sal nos
centros conserveiros algarvios (1942-1945)
Unidade: toneladas

Anos	Algarve	Total geral
1942	13.543	20.758
1944	12.250	24.482
1945	9.983	23.289

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial

Entre 1942 e 1945, nos centros do algarvios a sua quebra atingiria 26%, ao inverso da tendência geral que seria de uma subida de 12%.

O seu consumo era mais intenso na salga de peixe e na preparação de salmouras, visto que no processo de fabricação de conservas de sardinha aquilo que contava era a rapidez com que a espécie vinha do mar e era preparada, na qual estava a qualidade do produto.

Em 1940, registar-se-ia um aquebra de 30% na produção de sal, no Algarve. O preço do moio cifrava-se nos 60\$00⁹⁴.

A partir, porém, de 1942, pela grande procura para a salga de peixe, esgotara-se rapidamente, pelo que houve necessidade de importá-lo de Cádiz. Consequentemente, incrementou-se a produção pela construção de novas salinas⁹⁵. Deu-se, então, uma subida vertiginosa dos preços, tendo sido tabelado a 150\$00 o moio⁹⁶.

Em Vila Real Santo António, ou, mais precisamente, no concelho vizinho de Castro Marim, a produção aumentaria consideravelmente, sendo absorvida, quer pela indústria de conservas local, quer por outras regiões, nomeadamente as ilhas da Madeira e Açores⁹⁷.

Condicionada que estava pelas condições climáticas, a produção de sal, no Algarve, embora tivesse atravessado alguns períodos de irregularidade, seria suficiente para satisfazer a procura da indústria de conservas, principal consumidora desta matéria-prima na região.

A partir de 1945, detectamos uma paulatina quebra no seu preço, por vezes até acentuada, nesta ou naquela localidade. Em Faro, por exemplo, a abundante produção, muito além do consumo da província, determinou uma baixa de preço, cerca de

⁹⁴ cf. Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. Relatórios das delegações do Banco de Portugal, Faro, 3º trimestre de 1940, p. 29.

⁹⁵ cf. Idem, Faro, 2º trimestre 1942, p. 106.

⁹⁶ cf. Idem, Portimão, 3º trimestre 1942, p. 95.

⁹⁷ cf. Idem, V.R.St.A., 2º trimestre 1943, p. 94.

70/75% - 40/50\$00 a tonelada -, ou seja, mais baixo do que o preço da tabela (160\$00)⁹⁸.

Concluindo: a indústria de conservas de peixe no Algarve não encontrou qualquer dificuldade na aquisição desta matéria-prima subsidiária, cujo preço, embora tivesse crescido durante o conflito, não representaria um grande encargo, em termos de custo final da conserva, tendo presente a sua localização, nas proximidades dos centros conserveiros, com custos de transporte reduzidíssimos.

Embora a rede de frio ainda não estivesse plenamente desenvolvida durante o período em estudo, o *gelo* era empregue em quantidade razoável na conservação do peixe e nas suas embalagens para exportação⁹⁹.

A produção de gelo era, contudo, insuficiente. Para suprimir esta falta tinha sido concedido, por despacho de 5 de Setembro de 1938, a instalação, em Olhão, de uma fábrica de gelo, pertencente a Martins & Ildefonso, Ltd^a, com uma capacidade de produção de 250 quilos¹⁰⁰, que entraria em laboração, em 8 de Julho de 1940¹⁰¹.

Além de Olhão, produzia-se gelo em V.R.St.A., Lagos; Faro e Brejo, esta nas proximidades de Olhão.

A maior quantidade de gelo era, essencialmente, adquirida pelas fábricas de conservas, embora, em Portimão, o consumo fosse inferior à capacidade de produção, visto que o fabrico da conserva de sardinha destinado à exportação consumisse pouco gelo¹⁰².

⁹⁸ cf. Idem, Faro, 1º trimestre 1945, p. 88.

⁹⁹ cf. Pedro de Albuquerque Rocha, "Inquérito à Indústria do Gêlo na Costa do Algarve", *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, nº 11, p. 1146.

¹⁰⁰ cf. Idem, p. 1148.

¹⁰¹ cf. Idem, p. 1159.

¹⁰² cf. Idem, pp. 1150 e 1160.

Na própria pesca igualmente o consumo era baixíssimo, à excepção do utilizado para o carapau, pois empregava-se principalmente o sal. Os Serviços Municipalizados de Lagos dispunham de uma instalação frigorífica **“a título de experiência”**, na qual tinham sido **“preparadas sardinhas de conserva após a congelação e conservação durante algumas semanas nas câmaras frigoríficas, obtendo resultados satisfatórios controlados pelo Instituto Português de Conservas de Peixe”**¹⁰³.

Concluindo, podemos afirmar que embora a indústria conserveira consumisse uma quantidade de gelo muito reduzida - determinado pelas características do próprio processo de produção de conservas - a elaboração de um mapa que localizasse os centros piscatórios, conserveiros e de gelo permitiria obviamente constatar, de uma forma geral, a sua sobreposição.

¹⁰³ cf. Idem, p. 1153.

2. Combustíveis e energia eléctrica

2.1. Carvão

O bloqueio inglês e a falta de transportes durante a guerra provocaram uma drástica quebra na importação de combustíveis (petróleo, carvão, etc)¹⁰⁴, trazendo à indústria e aos transportes sérias dificuldades com os consequentes prejuízos daí decorrentes. Algumas indústrias, nomeadamente as de conservas de peixe foram obrigadas, quer a algumas paralizações, quer a reduzir a sua actividade.

O decréscimo de combustíveis estrangeiros e o seu encarecimento obrigaram o governo a intensificar em larga escala a produção de combustíveis nacionais e a restringir o consumo de energia eléctrica¹⁰⁵. Segundo a Portaria nº 10.048, as reservas de carvão estrangeiro determinariam, em última análise, a extensão dos sacrifícios que haveria de sofrer. Prevendo o impacto negativo sobre as populações, designadamente, sobre os trabalhadores o governo tentava sensibilizar as entidades patronais para que fosse utilizado **“em mais larga escala o trabalho manual em todos os casos em que o homem”** pudesse **“dispensar a máquina”**.

Progressivamente, o carvão mineral viria a ser substituído pelo carvão vegetal nacional devido precisamente à escassez que se fazia sentir¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Sobre as dificuldades de importação de carvão ver F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, pp. 107-115.

¹⁰⁵ cf. Decreto-lei nº 31.911, de 9/3/42 e Portaria nº 10.048, de 23/3/42.

¹⁰⁶ cf. Decreto nº 32.739, de 6/4/43.

Quadro C
Consumo de carvão nos centros conserveiros algarvios
(1940-1945)

Unidade: toneladas

Centros	1940		1941	
	Nacional	Estrangeiro	Nacional	Estrangeiro
Lagos	9	6	13	3
Portimão	155	769	60	182
Olhão	213	405	98	210
V.R.St.A.	228	698	19	88
<i>Total Algarve</i>	605	1.878	190	483
<i>Total Geral</i>	1.473	4.426	1.401	2.460

Fonte: Anuário Estatístico

Centros	1944								
	Carvão Mineral						Carvão Vegetal		
	carvão nacional			carvão estrangeiro					
	PFM	POF	PFM/OF	PFM	POF	PFM/OF	PFM	POF	PFM/OF
Lagos	-	-	-	16	-	-	-	-	1
Portimão	-	20	-	15	30	24	98	36	35
Lagoa	-	-	-	14	-	24	24	24	25
Portimão	-	20	-	1	30	-	74	12	-
Olhão	-	-	52	34	-	104	26	12	94
V.R.S.A.	-	-	-	-	-	3	-	12	18
<i>Total</i>	-	20	52	65	30	131	124	60	148

Centros	1945								
	Carvão Mineral						Carvão Vegetal		
	carvão nacional			carvão estrangeiro					
	PFM	POF	PFM/OF	PFM	POF	PFM/OF	PFM	POF	PFM/OF
Lagos	-	-	-	13	-	-	-	-	15
Portimão	42	11	-	4	28	7	42	77	101
Lagoa	-	-	-	4	-	7	-	17	101
Portimão	42	11	-	-	28	-	42	60	-
Olhão	-	-	51	8	11	84	18	-	195
V.R.S.A.	-	-	-	-	2	3	-	24	-
<i>Total</i>	42	11	51	25	41	94	60	101	311

Fonte: Estatística Industrial

Notas: PFM-para força motriz; POF-para outros fins; PFM/OF-para força motriz e para outros fins.

O Algarve e a sua principal indústria não poderiam passar incólumes às dificuldades na aquisição de combustíveis. À quebra destes, para além do bloqueio inglês e da falta de transportes, ou por causas destes factores, não foi indiferente, bem pelo contrário, a diminuição da produção e da exportação de conservas de peixe.

De 1940 para 1941, o carvão, em quantidade, nacional e estrangeiro nos centros algarvios sofreu decréscimo significativo: o nacional caiu 68,5% e o estrangeiro, ainda mais, acentuadamente, 74,3%.

O carvão nacional empregue como combustível era importado em grande quantidade, principalmente da Inglaterra. Contudo, após, 1940, em consequência do agravamento do conflito militar, do bloqueio inglês e das dificuldades de transporte, aquele registou uma queda acentuada. Por consequência, o emprego do carvão vegetal nacional mostrou tendência para um acréscimo de consumo.

Em 1940, os centros algarvios, consumiram 41% do carvão nacional consumido pela totalidade da indústria conserveira e 42,4% do estrangeiro. Em 1944, o consumo de carvão de todos os tipos foi, apenas, de 27%, e, em 1945, essa percentagem subirá ligeiramente, fixando-se nos 27,9%. Estas percentagens coincidem com a quebra, em mais de 50%, da produção de todos os tipos de conservas nos centros algarvios durante a guerra. Evidenciam igualmente a diminuição da importância económica destes centros no conjunto do sector conserveiro nacional.

Analisemos, apenas, para 1940 e 1941, únicos anos para os quais dispomos de elementos estatísticos, a evolução da importação de carvão e antracite pela empresa Feu Hermanos.

Quadro CI
Importação de carvão e antracite pela empresa Feu Hermanos
Unidade: quilos

	1940		1941	
	quantidades	valor	quantidade	valor
(estrangeiro)	1.195.674	202.853\$85	-	-
Carvão e antracite				
(nacional)	125.000	66.250\$00	1.071.930	564.359\$45

Fonte: Relatório da Firma Feu Hermanos, de 1940 e 1941.

De 1940 para 1941, desaparece a importação de carvão e de antracite de origem estrangeira, no caso presente, inglesa, e passa-se, somente, a comprar ambos

os produtos de origem interna. Embora, a quantidade decresça, o valor unitário, pelo contrário, teve uma subida muito significativa.

Em 1942, o próprio país exportador - a Inglaterra - atravessava uma séria crise de produção. Perdas dos mercados italiano e francês e diminuição da produção. Para além de que **“Grande número de mineiros abandonou as minas para outras indústrias tornadas mais lucrativas pelos altos salários, outros foram chamados às fileiras”**¹⁰⁷.

Nos anos de 1944 e 1945, Lagos e V.R.St. A. foram dos únicos centros do Algarve, e mesmo do resto do país, que apenas consumiram carvão mineral de origem externa. As maiores quantidades deste combustível e de carvão vegetal eram empregues para a produção de força motriz e outros fins.

Embora se tenha registado um maior consumo de carvão de 1944 para 1945, no total de todos os combustíveis registar-se-ia uma quebra de 224 toneladas, em consonância, aliás, com a diminuição de produção de conservas.

2.2. Lenha, madeiras, óleos combustíveis, gasolina e petróleo

A escassez de combustíveis que o país sofreu durante a II Guerra Mundial, nomeadamente de carvão, como vimos, mas, também de gasolina e petróleo¹⁰⁸, consumo quase insignificante pelas fábricas de conservas, obrigaria ao recurso em grande quantidade à lenha, às madeiras e ao resíduos vegetais.

¹⁰⁷ “Do embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros”, Londres, 17/6/42, Ofício n° 269, documento n° 107, *Dez Anos de Política Externa*, vol. 1993, 162.

¹⁰⁸ Sobre as dificuldades de importação de petróleo e seus derivados ver F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, pp. 98-107.

Quadro CII

O consumo de gasolina e petróleo nos centros conserveiros do Algarve

Unidades: toneladas - (contos)

Centros	1944 (°)	1945 (°)	Total
Lagos	2 (10)	2 (5)	4 (15)
Portimão	5 (35)	7 (41)	12 (76)
Lagoa	3 (24)	4 (22)	7 (46)
Portimão	2 (11)	3 (19)	5 (19)
V.R.St.A.	0 (2)	1 (4)	1 (6)
Total Algarve	7 (47)	9 (60)	16 (107)
Total Geral	25 (156)	46 (259)	71 (415)

Fonte: Estatística Industrial.

Notas: Inclui, 1944, 200 quilos de outros combustíveis líquidos com o valor de 2.400\$00. Em 1945, inclui 239 quilos de outros combustíveis líquidos no valor de 2.868\$00.

O consumo de gasolina e petróleo, em virtude da sua difícil importação foi deveras insignificante. Aquele que foi consumido era para outros fins que não a força motriz.

Quadro CIII

Consumo de óleos combustíveis nos centros conserveiros do Algarve

Unidades: toneladas - contos

Centros	1940	1941	1944		1945		Total	
	toneladas	toneladas	ton.	valor	ton.	valor	ton.	valor
Lagos	3	60	7	23	11	21	81	44
Portimão	20	47	47	111	88	163	202	274
Lagoa	-	-	23	43	23	43	66	86
Portimão	-	-	24	68	65	120	89	188
Olhão	2	2	9	32	30	90	43	122
V.R.St.A.	5	2	1	5	2	3	9	8
Total Algarve	30	111	64	203	130	277	335	480
Total geral	44	641	79	209	194	402	958	611

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

Pouca quantidade de óleos combustíveis foram consumidos pela indústria de conservas durante a guerra, à excepção de 1941, quando mais se fez sentir a falta de outros combustíveis. Voltaram a ter alguma expressão, em 1945, designadamente, no centro de Portimão, aquele que mais consumiu, quer neste ano, quer no ano anterior, a nível de todos os centros do país. Não se compreende muito bem este aumento, tendo em conta que a produção de conservas diminuiu significativamente de 1944 para 1945 e que eram combustíveis empregues essencialmente em força motriz. A explicação

encontrar-se-à na quebra registada no consumo de lenhas e produtos afins, nos principais centros algarvios, embora a nível nacional tenha aumentado.

Quadro CIV
Consumo de lenhas, madeiras e resíduos vegetais nos centros conserveiros do Algarve

Unidades: toneladas - contos

Centros	1940	1941	1944		1945		Total	
	toneladas	toneladas	ton.	valor	ton.	valor	ton.	valor
Lagos	435	566	500	88	435	246	1.936	334
Portimão	4.224	3.630	4.251	975	3.709	900	15.814	1.875
Lagoa	-	-	1.586	334	1.569	384	3.155	718
Portimão	-	-	2.665	641	2.140	516	4.805	1.157
Olhão	1.898	7.769	2.184	436	2.035	474	13.885	910
V.R.St.A.	2.499	2.215	1.646	438	2.013	524	8.373	962
Total Algarve	9.056	14.180	8.581	1.937	8.192	2.144	40.009	4.081
Total geral	17.649	96.444	32.470	6.247	33.122	7.628	179.685	13.875

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

O consumo destes combustíveis, muito mais pobres em energia, cresceram cerca de 546%, entre 1940 e 1941, a nível da indústria conserveira nacional, e, apenas, 157%, ao nível dos centros algarvios. Este aumento ficou a dever-se ao centro de Lagos, mas principalmente o de Olhão cujo o aumento registado foi de 413%.

Estes produtos eram não só utilizados para a produção de energia motriz, mas, principalmente de vapor, gerado em caldeiras, imprescindível para a cozedura do peixe e sua esterilização. A lenha era oriunda da região da serra, sendo preferíveis a cepa de medronheiro e a cepa da urze, esta com mais elevado poder calórico¹⁰⁹. No centro de Lagos era, essencialmente do Espinhaço de Cão que **“vinha a madeira que alimentava as caldeiras das fábricas e mesmo, durante um certo período, a própria «central eléctrica»”**¹¹⁰.

¹⁰⁹ José Carlos Jorge Vsques. Entrevista realizada em Lagos a 29/10/95.

¹¹⁰ João Baptista Nunes Pereira Neto, “A cidade e o concelho de Lagos em 1945 - Notas para um modelo de abordagem antropológica”, 4º Congresso do Algarve, vol. II, 1986, p. 934.

2.3. O consumo de energia eléctrica

O consumo desta forma de energia nos centros conserveiros algarvios foi manifestamente reduzida, com tendência mesmo para decrescer ao longo da guerra. Regista-se a sua quebra, em 198%, de 1940 para 1941, confirmando, aliás, a quebra de produção de energia eléctrica no país, em consequência, quer da guerra, quer da ausência de um plano hidroeléctrico nacional, que apenas se desenvolveria posteriormente ao fim do conflito¹¹¹.

Falta de hulha e de petróleo, a indústria portuguesa continuava dependente de energia térmica, como, aliás, demonstram plenamente os quadros apresentados, e que ao mesmo tempo permite constatar o reduzido grau de industrialização do país.

Quadro CV
Consumo de energia eléctrica nos centros conserveiros do Algarve
Unidade: 1000 kwh

Centros	1940	1941	1944	1945
Lagos	14	1	5	6
Portimão	188	150	154	158
Lagoa	-	-	59	52
Portimão			95	106
Olhão	39	26	52	115
V.R.St.A.	127	9	33	58
Total Algarve	369	186	244	337
Total geral	646	543	871	1.086

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

A energia eléctrica nas fábricas de conservas de peixe era produzida, quer com base nos escassos combustíveis líquidos que eram distribuídos, quer, principalmente, com base na energia termoeléctrica das próprias fábricas para a qual se consumia os carvões e as lenhas.

¹¹¹ cf. Leis nº 2002, de 1944 e nº 2005, de 1945, electrificação nacional e fomento e reorganização das indústrias.

A escassez de combustíveis líquidos e, consequentemente, a falta de energia eléctrica, obrigaria à paragem das fábricas de conservas, situação que a censura não permitia que fosse conhecida. **“Por não haver energia eléctrica - a indústria de conservas de Olhão - encontrava-se completamente paralizada, o que causa importantes prejuízos.**

O aumento de desempregados é já elevado e a situação agrava-se dia a dia se não forem tomadas rápidas providências no sentido do Instituto Português de Combustíveis determinar o pronto fornecimento de gasoil à Empresa de Electricidade Olhanense. Nesse sentido vai ser entregue uma petição ao Sr. governador civil do distrito, assinada por milhares de pessoas”¹¹².

Ainda, em 1944, estas dificuldades energéticas, em Olhão, não tinham sido ultrapassadas segundo o *Comércio de Porto*, de 10 de Março, visto que se corria o risco de ficar sem electricidade, agora, não por falta de gasóleo, mas, por falta de lenha. O censor justificava o corte ao afirmar que era **“para evitar alarme possivelmente infundado”¹¹³.**

A produção de electricidade estava a cargo de diversos tipos de motores. As grandes fábricas dispunham das próprias de centrais eléctricas, enquanto as outras se encontravam ligadas à rede geral.

¹¹² ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes nº 32, de 9/2/42, maço 526. Notícia cortada do *Diário de Notícias*, de 8/2/42.

¹¹³ ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim Diário nº 58, de 11/3/44, maço 530.

3. A força motriz instalada nos centros conserveiros do Algarve

As dezenas de fábricas de conservas existentes no Algarve utilizavam como força motriz vários tipos de motores, designadamente, os motores primários, os quais se dividiam ainda em a vapor, de combustão interna, de explosão (a gás pobre, a gasolina e a petróleo), e os motores eléctricos.

Os únicos elementos estatísticos disponíveis, número de motores e respectiva capacidade instalados em actividade referida ao último dia de cada ano, cobrem, apenas, o período de 1940 a 1945.

Vejamos a evolução do número de motores e respectiva capacidade entre 1940 e 1945, à excepção de 1943, para o qual não existem dados para os centros algarvios.

Quadro CVI
Número de motores instalados e potência nos centros conserveiros do Algarve (CV)

Tipos de motores	1940		1941		1942		1944		1945	
	Nº	CV	Nº	CV	Nº	CV	Nº	CV	Nº	CV
primário a vapor	28	331	23	323	13	194	24	268	28	401
primários de combustão interna	21	195	29	476	28	496	25	465	28	921
primários de explosão	50	671	42	736	85	1113	46	1050	43	985
Total	99	1197	94	1535	126	1803	95	1783	99	2307
motores eléctricos	157	541	349	1088	381	1126	449	1449	466	1525
Total	256	1738	443	2623	507	2929	545	3232	565	3832

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

No conjunto de motores primários o seu número manteve-se sem qualquer alteração, enquanto que a sua potência aumentou cerca de 93%, ou seja, assistiu-se a uma melhoria da capacidade dos motores instalados, designadamente dos eléctricos. No total de todos os centros registar-se-ia, porém, uma diminuição de 9,7%, embora um crescimento de potência em cerca de 36%.

Na difícil conjuntura da guerra que a indústria de conservas atravessou grande parte do seu potencial eléctrico instalado encontrava-se em plena actividade (Quadro CVII):

Quadro CVII
 Percentagem da potência instalada activa em relação
 à potência instalada existente

	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Conservas de Peixe	86,57	92,59	92,59	92,21	89,24	90,39

Fonte: *Anuário Estatístico e Estatística Industrial* in F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, Quadro LXI, p. 225.

Desagreguemos então aqueles tipos de motores. O número de motores primários a *vapor* manteve-se igualmente inalterável, mas a sua potência teve um aumento de 30,5%. A nível geral registar-se-ia uma quebra de 18% e um crescimento de 31%, respectivamente no número e na potência.

Em relação aos motores de *explosão* (a carburante gasoso), o seu número cesceu 15%, a sua potência subiu 47%. A nível de todos os centros conserveiros o seu número, pelo contrário, diminuiu 11,5% e aumentou a sua potência de 13,4%.

Os motores de *combustão interna* cresceram 33%, enquanto que a sua potência melhorou substancialmente em cerca de 372%! A nível geral o crescimento em quantidade foi, apenas, de 4,7%, e de 275,6%, em potência.

Finalmente, os motores *eléctricos* conheceram um aumento de 197%, e de 181%, em potência. A nível do conjunto de centros conserveiros o seu crescimento foi de 193% e 108%, respectivamente, em quantidade e em potência.

O número de motores primários no seu conjunto foi sempre em menor quantidade do que os motores eléctricos, embora a sua potência média naqueles tivesse aumentado e nestes últimos tivesse conhecido uma tendência para diminuir, evidenciando, assim, as dificuldades atravessadas pela indústria na produção desta

forma de energia nos centros conserveiros algarvios. Aliás, o consumo de energia eléctrica nestes centros teve uma tendência contrária ao do conjunto dos centros conserveiros do país.

Quadro CVIII
Consumo de energia eléctrica nos centros conserveiros do Algarve

Unidade: 1.000 kwh

Centros	1940	1941	1944	1945
Lagos	14	16	5	6
Portimão	188	235	154	158
Olhão	39	34	52	115
V.R.S.A.	127	322	244	337
Tot. Algarve	368	322	244	337
Total Geral	646	731	871	1086

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial

Entre 1940 e 1945, enquanto o consumo geral aumentou 68%, nos centros do Algarve o consumo sofreu uma quebra de 8,4%.

De qualquer forma, existiu uma tendência, quer a nível de todos os centros, quer a nível dos centros conserveiros do Algarve, para uma quebra dos motores primários e uma subida dos motores eléctricos o que evidencia uma certa modernização do sector com equipamento mais moderno e de melhor rendimento.

Em 1941, único ano para o qual possuímos dados, das 243 fábricas em actividade a nível nacional, 198 (81,5%), dispunham de força motriz, enquanto 45 (18,5%), não tinham qualquer força motriz.

Nos centros conserveiros algarvios das 116 fábricas, 31 (26,7%), ou seja, superior à percentagem nacional, não estavam equipadas com força motriz. Aliás, estas fábricas contribuíam apenas elas com 72% das unidades industriais que não dispunham de força motriz. Em Olhão, 22 fábricas, cerca de 71%, não tinham qualquer força motriz instalada. De uma forma geral eram as salgas que contribuíam com a maior percentagem para o não equipamento de força motriz.

Todos estes aspectos demonstram o baixo grau de mecanização dos centros conserveiros do Algarve, apesar de se ter registado um grande número de pedidos para instalação e substituição de máquinas e aparelhos.

Certamente que a política de condicionamento industrial contribuiu para este panorama, mas igualmente as dificuldades encontradas pelo sector na aquisição de matérias-primas e na reduzida propensão dos industriais, designadamente, os algarvios para o investimento produtivo.

Estas dificuldades podem também ser analisadas do ponto de vista da corrente eléctrica comprada e da corrente eléctrica própria.

De uma forma geral e a nível de todos os centros a corrente comprada registou sempre valores superiores à corrente própria.

Em 1942, este princípio apenas era válido para os centros conserveiros que não os do Algarve, evidenciando as dificuldades atravessadas por esta região em termos energéticos. Já nos referimos à falta de combustíveis líquidos nas centrais eléctricas, designadamente, em Olhão, precisamente, naquele ano, conduzindo a algumas paralizações de fábricas.

A partir de 1942, quando se começou a agravar a falta de combustíveis no país, surgiu uma nova situação, no âmbito dos dados que estamos a estudar, que foi o aparecimento da utilização pelos motores eléctricos de corrente indiferentemente comprada ou própria. Ou seja, quando a energia comprada faltava utilizava-se a própria e vice-versa. Esta carência obrigava as fábricas a disporem de secções para a produção de energia, cujo caso mais significativo seria o centro de Lagos.

Quadro CX
Número e potência dos geradores eléctricos nos centros conserveiros do Algarve

Centros	1940		1941		1942		1944		1945	
	Nº	P	Nº	P	Nº	P	Nº	P	Nº	P
Lagos	2	17	3	48	4	83	4	82	3	49
Portimão	15	149	12	204	16	450	19	437	19	437
Lagoa							10	161	10	160
Portimão							9	276	9	277
Olhão	15	214	9	269	43	181	15	279	17	264
V.R.S.A.	-	-	-	-	-	-	2	64	2	64
Total Algarve	35	420	27	599	66	792	40	862	41	814
Total Geral	75	960	72	1149	1099	1530	96	2233	100	2097

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

Nota: geradores em actividade que se dividiam em dois tipos: dinamos e alternadores

Quadro CXI
Número e superfície de aquecimento dos geradores com caldeira a vapor nos centros conserveiros do Algarve

Centros	1940		1941		1942		1944		1945	
	Nº	m2	Nº	m2	Nº	m2	Nº	m2	Nº	m2
Lagos	15	13	7	203	9	237	13	389	13	375
Portimão	32	33	25	918	26	490	34	1231	35	1177
Lagoa							15	505	16	468
Portimão							19	726	19	709
Olhão	..	..	10	261	31	519	30	578	32	931
V.R.S.A.	14	11	5	72	10	193	13	267	12	308
Tavira							3	21	3	52
V.R.S.A.							10	246	9	256
Total Algarve	61	57	47	1657	76	1439	90	2465	92	2791
Total Geral	183	192	132	4439	175	3569	207	6665	216	6920

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

Nota: geradores com caldeira a vapor em actividade em 31 de Dezembro.

As dificuldades encontradas na aquisição de combustíveis, designadamente os líquidos, poder-se-à igualmente analisar na perspectiva dos vários tipos de geradores.

O seu crescimento em número de 31,8%, entre 1940 e 1945, deu-se à custa dos centros de Portimão e Olhão. Contudo, entre 1942 e 1945, produziu-se uma quebra nos centros do Algarve, ao contrário da tendência no conjunto de todos os centros. O tipo de gerador mais empregue era o accionado pela caldeira a vapor, cujo o número aumentou de 50,8%, mas a sua superfície de aquecimento registou um crescimento de 4.796%, traduzindo, assim, um maior rendimento. Ambos os dados foram superiores ao do conjunto dos restantes centros conserveiros, mostrando a maior necessidade das fábricas do Algarve em socorrerem-se do vapor devido à escassez de outras fontes de energia. Depois dos geradores accionados por caldeira a vapor, os mais utilizados foram os geradores eléctricos que aumentaram, respectivamente, 17% e 93,8%, em número e em potência. A nível geral o crescimento foi de 33% e 118%.

Em conclusão, podemos afirmar que estes indicadores demonstram que a indústria de conservas no Algarve atravessou um período de grave escassez de fontes de energia, nomeadamente de carvão e de combustíveis líquidos. O recurso ao combustível vegetal, principalmente lenhas, tornar-se-ia imprescindível para manter em funcionamento as unidades de produção de conserva.

O consumo de energia eléctrica foi francamente reduzido nos centros conserveiros algarvios, apesar do aumento do número de motores eléctricos, tendo manifestado mesmo uma tendência para uma quebra.

Todos estes dados apontam igualmente para os anos de 1941 e 1942 como os mais difíceis de atravessar.

4. A estrutura fabril do sector conserveiro no Algarve

As fábricas de conservas distribuíam-se em dois tipos: as de conservas em azeite ou molhos, as mais importantes, e as de salga. E no âmbito de ambas existiam aquelas que dispunham de força motriz e as de sem força motriz. Contudo, as primeiras podiam ainda laborar como salgas o que não acontecia às segundas.

Quadro CII
O número de fábricas de conservas de peixe nos centros conserveiros do país

Anos	Com força motriz		Sem força motriz		Total
	Azeite ou molhos	Salga	Azeite ou molhos	Salga	
1939	-	-	-	-	175
1940	-	-	-	-	212
1941	167	73	-	-	240
1942	167	71	-	47	239
1943	-	-	-	-	-
1944	170	32	-	37	239
1945	171	35	-	36	242

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial a partir de 1943

Nota: Para 1942, 1943, 1944 e 1945 os dados estatísticos reportam-se ao último dia dos respectivos anos.

A maioria das fábricas dispunham de força motriz, nomeadamente as de azeite ou molhos, enquanto as de salga, numa percentagem elevada, eram unidades de pequena dimensão e sem força motriz, devido às características do tipo de conserva que fabricavam as quais pouca mecanização necessitava no seu processo produtivo que assentava essencialmente no trabalho manual.

O número de fábricas inactivas a nível nacional decresceu de 1941 para 1944, de 19 para 3, aumentando de uma unidade em 1945, em relação àquele último ano. Situação que se mostrou contraditória, quer com a produção, quer com a exportação de conservas de sardinha. O aumento da produção e da exportação noutros tipos de conserva não justifica, nem explica este crescimento.



Em 1940, o número de fábricas de conservas no Algarve era de 99, representando 46,7% das fábricas nacionais. Olhão e Setúbal, os dois maiores centros neste ano, dispunham cada um de 46, seguindo-se Matosinhos com 45.

4.1. As fábricas segundo o número de operários

O número de unidades industriais conserveiras no país até 100 operários, em actividades, variou de um máximo de 146, em 1943, a um mínimo de 116, em 1945, coincidido, respectivamente, com um aumento e com uma queda de produção.

Entre 1941 e 1945, o número de unidades industriais conserveiras com mais de 100 operários aumentaram 26%, evidenciando uma ligeira tendência para a concentração industrial do sector (Quadro CXIII).

Quadro CXIII
Número de fábricas de conservas de peixe com
mais de 100 operários a nível nacional

1941	1942	1943	1944	1945
110	103	103	118	126

Fonte: Anuário Estatístico e Estatística Industrial.

As fábricas com menos de 20 operários eram as afectadas à preparação de conservas em salga. Sublinhe-se, ainda, o crescimento das fábricas de salga 21 a 50 operários e com mais de 100 operários, ao longo da guerra, consequência, quer do aumento da produção e da exportação deste tipo de conserva, quer de uma relativa concentração industrial.

As fábricas de maiores dimensões situavam-se normalmente em Setúbal e em Matosinhos, proporcionando, assim, um melhor aproveitamento industrial, visto que foram, igualmente, dois dos principais centros exportadores.

Analisemos, seguidamente, a evolução do sector fabril conserveiro no Algarve, segundo o número de operários.

Depois de um ano excepcional de pesca, em 1940, o seguinte, assistiu a uma quebra de 99%. Consequentemente, a produção, principalmente de sardinhas em azeite acompanhou aquela descida, em 17,6%. Daqui decorre o existir em inactividade 15 fábricas no Algarve, das 19 contabilizadas em todo o país.

Quadro CXIV
O fábricas segundo o número de operários

Centros	Até 20 operários			De 21 a 50			De 51 a 100			De mais de 100			Total
	azm	slg	t	azm	slg	t	azm	slg	t	azm	slg	t	
Lagos	1	1	2	2	..	2	5	..	5	2	..	2	11
Portimão	..	1	1	..	2	2	3	..	3	16	..	16	16
Olhão	3	19	22	1	6	7	11	..	11	17	..	17	57
V.R.S.A.	3	9	22	..	2	2	6	1	7	3	..	3	24
Total Algarve	7	30	37	3	10	13	25	1	26	38	..	38	114
Total Geral	8	47	55	6	20	26	44	5	49	109	1	110	240

Fonte: Anuário Estatístico

Neste ano, o centro com maior número de fábricas era Olhão, com 57 (50%), seguindo-se-lhe V.R.S.A., com 24 (21%).

No Algarve concentravam-se 47,5% das fábricas de conservas de peixe. As fábricas com menos de 100 operários constituíam 66% do total, predominando as de salgas. Em contrapartida, as com mais de 100 operários, 33%, eram destinadas exclusivamente à produção de conservas de sardinha.

Temos, pois, uma concentração regional, em Olhão, predominando as pequenas e médias unidades.

Em 1942, nova quebra na quantidade das capturas e na exportação, em relação a 1941.

Quadro CXV
O fábricas segundo o número de operários

1942

Centros	Até 20 operários			De 21 a 50			De 51 a 100			De mais de 100			Total
	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	
Lagos	..	1	1	1	2	3	6	..	6	1	..	1	11
Portimão	..	1	1	..	2	2	2	..	2	17	..	17	22
Olhão	4	19	23	1	9	10	9	..	9	15	..	15	57
V.R.S.A.	..	6	6	..	3	3	6	..	6	3	..	3	18
Total Algarve	4	27	31	2	16	18	23	..	23	36	..	36	108
Total Geral	4	49	53	7	24	31	47	5	52	103	1	103	239

Fonte: Anuário Estatístico. Nota: número de fábricas activas reconhecidas no último dia do ano.

Mais uma vez foram as conservas de sardinha em azeite as mais atingidas pela derrocada, tendo todas as restantes espécies aumentado substancialmente a produção.

Contudo, o aumento da produção de similares e em sal não terão compensado a quebra da produção de sardinha de valor substancialmente mais elevado¹¹⁴.

Obviamente que se registou uma quebra no número de fábricas e uma subida das de salga.

Neste ano, existiam inactivas 7 fábricas, 5 de conservas em azeite e salga e 2 apenas dedicadas exclusivamente às salgas.

Para 1943, embora haja uma lacuna em relação aos dados estatísticos semelhantes aos apresentados, sabemos que não existiam quaisquer fábricas em inactividade. A principal explicação encontra-mo-la no bom ano de pesca no sul, o maior desde 1940, a que correspondeu uma razoável produção, mas sem ser excepcional, longe disso.

Nos centros industriais conserveiros do Algarve, em 1944, existia, apenas, inactiva uma fábrica, no concelho de Lagoa, dedicada à salga, e três no total a nível do país dedicadas à fabricação do mesmo tipo de conserva. Há medida que aumentava o número de operários menos fábricas de salga havia, predominando, consequentemente,

¹¹⁴ cf. "Olhão. Crise da indústria de conservas de piexe. Entrevista com o presidente do Grémio de Sotavento do Algarve Luís Saias", *A Indústria*, nº 853, 8/2/43, p. 3.

as pequenas unidades, com menos de vinte operários, cerca de 69%. Estes dados correspondem, de facto, a um significativo aumento da produção de similares da sardinha em sal e a uma descida das outras espécies.

No Algarve, concentravam-se 44,7% das unidades, ou seja, desde 1942, vinha diminuindo a sua percentagem, em relação ao total dos centros, mas mesmo, assim, continuava a posicionar-se como a região de maior concentração.

Quadro CXVI
O fábricas segundo o número de operários

1944

Centros	Até 20 operários			De 21 a 50			De 51 a 100			De mais de 100			Total
	azm slg	Slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	
Lagos	..	..	..	3	1	4	5	1	6	2	..	2	11
Portimão	..	1	1	..	2	2	3	..	3	16	..	16	<u>22</u>
Lagoa	..	..	..	..	..	..	2	..	2	7	..	7	9
Portimão	..	1	1	..	2	2	1	..	1	9	..	9	13
Olhão	..	18	18	2	1	3	18	2	20	10	1	11	<u>52</u>
Loulé	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1
Olhão	..	17	17	2	1	3	18	2	20	10	1	11	51
V.R.S.A.	1	6	7	1	1	2	4	1	5	6	1	7	<u>21</u>
Tavira	..	..	..	..	..	..	2	..	2	..	..	..	2
V.R.S.A.	1	6	7	1	1	2	2	1	3	6	1	7	19
Total Algarve	1	25	26	6	5	18	30	4	34	34	2	36	107
Total Geral	1	42	53	10	16	26	47	5	52	112	6	118	239

Fonte: Estatística Industrial

1945, tornou a registar uma diminuição das capturas, as mais baixas de toda a guerra, e mesmo as mais reduzidas que conhecemos, tendo presente os dados estatísticos que podemos elaborar, menores, ainda, do que as do ano de 1933, logo reflectida na quebra da produção de todas as espécies, à excepção das conservas de atum em azeite e similares da sardinha em azeite e sal. Em Vila Real Santo António, enquanto diminuiu o número de fábricas de conservas em azeite ou molhos e salga, cresceu o número de fábricas (1) dedicadas, apenas, à salga, visto que a produção de similares da sardinha em sal neste centro evidenciou um aumento de 16%, enquanto o atum em sal, atingiu mais 23%.

Quadro CXVII
O fábricas segundo o número de operários

1945													
Centros	Até 20 operários			De 21 a 50			De 51 a 100			De mais de 100			Total
	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	azm slg	slg	t	
Lagos	1	..	1	3	2	4	3	1	4	1	..	2	11
Portimão	..	..	1	..	1	2	3	..	3	16	..	16	<u>20</u>
Lagoa	..	..	..	..	..	..	2	..	2	7	..	7	9
Portimão	..	..	1	..	1	2	1	..	1	9	..	9	11
Olhão	..	10	10	..	10	3	15	4	19	12	3	15	<u>54</u>
Loulé	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1
Olhão	..	9	9	..	10	3	15	4	19	12	3	15	53
V.R.S.A.	..	5	5	..	2	2	3	2	5	6	1	7	<u>19</u>
Tavira	..	..	..	..	..	..	2	..	2	..	..	..	2
V.R.S.A	..	5	5	..	2	2	1	2	3	6	1	7	17
Total Algarve	1	15	16	3	15	18	24	7	31	35	4	39	104
Total Geral	1	32	33	6	21	27	45	11	55	122	4	126	242

Fonte: Estatística Industrial

Inactivas encontravam-se três fábricas todas destinadas à fabricação de conservas em azeite ou molhos e salga, de um total nacional de quatro, facto q que não terá sido estranha a diminuição das capturas.

Em termos nacionais, o Algarve, dispunha de 43% do parque fabril conserveiro, o mais baixo de toda a guerra, enquanto Olhão mantém a prioridade quanto ao seu número, correspondendo a 22,3 % do total geral.

Outro aspecto interessante foi o aumento do número de fábricas a partir das de 21 a 50 operários, quer em termos gerais, quer em termos do Algarve. As de 21 a 50 operários cresceu 63,6%, com destaque para Olhão, e as de com mais de 100 operários 8,3 %. Tendência, pois, para uma maior concentração, mas que devido à aleatoriedade da pesca não foi correspondida com um aumento da produção.

Os aumentos ou diminuições do número de fábricas consoante o tipo das conservas produzidas e o número de operários não correspondiam a novas fábricas propriamente ditas, mas a transferências de funções consoante a quantidade das espécies de peixe capturadas, a sua produção e procura. Enquanto que as salgas fabricavam exclusivamente este tipo de conserva, as fábricas designadas de azeite ou molhos e sal, poderiam, eventualmente, fabricar conservas de ambos os tipos.

Quadro CXVIII
**Número de fábricas no Algarve e percentagem por categorias
de número de operários**

Anos	até 100 operários	%	Mais de 100 operários	%	Total de fábricas	% em relação ao total geral
1940	-	-	-	-	99	46,7
1941	76	66,6	38	33,3	114	51,6
1942	72	66,6	36	33,3	108	45,6
1944	71	66,3	36	33,6	107	44,76
1945	65	62,5	39	37,5	104	43

Fonte: Quadros anteriores.

Como conclusão, da análise realizada, podemos constatar que, entre 1941-1945, o Algarve perdeu 8,8% das suas unidades industriais, transferindo-se várias fábricas para outros centros conserveiros, nomeadamente, para Matosinhos. A falta de peixe que se fez sentir durante a guerra, explica esta fuga de unidades fabris para o norte que, ao contrário do sul, dispunha de um mercado de peixe que contemplava, não só a indústria de conservas, como o consumo público.

5. A produção de conservas de peixe nos centros conserveiros do Algarve

Ao estudar a indústria de conservas é extremamente problemático analisar, apenas, um aspecto isoladamente, visto que, como, aliás, já frequentemente temos sublinhado, nela entroncam forçosamente a quantidade de pesca capturada, a qual influencia a produção e a própria exportação.

Consequentemente, sempre que isso foi ou seja imprescindível para a compreensão da análise entraremos, embora nos possamos repetir, com os vários factores em conjunto

A exploração de qualquer outra matéria-prima, por exemplo, ferro, volfrâmio ou petróleo, num determinado país, depende da riqueza do seu subsolo e das

condições técnico-económicas presentes em cada momento histórico. No caso da matéria-prima explorada a partir do mar, aquelas condições não se colocam da mesma forma, visto que a quantidade e mesmo a qualidade do produto evidenciam enorme aleatoriedade, dependendo de complexos fenómenos das massas oceânicas.

É óbvio, que as condições técnicas, designadamente, a de uma melhor modernização das frotas de pesca podiam eventualmente ultrapassar aqueles problemas, intensificando a exploração pesqueira em regiões marítimas mais longínquas, mas tal não se colocava à indústria de pesca nos anos trinta e quarenta, em Portugal. **“A estabilidade da produção depende não só da abundância de sardinha na costa, mas da própria eficiência económica dos barcos de pesca e manifestada pelo rendimento e produtividade física por tipos e tamanhos de embarcações”¹¹⁵.**

Durante a II Guerra Mundial, esta aleatoriedade, esta irregularidade, obviamente, não desapareceu, bem pelo contrário, tendo presente que, principalmente para o Algarve o mar não foi pródigo na abundância de matéria-prima.

Não será necessário sublimhar uma vez mais que as conservas de sardinha foram o produto mais produzido, pois, foi uma constante na indústria conserveira.

Da análise dos quadros seguintes, nomeadamente o dos índices de produção nacional, das várias espécies de conservas, podemos tirar algumas conclusões.

A evolução da produção dos diferentes tipos de conserva mostra que os anos de 1942 e 1943 concentraram as quantidades mais elevadas, embora as tendências das suas produções tivessem sido relativamente diferentes.

¹¹⁵ Salviano Cruz, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, p. 266.

A produção de conservas de sardinha em azeite entre 1940 e 1945 diminuiu 44%, enquanto que em sal o decréscimo atingiu cerca de 20%.

Quadro CXIX
PRODUÇÃO GLOBAL DE CONSERVAS DE PEIXE (1937-1946)

Espécies de conservas	Unidade: toneladas									
	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Sardinha em azeite ou molhos	40.462	31.306,555	35.460	44.777	34.863	26.708	31.909	26.948	25.901	22.956
Sardinha conservada pelo sal	6.085	2.193,151	1.958	2.127	3.283	11.024	6.850	3.031	1.706	2.326
Similares da sardinha em azeite ou molhos	2.281	1.595,017	2.111	1.935	3.795	3.837	4.806	1.802	2.292	794
Similares da sardinha conservada pelo sal	1.905	3.483,182	2.026	1.661	2.576	6.396	4.284	6.119	4.972	879
Atum em azeite ou molhos	2.733	836,505	936	1.246	1.220	1.612	1.975	1.171	1.098	1.680
Atum conservado pelo sal	305	41,898	59	29	52	45	248	35	34	111
Similares do atum em azeite ou molhos	163	42,578	90	24	98	699	3777	277	395	317
Similares do atum conservado pelo sal	0.5	-	-	-	15	92	248	5	8	1
Total	54.434	39.453,886	42.640	51.799	45.901	51.376	50.577	39.385	35.441	

Fontes: Anuário Estatístico (1938-1946) e BMINE (1939-1946), Indústria Portuguesa, n° 123, Maio 1938, p. 29, para o ano de 1927 e Rev. do Centro de Estudos Económicos, n° 2, 1946

Nota: Em 1938, o Norte produziu 589.793 caixas, o Centro 108.150, o Barlavento 411.928 e o Sotavento 268.849 in A Indústria, n° 706, 29/4/39, p. 3.

Inversamente, os similares da sardinha, o atum e os similares do atum, quer em azeite, quer em sal, com poucas excepções, apesar das suas pequenas quantidades produzidas, chegaram ao fim da guerra com índices superiores a 1939.

Quadro CXX
Índice da produção de conservas de peixe (1939-1946)

Espécies de conservas	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Sardinha em azeite ou molhos	100	126,3	98,3	75,3	90	76	70,6	64,7
Sardinha conservada pelo sal	100	108,6	167,7	563	350	155	87	118,8
Similares da sardinha em azeite ou molhos	100	91,7	179,8	182	227,6	85,3	108,6	37,6
Similares da sardinha conservada pelo sal	100	82	127	315,7	211	302	245	43,4
Atum em azeite ou molhos	100	133	130	172	211	125	117	179,5
Atum conservado pelo sal	100	49	88	76	216	59	57	188
Similares do atum em azeite ou molhos	100	26,7	109	776,7	419,7	307,8	438,9	352
Similares do atum conservado pelo sal	-	-	100	613	1653	33	53	6,6

Os quadros seguintes mostram a evolução da produção de conservas nos centros conserveiros do Algarve. Nestes a tendência foi semelhante ao conjunto dos centros do país, embora as quantidades produzidas de conservas de atum tivessem sido monopolizadas pelos centros do Algarve.

Quadro CXXI
Produção de conservas de peixe nos centros conserveiros algarvios
(1940-1945)

Unidade: toneladas

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	azeite	sal	
Lagos	1.770	31	162	..	7	..	..	..	1.970
Portimão	8.620	17	206	8	..	..	..	..	8.851
Olhão	6.575	572	795	443	..	..	..	..	8.385
V.R.S.A.	238	63	267	255	396	28	8	..	1.255
Total	17.203	683	1.430	706	403	28	8	..	20.461

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	azeite	sal	
Lagos	879	77	110	105	42	..	2	..	1.215
Portimão	3.659	29	250	126	..	..	2	..	4.066
Olhão	2.373	612	534	886	24	..	6	..	4.435
V.R.S.A.	328	863	98	619	597	52	61	..	2.618
Total	7.339	1.581	992	1.736	663	52	71	..	12.274

A análise das conservas por espécies e por centros permite-nos tirar as seguintes conclusões. A produção de *conservas de sardinha em azeite* nos centros do Algarve variou, entre o máximo de 38, 4%, em 1940, e, um mínimo de 13,77%, em 1945, do total do país. Ou seja, na produção deste tipo de conservas o Algarve foi forte e negativamente afectado, pelas razões já avançadas.

Quadro CXXII
Produção de conservas de peixe nos centros conserveiros algarvios
(1940-1945)

Unidade: toneladas

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	Azeite	sal	azeite	sal	
Lagos	483	404	190	140	52	..	44	11	1.324
Portimão	3.398	561	334	356	75	..	46	17	4.787
Olhão	1.660	1.410	947	1.284	141	..	255	3	5.700
V.R.S.A.	226	2.714	338	1.767	961	41	278	..	6.325
<i>Total</i>	5.767	5.089	1.809	3.547	1.229	41	623	31	18.136

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	axeite	sal	
Lagos	584	10	137	31	4	..	6	..	772
Portimão	3.956	145	854	455	40	..	38	6	5.494
Lagoa	1.469	..	329	212	31	..	9	..	2.050
Portimão	2.487	145	525	243	9	..	29	6	3.444
Olhão	1.976	1.073	1.237	1.320	377	4	137	8	6.132
V.R.S.A.	183	1.626	88	519	1.364	109	114	..	4.003
Tavira	71	3	3	..	87	2	6	..	172
V.R.S.A.	112	1.623	85	519	1.277	107	108	..	3.831
<i>Total</i>	6.699	2.854	2.316	2.325	1.785	113	295	14	16.401

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	azeite	sal	
Lagos	569	..	64	47	..	..	3	..	683
Portimão	3.427	47	331	636	19	..	47	1	4.508
Lagoa	1.343	..	148	328	19	..	9	..	1.847
Portimão	2.084	47	183	308	..	..	38	1	2.261
Olhão	1.620	295	483	2.792	242	12	82	0	5.526
V.R.S.A.	61	580	202	897	800	22	83	3	2.648
<i>Total</i>	5.677	922	1.080	4.372	1.061	34	215	4	13.365

Centros	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	azeite	sal	
Lagos	283	64	47	210	..	..	4	..	608
Portimão	2.451	..	263	371	23	1	44	..	3.153
	(40.059)	..	(3.051)	(2.754)	(504,5)	(11)	(682)	..	
Lagoa	898	..	60	198	13	..	40	..	1.209
	1.553	..	203	173	10	1	4	..	1.944
Portimão									
Olhão	651	96	434	2.565	263	4	8	5	4.031
V.R.S.A.	63	308	295	1.040	664	27	100	2	2.499
<i>Total</i>	3.448	468	1.044	4.186	950	32	156	7	10.291
<i>Total G.</i>	46.033	11.597	8.671	16.872	6.091	290	1.368	56	90.978

Fontes: Anuário Estatístico, Estatística Industrial e Joaquim António Nunes, Portimão, p.6.

Nota: Para o centro de Portimão os valores entre parêntesis são em contos. Este centro produziu ainda 301 toneladas de anchovas no valor de 9.870 contos e 223 toneladas de filetes anchovadas no valor de 6.172 contos.



Quadro CXXIII

Índice da produção dos centros conserveiros algarvios

Anos	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum		Total
	azm	sal	azm	sal	-	sal	azeite	sal	
1940	100	100	100	100	100	100	100	-	100
1941	42,7	231	69	246	164,5	186	887,5	-	60
1942	33,5	745	126,5	502	305	146	7.787,5	100	88,6
1943	39	418	162	329	443	403,6	3.687,5	45	80
1944	33	135	75,5	619	263	121	2.687,5	13	65
1945	20	68,5	73	593	235,7	114	1.950	22,6	50,3

Fonte: quadros anteriores.

Entre 1940-1945, o centro de Portimão foi o maior produtor de conservas de sardinha em azeite, enquanto Olhão pelas quantidades produzidas por outras espécies de conserva, designadamente as similares da sardinha, para além daquelas, conseguiria tornar-se o maior produtor do Algarve.

As conservas *similares da sardinha em azeite* tiveram como centros principais, Olhão e Setúbal. A percentagem dos centros algarvios, para a qual contribuiu decisivamente Olhão, evidenciou alguma irregularidade. Em 1940, atingiram 73,9% da produção total do país para, em 1941, terem decrescido abruptamente para os 26,13%. Nos anos seguintes registar-se-ia uma recuperação, chegando aos 60%, em 1944, embora tivessem diminuído no último ano do conflito, para os 45,5%.

Quadro CXXIV

Percentagem da produção dos centros do Algarve em relação ao total nacional

Anos	Sardinha		Similares da sardinha		Atum		Similares do atum	
	azm	sal	azm	sal	azeite	sal	azeite	sal
1940	38,4	32,1	73,9	42,5	32,3	96,5	33,3	-
1941	20,7	48,1	26,1	63,4	54,3	100	72,4	-
1942	21,3	44,6	47,0	54,0	76,2	91,1	89,1	34
1943	21	41,7	48,1	54,3	90,4	88,3	78,2	5,6
1944	21	30,4	59,9	71,4	90,6	97,1	77,6	80
1945	13,8	27,4	45,6	84,2	86,5	94,1	52,2	87,5

Fonte: quadros anteriores

As conservas *similares da sardinha em sal* tiveram com principais centros Matosinhos, apenas, em 1940, mas nos anos seguintes a hegemonia passou para Olhão e V.R.S.A.. A percentagem destes centros atingiu os 63,4%, em 1941, diminuiu, em 1942, para os 54%, para, posteriormente, não parar de aumentar a sua cota, alcançando, em 1945, os 84%.

O *atum em azeite e em sal* conheceu o seu indiscutível grande centro produtor na pombalina V.R.S.A.. A sua percentagem no cômputo geral foi elevadíssima, atingindo, no segundo tipo de conserva, mesmo os 100%, em 1941.

Os *similares do atum em azeite* tiveram Setúbal, unicamente, em 1940, e V.R.S.A. e Olhão, nos anos seguintes, como os mais importantes mercados produtores. A percentagem dos centros algarvios registou valores também altos, alcançando-se os 70%.

Finalmente, os *similares do atum em sal*, à excepção de 1944 e 1945, cujos principais centros localizaram-se em V.R.S.A. e Olhão, as maiores quantidades foram produzidas em Matosinhos, Lisboa e Figueira da Foz. Naqueles mencionados anos, contudo, a percentagem de ambos os mercados do Algarve cifraram-se nos 80% e 87,5%, respectivamente.

5.1. A concentração regional da produção de conservas

À excepção dos dados da produção das empresas Júdice Fialho e Feu Hermanos elaborados para um período relativamente longo, poucos mais dispomos. Contudo, as tendências verificadas nestas grandes empresas são certamente representativas para o conjunto das empresas.

Em relação à primeira empresa, eles terminam em 1941, embora nos permitam afirmar que de 1939 a 1941 a produção das suas fábricas tenha caído 76,6%!

Para a empresa Feu Hermanos, porém, dispomos da evolução da sua produção para todo o período da guerra, a qual foi sensivelmente semelhante à registada a nível geral: crescimento de 66,6% de 1939 para 1941, mas seguidamente uma paulatina quebra até 1945.

Muitas empresas, designadamente, a Júdice Fialho, tinham várias fábricas, quer espalhadas por várias localidades, quer numa mesma localidade. Situação que contribuía para exercerem um controle sobre a produção de conservas, controle que se estendia aos próprios preços.

Em relação, apenas, ao Algarve, no período de 1943-47, a produção por empresas com mais de uma fábrica em cada localidade, concentrava-se do seguinte modo:

Quadro CXXV
Percentagem da produção por empresas com mais de
uma fábrica por localidade no Algarve

Centros	% sobre a produção total na área
Lagos	31
Portimão	49
Olhão	18
V.R.S.A.	13

Fonte: Salviano Cruz, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, p. 265.

Entre aqueles anos, no centro de Portimão, 4 fábricas em 19, produziam 49% da sua produção, produzindo, não obstante, noutras regiões do país; Lagos tinha 4 fábricas em 19, produzindo 31% da produção total; Vila Real dispunha de uma única empresa que, em 12, produzia 15%, e, finalmente, Olhão, com 3 fábricas em 33, produzindo 18% da produção local. Um núcleo duro de 15 firmas, entre cerca de 244,

a nível nacional, controlavam através de fábricas múltiplas 28% da produção total de conservas¹¹⁶.

Estamos, assim, perante uma concentração regional da produção, perante um verdadeiro sistema oligopolístico de firmas dominadoras, como eloquentemente se depreende dos dados apresentados para os quatro grandes centros da indústria conserveira do Algarve.

Neles, quer a concentração da produção por localidades, quer por firmas dominadoras conduz-nos a um relativamente pequeno grupo de empresas que controlava a produção de conservas, designadamente de sardinhas, ao longo de um extenso período.

Quadro CXXVI

Concentração da produção por localidades segundo a contribuição das firmas dominadoras dentro do período de 15 anos - 1933-1947

LAGOS

Nome da firma	Produção total	
	Kg	%
Algarve Exportador, Lda.	5.589.743	31,9
Aliança Fabril Lacobrigense, Lda.	1.622.562	9,3
António da Silva Freitas	2.720.173	15,5
Júdice Fialho & Cª	1.693.140	9,7
S. Gerardo, Lda.	1.748.342	10,0
PRODUÇÃO DAS 5 FIRMAS	13.373.969	76,4
PRODUÇÃO DAS 10 RESTANTES	4.065.096	23,6
PRODUÇÃO TOTAL, 15 FIRMAS	17.438.065	100,0

PORTIMÃO

Nome da firma	Produção total	
	Kg	%
Bivar & Cª, Lda	4.317.104	5,2
Empresa de Conservas Atlântica, Lda.	3.630.444	4,4
Empresa Fabril de Conservas, Lda.	3.703.176	4,5
Facho, Lda.	3.577.966	4,3
Feu Hermanos («S. Francisco»)	11.914.235	14,3
Feu Hermanos (Mex. da Carregação)	9.170.901	11,0
Júdice Fialho & Cª («S. José»)	6.024.620	7,2
Júdice Fialho & Cª («S. Francisco»)	6.045.128	7,3
Júdice Fialho & Cª (Ferragudo)	4.827.672	5,9
Severo Ramos, Lda.	4.403.820	5,3
União Industrial, Lda.	4.810.971	5,8
PRODUÇÃO DAS 11 FIRMAS	62.426.037	75,2
PRODUÇÃO DAS 14 RESTANTES	17.685.620	24,8
PRODUÇÃO TOTAL, 25 FIRMAS	80.111.657	100,0

¹¹⁶ Salviano Cruz, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, p. 265

OLHÃO

Nome da firma	Produção total	
	Kg	%
Emp. Mercantil de Pesca, Lda	5.314.712	6,9
Francisco Alves & Filhos	3.178.681	4,1
J. P. Leonardo	3.211.171	4,2
Martins & Pereira, lda	3.143.702	4,1
Saias, Irmãos & C ^a .lda	3.445.327	4,5
Sardinha do Algarve, lda	4.815.018	6,3
União Industrial, lda	3.085.017	4,0
João C. Gargalo	2.800.790	3,6
Lázaro & C ^a .lda	2.851.026	3,7
Soc. Cons. Belo Monte, Lda	2.877.743	3,8
PRODUÇÃO DAS 10 FIRMAS	34.723.187	45,2
PRODUÇÃO DAS 39 RESTANTES	40.648.448	54,8
PRODUÇÃO TOTAL, 49 FIRMAS	75.371.635	100

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Nome da firma	Produção total	
	Kg.	%
Centeno Cumbreira & Rodrigues	2.365.687	14,4
Companhia de Cons. Balsense	2.104.309	12,8
Raul Folque & Filhos, Lda.	2.499.963	15,3
Soc. An. Angelo Parodi Bartolomeu	2.798.790	17,1
V ^a e H ^o de Francisco F. Tenório	2.800.994	17,1
PRODUÇÃO DAS 5 FIRMAS	12.569.743	76,7
PRODUÇÃO DAS 10 RESTANTES	3.655.779	23,3
PRODUÇÃO TOTAL, 15 FIRMAS	16.225.522	100,0

Fonte: Salviano Cruz, "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe",
A Revista de Pesquisas Económico-Sociais, vol. IV, n^o 1-6, 1955-58, pp. 193-194.

No centro de Lagos, destacadíssima encontrava-se a empresa Algarve Exportador, Lda., também com fábricas noutras localidades, que durante quinze anos dominou a produção daquele centro com 31, 9% do total.

As já nossas conhecidas Feu Hermanos e Júdice Fialho controlavam a produção de Portimão e, digamos mesmo, de todo o Algarve. Aliás, este centro conserveiro caracterizou-se por registar a maior concentração no binómio produção-exportação.

Em Olhão e Vila Real, respectivamente, a Empresa Mercantil de Pesca, Lda. e a Centeno, Cumbreira & Rodrigues eram as empresas mais importantes.

O peso económico de algumas das grandes empresas conserveiras era ainda reforçado por serem igualmente importantes empresas armadoras cujos barcos forneciam directamente as suas fábricas.

Concluindo, podemos afirmar que no Algarve a concentração por firmas dominadoras era **“muito mais acentuada do que no Norte e no Centro do País”**, predominando o sistema de um pequeno grupo daquelas firmas influir consideravelmente sobre o mercado da sua área¹¹⁷.

Quadro CXXVII

Concentração das firmas dominadoras segundo a sua média anual de produção de sardinhas de conserva no período de 1933-1947

LAGOS

Nome da firma	Produção média	
	Kg	%
Algarve Exportador, Lda.	372.649	22,4
António da Silva Freitas	181.344	10,9
José d'Abreu Pimenta	195.681	11,7
PRODUÇÃO DAS 3 FIRMAS	749.674	45,0
PRODUÇÃO DAS 12 RESTANTES	771.201	55,0
PRODUÇÃO TOTAL, 15 FIRMAS	1.520.875	100,0

PORTIMÃO

Nome da firma	Produção média	
	Kg	%
Bivar & C ^a , Lda	287.806	4,7
Feu Hermanos («S. Francisco»)	794.282	12,7
Feu Hermanos (Mex. da Carregação)	611.393	10,0
Júdice Fialho & C ^a («S. José»)	401.645	6,4
Júdice Fialho & C ^a («S. Francisco»)	403.008	6,4
Júdice Fialho & C ^a (Ferragudo)	321.844	5,2
Severo Ramos, Lda.	293.588	4,8
União Industrial, Lda.	320.731	5,2
PRODUÇÃO DAS 8 FIRMAS	3.434.297	55,4
PRODUÇÃO DAS 17 RESTANTES	2.544.735	44,6
PRODUÇÃO TOTAL, 25 FIRMAS	5.979.032	100,0

OLHÃO

Nome da firma	Produção	média
	Kg	%
Emp. Mercantil de Pesca, Lda	354.314	5,0
Francisco Alves & Filhos, Lda.	288.971	4,1
J. P. Leonardo	214.078	3,1
João C. Gargalo	254.617	3,7
José Correia Pontes, Lda.	217.366	3,1
Lacasta, Lda.	295.610	4,1
Martins & Pereira, Lda.	209.580	3,0
Produtora Nacional de Conservas, Lda.	287.688	4,1
Saias, Irmãos & C ^a . Lda	229.688	3,2
Sardinha do Algarve, Lda	321.001	4,6
Soc. Cons. Belo Monte, Lda	221.364	3,2
União Industrial, Lda	205.667	3,0
PRODUÇÃO DAS 12 FIRMAS	3.099.944	44,2
PRODUÇÃO DAS 37 RESTANTES	3.681.677	55,8
PRODUÇÃO TOTAL, 49 FIRMAS	6.781.621	100,0

¹¹⁷ Salviano Cruz, “A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe”, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, n.º 1-6, p. 189.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Nome da firma	Produção	média
	Kg.	%
Centeno, Cumbreira & Rodrigues	181.975	9,5
Raul Folque & Filhos, Lda.	357.137	18,6
Soc. An. Ângelo Parodi Bartolomeu	186.582	9,7
V ^a e H ^o de Francisco F. Tenório	400.134	20,8
PRODUÇÃO DAS 4 FIRMAS	1.125.828	58,6
PRODUÇÃO DAS 11 RESTANTES	726.971	41,4
PRODUÇÃO TOTAL, 15 FIRMAS	1.888.779	100,0

Fonte: Salviano Cruz, "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe",
A Revista de Pesquisas Económico-Sociais, vol. IV, n.º 1-6, 1955-58, pp. 197-198.

Embora em páginas anteriores já tenhamos analisado a implementação do condicionamento industrial, não queremos deixar de acrescentar algo mais, perante os dados sobre a concentração da produção nos centros algarvios nos quinze anos que decorreram entre 1933 e 1945, consequentemente cobrindo o período da II Guerra Mundial.

Neste espaço temporal foram as mesmas empresas, de uma dimensão económica já relativamente importante que controlaram quer a produção, quer a exportação de conservas de peixe.

Como oportunamente acentuámos, foram as grandes empresas que mais número de pedidos ao abrigo do condicionamento industrial fizeram, e aquelas que com mais autorizações foram contempladas. Ou seja, do nosso ponto de vista, consideramos que o condicionamento, embora mantendo pulverizada a indústria conserveira, favoreceu, porém, as grandes empresas, contribuindo talvez para o reforço do seu controlo oligopolístico regional e nacional.

Refira-se ainda o facto de algumas delas, como também por diversas vezes já sublinhámos, disporem de uma frota de barcos de pesca o que lhes permitia aumentar ainda aquele controlo, favorecendo a acumulação de capital. Este realizava-se, para estas firmas, quer pela exportação de conservas, e, quando esta diminuía, eram beneficiados pelo aumento do preço do peixe em consequência de uma menor oferta.

O exemplo do centro de Portimão é paradigmático, na medida em que no período de 1933-1942, apenas, duas empresas, Feu Hermanos e Júdice Fialho, controlaram oligopolisticamente a produção, chegando a atingir 49% do total produzido no centro. Os elementos para os outros centros conduzem-nos às mesmas conclusões.

Quadro CXXVIII
ORGANIZAÇÃO E CONTROLE OLIGOPOLÍSTICO DA PRODUÇÃO
DE CONSERVAS EM 1933-1947

Portimão

Empresa	1933-37	%	1938-42	%	1943-47	%
Feu Hermanos	6.650.637	26	9.290.791	30	5.143.718	21
Júdice Fialho & C ^a	5.996.247	23	5.917.150	19	4.298.419	18
Severo Ramos, Lda.	1.680.151	7	1.526.536	6	1.197.133	5
Bivar & C ^a , Lda.	1.445.881	5	1.569.685	5	1.197.133	5
Facho, Lda.	1.342.122	5	-	-	-	-
Établissements F. Delory	1.169.849	5	-	-	-	-
União Industrial, Lda.	-	-	2.466.500	8	1.763.352	8
Em. de Cons. Atlântica, Lda.	-	-	1.580.500	5	1.119.157	5
TOTAL	18.284.887	71	21.552.215	73	14.824.407	62
PROD. de PORTIMÃO	25.697.785		30.594.978		23.818.894	
Nº de FIRMAS	23		20		19	

Fonte: Salviano Cruz "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe", *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, 1955-58, p. 246

CAPÍTULO XI

AS EXPORTAÇÕES DE CONSERVAS DE PEIXE ENTRE 1939-1945

1. Introdução

Quer durante a I Guerra Mundial, quer na II Guerra Mundial, as conservas de peixe fabricadas em Portugal tornaram-se um dos alimentos imprescindíveis principalmente para o soldado.

Gozando de características como um extenso período de conservação e um reduzido volume e peso, conferem ao soldado uma autonomia alimentar importante, tornando-o mais apto para o desempenho da sua difícil, arriscada, e, por vezes, fatal missão.

É de sublinhar igualmente que o soldado requer frequentemente, em consequência da espinhosa tarefa de que está incumbido, de escasso tempo para cada refeição, factor que lhe é proporcionado pelas conservas que, recorde-se e não é de somenos importância, contêm produtos essenciais para a sua nutrição.

Estes aspectos não deixarão de se repercutirem positivamente na condição física e psicológica do soldado.

As conservas utilizadas no campo de batalha fabricadas com a folha de flandres, permitem ainda que possam ser aquecidas dispensando **"os trens de cozinha e pessoal agregado"**¹¹⁸. E mais: **"a natureza de fabrico e acondicionamento permite o seu transporte mesmo em condições climatéricas desfavoráveis; o seu poder de conservação permite armazenar grandes reservas nas estações de**

¹¹⁸ Álvaro Joaquim Fernandes Ferreira, *As Conservas Enlatadas na Alimentação das Tropas em Campamha*, p.20.

reabastecimento e, finalmente, a sua distribuição individual facilita consideravelmente os serviços da Administração militar"¹¹⁹.

As guerras que marcaram grande parte do processo histórico das sociedades, deixaram atrás de si um rasto de destruição, de miséria, de fome e de morte. As nossas conservas certamente que supriram muitas das carências alimentares dos soldados e das populações durante os grandes conflitos deste século. Contudo, uma diferença substancial protagonizaram as conservas de peixe nacionais na I e na II Guerras Mundias. Naquela, foram consumidas essencialmente pelo bloco da *Triplíce Entente Cordiale*, designadamente pelos soldados britânicos, franceses e portugueses nos campos de batalha europeus; nesta, alimentaram quer os exércitos aliados, quer o exército nazi, quer mesmo prisioneiros de guerra e populações civis em alguns países dilacerados pelo conflito.

2. A «neutralidade colaborante»

A 3 de Setembro de 1939, o governo chefiado por Oliveira Salazar, declarava a política de neutralidade do país na II Guerra Mundial, na qual se iriam degladiar **“algumas das maiores nações do nosso continente - nações amigas e uma delas aliada”**. Neutralidade que não deixou de satisfazer os interesses ingleses e alemães, circunscrevendo a área do conflito e fazendo de Portugal uma placa giratória, essencialmente para o continente americano. Neutralidade favorecida, em grande medida, por factores exógenos à acção diplomática portuguesa, decorrentes do desenrolar de interesses estratégicos dos beligerantes, visto que existiam planos de

¹¹⁹ Idem.

ocupação de Portugal, quer pela Espanha, quer pela Alemanha («operação Félix»). Neutralidade que será, assim, amplamente aproveitada económica e politicamente.

A apregoada equidistância de Portugal, contudo, cedo mostrou alguns limites, designadamente em matéria económica, com respeito a dois importantes produtos de exportação: o volfrâmio e as conservas de peixe. E foi na órbita deles, principalmente, do primeiro, pelo seu inquestionável valor estratégico - dele era extraído o tungsténio essencial nos processos de reforço do aço para equipamento militar - mas, também, em torno das conservas de peixe que se desenrolará, ao longo do conflito, uma importante guerra económica implementada pela Inglaterra para cercear o envio destes produtos para a Alemanha nazi.

Ambos foram, assim, instrumentos da diplomacia salazarista, designadamente da sua cruzada anticomunista, quer no caso da Alemanha, mas igualmente numa outra situação de crispação internacional.

Em 30 de Novembro de 1939, quando já eclodira a II Guerra Mundial, a União Soviética invade a Finlândia. De vários países europeus, nomeadamente de Inglaterra e de França, projecta-se o auxílio em matéria de guerra e em géneros alimentícios ao país invadido, tornando-o uma barreira ao avanço da **“pata bolchevista”**¹²⁰. Salazar não ficou indiferente ao acontecimento, embora preferisse **“ignorar”** a partida de voluntários portugueses que se iriam incorporar na aviação finlandesa **“levando consigo o sonho de criar em face da Rússia uma esquadilha inteiramente portuguesa”**¹²¹.

Em vários documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros insistia-se no auxílio a fornecer à Finlândia. Entre essa ajuda encontrava-se essencialmente o

¹²⁰ “A pata bolchevista e a heroica Finlândia”, *Correio do Sul*, 3/3/40, p. 1. Carta de uma casa comercial de Helsinquia dirigida aos senhores Feu, Hermanos.

¹²¹ *Ecos do Sul*, nº 64, 25/2/40 e *Dez Anos de Política Externa*, vol. VI, doc. 381, telegrama nº 39, Lisboa 14/2/40, p. 333.

fornecimento de produtos alimentares, como milho, açúcar, café, cacau, sal, algumas frutas, vinho da Madeira, óleos vegetais e conservas¹²².

A 20 de Fevereiro de 1940, Salazar anunciava o propósito de fornecer à Finlândia 20.000 caixas de conservas, cujo transporte estaria a cargo do governo inglês¹²³. Seria, presumivelmente o navio finlandês *Creta*, o qual, para além das conservas, carregaria carvão e armamento espanhol¹²⁴. O facto de o conflito terminar em Março de 1940 - no dia 12 era assinado o Tratado de Moscovo -, terá, presumivelmente obstado à chegada do navio ao seu destino, visto que não encontramos mais elementos sobre o mesmo e sua carga.

Refira-se, ainda, que em 9 de Abril de 1941, seriam assinados, em Lisboa, dois acordos entre Portugal e a Finlândia, um comercial e outro de pagamentos¹²⁵. Segundo o primeiro acordo, a Finlândia comprometia-se a importar 250 toneladas de conservas de sardinha, para além de outros produtos.

3. As conservas de peixe no contexto da economia portuguesa

Entre 1939 e 1944, as exportações portuguesas em toneladas sofreram uma quebra de volume de 66,7%, enquanto que em valor se registou uma subida de 215%, de 1939 a 1942, e de 107%, se considerarmos o período de 1939 a 1945¹²⁶.

Um dos factores mais significativos encontrar-se-ia na enorme valorização dos preços dos produtos nacionais de exportação que, de 910\$00/tonelada, em 1939,

¹²² Idem, doc. n.º documentos n.º 370, 373, 376 e 381.

¹²³ Idem, doc. 294, p. 346.

¹²⁴ Idem, doc. 407, telegrama n.º 48, Londres, 23/2/40, p. 353.

¹²⁵ cf. *Diário do Governo*, de 22/4/41.

¹²⁶ cf. F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, quadro XXXVI, p. 148.

atingiu o máximo de 8.151\$00, em 1943, tendo a partir deste ano iniciado uma acentuada descida¹²⁷.

Como mostram os quadros seguintes o produto mais exportado, em quantidade foi a cortiça, embora, em valor as conservas e o volfrâmio tenham sido os principais produtos exportados, tendo aquelas ultrapassado mesmo este numa diferença de 477.390 contos.

Quadro CXXIX
OS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL
1939-1945

Produtos	Toneladas	Contos
Cortiça (em bruto)	869.325	1.485.983
Estanho	5.781	887.173
Resinosos	279.296	895.442
Volfrâmio	25.915	3.087.448
Fios e tecidos de algodão	37.518	1.510.037
Cortiça (em obra)	94.628	1.201.510
Conservas	347.872	3.564.838
<i>TOTAL</i>	1.660.335	12.632.431

Fonte: F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, quadro XXXVI, p. 148.

O quadro seguinte regista as quantidades e os valores da estatística oficial alcançados pela exportação de volfrâmio, permitindo-nos comparar com os dados referentes às conservas de peixe.

Quadro CXXX
EXPORTAÇÃO DE VOLFRÂMIO
1939-1945

Anos	toneladas	%	contos	%
1939	3.079	0,17	28.651	2,78
1940	3.443	0,26	68.785	6,05
1941	5.235	0,56	541.612	24,24
1942	4.861	0,50	1.283.483	39,72
1943	6.669	0,87	844.960	26,80
1944	2.668	0,44	319.957	14,97
1945	-	-	-	-

Fonte: F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, quadro XXXVI, p. 148.

Nota: percentagem das quantidades e dos valores em relação ao total das exportações.

¹²⁷ cf. Daniel Barbosa, *Alguns Aspectos da Economia Portuguesa*, quadro XXXII, p. 199.

A exportação de conservas de peixe durante a II guerra mundial marcou um dos períodos áureos da indústria, não pela quantidade exportada, mas pelos valores atingidos.

Quadro CXXXI
Exportação de conservas de peixe durante a II Guerra Mundial
(1939-1945)

Anos	Sardinha		Outras		Total	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1939	40.784,386	219.616,818	-	-	49.840	249.020
1940	36.229,908	197.062,331	7.861	37.304	44.091	234.366
1941	49.902,520	464.780,708	11.991	58.286	61.894	523.077
1942	32.945,789	325.098,931	22.803	92.385	55.794	417.483
1943	37.548,091	785.633,413	16.768	147.865	54.316	904.287
1944	33.521,714	593.709,192	6.130	80.435	39.662	674.144
1945	28.724,163	400.058,632	13.555	162.403	42.279	562.462
1946	36.269,131	444.753,909	10.340	137.147	46.609	581.901

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1939-1946) e BMINE (1939-1946).

Notas: A exportação em valor, para 1944, de sardinha e similares em azeite e molhos foi de 632.903 c.; em 1946, o valor, foi de 517.943 c.. Para 1939, o BMINE dá uma exportação de conserva de sardinha de 40.774.223 kg, para 1942, 32.945.964 e, para 1943, 37.561.750 kg. Ainda para 1943, outras fontes indicam uma exportação no valor de 756.422 contos.

Quadro CXXXII
Evolução em números índices da exportação de conservas de peixe

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Quantidade	100	88,4	124,4	112	109	79,5	84,8	93,5
Valor	100	96	210	167,6	363	270,7	226	233,7

Quadro CXXXIII
Porcentagem das conservas de peixe no total das exportações portuguesas

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
Quantidade	2,7	3,3	6,7	5,7	7,1	6,6	5,3	3,2
Valor	24,2	20,6	23,4	13	28,7	31,5	26,5	20

Durante o conflito a maior quantidade de conserva de sardinha exportada registou-se, em 1941, com 49.902 toneladas, enquanto que, em valor, 1943, bateu todos os recordes, atingindo-se mais de 789.633 contos daquele produto, e 904.287 contos se considerarmos o conjunto das conserva de peixe, embora a quantidade exportada fosse inferior em 24,7% à daquele ano. Verificou-se, à excepção de 1941, uma nítida tendência para a diminuição das quantidades exportadas.

Entre 1939 e 1945, a quebra registada cifrou-se em 29,57% Contudo, e igualmente entre o ano inicial do conflito e o seu termo, em valor, registou-se um acréscimo de 102,5%, enquanto que de 1939 a 1943, o aumento em valor foi mais significativo atingindo 257%.

A II Guerra Mundial viu reduzirem-se os mercados para as conservas portuguesas e decrescer a exportação, embora o valor médio da tonelada das conservas exportadas tenha crescido de forma significativa, como evidencia o quadro seguinte:

Quadro CXXXIV
Preço médio da tonelada de conservas exportadas
Unidade: escudos

Ano	Conservas de Sardinha	Conserva do Peixe
1938	5.472\$98	4.665\$49
1939	5.389\$54	4.996\$39
1940	5.439\$19	5.313\$51
1941	9.313\$69	8.451\$17
1942	9.867\$63	7.640\$42
1943	20.138\$78	16.744\$27
1944	17.711\$03	17.085\$04
1945	13.927\$00	13.315\$88
1946	12.262\$65	12.477\$26

Fontes: Quadro nº e "Parecer nº 28/VI ao Projecto de Sugestão Nº 751 de que foi relator o Ex.mo. Sr. Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira", Quadro XIX, p. 67.

Sublinhe-se o valor unitário recorde em 1943 e 1944. No âmbito das conservas de peixe, as de sardinha continuaram a ser o produto mais exportado. A sua percentagem em relação ao total de conservas foi o seguinte: 1939 -81,83%; 1940 - 82,17%; 1941 - 80,6%; 1942 - 59,04%; 1943 - 69%; 1944 - 84,52% e 1945 - 68%. Nos anos de 1942 e 1943, a sua percentagem diminui significativamente em virtude do aumento de outro tipo de conservas.

3.1. Similares da sardinha e do atum

Os produtos similares da sardinha e do atum, quer em azeite ou molhos, quer em sal registaram, de uma forma global, um aumento em quantidade e em valor.

Quadro CXXXV
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE - SIMILARES (1937-1946)

Anos	Sard. e simil. cons. pelo sal		Sim. da sard. em azeite ou molhos		Atum e similares cons. pelo sal		Atum e sim. em azeite ou molhos	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1937	8.691,734	12.175,223	2.366,812	7.449,656	167,294	730,142	2.043,085	13.279,651
1938	7.344,814	12.632,118	2.730,580	8.190,887	132,785	377,606	1.178,595	7.470,048
1939	3.182,738	5.256,205	4.867,332	19.378,293	145,596	293,439	596,497	3.795,015
1940	3.123,262	4.794,169	2.866,201	21.553,810	21,469	74,801	1.596,052	10.224,558
1941	6.508,061	13.714,993	3.435,753	29.650,933	75,996	293,832	1.798,941	14.037,144
1942	16.208,011	41.780,414	2.967,754	23.130,332	950,312	2.747	2.521,368	24.078,326
1943	6.560,703	26.467,017	5.785,864	60.605,017	281,099	1267	3.582,926	54.327,739
1944	692,480	2.758,025	2.900,848	39.194,370	2,379	16	2.386,554	37.360,280
1945	4.508,778	17.683,655	4.761,828	81.778,436	592	3,483	3.939,740	60.374,539
1946	2.088,167	6.332,194	4.292,519	72.975,466	96,672	530,419	3.673,504	55.059,497

Fonte: BMINE (1937-1946), para o ano de 1937 *Indústria Portuguesa*, nº 123, Maio 1938, p. 27 e *Indústria Portuguesa* (1942-1944)

A sardinha e similares conservadas pelo sal registaram uma tendência para aumentar entre 1939 e 1942, tendo atingido neste último ano uma extraordinária exportação de 16.208 toneladas, no valor de 41.780 contos.

Este produto foi exportado, em 1943, o único ano para o qual temos dados, principalmente para a Bélgica-Luxemburgo, seguindo-se a grande distância a Itália.

Quadro CXXXVI
Sardinha e Similares conservadas pelo sal em 1943
Unidade quilos

Imp. Col. Port.	12.580
Bélgica-Lux.	3.827.698
EUA	659.934
França	268.162
Itália	1.601.566
TOTAL	6.370.940
TOTAL GERAL	6.414.159

Fonte: *Anuário Estatístico*

Registava, assim, uma enorme concentração geográfica, já que ambos os países adquiriram 84,64% do total da exportação.

A partir de 1943, a exportação mostra uma tendência para decrescer.

Em 1945, a exportação de salmouras foi como mostra o quadro seguinte:

Quadro CXXXVII
EXPORTAÇÃO DE SALMOURAS EM 1945

Unidade: quilos				
Sardinha	Cavala	Carapau	Atum e similares	Outras espécies
2.725.289	1.447	1.814.220	451	29.700
				TOTAIS
				4.571.107

Fonte: *Conservas de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 6.

Os dois centros mais importantes foram Lisboa (1.215.517 quilos) e Matosinhos (1.082.496 quilos), seguindo-se os centros de Olhão, Portimão e V.R.S.A., os quais serão estudados mais adiante. Neste ano, grande parte da exportação dirigiu-se para dois países: França e Itália. A exportação para o primeiro **“foi feita pela Comissão Americana de Compras para alimentar os prisioneiros de guerra e refugiados existentes naquele país”**. As conservas enviadas para a Itália foram uma **“oferta do Governo português ao Vaticano para acudir às populações italianas famintas”**¹²⁸.

Os *similares da sardinha em azeite ou molhos* foram deste conjunto aquele que mostrou um maior equilíbrio na sua exportação e aquele que maiores valores registou, nomeadamente, em 1943 e 1945, respectivamente com 60.605 e 81.778 contos.

A Alemanha foi o principal importador do produto em 1943, com 53% de toda a exportação.

¹²⁸ *Conservas de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 4.

Quadro CXXXVIII
Similares da Sardinha em azeite ou molhos em 1943

Unidade: quilos

Imp. Col. Port.	42.728
Alemanha	3.334.880
Bélgica-Lux.	794.433
EUA	1.107.037
França	598.035
Suíça	257.975
<i>TOTAL</i>	<i>6.135.089</i>
<i>TOTAL GERAL</i>	<i>6.281.599</i>

Fonte: *Anuário Estatístico*

Ao contrário do atum e similares conservados pelo sal, o *atum e similares em azeite ou molhos* conhecem um aumento regular da sua exportação durante a guerra. Contudo, o que se destaca neste produto foi, também, os valores atingidos logo a seguir aos similares da sardinha em azeite ou molhos e, principalmente, o produto que mais se valorizou por tonelada, ultrapassando mesmo em alguns anos, o valor unitário das conservas de sardinha.

Quadro CXXXIX
Atum e Similares em Azeite ou molho em 1943

Unidade: quilos

Alemanha	1.432.119
Imp. Col. Port.	11.677
Bélgica-Lux.	1.629.304
EUE	24.395
França	369.156
Suíça	135.376
<i>TOTAL</i>	<i>3.602.027</i>
<i>TOTAL GERAL</i>	<i>3.606.024</i>

Fonte: *Anuário Estatístico*

A Bélgica-Luxemburgo e a Alemanha foram os principais importadores deste produto, ambos concentrando, pelo menos, em 1943, cerca de 85%.

Como já tivemos ocasião de mencionar, o conflito mundial proporcionou um grande aumento de exportações de filetes de biqueirão anchovado, essencialmente

produzidos pela industria de conservas de molhos, destacando pelos pedidos feitos para novas unidades o centro de Olhão¹²⁹.

Quadro CXL
Exportação de biqueirão de 1935-1945
Unidade: toneladas

Anos	Biqueirão Salgado	Biqueirão Filetado			
		Pela indústria de molhos	Pela indústria de salgas equipada com filetagem	Pelos exportadores de conservas de peixe	TOTAL
1935	2.529	-	-	-	46
1936	1.175	-	-	-	85
1937	1.315	-	-	-	82
1938	3.143	-	-	-	87
1939	993	-	-	-	605
1940	-	1.164	95	181	1.440
1941	-	1.119	96	197	1.412
1942	-	568	59	246	873
1943	-	846	72	415	1.333
1944	-	816	210	275	1.301
1945	-	2.045	687	750	3.482

Fonte: “Despacho sobre os pareceres do Conselho Superior da Indústria ... relativos à indústria de conservas de peixe pelo sal”, *Boletim da Direção Geral da Indústria*, nº 454, de 22/5/46, p. 562.

Entre 1939 e 1945, embora sofrendo as habituais flutuações, a exportação deste produto cresceu 475,5%, tendo tido como principal centro produtor e exportador, Olhão.

Este tipo de produção teve duas consequências importantes: representou “**um indiscutível benefício para a economia nacional**” e contribuiu “**para resolver o problema de mão de obra, na indústria de conservas em molhos, durante o defeso obrigatório**”¹³⁰, visto que o biqueirão podia, sem qualquer inconveniente de maior, ser capturado durante o período interdito para a pesca de sardinha.

¹²⁹ cf. “Despacho sobre os pareceres do Conselho Superior da Indústria ... relativos à indústria de conservas de peixe pelo sal”, *Boletim da Direção Geral da Indústria*, nº 454, de 22/5/46, p. 561.

¹³⁰ Idem, p. 562.

4. Colónias

O quadro é suficientemente elucidativo para mostrar que as exportações de conservas de sardinha para as colónias, quer durante este período, quer em períodos antecedentes, registaram sempre valores que podemos considerar irrisórios e desprezíveis.

Quadro CXLI
Exportação de Conserva de Sardinha para as Colónias

Colónias	1925	1926	1927	1928		1929	
	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos	Escudos	Quilos	Escudos
Cabo Verde	2.930	920	4.220	4.987	17.937	5.706	28.639
Guiné	20852	14.733	14.284	27.504	121.264	24.649	118.328
S. Tomé e P.	17.945	18.294	12.560	15.456	78.282	49.081	100.186
Angola	81069	49.361	50.591	52.157	214.255	94.574	478.324
Moçambique	62.486	76.333	126.330	143.653	616.315	179.855	933.587
Índia	552	862	660	3.540	17.068	3.408	16.542
Macau/Timor	8.250	1.442	718	1.766	7.149	1.152	5.743
Total	194.084	161.945	209.363	249.063	1.072.270	358.425	1.681.394

Colónias	1930	1931		1932	1934	
	Quilos	Quilos	Escudos	Quilos	Quilos	Escudos
Cabo Verde	3.670	4.687	20.048	3.670	2.095	6.248
Guiné	14.726	11.282	43.229	14.726	4.718	20.107
S. Tomé e P.	12.597	7.797	39.996	12.597	7.110	30.329
Angola	65.728	53.655	207.946	65.728	44.821	172.712
Moçambique	263.528	204.134	886.256	263.528	122.100	469.097
Índia	3.359	2.386	9.695	3.359	6.116	25.890
Macau/Timor	3.809	2.341	11.937	3.809	4.280	16.617
Total	367.417	286.282	1.219.107	367.417	191.240	741.000

Fontes: Indústria Portuguesa, n° 11, Jan. 1929, p. 38; n° 21, Nov. 1929, p. 60; n° 26, Abril 1930, p. 23; n° 37, Março 1931, p. 59; n° 49, Março 1932, p. 32; n° 62, Abril 1933, p. 41; n° 86, Abril 1935, 62 e n° 98, Abril 1936, p. 21.

Colónias	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos
	1937	1938	1939	1940	1941
Cabo Verde	1.659	1.295	1.245	1.266	2.871
Guiné	26.175	15.459	9.439	11.209	14.507
S. Tomé e P.	5.811	5.896	6.757	4.927	5.532
Angola	59.280	64.876	49.268	37.543	50.772
Moçambique	263.127	157.247	189.515	187.692	201.866
Índia	9.749	6.801	7.467	4.748	2.404
Macau	3.800	12.005	1.727	190	95
Timor	662	775	589	539	-
Total	390.263	264.354	266.007	248.114	278.047

Colónias	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos	Quilos
	1942	1943	1944	1945	1946
Cabo Verde	2.688	2.756	-	-	-
Guiné	1.642	114	-	-	-
S. Tomé e P.	2.553	707	-	-	-
Angola	7.972	7.685	19.559	18.604	126.601
Moçambique	70.866	151.364	375.387	268.125	127.614
Índia	171	..	-	-	-
Macau	..	..	-	-	-
Timor	..	..	-	-	-
Total	85.892	162.626	399.944	303.025	269.007

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1937-1946)

Moçambique, Angola e a Guiné mostraram serem sempre os principais mercados coloniais para as conservas de sardinha, nomeadamente, a primeira das colónias referidas, para a qual eram exportadas conservas em quantidades muito superiores do que para as outras colónias. Entre 1925 e 1946, à excepção dos anos de 1933 e 1936, para os quais não encontramos dados, o ano de maior exportação situou-se em 1944, com 375.387 Kg. 1942, registou a mais baixa exportação de todo o período considerado.

A partir de 1941 e anos subsequentes, a exportação para Timor, ocupada pelos japoneses, para Macau, para a Índia, para Cabo verde e Guiné desapareceu completamente.

A enorme riqueza piscícola dos mares africanos, designadamente, em Cabo Verde, Angola e em Moçambique terão contribuído decididamente para a pouca procura de conservas metropolitanas. Na própria colónia de Cabo Verde desenvolveu-se mesmo, e com alguma importância, uma indústria conserveira.

Nas duas mais importantes colónias, como, certamente, nas restantes, as conservas seriam consumidas pelos pequenos núcleos de população branca aí residentes o que, aliás, explicará, também, as escassas quantidades exportadas.

5. Exportações de conservas de peixe por países

Como já anteriormente analisamos, a exportação de conservas de sardinha, de longe o produto mais importante e com maior peso na exportação, durante a II Guerra Mundial mostrou, embora com alguma irregularidade, uma clara tendência para decrescer, mas, tendo, por outro lado, valorizado-se substancialmente.

Quadro CXLII
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE SARDINHA POR PAÍSES (1939-1946)

Anos	Alemanha		Inglaterra		França		Bélgica-Luxemburgo		EUA		Itália		Suíça		Suécia	
	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos	toneladas	contos
1939	9.970,336	54,842	14.651,118	80,581	3.022,085	16,020	3.302,568	18,164	3.120,062	17,174	518,809	2,853	653,839	3,596	888,399	-
1940	-	-	17.284,742	95,066	6.510,588	35,808	802,113	4,411	4.653,552	25,595	254,217	1,398	1.811,239	9,962	53,663	-
1941	11.490,741	102,273	23.645,846	214,614	1.035,165	9,573	529,833	3,851	1.822,717	21,293	750,342	7,191	8.913,054	89,399	77,058	-
1942	19.035,149	188,775	7.168,781	69,492	130,421	1,307	303,351	2,921	-	-	472,807	4,481	3.731,710	37,773	1.246,185	-
1943	18.483,538	340,624	17.200,032	371,057	363,354	5,734	469,721	8,359	131,439	3,418	-	-	254,611	8,502	309,941	-
1944	9.091,601	162,553	20.711,641	353,447	969	-	1.216,856	18,995	761,476	22,292	-	-	-	-	77,303	-
1945	-	-	19.272,965	260,059	3.047,651	40,761	75,449	-	2.062,417	39,315	-	-	677,019	9,748	178,242	-
1946	3.780	-	13.713,656	166,621	3.959,371	45,976	4.447,748	51,521	2.836,334	47,932	-	-	594,957	6,951	227,413	-

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal (1939-1946) e José Gonçalves Correia de Oliveira, Parecer nº 28/17 ao Projecto de sugestão nº 761, Quadro XV, para valores.

Quadro CXLIII
Principais países compradores de conservas de sardinha
por ordem decrescente do valor das suas aquisições

ANO	Porcentagem						TOTAL
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	
1938	Alemanha	França	Inglaterra	33.8	16.5	15.7	66
1939	Inglaterra	Alemanha	Bélgica-Lux.	36.7	25	8.3	70
1940	Inglaterra	França	EUA	48,2	18.2	13	79.4
1941	Inglaterra	Alemanha	Suiça	46,2	22	17.2	87.4
1942	Alemanha	Inglaterra	Suiça	58,1	21.4	11.6	91.1
1943	Alemanha	Inglaterra	Suiça	49	45	1.1	95.1
1944	Inglaterra	Alemanha	EUA	59,5	27.4	3.8	90.7
1945	Inglaterra	Bélgica	França	65	10.2	9.8	85

Fonte: "Parecer nº28/VI do Projecto de Sugestão n.º 751...", Edição do jornal do Comércio, Lisboa, 1955, Quadro XIV.

O deflagrar do terrível conflito que dilacerou praticamente todo o mundo, teve enormes repercussões na exportação de conservas de peixe, nomeadamente nas de sardinha. A paulatina perda de mercados foi uma das primeiras evidências a registar. Ao passo que, em 1937, se exportavam conservas para 51 países, em 1942, o número de países que as estatísticas referenciam era, apenas, de uma dúzia. Os mercados dinamarquês, austríaco, checo, embora nunca tivessem sido muito relevantes encerram-se completamente. Reduzem-se substancialmente os mercados brasileiro, espanhol, holandês e italiano.

Em relação à Itália é de sublinhar que em 19 de Dezembro de 1939, fora assinado o "*Protocolo referente ao intercâmbio entre Portugal e a União Aduaneira Italo-Albanesa*", segundo o qual, a União importaria um contingente anual de 23.500.000 libras de conservas, designadamente 9.000.000 em atum e 8.500.00 em sardinha e anchova em salmoura¹³¹. Pelas "**excepcionais quantidades**" exportadas é de presumir que alguma desta conserva se destinasse à própria Alemanha, como, aliás, acontecera com o volfrâmio que por via aérea chegara a este país. Segundo W. N. Medlicott, "**um grande aumento no volume de comércio era fornecido por intermédio dos acordos italianos, e mercadorias de valor para a Alemanha iam**

¹³¹ cf. *Boletim da Direção Geral da Indústria*, nº 137, 24/4/40, pp. 393-394.

para a Itália em enormes quantidades”¹³². Refira-se que, em 31 de Dezembro de 1940, 23.648 quilos de conservas pertencentes ao industrial olhanense Giuseppe Galluppo fu Carlo foram transportadas de barco até Sevilha de onde seguiram por caminho de ferro até Génova. Destinar-se-íam, efectivamente, à Itália, ou seguiriam até à Alemanha?

A partir de 1943, contudo, a Itália, deixa de importar conserva portuguesa.

Quebras significativas no mercado francês, de 1942 até 1946, no norte-americano entre 1942 e 1944 e no mercado belga.

A invasão alemã de alguns dos países europeus nossos compradores de conservas, as dificuldades colocadas ao transporte de mercadorias, nomeadamente por parte da Inglaterra, explicam quer a perda, quer a redução dos mercados exportadores.

Contudo, ao longo de todo o conflito, registar-se-ia uma avassaladora concentração geográfica da exportação de conservas de peixe destinadas aos dois grandes mercados, um em cada lado, dos dois blocos em confronto, a Inglaterra, e a Alemanha. A quantidade exportada, em percentagem, para aqueles dois países, não deixa quaisquer sombra de dúvida, como mostra o quadro CXLIII.

Analisaremos, mesmo sumariamente os principais mercados das conservas nacionais.

5.1. Estados Unidos da América

Depois de uma quebra de 55%, entre 1936 e 1938, nos primeiros dois anos de guerra a exportação cresceu significativamente para nos seguintes cair abruptamente,

¹³² W. N. Medlicott, *The Economic Blockade*, vol. I, p.513.

desaparecendo mesmo em 1942. No caso das anchovas a sua exportação registaria um crescimento de 3.740%, entre 1938 e 1940, como mostra o quadro seguinte:

Quadro CXLIV
Exportação de conservas de peixe para os EUA

	1938	1939	1940
Sardinha	1.753.204 (100)	3.115.371 (177)	4.675.672 (267)
Anchovas	26.281 (100)	456.887 (1638)	1.272.136 (4740)
T. Geral	2.096.469	4.163.887	6.269.627

Fonte: Francisco Guerra, "o mercado norte-americano e a nossa indústria de conservas de peixe no ano de 1940", *Conservas*, nº 66, Junho, 1941, p. 4.

Contudo, em 1940, as expectativas com a invasão nazi da Noruega, o principal concorrente do produto português, eram grandes. Expectativas que se goraram, visto que de 1940 para 1941, a exportação de conservas de sardinha baixam 61%. A baixa do câmbio do dólar foi uma das principais razões: em Maio de 1940, encontrava-se a 31\$00 e foi com esta base que se realizaram os contratos. Porém, com a descida do dólar para 27\$00 e, depois, para 25\$00, os exportadores portugueses sofreram prejuízos na ordem dos 20% e recusaram-se, por conseguinte, a satisfazer os contratos.

Os exportadores que tinham vendido as suas conservas não em dólares mas em escudos não foram afectados pela descida do dinheiro americano, embora se tivessem confrontado com a recusa dos importadores que agora tinham de desembolsar pela mesma quantidade de escudos.

Os enormes *stoks* de conservas norueguesas compradas antes da invasão nazi e o hábito do gosto do consumidor americano habituado ao *brisling* e ao *sild* noruegueses, os quais tinham características gustativas diferentes da sardinha portuguesa, pesaram igualmente na pouca afirmação do produto português no mercado americano.

Um terceiro factor negativo da conserva nacional eram as suas cotações superiores motivadas **“pelos preços continuamente elevados da pesca, dos materiais de fabricação e da mão de obra”**¹³³.

Francisco Guerra, delegado do IPCP, não deixava, porém, de salientar justamente as **“Excepcionais condições da hora presente”**, visto que terminada a guerra **“a concorrência estrangeira reaparecerá desesperada e usando de todos os meios para retomar as posições perdidas e reconquistar um mercado que será, entre poucos, o que terá mantido intacta a sua capacidade de compra”**¹³⁴.

O êxito futuro encontrar-se-ia na propaganda, na disciplina dos preços e no alargamento da distribuição. Este último aspecto contribuiria para **“descongestionar o mercado de New York da afluência excessiva das ofertas”** permitindo um equilíbrio de preços.

Em relações à grande flutuação dos preços das conservas, o delegado do IPCP, considerava que o cumprimento dos contratos era da maior conveniência, dando-nos simultaneamente indicações de como se realizava o negócio para o mercado americano. **“Se um exportador que firma um contrato a preço baixo, para não deixar fugir a encomenda, e que por êsse facto estabelece automaticamente, o nível geral dos preços para as vendas para os Estados Unidos, em virtude dos entendimentos que regulam as transacções das nossas conservas na Hudson Street, soubesse que o contracto teria que ser cumprido rigorosamente, a não ser em casos de força maior, devidamente justificados, é fora de dúvida que só aceitaria preços que fossem razoáveis”**. Por outro lado, o importador **“em vez de passar encomendas em quantidades que ultrapassa as suas possibilidades**

¹³³ Francisco Guerra, “o mercado norte-americano e a nossa indústria de conservas de peixe no ao de 1940”, *Conservas*, nº 66, Junho, 1941, p. 3.

¹³⁴ Idem, p. 5.

financeiras, criando embaraços e prejuízos aos exportadores que as executa e aguarda indefinidamente a sua liquidação, limitar-se-ia às quantidades que tinha a certeza de poder levantar e pagar”¹³⁵.

De 1943 a 1946, a exportação de conservas de sardinha cresceu 2.064%, em quantidade e 1.302%, em valor, embora com expressão mais significativa em 1945 e 1946, mercê da assinatura de contratos colectivos, como oportunamente, estudaremos. Em 1945, os EUA posicionaram-se, como o terceiro maior comprador de conservas de sardinha nacionais, no âmbito, aliás, da viragem do próprio comércio externo português que terá aquele mercado como o principal parceiro comercial do país¹³⁶.

5.2. A Suíça, o «ouro nazi» e as conservas

O mercado suíço que se mostrara sempre um fraco comprador de conservas nacionais, começou, a partir de 1940, a adquirir grandes quantidades daquele produto. Em 1941 e 1942, a Suíça importou, respectivamente, 17,2% e 11,6% de conserva de sardinha, colocando-se como o terceiro mais importante mercado comprador.

Não nos restam hoje dúvidas que grande parte destes fornecimentos destinaram-se à Alemanha, tendo a Suíça sido frequentemente denunciada, à semelhança da Espanha, como “canais de alimentação” do «Eixo»¹³⁷.

Pelo «porto de Olhão» o valor da exportação para a Suíça atingiu a sua máxima expressão, nos anos de 1941 e 1942, respectivamente, com 39% e 40%, dos valores totais exportados, tendo nos anos seguintes diminuído substancialmente.

¹³⁵ Idem, p. 6.

¹³⁶ cf. F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, Quadro III, pp. 62 e 63.

¹³⁷ cf. *Avante!*, VI série, nº 5, Dezembro de 1941, nº 37 e 1ª quinzena de Agosto de 1943, p. 3.

O primeiro embarque a partir de Olhão para a Suíça, desde o início do conflito, a cargo da firma Guerreiro & C^a, Lda., realizar-se-ia em 29 de Julho de 1940, via Lisboa numa fragata-motor, de onde seguiria por caminho de ferro até ao seu destino em Saint Imier

A 13 de Agosto de 1940 era despachada pelas empresas Domingos Martins Gomes e J. Florentino Topa, de Olhão, conservas de peixe directamente por caminho de ferro para Lausanne.

A polémica sobre o papel neutral desempenhado pela Suíça¹³⁸ - e até certo ponto por Portugal - reacendeu-se recentemente com a questão do «ouro nazi», espoliado não só dos bancos centrais de alguns países europeus, nomeadamente, da Bélgica, Holanda, Polónia, Checoslováquia, avaliado em 748 milhões de dólares, ou seja, 7 biliões de dólares actuais¹³⁹, como dos judeus, grande parte dos quais mortos nos campos de extermínio nazi.

Ouro, cuja placa giratória era essencialmente a banca suíça que o remetia para outros países, em troca de produtos necessários ao esforço de guerra nazi, impossível de adquirir, em consequência do bloqueio inglês. Ouro que era trocado por divisas, nomeadamente, escudos, embora, oficialmente, Portugal se limitasse a comprar ouro suíço¹⁴⁰, do qual foi, depois dos EUA, o maior comprador mundial¹⁴¹.

A Grã-Bretanha e os seus aliados tinham, aliás, conhecimento que **“grandes quantidades deste ouro era exportado da Alemanha para países neutrais tais como Portugal e Suíça, para pagamento de mercadorias e para trocas com o exterior”**¹⁴².

¹³⁸ cf. Nicolas Weil, “Le douloureux travail de mémoire de la Suisse”, *Le Monde*, 20 de Fevereiro 1997, p. 12.

¹³⁹ cf. *L'Evenement du Jeudi*, n° 637, de 16 a 22/1/97, p. 87.

¹⁴⁰ cf. *Público*, de 29/10/96, p. 3.

¹⁴¹ cf. António Louçã, “O «buraco negro» dos bancos suíços”, *Expresso/Revista*, de 26/10/96, p. 67.

¹⁴² *Britain in the USA: Nazi gold. Information from the British Archives*. Documento obtido via Internet, em 6/1/97, p.1.

Entre Maio de 1943 e Fevereiro de 1944 foram transportadas desde a Suíça –
- seguindo a rota Genebra, Canfranc, Badajoz e, finalmente, Lisboa¹⁴³ - em 280
camiões, para Espanha e, sobretudo, para Portugal, 123,8 toneladas de ouro,
depositadas pelos nazis na Suíça, correspondente a preços actuais a um valor superior
a 200 milhões de contos¹⁴⁴.

O relatório do OSS (Office of Strategic Services), com base em interrogatórios
a funcionários suíços, mostra como se realizava a transferência de ouro da Alemanha
para Portugal, via Suíça. O Banco Nacional Suíço era autorizado a transferir certa
quantidade de ouro, transportado, como fizemos referência, em camiões, para o Banco
de Portugal: **“segundo instruções da direcção Reichsbank, o Banco Nacional
Suíço encarregava-se de garantir estes transportes em agências de seguros suíças.
As despesas de seguros e de transporte estavam a cargo do Reichsbank através
de uma conta da direcção do Reichsbank no Banco Nacional Suíço”**¹⁴⁵.

Para estas transacções o Banco de Portugal abria três contas no Banco
Nacional Suíço, pelas quais se transaccionava ouro e escudos. Pela primeira conta,
como se se tratasse de compras suíças de escudos, o ouro era transferido do Banco
Nacional Suíço, o qual, em troca, recebia escudos, para o seu congénere português.

Pela segunda conta, **“«tida como parte de um tortuoso procedimento para
vender ouro alemão», envolvia a venda de ouro alemão a bancos suíços, que
compravam escudos na banca comercial e transferiam-nos para uma conta do
Reichsbank em Lisboa; depois a banca portuguesa vendia os francos suíços ao**

¹⁴³ cf. José Maria Irujo, “El oro nazi brilla por su ausencia”, *El País*, 24/2/97.

¹⁴⁴ cf. Luís Naves, “Judeus e EUA apertam cerco”, *Diário de Notícias*, 14/1/97 e *El País*, 2/2/97.

¹⁴⁵ Embora com alguma dificuldade é possível ler o documento em Luís Naves, “Judeus e EUA apertam cerco”, *Diário de Notícias*, 14/1/97.

Banco de Portugal, que os usava para comprar ouro ao Banco Nacional Suíço e com ele alimentar a conta no Banco de Portugal”.

Finalmente, a terceira conta **“representava o ouro transferido pelo Banco Nacional Suíço para a conta do Banco de Portugal por ordem directa do Reichsbank”**¹⁴⁶.

Entre o Banco de Portugal, o Reichsbank e o Banco Nacional Suíço, não houve apenas transferências de ouro, mas operações de crédito, neste último aspecto transaccionaram-se, principalmente em 1943 e 1944, muitas dezenas de milhares de contos¹⁴⁷.

Banco Nacional Suíço que, entre 1939 e 1945, vendeu a Portugal 452 milhões de francos suíços de ouro de um total de 785 milhões, ou seja, 57%, certamente que a maior quantidade era ouro espoliado pelos nazis.

Ouro que serviu para pagar diversas exportações portuguesas, nomeadamente, volfrâmio e conservas, pelo que as reservas de ouro do Banco de Portugal quadruplicaram entre o início dos anos trinta e a década de quarenta.

Qual, portanto, o papel desempenhado pelas conservas de peixe nestas transacções e mesmo no «branqueamento» daquele ouro?

Sobre esta questão podemos tecer as seguintes considerações, algumas, presumivelmente, no campo das hipóteses.

Como já salientámos, a Alemanha comprou diversos produtos de origem portuguesa, entre os quais se destacam as conservas de peixe, frequentemente a preços muito superiores aos tabelados e aos pagos pela Inglaterra. Ora, tais compras, cerca

¹⁴⁶ *Britain in the USA: Nazi gold. Information from the British Archives*. Documento obtido via Internet, em 6/1/97, p.4 e 5.

¹⁴⁷ cf. Helena Cristina Coelho, “Dinheiro nazi. O mistério das jóias de Evita”, *Visão*, nº 205, 20/2/97, pp. 30 e 31.

de meados de 1943, , numa altura em que as reservas alemãs estavam praticamente esgotadas, foram pagas com ouro, nomeadamente em 1942 e 1943, quando os valores na compra de volfrâmio e de conservas atingiram os montantes mais elevados.

As compras de conservas pela Suíça, não só foram feitas pelo processo antes descrito, como, mais do que o volfrâmio, as conservas permitiram a transferência, senão mesmo o «branqueamento» de enormes quantidades de ouro, visto que grande parte das conservas não eram consumidas na Suíça, mas reenviadas para a Alemanha.

Pensamos que durante a guerra as conservas desempenharam um papel mais importante do que o próprio volfrâmio, na medida em que os valores transaccionados na compra daquelas, com já vimos, foram muito superiores à deste, em mais de 300.000 contos. O preço do volfrâmio, embora tenha atingido valores mais altos do que os das conservas, mostrou, porém, uma maior irregularidade, descendo também muito rapidamente, em consequência, aliás, do próprio andamento das operações militares, o que não aconteceu com as conservas que mantiveram preços mais estáveis, enquanto que nas quantidades exportadas elas foram incomparavelmente superiores à daquele minério.

Não nos restam, pois, quaisquer dúvidas de que os grandes beneficiados, em Portugal, com o negócio do ouro, foram, para além do Banco de Portugal, os volframistas e os conserveiros, ou pelo menos alguns deles.

Quem sabe se no futuro as investigações sobre o ouro nazi não nos trarão ainda mais surpresas em relação ao papel desempenhado pelas conservas de peixe portuguesas.

5.3. Alemanha

Desde 1924 que a Alemanha passou dispôr de importante posição como mercado consumidor das conservas portuguesas, tendo, entre 1933 a 1938, sido o principal importador, assim como, aliás, em relação a outros produtos de origem nacional, como cortiça, vinho, resinas e géneros coloniais.

Entre 1937 e 1943, assistiu-se a um reforço do estreitamento das relações económicas e diplomáticas luso-alemãs, mercê do rearmamento do exército português por parte da Alemanha a qual se tornará a principal fornecedora de equipamento militar a Portugal¹⁴⁸.

Aliás, em 1941, em contrapartida do fornecimento da folha de Flandres, por parte da Alemanha, como já vimos, este país estaria disposto a comprar conservas de peixe cujo valor se situaria perto dos 30 milhões de marcos. Havia, contudo, **“um desequilíbrio de clearing de cerca de 20 milhões de marcos a adicionar ao déficit actual de 4 milhões de marcos”**. A dificuldade em equilibrar o comércio entre ambos os países levaria o governo nazi, **“embora com sacrifícios”, a “fornecer algum material de guerra a Portugal, por forma a compensar o desequilíbrio existente”**¹⁴⁹. Ou seja, material de guerra em troca de conservas e volfrâmio.

O aproximar das relações entre ambos os regimes não impedirá, contudo, que, a Directiva nº 18 de Hitler, de 12 de Novembro de 1940, «Operação Felix» - depois da adiada a invasão da Inglaterra -, projectasse a ocupação de Gibraltar, das ilhas

¹⁴⁸ cf. António Telo, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, vol I, pp. 93 e 94, “Considerações sobre Portugal e a Segunda Guerra Mundial”, *Vértice*, Nov.-Dez. 1995, nº 69, p. 57 e “A política externa do Salazarismo”, *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, (Dir. João Medina), vol XII, “O «Estado Novo» - I - O Ditador e a Ditadura”, pp. 280 e 281 e Mimosa de Carvalho, “Missão à Alemanha 1938”, *Mais Alto*, Revista da Força Aérea, Fev./Março, 1996, nº 299, pp. 37 a 43.

¹⁴⁹ “Apontamentos de conversa do Director-Geral dos Negócios Económicos com o conselheiro da legação da Alemanha”, Lisboa, 24/3/42, *Dez Anos de Política Externa*, vol. XIV, doc. nº 417, pp.404 e 405.

Canárias e de Cabo Verde e mesmo **“uma possível invasão de Portugal”**¹⁵⁰.

Operação que será suspensa a 10 de Dezembro do mesmo ano, tendo em vista outras opções estratégicas do ditador alemão, nomeadamente o socorro às tropas de Mussolini incapazes de ocupar a Grécia.

Em 1942 e 1943, a Alemanha tornar-se-á o principal comprador de conservas de sardinha, assim como de outros tipos de conserva, como já vimos anteriormente.

Se para a Inglaterra a questão do fornecimento não coloca grandes problemas de ordem política, para a Alemanha, tendo em conta as características do regime que então vigorava naquele país, sob a alçada férrea de Hitler e do seu partido, a questão não pode deixar de ser vista de uma outra perspectiva. Embora, desde o início da guerra, Salazar tenha declarado a neutralidade do país, o enorme intercâmbio comercial realizado com a Alemanha nazi, nomeadamente, no fornecimento de conservas de peixe e no estratégico volfrâmio, objecto de intensas pressões diplomáticas por parte da Inglaterra para travar a sua exportação, mostra que enquanto a correlação de forças no teatro europeu foi favorável à Alemanha, Salazar evidenciou uma clara aproximação àquele país, fundamentalmente no que dizia respeito à sua campanha antibolchevista. Campanha que atingirá o climax no início da invasão alemã da União Soviética, em 22 de Junho de 1941, quando, por intermédio da Legião Portuguesa, o regime se regozija por aquele acontecimento afirmando: **“Renegariamos a nossa fé, desmentiríamos o interesse da Nação se não déssemos pelo menos a nossa afirmação de solidariedade aos que o [comunismo] combatem e hão-de vencer”**¹⁵¹.

¹⁵⁰ cf. James Taylor e Warren Shaw, *A Dictionary of the Third Reich*, p. 115 e Directiva nº 18, in F. Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, pp. 121 a 125.

¹⁵¹ “Ordem de Serviço à «Legião Portuguesa»”. Junta Central da «L.P.», *Boletim da Legião Portuguesa*, Julho 1941, p. 4.

Note-se que os anos de maior exportação para a Alemanha coincidiram com o auge da campanha na União Soviética. Interogamo-nos sobre quantos soldados da Wermecht e das SS não se terão alimentado, nos pequenos momentos de descanso das suas sinistras tarefas de guerra e de extermínio, de conservas portuguesas. Estas, como o volfrâmio, serviram inquestionavelmente o esforço da guerra nazi.

O jornal do Partido Comunista Português, *Avante!* denunciava nas suas páginas, ao longo dos anos da guerra, os envios de conservas e algumas empresas que, segundo o jornal, forneceriam a Alemanha.

O auxílio que o governo de Salazar fornecia às potências fascistas consistiria **“sobretudo no envio de géneros de primeira necessidade, como trigo, feijão, carne, conservas, gorduras, açúcar, bacalhau, etc.”**¹⁵², que depois escasseavam no mercado interno provocando um aumento de preços e do correspondente custo de vida.

Kurt Porst **“um dos chefes nazis em Lisboa”** seria o principal negociante de farinha e óleos de peixe para a Alemanha, tendo ganho com o negócio perto de 20 000 contos¹⁵³.

De St. Apolónia, de Albufeira, do entreposto de Lisboa, para além de outros produtos continuavam a sair para a Alemanha conservas¹⁵⁴.

Em Abril, noticiava-se a saída por Marvão e Vilar Formoso, para a Suíça, de onde seguiriam para a Alemanha, comboios carregados de feijão branco, caixas com sardinhas em salmoura e muitos vagons de pevides e alfarrobas¹⁵⁵.

¹⁵² *Avante!*, VI Série, nº 5, Dez. 1941.

¹⁵³ Idem, nº 6, Jan. 1942, p.2.

¹⁵⁴ cf. Idem, nº 8, Março 1942, p.6.

¹⁵⁵ cf. Idem, nº 9, Abril 1942, p.4.

Em 1 de Fevereiro de 1942, o navio francês *Menkisbraz* saía do porto de Lisboa, transportando para Oran, de onde seguiriam para as tropas do Eixo, no Norte de África, 347.332 quilos de sardinha em salmoura, 113.177 de carapau, 90.381 de pargo, 10.783 de cavala e 17.148 de atum, todos em salmoura, num total de 578.821 quilos, **“o equivalente a 7 dias de pesca em todo o país”**¹⁵⁶.

Ainda segundo este Jornal, a firma algarvia Feu Hermanos, **“para melhor servir os patrões do eixo”**, introduzira nas latas de conservas, não sardinhas, mas, imagine-se, moedas de cobre¹⁵⁷.

Sempre relacionando a falta de géneros no país, com os envios de fornecimento ao Eixo, o *Avante!*, denunciava Bruno Lesser, considerando agente do governo Alemão, o qual negociara a exportação de 27 vagões de conserva de sardinha, cerca de 2.160.000 latas, exportadas entre 22 e 27 de Fev. de 1943¹⁵⁸.

Em Outubro de 1943, voltava denunciar a saída de Portimão, entre 30 de Julho e 20 de Agosto, **“com destino à Alemanha”**, 60 vagões de caixas de conservas, enviadas pelas firmas Feu, Fialho, Borges Rego, Severo Ramos, Boavista, Gaspar. A firma Feu Hermanos era aquela que mais exportava. Toda a conserva que seguia para a Alemanha levava a marca **“5”**, por extenso ou em algarismo¹⁵⁹.

Em Maio de 1944, volta a denunciar as mesmas empresas algarvias, acrescentando mais algumas, como por exemplo, a Delory, Atlântica, Liberdade e Portugália Industrial, as quais de 4 a 12 de Dez. de 1943 teriam enviado 3.866 caixotes de conservas. 2/3 da produção de conservas dos centros algarvios teriam sidos

¹⁵⁶ cf. Idem, nº 12, 1ª quinzena de Julho de 1942, p.3.

¹⁵⁷ cf. Idem nº 15, 2ª quinz. de Agosto de 1942, p.3.

¹⁵⁸ “A falta de géneros aumenta!”, *Avante!*, nº 30, 1ª quinz. de Abril de 1943.

¹⁵⁹ “5ª colonista”, *Avante!*, nº 42, 2ª quinz. de Out. de 1943, p.3.

fornecidos à Alemanha pelo “**Consórcio dos Industriais de Conservas**”. As conservas eram endereçadas a *Feuzfults-Alemanha*¹⁶⁰.

A propaganda alemã, em Portugal, à semelhança da inglesa, foi intensa tendo como principais suportes livros, revistas, panfletos cartazes, cinema, exposições de arquitectura, e outras expressões artísticas e a rádio. Uma das publicações declaradamente pró-nazis foi a revista *A Esfera*.

No seu número de Maio de 1944, aquela publicação acentuava a importância do comércio entre Portugal e a Alemanha. Segundo ela havia um “equivoco” que consistia em pensar que Portugal mantinha “**mais estreitas relações com os «aliados» que com as potências do «Eixo»**”¹⁶¹.

“*Em comparação com os tempos de paz, o comércio português, desde 1939, tem alcançado maiores lucros de venda de produtos do nosso país*”. E, apresentava, a testemunhá-lo o eloquente quadro:

Quadro CXLV
PERCENTAGEM DE LUCROS EM RELAÇÃO AOS PRINCIPAIS PRODUTOS
EXPORTADOS POR PORTUGAL PARA A ALEMANHA

Estanho	1050%
Volfrâmio	750%
Sardinhas em conserva	300%
Resina	285%
Água-raz	415%
Cortiça	430%

Os produtos alemães, vendidos a Portugal, pelo contrário, jamais teriam alcançado aqueles valores, a maioria dos quais sendo vendidos aos preços correntes no período de paz e a oscilação dos demais não subira “**além de 50 a 100%**”.

Em relação à indústria de conservas, propriamente dita, que nas vésperas da guerra se encontrava “**à beira da falência**”, fora a Alemanha que a salvara. Compras

¹⁶⁰ “Quinta Colunistas”, *Avante!*, n.º 53, 1.ª quin. de Maio de 1944, p.2.

¹⁶¹ “O nosso comércio com a Alemanha”, *A Esfera*, n.º 90, 5/5/44, p.20.

que fizeram **“regularmente com o pagamento à vista”**. Era verdade que a Inglaterra também realizara avultadas compras, mas fizeram-nas **“com uma organização insuficiente”**, que causara **“sérios desgostos aos fabricantes”**. Os fornecimentos de folha de Flandres, por exemplo, **“tornaram-se demorados e incertos”**. O procedimento inglês com os contratos colectivos fora igualmente pouco satisfatório, **“de sorte que a maior parte das nossas pescas de sardinha teriam de ser transformadas em farinha ou adubo de peixe, se não tivesse a Alemanha, com as suas encomendas e facilidades, surgido no mercado”**.

Refira-se, em relação à folha de flandres que, à semelhança da Inglaterra, a Alemanha, igualmente a fornecia, em troca da qual receberia conservas de peixe. Foi para concluir um acordo deste tipo que, em fins de Março de 1941, se reúnem o Director-Geral dos Negócios Económicos F. Paula Brito e o Conselheiro da Legação Alemã, Dr. Weber. O estanho seria, ainda, fornecido por Portugal e o valor da folha a fornecer pela Alemanha atingiria cerca de dez milhões de marcos¹⁶².

Como a Inglaterra, a Alemanha não deixaria também de utilizar a arma da «persuasão» quando os seus interesses não eram satisfeitos, recorrendo ao torpedeamento de navios portugueses por «submarinos desconhecidos»¹⁶³.

Toda esta política de aproximação com a Alemanha começa a sofrer uma viragem paulatina, a partir de 1943, quando a própria guerra começa a desenhar um novo curso com o desembarque aliado na África do Norte, em Novembro de 1942, com a vitória soviética, em Estalinegrado, em 31/1/43 e com a vitória britânica na batalha de El-Alamein em 23/10/42.

¹⁶² “Apontamentos da conversa do Director-Geral dos Negócios Económicos e o Conselheiro da Legação da Alemanha”, Lisboa, 24/3/41, *Dez Anos de Política Externa*, vol. XIV, doc. 417, pp. 404 e 405.

¹⁶³ Ver a este respeito F. Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1955*, Doc. 61, Londres, 3/11/42, p. 364.

Contudo, para compensar a cedência dos Açores à Inglaterra, em 17 de Agosto de 1943, Salazar não só continuou a fornecer volfrâmio à Alemanha, como **“concedeu novas facilidades ... na venda de peixe em conserva e peles o que equivalia a um novo acordo comercial secreto”**¹⁶⁴.

O contrabando realizado com a Alemanha foi uma das realidades da guerra, embora seja difícil de quantificar todo o seu volume. Portugal enviava variadíssimos produtos, designadamente, volfrâmio, estanho, peles, oleaginosas, sisal, café, entre outros produtos¹⁶⁵.

Aliás, até à queda da França, em 1940, o contrabando alcançava a Alemanha, de Espanha, ou por via aérea, ou pelo golfo de Génova. **“Portuguese trade with Germany also had to pass either by sea and land routes under Allied control, or indirectly through neutral countries such as Spain and Italy”**¹⁶⁶.

Poucos elementos podemos coligir sobre o eventual contrabando de conservas de peixe para a Alemanha e, portanto, qual a sua expressão concreta. Ao longo da nossa investigação, apenas detectámos dois casos, não nos custando a acreditar que muitos mais se tivessem registado.

No jornal *Novidades*, de 18 de Novembro de 1939, era censurada a notícia do aprisionamento da carga de conservas do navio «Malange», pela marinha de guerra inglesa, quando se dirigia para a Holanda, embora a carga, de facto, se destinasse à Alemanha¹⁶⁷.

¹⁶⁴ José Freire Antunes, *Roosevelt, Churchill e Salazar. A Luta pelos Açores 1941-1945*, Ediclub, Lisboa, 1995, p. 110.

¹⁶⁵ cf. F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, pp. 59 e ss..

¹⁶⁶ W. N. Medlicott, *The Economic Blockade*, vol. I, p. 509.

¹⁶⁷ Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial nº 273, *ANTT/AGMI*, Maio 508.

O outro caso, detectá-mo-lo, em 1 de Fevereiro de 1942, notícia igualmente censurada, referindo-se a uma apreensão de conservas ordenada pelo I.P.C.P., destinada a exportação sem autorização legal, cujo destino era agora Hamburgo¹⁶⁸.

O desenrolar do conflito em 1945, cortará completamente as exportações de conservas que apenas serão retomadas em 1946 com a diminuta exportação de 3.780 toneladas.

5.4. Inglaterra

Grã-Bretanha foi ao longo da guerra o principal mercado consumidor de conservas de peixe portuguesas, nomeadamente, as de sardinha.

Depois do ciclo de anos dominados pela Alemanha como principal consumidor das conservas de peixe nacionais, foi precisamente em 1939 que a Inglaterra destrona aquele país, importando 36,7% da exportação total de conservas de sardinha.

Entre 1939 e 1945, a exportação de conservas de sardinha, em toneladas, aumentou 31,5%, e, em valor, 222,7%, ou seja, uma extraordinária valorização daquele produto. Contudo, 1941, em relação à quantidade exportada e, 1943, em relação aos valores transaccionados, foram aqueles que marcaram o auge do comércio de sardinha com a Inglaterra. 1943, pelo contrário, marcou o momento mais baixo, coincidindo, aliás, com o domínio exercido pela Alemanha na compra de conservas.

¹⁶⁸ Direcção dos Serviços de Censura. Boletim Diário n.º 33. Confidencial, ANTT/AGMI, Maio 525.

Com o fim das hostilidades a exportação de conservas para a Inglaterra conhecem uma quebra assinalável: entre 1945 e 1946, em quantidade caiu 29% e, em valor, ainda mais, 36%.

5.4.1. *O bloqueio económico e os seus mecanismos*

Como salientámos no início deste ponto, volfrâmio e conservas estiveram no epicentro de uma guerra económica que se prolongaria até ao final do conflito.

Consequentemente, para obviar à entrega de produtos à Alemanha, por intermédio de países neutros e para manter os *stocks* de mercadorias com valor estratégico no limiar das necessidades a Inglaterra adoptará um férreo sistema de controle sobre o comércio português.

No âmbito da política inglesa de bloqueio económico, nomeadamente do bloqueio naval, foram utilizados vários instrumentos¹⁶⁹. Um deles foram os *navycerts* - introduzidos em 1 de Dezembro de 1939¹⁷⁰ -, certificados que as autoridades britânicas emitiam, autorizando a entrada e a saída de produtos dos países da zona de bloqueio. Quer os produtos, quer, eventualmente, os próprios navios que os transportavam quando, interceptados pelas autoridades britânicas, eram apreendidos como presas de guerra e as entidades envolvidas eram inscritas numa lista negra do MEW-Ministry of Economic Warfare (Ministério de Economia de Guerra). Entre este ministério e o governo de Salazar as relações foram particularmente conflituosas, precisamente por

¹⁶⁹ Sobre o bloqueio económico anglo-americano ver F. Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*, pp. 37 a 85.

¹⁷⁰ cf. W. N. Medlicott, *The Economic Blockade*, vol. I, p. 94.

causa do comércio português transaccionado com a Alemanha, tendo com causa fundamental o estratégico volfrâmio¹⁷¹.

Tal sistema e os complexos mecanismos burocráticos que originaram resultava numa perda de **"mercados por causa das restrições. Via-se nas conservas, nas resinosas, nos tecidos, nos vinhos e muitos outros produtos. O comércio estiolava, ... E a manopla gigantesca dos navicerts, calcada sobre o peito da Indústria, asfixiava-a também,..."**¹⁷².

A obtenção destes certificados mostrou ser indispensável para o transporte da folha de Flandres, sempre escassa ou propositadamente escassa, durante a guerra, sem a qual dificilmente a indústria de conservas poderia laborar e exportar. Os industriais do Algarve, nomeadamente, os do Grémio do Sotavento, evidenciam um extremo cuidado na sua obtenção¹⁷³.

Contudo terminado o conflito, os *navycert* mantêm-se o que preocupava os meios industriais classificando-os de **"Anacromismo Supérfluo"** e **"nocivo dos resultados"**. E deixavam transparecer algum descontentamento: **"O IPCP fiscaliza rigorosamente a fabricação e o destino das mercadorias. E agindo como representante do Governo Português pode dar as suficientes garantias, ao Governo inglês ou ao «Combined Food Board», de que essas mercadorias não seguem rumo que fosse perturbar a equitativa distribuição de que o mundo desorganizado e a Europa devastada necessitam,..."**¹⁷⁴.

Como, em 1946, ainda não tinham sido rubricados quaisquer tratados de paz com a Alemanha, Itália e o Japão, os navicerts mantinham o objectivo, segundo o 1º

¹⁷¹ cf. *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1943-44)*, vol. IV, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1991, doc. 1, notas 8 e 11, p.18.

¹⁷² *Indústria Portuguesa*, nº 219, Maio 1946, p.302.

¹⁷³ cf. *Relatório do Grémio dos Industriais de conservas de Peixe de Sotavento do Algarve* de 1940).

¹⁷⁴ "Os «navicerts»", *A Indústria*, nº 968, 8/6/46, p.1.

Secretário Comercial da embaixada inglesa, em Portugal, Godric Muntz, de "reforçar as Listas Estatuárias (Listas Negras) promulgadas - The Statutory and Proclaimed Lists - e dar efeito às decisões das Juntas Combinadas de Washington, no que respeita a produções cuja escassez é um reflexo directo ou indirecto da luta"¹⁷⁵.

Finalmente, a 9 de Julho de 1946, uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros informava da suspensão dos navicerts para o comércio entre Portugal, ilhas adjacentes e colónias portuguesas e para o comércio para os países europeus "libertados", excepto a Alemanha e a Áustria e os países neutros durante a guerra¹⁷⁶.

Outro instrumento de controlo do comércio e amplamente utilizado pelos ingleses, como veremos, foram as denominadas *compras preemptivas* cujo objectivo consistia em comprar a máxima quantidade de produtos dificultando, assim, a sua aquisição pelo inimigo.

Finalmente, e como já foi aludido mais acima, as autoridades inglesas elaboravam *listas negras* nas quais eram inscritas empresas que comerciavam com o «Eixo». Listas para as quais entraram numerosas firmas portuguesas, entre as quais de conservas, embora não saibamos concretamente o seu nome. Em Fevereiro de 1945, porém, o chefe da Secção Peninsular do MEW, Eggers, em conversa com Leite de Faria, conselheiro da embaixada de Portugal, em Londres, afirmava que "a quase totalidade das firmas de sardinhas" já tinham sido retiradas de tais listas, pressupondo que algumas continuassem nelas inscritas¹⁷⁷.

Em documentos que recentemente vieram a público dos arquivos do OSS (*Office of Strategic Services*), constata-se igualmente a existência de *testas-de-ferro*,

¹⁷⁵ Entrevista a Godric Muntz à *Indústria Portuguesa*, n.º 217, Março 1946, p.150.

¹⁷⁶ cf. *A Indústria*, n.º 972, 16/7/46, p.3.

¹⁷⁷ *Dez Anos de Política Externa*, vol. XV, Anexo ao doc. n.º 458, Londres, 13/2/45, p. 592.

indivíduos que comerciavam com a Alemanha. Em relação ao Algarve foram referenciados J.A.C., “armador em Faro” e D.M.M. “gerente bancário de Faro que negociou conservas, amêndoa e alfarroba com a Alemanha”¹⁷⁸.

5.4.2. *A sardinha na tormenta da guerra económica*

Poucos meses após o início das hostilidades, o embaixador português, em Londres, Armindo Monteiro, fazia uma análise ao consumo de conservas na Inglaterra, frisando igualmente o mecanismo de controle, antes referido, posto em execução. Segundo o embaixador, “a venda de conservas de sardinha tem aumentado consideravelmente para este mercado nos meses que precederam a guerra e se seguiram à declaração da guerra, mas convém notar que se trata de uma exportação destinada em grande parte à constituição de *stocks* e não para consumo imediato”¹⁷⁹.

Descreve, seguidamente, o mecanismo desencadeado pela Inglaterra para obstar à aquisição de produtos por parte da Alemanha: “Depois com a decisão agora tomada de submeter ao regime de licença todas as importações de géneros alimentícios e produtos de alimentação. Como o controle destes artigos centralizados nas mãos do ministério do Food, praticamente transformado em único importador de um n.º cada vez maior de produtos, e com a política de preempção seguida pelo Ministry of Economic Warfare é necessário não perder

¹⁷⁸ Ferreira Fernandes e Filipe Fialho, “Arquivos do OSS. O passado que nos morde as canelas”, *Visão*, n.º 202, de 30/1/97, p. 30.

¹⁷⁹ *Dez Anos de Política Externa*, vol. XIV, ofício n.º 169, Londres 29/3/40, doc. 177, p.184.

de vista que o governo pode de um dia para o outro decidir que é preferível comprar *brisling* na Noruega do que sardinhas em Portugal”¹⁸⁰.

Esta compra na Noruega, ainda segundo Armindo Monteiro, impedia que as conservas norueguesas fossem vendidas à Alemanha **”e as nossas sardinhas só muito dificilmente em quantidades muito pequenas”**¹⁸¹ entrariam na Inglaterra, o que, aliás, não viria a acontecer, até porque a própria Noruega será ocupada pela Alemanha.

Desde 1942 que as pressões diplomáticas anglo-americanas para o embargo total do volfrâmio português para a Alemanha se fizeram sentir. Pressões que aumentaram no ano seguinte. É neste contexto que se situa a conversa entre o novo embaixador português em Londres, duque de Palmela - depois da demissão de Armindo Monteiro por divergência com Salazar -, com J. Nicolls do MEW, em 4 de Novembro de 1943, em que este salientando **“que a riqueza do volfrâmio tinha sido prejudicial à economia portuguesa com as deslocações da mão de obra, aumento de preços e outras consequências desfavoráveis”**, e que era necessário o regresso do comercio tradicional português, afirmava numa velada ameaça que **“a Inglaterra estava a comprar resinas e conservas nos Estados Unidos, sardinhas em Marrocos”**¹⁸². Ou seja, ou Portugal diminuía a exportação de volfrâmio para a Alemanha, sendo, aliás, compensado com o fornecimento de produtos que tivesse necessidade, ou as compras de produtos portugueses pela Inglaterra poderia ser fortemente prejudicada, com repercussões negativas na economia portuguesa. Para Salazar, o embargo de volfrâmio para a Alemanha colocava em causa **“os nossos**

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² *Dez anos de Política Externa*, vol. XV, anexo 2 ao doc. n.º 265, p. 369.

direitos de neutro"¹⁸³, por um lado, e poderia ser **"considerado um acto hostil pela Alemanha"**, por outro¹⁸⁴. Embora já não se prevê-se uma invasão ou um ataque directo à península, havia, contudo, **"outras reacções ao alcance da Alemanha que ela pode ter e seguramente teria e que seria ou a guerra dela ou a nossa por neutral resposta do nosso lado"**¹⁸⁵.

E continuava Salazar na sua argumentação a favor do comércio com a Alemanha, com base no volfrâmio e nas conservas. **"Quando se fizeram as negociações para o acordo dos Açores, a principal razão apresentada pelos negociadores britânicos, ou, se não a principal, uma das principais para convencer o governo português era que a Alemanha não reagiria por causa do seu comércio com Portugal, especialmente das sardinhas e do volfrâmio, não havia intenção de pedir que esse comercio fosse proibido"**¹⁸⁶. Para Salazar não via mais razão para proibir volfrâmio do que as sardinhas, visto que **"nesta feição de guerra a que se chama total tudo importa e tudo parece importar igualmente - o que respeita directamente às forças militares e o que respeita à população geral. Não faltaria estudos minuciosos para demonstrar como em relação ao volfrâmio, em quanto é que a guerra depende, em duração e intensidade, das conservas de sardinha"**¹⁸⁷.

Deste modo, poder-se-ia tanto decretar o embargo do volfrâmio, como o de conservas de sardinha. Efectivamente, segundo o embaixador inglês em Portugal, Campbell, era igualmente desejo da Inglaterra comprar todas as conservas de sardinha disponível, embora estas não se revestissem de tanta importância como tinha o

¹⁸³ Idem, telegrama n.º 55 e 56, de Lisboa, 15/2/44, doc. n.º 314 p. 429.

¹⁸⁴ Idem, "Apontamento de conversa entre o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador Britânico em Lisboa", 24/3/44, doc. n.º 346, p. 460.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Idem, p. 462.

volfrâmio, **“pois que a população alemã estava abastecida não agradavelmente mas suficientemente em géneros alimentícios e umas caixas a mais ou a menos não alterava a situação”**¹⁸⁸

Finalmente, Salazar avança um último argumento para o fornecimento de volfrâmio, e, certamente, de conservas, para o esforço de guerra alemão - a cruzada nazi contra o bolchevismo: **“Mas estando a Alemanha também em luta com a Rússia, eu devia confessar que achava aí muito bem empregado o nosso volfrâmio”**¹⁸⁹

Depois de ter colocado enormes resistências ao embargo total de volfrâmio para a Alemanha, Salazar acabará por ceder, em 7 de Junho de 1944¹⁹⁰.

Mas, se às constantes, persistentes, por vezes ameaçadoras, pressões britânicas o governo decreta o embargo de volfrâmio para a Alemanha, tanto não o fará em relação às conservas de sardinha, embora devido ao corte de comunicações com aquele país, em consequência do desembarque na Normandia, precisamente a 6 de Junho de 1944, e à invasão do território alemão pelas forças anglo-americanas, as estatísticas oficiais não apresenta qualquer exportação para a Alemanha, em 1945.

A 17 de Junho, a Alemanha, em nota verbal, protestava energicamente contra a atitude do Governo Português, colocando-se **“ao serviço dos Ingleses e Americanos na condução da guerra, cometendo assim uma séria quebra de neutralidade”**¹⁹¹.

Ter-se-à de ler como uma compensação àquele embargo a lista de produtos a trocar entre Portugal, de um lado, e a Inglaterra e EUA, de outro, durante um período de 18 meses, entre 1/1/44 e 30/6/45, entregue pelo embaixador britânico, em Lisboa,

¹⁸⁸ Idem, p. 464.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ cf. *Dez Anos de Política Externa*, vol. XV, doc. n.º 382, de 29/5/44, pp. 512 e 513 no qual a Inglaterra, em nome da Aliança, apela para aquela proibição, e documentos subsequentes e “Nota oficiosa”, doc. n.º 392, de 7/7/44, p. 531.

¹⁹¹ *Dez Anos de Política Externa*, vol. XV, doc. n.º 402, Lisboa, 17/6/44, pp. 539 e 541.

ao governo português. Um dos produtos a fornecer por Portugal eram precisamente conservas de peixe, cujo contrato fora assinado entre o IPCP e a United Kingdom Commercial Corporation, em 29 de Agosto de 1944¹⁹², como veremos oportunamente.

6. A exportação de conservas de peixe pelos centros algarvios

À excepção para o centro conserveiro de Olhão, como veremos, não são abundantes os elementos estatísticos referentes à exportação de conservas de peixe pelos centros do Algarve, embora os que possuímos não se afastem muito das tendências verificadas pela exportação total nacional.

Como esta, a exportação algarvia foi enormemente prejudicada pela conjuntura de guerra, nomeadamente pelo encerramento de alguns mercados, pela carência de folha de flandres, pela falta de transporte e, finalmente, sublinhemos mais uma vez, pelas sérias dificuldades atravessadas pela região no que respeita às quantidades de peixe capturadas, principalmente, sardinha.

Aquela falta de mercados conduziu a uma elevada pela concentração geográfica das exportações, à semelhança, aliás, do que aconteceu a nível nacional, permitindo, porém, pela enorme procura que tiveram as conservas de peixe, uma extraordinária valorização, nos três principais centros conserveiros do Algarve, como mostra o quadro seguinte:

¹⁹² *Dez Anos de Política Externa*, vol. XV, doc. n.º 428, de 26/1/45, p.561.

Quadro CXLVI
Preços da caixa de conserva de sardinha (1/4 club 30 mm)
1942-1945

Centros	2º trimestre 1942	3º trimestre 1942	4º trimestre 1942
Olhão	310\$00	310\$00	310\$00 (1) - 600\$00 (2)
Portimão	600\$00 (2) (5)	600\$00	600\$00
Conserva de atum 1/4 club 30 mm	1.100\$00	1.200\$00	1.200\$00
V.R.S.A.			
Conserva de sardinha 1/4 club 30 mm	310\$00	1.000\$00	850\$00

Centros	1º trimestre 1943	2º trimestre 1943	3º trimestre 1943	4º trimestre 1943
Olhão	320\$00 (1) - 50/700\$00 (2)	320\$00 - 650/700\$00	320\$00 - 650/700\$00	322\$65 (4) - 650/700\$00
Portimão	700\$00	-	600\$00 (2) - 310\$00 (3)	-
Conserva de atum 1/4 club 30 mm	1.200\$00	1.200\$00	1.000\$00	880\$00
V.R.S.A.				
Conserva de sardinha 1/4 club 30 mm	600\$00	310\$00	310\$00 - 550\$00	310\$00 - 550\$00

Centros	1º trimestre 1944	2º trimestre 1944	3º trimestre 1944	4º trimestre 1944
Olhão	312\$35 - 550\$00 (5) 322\$35 - 560\$00 (6)	312\$00 - 490/500\$00 (5) 322\$00 - 500/510\$00 (6)	280\$00 (1) - 400/450\$00 (2) (5) 280\$00 (1) - 450/500\$00 (2) (6)	280\$00 - 500\$00 (7)
Portimão	600\$00 (2) - 240\$00 (3)	600\$00 (2) - 240\$00 (3)	300\$00	300\$00
Conserva de atum 1/4 club 30 mm	880\$00	880\$00	800\$00	900\$00
V.R.S.A.				
Conserva de sardinha 1/4 club 30 mm	310\$00 - 550\$00 (2)	210\$00	450\$00	500\$00

Centros	1º trimestre 1945	2º trimestre 1945	3º trimestre 1945	4º trimestre 1945
Olhão	280\$00 (1) - 450\$00 (2) (5) 280\$00 (1) - 500\$00 (2) (6)	280\$00 (1) - 460\$00 (2) (5) 280\$00 (1) - 480\$00 (2) (6)	280\$00 (1) - 450\$00 (2) (7)	280\$00 (1) - 450\$00 (2) (7)
Portimão	450/800\$00	450/800\$00	500\$00	500\$00
Conserva de atum 1/4 club 30 mm	900\$00	1.040\$00	980\$00	-
V.R.S.A.				
Conserva de sardinha 1/4 club 30 mm	500\$00	450\$00	575\$00	-

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província (1942-1945)*

Notas: (1) Preço fixado pelo I.P.C.P.

(2) Preço no mercado livre.

(3) Preço para a missão.

(4) Preço para os contratos.

(5) Sardinha em óleo.

(6) Sardinha em azeite.

(7) Sardinha em azeite e óleo.

A análise do quadro anterior permite-nos realçar os seguintes aspectos mais significativos: em todos os centros, 1943, foi o ano em que os preços das conservas de sardinha atingiram os valores mais elevados, coincidindo, aliás, com os maiores valores da exportação, quer de sardinha, quer de outras espécies, a nível nacional. Vila Real de Santo António, centro secundário no fabrico e na exportação de conservas de sardinha, conheceu preços elevadíssimos no 3º e no 4º trimestre de 1942, em virtude da falta de sardinha e, consequentemente, levando ao seu encarecimento. Este repercutiu-se no

preço das conservas provocando “um retraimento por parte do comprador”¹⁹³.

Este centro foi, como veremos, ao longo do conflito, o principal mercado de conservas de atum, pelo que não será de estranhar o alto valor atingido por este tipo de conservas que conheceu igualmente grande procura.

Analisaremos agora cada centro algarvio mais em particular, evidenciando, sempre que os elementos nos permitam, a importância económica que desempenharam durante a guerra..

6.1. Lagos

São escassíssimos os elementos estatísticos encontrados respeitantes há exportação por este centro. Apenas, em 1945, detectámos alguns dados sobre a sua exportação.

Quadro CXLVII
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PELO CENTRO DE LAGOS
EM 1945

Unidade: quilos					
Sardinha (marca nac.)	sardinha	cavala	carapau	Biqueirão (anchovas)	Total
301.103	79.228	39.482	24.906	143.232	587.951

Fonte: *Conservas de Peixe*, nº1, Abril 1946, p. 5.

Neste último ano de guerra, a sardinha (Marca Nacional) e o biqueirão foram as conservas mais exportadas, correspondendo a 3,74%, e 4,11%, respectivamente, da exportação total destes produtos. A exportação total de conservas em azeite ou molhos por Lagos representou uns míseros 1,5%, do total nacional exportado, apenas à frente do pequeníssimo centro de Peniche.

¹⁹³ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. V.R.S.A., 3º trimestre de 1942, p. 101.

Nos anos de 1944 e 1945, a empresa Paolo Cocco e Algarve Exportador, Lda. foram aquelas que maiores valores exportaram, como mostra o quadro seguinte:

Quadro CXLVIII
**PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORES DO
 CENTRO DE LAGOS EM 1944 E 1945**

Paolo Cocco	4.154.181\$20
Algarve Exportador L.da	2.107.347\$30
Ant.º da Silva Freitas	2.634.753\$30
Soc. De Com. Aldite, L.da.	2.462.065\$30
Aliança Fabril Lacobriguense, L.da	1.400.934\$70
Judice Fialho & Cª	1.095.505\$70
S. Geraldo	774.236\$45
Alpapito, Martinheira, Arez & Cª, Lda.	725.527\$00

Total 116.654.438\$95

Fonte: Arquivo Feu Hermanos, caixa 13, doc. 1.388.

Embora longe atingir a importância económica dos centros de Olhão e Portimão, Lagos conheceu durante a II Guerra Mundial um período de relativa prosperidade pela exportação de alguns dos seus principais produtos, **"pondo fim à crise que afectara a cidade, nas duas décadas anteriores, como consequência da recessão e bem consubstanciada nas numerosas ruínas de fábricas e nas diversas formas de pobreza, então bem patentes no quotidiano da cidade"**¹⁹⁴.

6.2. Vila Real de Santo António

Este centro afirmou-se ao longo das décadas, sem dúvida desde o alvor da indústria como o maior produtor e exportador de conservas do atum e similares do Algarve e um dos mais importantes do país. Era, igualmente, o mais importante



¹⁹⁴ João Baptista Nunes Pereira Neto, "A cidade e o concelho de Lagos em 1945 - Notas para um modelo de abordagem antropológico", 4º Congresso do Algarve, vol. II, p. 935.

mercado de venda de atum, enviado das inúmeras armações que se levantavam na costa do sotavento do Algarve.

No limiar da II Guerra Mundial a indústria conserveira, em V.R.S.A., nomeadamente de atum atravessava algumas dificuldades. O mercado italiano, principal consumidor das suas conservas, de onde era, aliás, originários alguns dos seus principais industriais, estava na conjuntura pouco receptivo na aquisição da mercadoria. Apenas a empresa Parodi, de italianos há muito radicados, em V.R.S.A., brilhava, visto que a maior parte da conserva de atum em azeite produzida seguia para aquele mercado. **“Porque os dois mercados que consumiam quási inteiramente o atum fabricado (que em anos normais atinge algumas dezenas de milhares de contos de valor), eram a Itália, para o atum em azeite, e a Espanha para a muchama e atum em salmoura”**¹⁹⁵. Enquanto em relação à Itália havia dificuldades e demoras na realização dos contravalores escudos da conserva exportada e procurava outros países produtores alternativos, a Espanha deixara de comprar muchama, ou se a comprava não era de origem nacional¹⁹⁶.

Com o deflagrar do conflito melhorara substancialmente as condições da indústria, tendo sido vendida toda a conserva de sardinha existente¹⁹⁷.

A conjuntura internacional então vivida foi igualmente favorável à expansão das conservas de biqueirão, que conheceu épocas de excepcional abundância, tendo como principal mercado os EUA.

¹⁹⁵ Banco de Portugal. *A Situação Económica do País*. V.R.S.A., Junho 1938, p. 26. Ver ainda, Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. V.R.S.A., 2º trimestre de 1939, p. 32.

¹⁹⁶ *A Situação Económica do País*. V.R.S.A., Junho 1938, p. 26.

¹⁹⁷ cf. *A Situação Económica na Província*, 3º trimestre de 1939, p. 30.

Pela escassez de capturas de sardinha, por este centro, a produção desta espécie ictiológica evidenciou uma quebra muito significativa, como, aliás, vimos, quando analisámos a produção em cada centro algarvio durante este conflito.

Obviamente, que a exportação de conservas de sardinha em azeite e óleo tinha que se ressentir desta quebra, pelo que em quantidade e valores o seu peso na economia do centro teve um impacto muito reduzido, como se poderá verificar pelos quadros que acompanham o estudo deste centro, infelizmente, parcelares mas que pelo estudo qualitativo realizado, pensamos que são representativos da tendência verificada.

Quadro CXLIX
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE POR V.R.S.A.
NO 1º TRIMESTRE DE 1943

Tipos de conserva	Unidades: Caixas e peso líquido					
	Alemanha	Itália	Suécia	Suíça	Bélgica	Inglaterra
Sardinha em azeite	1293 - 25.125	-	628 - 10.695	-	-	1779 - 33.810
Sardinha em salmoura	-	1781 - 122.889	1554 - 26.714	500 - 9.500	-	3833 - 72.827
Sardinha em óleo	756 - 14.928	-	-	-	-	-
Biqueirão em salmoura	-	2034 - 151.385	-	-	-	-
Chicharro em salmoura	-	2701 - 137.112 +121 barricas	-	-	-	-
Cavala em azeite	-	-	-	1626 - 57.128	1844 - 102.487	-
Atum em azeite	2521 - 104.520	-	-	-	950 - 37.208	-
Bonito em azeite	154 - 9.879	-	-	-	-	-
Total	4724 - 154.452	6515 - 411.386	2182 - 37.409	2126 - 66.629	2794 - 139.695	5612 - 106.628

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. V.R.S.A., 1º trimestre de 1943, pp. 84 e 85.

Para suprir a escassez da principal matéria prima manipulada pela indústria, tiveram, frequentemente, os industriais de recorrer à compra nas praças da Figueira da Foz, Peniche, Setúbal, Portimão e Olhão de sardinha e biqueirão para a laboração das fabricas de estiva, o que onerava o peixe devido ao custo do frete, o qual já era adquirido por preços elevadíssimos¹⁹⁸. Aliás, em 1937, 1938 e 1939, as fábricas “Santa Maria” e “S. Francisco” pertencentes respectivamente a Parodi e Tenório receberam atum importado de armações marroquinas¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Idem. V.R.S.A., 3º trimestre de 1940, p. 40.

¹⁹⁹ cf. C. Cavaco, “Migrações Internacionais”, *Finisterra*, vol. VI, nº 11, p.68, nota 40.

Como já salientamos, era nas proximidades de V.R.S.A. que se levantavam as principais armações de atum, tornando a localidade o seu principal centro de fabrico. 1943 foi o ano de maior produção de atum, quer em V.R.S.A., quer no conjunto dos centros algarvios. Depois de no início daquele ano ter perpassado alguma apreensão pelas grandes quantidades armazenadas, rapidamente elas desaparecerão pela venda da existência, como até de alguma de fabrico recente²⁰⁰.

Intensifica-se, então a laboração das fábricas de atum, tendo algumas **“durante semanas contínuas”** trabalhado **“até adiantadas horas da noite”**²⁰¹.

Foi mesmo necessário adquirir peixe noutros centros piscatórios, **“pelo simples facto de que tem encontrado escoamento para todo o fabrico”**²⁰².

Em 1944, a *conserva de atum em molhos* sofreu uma quebra, quer em quantidade, quer em valor, mas continuava **“desafogada e progressiva”**²⁰³, situação que se terá mantido, ao longo de 1945, se é que não terá mesmo melhorado, tendo em conta que a exportação de conservas de atum sofreu aumento apreciável neste último ano, cotando-se como o mais importante de toda a guerra.

Tenha-se em conta, igualmente, que no contrato colectivo de Setembro de 1945, a exportação de atum pelo Sotavento Algarvio, (Olhão e V.R.S.A.), mas mais este do que aquele, representou 89,14% do total de atum exportado ao abrigo daquele contrato, com importantes percentagens na cavala, boga e carapau, como veremos.

Tinha completa razão a agência do Banco de Portuagl, em Vila Real, ao afirmar que **“a situação da indústria conserveira de peixe em molhos [era] boa,**

...²⁰⁴

²⁰⁰ cf. *A Situação Económica na Província*. V.R.S.A. 2º trimestre de 1943, p. 94.

²⁰¹ Idem, 3º trimestre de 1943, p. 81.

²⁰² cf. Idem, 4º trimestre de 1943, p. 102.

²⁰³ Idem, 1º trimestre de 1944, p. 111.

²⁰⁴ Idem, 4º trimestre de 1945, p. 117.

Quadro CL
**EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE POR V.R.S.A.
 AO LONGO DE 1945**

Unidades: quilos e escudos

Tipos de conserva	2º trimestre de 1945	3º trimestre de 1945	Outubro e Novembro de 1945
Atum em azeite	7.687.0\18\$95	-	Génova 26.700 369.195\$00
Sardinha em óleo ¹	-	-	Génova 2.816 16.416\$00
Sardinha em azeite	159.600\$00	-	-
Sardinha em salmoura	-	165.936kg 663.747\$60	EUA 284.815,8 1.010.615\$20
Cavala em azeite	235.648\$80	-	-
Filetes de cavala	-	6.217 85.794\$00	-
Biqueirão em azeite	155.610\$10	7600 109.600\$00	EUA 40.496 620.450\$00
Filetes de biqueirão em azeite	-	12.483 262.143\$00	-
Total	8.137.877\$85	192.236 1.021.284\$00	318.828 2.016.676\$20

Fonte: *A Situação Económica na Província*, V.R.S.A., 2º trimestre 1945, p. 118, 3º trimestre de 1945, p. ? e 4º trimestre de 1945, pp117 e 118.

(1) Apenas em Outubro.

Vejamos, agora, qual a evolução da exportação de *conservas em sal*. Até 1942, a sua produção e exportação terão atingido um nível relativamente importante. De outras praças piscatórias, chegavam **“grande quantidade de camionettas carregadas de peixe para salgar”**²⁰⁵, permitindo um elevado ritmo de laboração a qual se prolongava pela noite²⁰⁶.

No decorrer do ano seguinte, como, aliás, já deixámos sublinhado, anteriormente, as conservas de peixe pelo sal entraram num período de crise por falta de mercados.

A situação do industrial era, por isso, difícil já que se via com **“enormes existências e com grandes despesas para a conservação de fabrico, já muito onerado em virtude do alto preço porque foi adquirido o peixe”**²⁰⁷.

Em 1944, a crise persistia com evidentes reflexos sociais, visto que **“a laboração intensa durante quatro escassos meses das fábricas de conserva e**

²⁰⁵ cf. Idem, 1º trimestre de 1942, p. 50.

²⁰⁶ cf. Idem, 2º trimestre de 1942, p. 119.

²⁰⁷ Idem, 2º trimestre de 1943, p.94.

molhos para a conserva de atum, mesmo empregando muitas pessoas, não [podia] suprir mais que uma parte das necessidades da gente que se dedica ao trabalho na indústria local”²⁰⁸

No final do último ano do conflito mantinha-se as dificuldades nesta indústria, apesar de um ligeiro aumento da produção, lutando **“com falta de numerário, por não ter tido oportunidade de colocar as suas avultadas exigências que ainda conserva em seus armazéns”²⁰⁹**

A exportação de conservas de sardinha em salmoura, em 1945, 473.857 quilos, representou uns escassos 10,3%²¹⁰

A polarização social operários/patrões foi óbvia, pelo papel que cada um representava no palco da indústria de conservas. A falta de matérias-primas - peixe e folha de flandres - forçou, algumas vezes, quer à distribuição do pouco trabalho que havia por turnos, em média, três por semana²¹¹, quer mesmo à paralisação de quase todas as fábricas²¹². Contudo, no lado do capital, embora certamente afectado pelas dificuldades atravessadas pela indústria, quer a nível local, quer a nível nacional, era a acumulação de riqueza pela valorização da mercadoria exportada: **“a contrastar com tão grande mal -a situação do operariado- os industriais [estavam] a fazer óptimos negócios, pela saída para o estrangeiro de tudo o que se consegue produzir, e as Empresas de Armações de atum têm vendido, o pouco que têm apanhado, por preços nunca até hoje atingidas”²¹³**

²⁰⁸ Idem, 2º trimestre de 1944, p.122.

²⁰⁹ Idem, 4º trimestre de 1945, p.117.

²¹⁰ *Conservas de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 6.

²¹¹ Idem, 2º trimestre de 1941, p.37, 3º trimestre de 1941, p.40 e 1º trimestre 1943, p.84.

²¹² Idem, 4º trimestre de 1944, p.98.

²¹³ Idem, 2º trimestre de 1941, p.37.

Aos operários, apenas lhes restava esperar por melhores capturas, mas, essencialmente, que os mercados consumidores se lembrassem de consumir mais conservas.

Em 1945, este centro era, depois de Lisboa, o maior exportador de atum e similares, representando cerca de 33,48% do total nacional exportado.

Quadro CLI
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE POR V.R.S.A.
EM 1945

Unidades: quilos

Sardinha (marca nac.)	Sardinha	Cavala	Carapau	Biquirão (anchovas)	Atum e similares	Outras espécies	Totais
18.468	13.490	109.296	27.739	84.874	736.929	6.080	997.631

Fonte: *Conservas de Peixe*, nº1, Abril 1946, p. 5.

No total da sua exportação, este tipo de conserva representou um peso muito significativo na sua economia, atingindo cerca de 74%.

A exportação de conservas em azeite ou molhos por Vila Real, em 1945, no âmbito da exportação total nacional foi de 2,6%, colocando-se à frente de apenas dois centros Peniche e Lagos.

Embora sejam muito lacunares os dados sobre a exportação deste centro, pensamos que na hierarquia dos centros conserveiros algarvios, V.R.S.A., foi aquele que no conjunto, à excepção, evidentemente, do caso particular do atum, aquele que menos exportou, quer em quantidade, quer em valor.

6.3. Portimão

A par de Olhão foi um dos mais importantes centros de conserva do Algarve, tendo mesmo, em 1940, sido o segundo maior exportador de conservas de peixe do

país, ultrapassado, apenas, por Matosinhos. Os elementos estatísticos para este centro são, infelizmente, mais parcos do que os disponíveis para Olhão, com tendências relativamente diferentes em relação a este último centro. Assim, de 1939 a 1940, a exportação cresceu 49%, para diminuir substancialmente nos dois anos seguintes, voltar a aumentar em 1943 e, novamente, a diminuir em 1944 e 1945.

Quadro CLII
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PELO CENTRO DE PORTIMÃO
(1939-1947)

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
Quantidade	6.756	10.089	3.743	3.597	4.829	4.595	3.867	4.490	6.038

Unidade: quilos

Fonte: Salviano Cruz, "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe", *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, 1955-58. Secção de Mapas e Gráficos.

A semelhança dos restantes centros conserveiros do Algarve o de Portimão, não fugiu à regra da escassez da pesca, designadamente da sardinha, que os afectou durante este período. A acção conjunta das escassez e a punção da procura pelas fábricas de conservas, proporcionou uma enorme valorização da matéria-prima na lota, contribuindo para a acumulação de capital, nas duas indústrias. Em Outubro de 1941, por exemplo, o milheiro da sardinha cotava-se a 565\$00²¹⁴.

A falta de peixe obrigou, por vezes, à semelhança do ocorrido para Olhão e V.R.S.A., ao seu transporte de outros centros piscatórios²¹⁵.

Mas, mesmo tendo atravessado períodos de poucas capturas e falta de folha de Flandres, qual terá sido o impacto económico deste período, em Portimão?

O deflagrar do conflito provocou uma rápida procura de conservas levando ao esgotamento dos «stocks» existentes. Os industriais conserveiros que **"chegaram a vender a conserva de sardinha com 20% abaixo dos preços mínimos fixados pelo IPCP,... actualmente estão vendendo com 50% acima desse mesmo preço fixado"**²¹⁶.

Comparando o primeiro semestre de 1939 com o período homónimo de 1938, verificamos um significativo aumento das exportações.

²¹⁴ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. Portimão, 3º trimestre 1941, . 37.

²¹⁵ Idem, 4º trimestre 1941, p. 42.

²¹⁶ Idem, 3º trimestre 1939, p. 28.

Quadro CLIII
Exportação de conservas de peixe nos primeiros semestre de
1938 e 1939 em Portimão

1º semestre de 1938	94.862 caixas
1º semestre de 1939	189.217 caixas

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*.
Portimão, 2º trimestre de 1939, p. 30.

Nos meses seguintes essa procura continuaria e acentuar-se-ia mesmo, como mostra o quadro, comparando com igual período de 1938:

Quadro CLIV
Exportação de conservas de peixe nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 1938 e 1939

	Julho		Agosto		Setembro		Total	
	caixas	quilos	Caixas	quilos	caixas	quilos	caixas	quilos
1938	20.136	433.267	23.639	452.788	62.997	1.299.037	106.772	2.185.092
1939	66.491	1.238.956	44.186	872.175	72.763	1.496.505	183.440	3.607.636

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. Portimão, 1º trimestre de 1939, p. 30, 2º trimestre de 1939, p. 30 e 3º trimestre de 1939, p. 28.

Ou seja, em relação ao mesmo período de 1938, registar-se-ia, em 1939, um aumento de 71,8% e 65%, respectivamente, no número de caixas e nos quilos exportados.

Durante o ano de 1940, uma quantidade apreciável de conservas foi absorvida pelo mercado francês, depois da visita a Portugal de uma Missão Francesa, a qual visitou alguns centros algarvios. Terá comprado inicialmente 20.000 caixas de conservas de peixe, tendo, posteriormente, efectuado outra compra que terá **“ultrapassado o dobro da primeira”**, mas que no final do segundo trimestre ainda não tinha sido embarcada²¹⁷. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro tinham sido fabricadas 175.153 caixas, das quais 135.636 tinham sido exportadas, embora existissem grandes «stocks» de conservas. Em 30 de Setembro, no armazém do I.P.C.P., encontravam-se 89.942 caixas, das quais 50.000, estavam vendidas à missão francesa²¹⁸. Aliás, naquele ano, depois da Inglaterra, a França foi o principal importador de conservas de peixe.

A valorização das conservas, em 1940, acentuou ainda mais a prosperidade da indústria de conservas, já iniciada com o despoletar do conflito, apesar de alguns

²¹⁷ Idem, 2º trimestre de 1940, p. 32.

²¹⁸ Idem, 3º trimestre de 1940, p. 31.

períodos difíceis devido a factores já realçados, designadamente a falta de peixe e as dificuldades na aquisição de folha de flandres, como, por exemplo., no 2º trimestre de 1941, no qual os operários se encontraram sem trabalho e, conseqüentemente atravessando grandes dificuldades²¹⁹.

No âmbito da guerra económica, aumentava a concorrência entre a Inglaterra e a Alemanha, aquela colocando em prática a política de *preempção*, nos centros conserveiros do Algarve, designadamente no de Portimão. Segundo a delegação do Banco de Portugal, nesta cidade **"um dos compradores"** - os Ingleses - que não tinha uma necessidade absoluta de conservas procurava **"fazer concorrência ao outro mercado"** - o Alemão - **"aproveitando-se de circunstâncias especiais"**, embora pagando a conserva a um preço mais reduzido²²⁰.

De 1942 a 1945, acentuou-se a falta de sardinha nos mares do Algarve, reduzindo a actividade das empresas, as quais estavam sujeitas às oscilações de matéria prima essencial e ao fabrico irregular com os inevitáveis inconvenientes. Apesar disto, continuavam a desfrutar de **"uma situação financeira desafogada, que se marcou com as primeiras exportações em grande escala pouco antes de rebentar a actual guerra, obtendo bons lucros durante a disputa daquela mercadoria pelos países beligerantes,..."**²²¹.

A publicação da Portaria nº10.324, de 1 de Fevereiro de 1943, que instituía os contratos colectivos e reforçava a acção interventora do IPCP, que criava uma marca nacional e que fixava limites máximos de preços, embora tivesse reduzido alguma margem de lucro, continuava ainda a ser atraente para estimular a fabricação **"e por isso não deixavam os industriais de conservas de adquirir todo o peixe apropriado para manterem as fábricas em laboração"**²²².

Em Portimão, pois, a indústria continuava em **"situação privilegiada de desfôgo"**, como, aliás, vinha **"disfrutando nestes últimos anos"**²²³.

²¹⁹ Idem, 1º trimestre de 1941, p. 32 e 2º trimestre de 1941, p. 35.

²²⁰ Idem, 3º trimestre de 1941, p. 37.

²²¹ Idem, 3º trimestre de 1943, p. 86.

²²² Idem, 3º trimestre de 1943, p. 86.

²²³ Idem, 4º trimestre de 1943, p. 97.

Para 1945, dispomos de uma outra fonte com elementos mais pormenorizados, mas cuja quantidade exportada difere em apenas 429 quilos a menos do referido no quadro inicial para este centro.

Quadro CLV
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PELO CENTRO DE PORTIMÃO
em 1945

Sardinha (Marca nacional)	Sardinha	Cavala	Carapau	Biqueirão (anchovado)	Atum e similares	Unidade: quilos	
						Outras espécies	TOTAIS
1.800.155	1.162.063	153.383	161.867	150.578	7.118	2.914	3.438.078

Fonte: *Conservas de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 4.

No âmbito da exportação total nacional, a exportação total deste centro, em 1945, não foi além dos 9,1%.

No que respeita às conservas em salmoura, Portimão, pelo menos, em 1945, representou, somente, 10,5% do total nacional exportado.

Quadro CVI
EXPORTAÇÃO DE SALMOURAS PELO CENTRO DE PORTIMÃO
em 1945

Unidade: quilos		
Sardinha	Cavala	TOTAL
94.619	386.315	480.934

Fonte: *Conservas de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 4.

Com mais algum detalhe, conhecemos a evolução da exportação de conservas de peixe de duas das mais importantes empresas deste centro: Júdice Fialho e Feu Hermanos.

6.3.1. Júdice Fialho

Desta empresa, apenas, dispomos da exportação, muito lacunar, para a Suíça, entre 1939 e 1945, como evidencia o quadro seguinte:



Quadro CLVII
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PARA A SUIÇA
PELA EMPRESA JÚDICE FIALHO, LDA.
1939-1945

Unidades: quilos e escudos

Anos	Caixas	Peso bruto	Peso líquido	Valor
1939 (14/8/39-28/10/39)	3.848	-	-	-
1940 (26/8/40-20/10/40)	-	-	118.640	951.450\$00
1941 (5/3/41-4/12/41)	23.377		286.330	2.846.795\$00
A partir de 8/8/41		280.686	224.416	4.388.675\$00
1942 (26/1/42-11/12/42)	23.920	522.772	426.617	14.194.451\$00
1943 (21/1/43)	300	9.820	8.160	314.760\$00
1945 (9/1/45-30/11/45)	5.713	105.451	85.455	2.837.910\$00

Fonte: Arquivo Júdice Fialho, caixa 408, doc. 4193.

A evolução dos preços de alguns dos vários tipos e formatos de conserva de peixe exportados para a Suíça, por esta empresa, sobressaindo a mais apreciada e famosa de todas as conservas de peixe, a "*Maria Elisabette*", evolui como mostra o quadro seguinte, que devido aos escassos elementos deverão ser entendidos como meramente indicativos.

Quadro CLVIII
EVOLUÇÃO DO PREÇO DE ALGUNS TIPOS DE CONSERVAS DE PEIXE
EXPORTADOS PELA EMPRESA JÚDICE FIALHO, LDA.
PARA O MERCADO SUIÇO
1939-1945

Anos	1/4 22mm <i>Maria Elisabette</i>	1/4 Americano <i>Maria Elisabette</i> s/e/s/p (1)	1/2 Alto <i>M. E.</i>	1/4 Americano	1/4 Americano <i>Falstaff</i>	1/4 club 30mm
1939	21/40 a 29 shillings	-	-	-	-	-
1941	-	entre 165\$00 e 874\$00	1.060\$00	-	-	-
1942	620\$00	1.170\$00	1.707\$00	1.012\$00	600\$00	623\$00
1945	540\$00	1.085\$00	-	-	-	550\$00

(1) s/e/s/p - sardinha sem espinha e sem pele.

Fonte: Arquivo Júdice Fialho, caixa 408, doc. 4193.

O aumento do preço das conservas, para o mercado helvético, iniciar-se-ia a partir de Junho de 1940, tendo atingido o máximo nos anos seguintes, designadamente, em 1943 e 1944. O último ano do conflito trouxe, como seria previsível, uma tendência para a quebra dos preços das conservas de peixe.

Até 27 de Novembro de 1939, data de embarque, as conservas seguiam ainda em vapores, enquanto que a partir de 10 de Junho de 1940 e até ao final da guerra, passam a ser transportadas por caminho-de-ferro.

Esta empresa tinha como principais compradores para o mercado Suíço Alberto Bonizzi, de Zurique, a Union Suisse des Corporative de Consommation, de Bâle, F.Rolandi & C^a, de Génova, F. Adolf & C^a, igualmente sediada em Bâle e a Union St^a Suisse d'Achats, em Olten.

Os pagamentos realizavam-se por intermédio de várias instituições bancária, nomeadamente, a S. Maritime Belga S.A. Anver, a Società Nazionale Di Transporti, de Génova, B. Fonseca Santos & Viana, Banco Lisboa & Açores, Banco Burnay, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, sede em Faro, Banco Nacional Ultramarino e Banco Borges & Irmão.

6.3.2. *Feu Hermanos*

Mais completa, porém, é a estatística da empresa Feu Hermanos, embora não possuamos elementos para os anos de 1942 e 1943 (Quadro CLIX).

Os principais mercados desta importante firma conserveira portimonense, mas com fábricas em vários centros do país foram, entre 1935 e 1945, a Alemanha, os EUA, a Bélgica, a França, a Holanda e a Inglaterra.

Registe-se o facto surpreendente de exportações para um mercado tão longínquo como era Singapura, com exportações interessantes em 1939, 1940 e 1941.

Moçambique, em 1940 e 1941, registou igualmente um crescimento nas exportações em relação a anos anteriores.

Até 1941, todavia, a Alemanha foi principal mercado das conservas fabricadas por Feu Hermanos, embora, a partir daquele ano não existam registos da exportação para aquele país, não se tendo, certamente, deixado de se fazer.

Quadro CLIX
Exportação de Conservas de Feu Hermanos (1935-1944)
(caixas - peso bruto - peso líquido)

Países	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1944
Alemanha	36.144	57.729	35.276	30.394	(a) 37.342	-	44.972 1.205.439 1.032.372	11.523 465.820 404.918
EUA	10.345	15.402	15.277	11.275	26.017	40.747 915.238 743.155	31.320 699.798 559.790	9.223 131.988 106.159
Angola	-	-	-	205	30	55 1.300 1.060	50 1.175 950	-
Bélgica	3.215	3.257	4.403	2.139	(b) 5.982	1.404 25.460 20.374	-	4.525 255.707 215.087
Congo Belga	-	-	-	-	-	810 19.027 15.385	1.576 33.689 27.021	200 4.600 3.800
Egipto	-	-	-	-	-	1.050 29.686 24.123	575 14.500 11.800	-
Dinamarca	97	-	-	137	(b) 821	-	-	-
Finlândia	-	-	-	506	405	-	-	-
França	2.704	4.984	4.236	4.089	3.284	8.027 168.794 142.873	-	-
Missão francesa (Mercadoria entregue)	-	-	-	-	-	35.470 844.052 720.976	-	-
Cruz Vermelha Francesa (Mercadoria oferecida)	-	-	-	-	-	320 7.680 6.560	-	-
Grécia	-	-	-	-	2.000	3.571 78.420 62.849	7.542 152.487 121.298	-
Ilha de Chipre	-	-	-	-	-	36 847 683	-	-
Holanda	2.328	1.439	1.553	844	(b) 2.101	-	-	1.419 32.239 26.961
Inglaterra	724	768	955	505	5.972	12.838 313.147 255.817	27.056 613.005 493.575	20.904 480.792 398.988
Itália	-	-	-	-	-	500 11.750 9.500	-	-
Moçambique	-	-	43	49	78	230 5.240 3.998	290 6.838 5.507	-
Singapura	1.200	1.100	1.444	1.180	1.600	2.590 60.866 49.210	1.438 33.793 27.322	-
Suécia	-	-	25	742	(b) 3.676	-	426 9.798 8.094	2.300 50.600 43.700
Suiça	-	-	-	-	(b) 2.236	(c) 521 12.645 10.286	5.282 112.301 91.00	-
Gremium IPCP	-	-	-	-	5.471	-	-	-
Vendido no País (para exportação)	-	-	-	-	-	-	1.050 25.964 20.965	-
Total	59.289	84.958	71.873	58.246	101.637	108.169 2.431.822 2.017.158	121.595 2.908.787 2.399.694	49.904 1.417.146 1.195.813

Notas: a) Exportações efectuadas anteriormente a Set. de 1939; b) inclui exportações efectuadas anteriormente a Set. de 1939;

Fonte: AFH, Caixa 10, doc. 634 e Relatórios da Firma Feu Hermanos, de 1940, 1941 e 1944.

A exportação total de 1940 foi equivalente a 108.781 caixas de 1/4 club 30mm (a 19kgs. peso líquido)

A exportação total de 1941 foi equivalente a 126.300 caixas de 1/4 club 30mm (a 19kgs. peso líquido)

A exportação total de 1944 foi equivalente a 63.137 caixas de 1/4 club 30mm (a 19kgs. peso líquido)

As notas que acompanham o quadro anterior são, de facto, elucidativas pela preocupação de afirmar que as exportações para a Alemanha e países por esta ocupados, tinham sido realizadas antes da eclosão da Guerra.

Em 1944, já, portanto, próximo do fim do conflito e da sua derrota, a Alemanha posicionou-se, ainda, como o segundo mais importante mercado importador desta empresa, logo após a Inglaterra.

Outro importante mercado foram os EUA até 1941, um cliente, aliás, desde, pelo menos, 1926, como mostra o quadro CLXI, embora a partir daquele ano e até 1944 a exportação tenha sofrido uma quebra apreciável. Durante a guerra tornar-se-ia, porém, um excelente mercado para as anchovas.

Quadro CLX
Exportação da Casa Feu Hermanos de 1935 a 1944

Anos	Caixas (1/4 club)	P. Bruto	P. Líquido	Unidade: quilos
				Valor
1935	60.624	1.442.787	1.151.864	8.019.459\$42
1936	91.019	2.148.990	1.729.250	10.465.155\$89
1937	73.149	1.714.122	1.389.824	9.677.481\$37
1938	58.283	1.368.845	1.107.383	7.653.576.\$42
1939	101.875	2.377.930	1.935.639	12.835.532\$49
1940	108.781	2.494.132	2.066.849	17.868.087\$52
1941	126.299	2.908.787	2.399.694	(a) 32.942.427\$75
1942	53.231	1.182.127	1.011.389	(a) (b) 16.287.409\$60
Total	673.256	15.637.720	12.791.892	115.749.130\$46

Fonte: AFH, Caixa 10, doc. 636, de 14/4/43.

Notas: a) excluídas as exportações da Empresa Exportadora Lusitânia, Lda. e Soc. Comercial Algarve, Lda.

b) Incluídas as exportações com despachos efectuados em nome de J. Wimmer & C^a. A este agente alemão foram entregues no total 84.752 caixas no valor de 29.209.569\$00, dos formatos 1/2 alto 40mm, 1/4 americano 30mm e 1/4 club 30mm. AFH, caixa 10, doc. 637, Portimão 30/3/42.

A Inglaterra paulatinamente veio, desde 1935, consolidando a sua posição de importante comprador de conservas da empresa. Pela ausência de elementos de análise estatística para 1942, 1943 e 1944, é-nos difícil avaliar a evolução deste mercado durante a guerra. Em 1944, mercê, certamente, dos condicionalismos do conflito, tornar-se-à o principal mercado da Feu Hermanos.

Quadro CLXI

Exportação da casa Feu Hermanos para os EUA

Anos	Sardinhas				Anchovas				Peso: kg			
	Caixas	P. Bruto	P. Líquido	Base 1/4 club Cx.	Caixas	P. Bruto	P. Líquido	Base 1/4 club Cx.	Caixas	P. Bruto	P. Líquido	Total
1926	2.409	61.743	50.358	-	-	-	-	-	2.409	61.743	50.358	-
1927	7.729	224.736	182.609	-	-	-	-	-	7.729	224.736	182.609	-
1928	6.690	187.114	161.058	-	-	-	-	-	6.690	187.114	161.058	-
1929	6.756	186.551	150.977	-	-	-	-	-	6.756	186.551	150.977	-
1930	7.264	229.589	187.785	-	-	-	-	-	7.264	229.589	187.785	-
1931	(10.543)	-	-	-	-	-	-	-	(10.543)	-	-	-
1932	(9.110)	-	163.976	-	-	-	-	-	(9.110)	-	163.976	-
1933	(20.235)	-	364.226	-	-	-	-	-	(20.235)	-	364.226	-
1934	7.168	225.125	182.897	-	-	-	-	-	7.168	225.125	182.897	-
1935	2.189	56.762	46.066	-	-	-	-	-	2.189	56.762	46.066	-
1936	10.345	305.093	243.191	12.799	-	-	-	-	10.345	305.093	243.191	12.799
1937	(13.510)	437.689	356.090	18.741	-	-	-	-	(13.510)	437.689	356.090	18.741
1938	15.402	428.066	356.207	18.590	-	-	-	-	15.402	428.066	356.207	18.590
1939	(19.782)	-	-	12.918	-	-	-	-	(19.782)	-	-	-
1940	15.277	303.679	245.437	-	-	-	-	-	15.277	303.679	245.437	-
1941	11.275	661.310	543.647	28.613	-	-	-	-	11.275	661.310	543.647	-
1942	(13.636)	824.568	672.019	35.369	1.888	18.498	14.073	741	(13.636)	824.568	672.019	29.354
1943	24.129	621.950	500.226	26.328	8.584	90.670	71.136	3.744	26.017	679.808	557.720	29.354
1944	32.163	-	-	-	-	-	-	-	(30.203)	-	-	-
1945	(37.334)	-	-	-	-	-	-	-	40.747	915.238	743.155	39.113
1946	24.875	-	-	-	6.445	77.448	59.564	3.135	(37.334)	-	-	-
1947	(27.790)	-	-	-	-	-	-	-	31.320	699.798	559.790	29.463
1948	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.790)	-	-	-
1949	577	14.044	11.466	603	-	-	-	-	-	-	-	-
1950	(637)	-	-	-	2.150	28.050	22.525	1.186	2.727	42.094	33.991	1.789
1951	2.656	46.751	38.295	2.016	6.597	85.237	68.064	3.582	(637)	-	-	-
1952	(2.127)	-	-	-	-	-	-	-	9.223	131.988	106.359	5.598
1953	(11.722)	-	211.008	-	-	-	-	-	(2.127)	-	-	-
1954	(7.801)	-	140.418	-	-	-	-	-	(11.722)	-	-	-
1955	(7.462)	-	134.340	-	-	-	-	-	(7.801)	-	-	-
1956	(12.614)	-	227.044	-	-	-	-	-	(7.462)	-	-	-
1957	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.614)	-	-	-

Fonte: Arquivo Feu Hermanos, Caixa 10, doc. 643 e doc. 638, Portimão 12/6/45. O número de caixas entre parêntesis é o fornecido pelo doc. 633

Os anos de 1939 a 1941 foram os anos áureos da firma, quer pela quantidade de conservas exportadas, quer pelo valor recebido. Valor que entre 1938 e 1941 cresceu de uma forma muito significativa atingindo 156,6%.

Apesar da dificuldades inerentes à guerra, o centro conserveiro de Portimão posicionou-se como um dos grandes centros exportadores de conservas do país, tendo sido a sede de algumas das mais importantes empresas, não só do Algarve, como do País, com fábricas noutros centros e que viveu, durante os anos da Segunda Guerra Mundial, apesar da quebra das exportações, um período de grande prosperidade económica para os seus capitalistas conserveiros.

Prosperidade que se exteriorizou, no quotidiano de algumas camadas sociais e nos seus modos de vida, assim como na actividade financeira, como veremos.

6.4. Olhão

Foi para este importante centro do sotavento algarvio que encontrámos a mais completa estatística da exportação de conservas de peixe, englobando o período de 1937-1945. Por intermédio desta fonte foi possível conhecer, não só a exportação por anos e os principais mercados, mas igualmente a exportação por empresa dia a dia.

Obviamente que não iremos tratar deste último aspecto. Os dados que apresentamos incluem conjuntamente todos os tipos e formatos de conservas de peixe visto que a fonte em muitos casos torna impossível discriminá-los com precisão.

De 1937 a 1939, a exportação de conservas de peixe pelo “Porto de Olhão”, registaria uma quebra de 11,4%, em quilos e um ligeiríssimo aumento nos valores exportados que não chegaria a atingir 1%.

O primeiro trimestre de 1939, acusou maior subida na exportação de conservas do que em iguais períodos de anos anteriores. Depois de uma diminuição acentuada, em Abril, os meses de Junho e Julho conheceriam importantes quantidades e valores

exportados. Tal, dever-se-ia a **“uma esperança de colocação imediata na Alemanha, de todo o fabrico existente no Grémio e que animou o industrial”**²²⁴.

Contudo, ter-se-ia, posteriormente, suspenso a ordem por **“complicações burocráticas”**, o que explicaria a quebra depois verificada.

Os preços acompanharam o deflagrar da guerra. Deprimidos até ao fim de Agosto, a partir de Setembro **“subiram acentuadamente”**, para regressarem a valores anteriores no fim do ano. Contudo, esta subida dos preços não significava **“um acréscimo proporcional de lucro para o industrial exportador, porquanto, quer o preço que o peixe atingiu nas lotas, quer os preços do óleo, folha de Flandres e demais material, elevaram-se notavelmente”**²²⁵.

Em relação a 1938, registou-se, a nível nacional, em 1939, um aumento de 33,8% na quantidade exportada e um acréscimo de 31,7%, nos valores para a conserva de sardinha em azeite, enquanto a conserva de sardinha em sal caiu 56,7% e 58,4%, respectivamente, em quantidade e em valor.

Em 1939, as conservas de peixe seriam o produto mais exportado, em valor, do conjunto de todos os artigos da exportação nacional.

De 1939 a 1945, a exportação, em quilos, pelo “Porto de Olhão” registou uma quebra de 43,3%, enquanto que nos valores assistir-se-ia a uma subida de 86,7%.

A evolução do preço médio da tonelada exportada foi - repetimos, inclui todos os tipos de conserva - como mostra o quadro seguinte:

Quadro CLXII

PREÇO MÉDIO DA TONELADA DA CONSERVA EXPORTADA POR OLHÃO						
1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
3.898\$00	3.370\$00	3.602\$00	7.936\$00	11.290\$00	13.756\$00	12.820\$00

Ou seja, de 1940 a 1944, a conserva manteve uma clara tendência para se valorizar, mercê da grande procura realizada por ingleses e alemães.

²²⁴ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província. Olhão, 2º trimestre de 1939*, p. 28.

²²⁵ *Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal, Gerência de 1939*, p. 40.

Passamos a analisar, agora, conjuntamente, os quadros seguintes referentes quer à exportação total de conservas de peixe, quer à exportação por países, quer aos principais exportadores e, finalmente, às firmas dominadoras. Neste último caso, optámos, apenas, pela inclusão de empresas com uma capacidade exportadora de 100 ou mais toneladas.

Desde 1937 que a Alemanha era o maior consumidor de conservas remetidas de Olhão, seguida de perto pela França e pela Itália.

Em 1939, porém, registou-se uma quebra acentuada das exportações para a França e Itália e um acréscimo para a Inglaterra.

Para a Alemanha o principal exportador em quantidade foi a empresa Figueira & Almeida, Lda., com 206 toneladas, enquanto que em valor, foram as empresas Sais, Irmãos & C^a, Lda e Lacasta, Lda.

Para a Inglaterra, monopolizaram a exportação destacadamente a União Industrial, Lda. e a Júdice Fialho & C^a.

Os grandes exportadores para a Itália foram, como é evidente nos quadros, empresas de industriais italianos, nomeadamente a Sociedade Angelo Parodi.

Em 1940, a exploração de conservas pelo porto de Olhão, acusou uma quebra muito importante: 29,3%, em quilos e 39%, em valor, em relação ao ano anterior. Houve, em consequência dos acontecimentos militares, perda de mercados, nomeadamente o alemão, que desaparece completamente das estatísticas oficiais. Destaca-se, apenas, o mercado inglês que compra, certamente, já no âmbito na política de preempção, cerca de 63% do valor total das conservas exportadas por Olhão. O número de firmas com algum peso de exportação reduz-se sensivelmente: Lacasta, Lda., com 8,52%, J.P. Leonardo, Lda., com 5,6% e Sardinha do Algarve, com 6,7% da exportação total foram os principais exportadores. Refira-se, ainda, que a primeira daquelas empresas contribuiu com 13% da exportação total para o mercado inglês.

Os preços, por seu lado, mostraram uma tendência para aumentarem.

Quadro CLXIII
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE POR OLHÃO (1937-1946)

Anos	Caixas	Escudos	Quilos
1937	401.892	29.930.670\$98	8.678.521
1938	325.485	29.659.796\$58	7.525.251
1939	417.404	29.956.981\$05	7.685.735
1940	304.512	18.309.185\$30	5.432.931
1941	305.127	21.913.220\$50	6.083.667
1942	168.376	28.722.247\$95	3.619.318
1943	157.671	36.952.926\$35	3.272.546
1944	126.835	33.728.803\$45	2.451.627
1945	224.540	55.958.714\$40	4.364.723
1946	240.437	52.471.567\$40	3.860.199
Total	2.6722.79	337.604.073\$96	52.974.488

Fonte: Exportação de Conservas de Peixe pelo Porto de Olhão (1936-1946).
 Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de sotavento do Algarve.

Quadro CLXIV
**EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE POR PAÍSES
 PELO "PORTO DE OLHÃO"**
 (1939-1945)

PAÍSES	1939			1940		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
Alemanha	124.559	8.219.939.40	2.041.624	-	-	-
Argentina	-	-	-	8.677	337.662.50	140.673
Bélgica	33.627	2.906.371.05	597.389	6.903	392.435.60	107.513
Congo	-	-	-	3.929	148.346.30	68.260
Cuba	-	-	-	4.271	151.863.80	54.524
Egipto	8.808	560.893.25	218.859	1.750	92.491.50	44852
EUA	28.278	1.581.529.35	468898	28.424	1.514.508.30	444.289
França	42.560	3.831.736.90	771.202	43.930	2817.021.40	776.924
Gibraltar	281	22.108.25	6.132	372	28.589.60	7.008
Holanda	6.399	473.539.70	107.104	184	12.845.20	3.496
Inglaterra	101.178	8.027.064.15	1.855.139	182.595	11.468.731.31	3.225.745
Itália	21.654	2.153.611.55	855.270	11.838	667.654.00	383.047
Líbano	-	-	-	3.195	114.618.00	54.580
Palestina	13.877	719.206.05	242.251	2.809	105.389.20	45.650
Suiça	-	-	-	4.650	273.321.10	76.390
Total	381.221	28.495.999.65	7163868	303.527	18.125.477.81	5.432.951

PAÍSES	1941			1942		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
Alemanha	9.743	1.178.335.45	214.751	71.730	12.146.643.85	1.305.592
Bélgica	474	40.545.20	12.396	1.791	212.159.40	90.216
EUA	12.009	577.427.70	168.363	1.119	172.127.50	11.105
França	3.039	205.113.10	68.863	8.258	1.274.501.85	161.096
Gibraltar	-	-	-	7.119	1.322.039.55	245.292
Inglaterra	149.677	10.187.707.70	2.800.721	1.629	239.837.95	30.951
Itália	6.387	487.977.00	306.022	4.461	794.998.25	237.430
Palestina	-	-	-	-	-	-
Suiça	112.504	8.512.548.85	2.154.590	68.178	11.546.339.10	1.318.630
Total	293.833	21.189.655.00	5.725.706	164.285	27.708.647.45	3.400.312

PAÍSES	1943			1944		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
Alemanha	63.467	1.547.5812.70	1.475.684	22.310	6.500.774.75	486.047
Bélgica	2.269	600.721.25	48.576	1.704	465.456.60	32.436
EUA	-	-	-	24.860	5.816.768.95	307.822
França	13.404	1.762.893.55	284.925	-	-	-
Gibraltar	-	-	-	-	-	-
Inglaterra	52.959	13.464.568.20	1.088.077	68.708	19.182.319.45	1.339.547
Itália	527	121.392.50	48.557	-	-	-
Suiça	2.004	462.304.75	47.604	-	-	-
Total	134.630	31.887.692.95	2.993.423	117.582	31.965.319.75	2.165.852

PAÍSES	1945		
	Caixas	Escudos	Quilos
Bélgica	21.480	6.924.946.80	561.822
EUA	111.354	25.129.926.70	1.262.370
França	8.252	1.508.790.40	377.198
Inglaterra	52.138	14.189.642.35	1.024.601
Itália*	15.158	2.689.293.70	707.699
Palestina	6.567	1.722.867.40	124.773
Suiça	5.190	1.186.300.70	85.105
Total	220.139	53.351.768.05	4.143.568

Fonte: *Exportações de Conservas pelo Porto de Olhão (1939-1945).*
Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve.

Quadro CLXV
EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PELO "PORTO DE OLHÃO" PELOS PRINCIPAIS EXPORTADORES E POR PAÍSES (1939-1945)
1939

EXPORTADORES	ALEMANHA			BÉLGICA			FRANÇA			INGLATERRA			GÊNOVA (Itália)			EUA		
	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos
Abecassis, Irmãos Buzaglios & C ^a	6225	43747525	103421	2145	13745750	82088				1162	7400740	20002						
Alberto Soares Ribeiro										559	4040985	11289						
Algarve Exportador, Lda.																		
Augusto Bruno	8284	61001775	131576	3615	23223070	58152	1698	18517875	32205	3525	31161400	61490	270	2484000	12420			
A. J. Cabrita																		
C. M. Viegas Junior				1027	7619110	20753				1000	4810000	13000	737	10006490	22528			
Centeno, Cumbreira & Rodrigues																		
Conservas Praia do Sol, Lda.																		
Conservas Rainha do Sado, Lda.	1635	11579440	28890	828	5820840	13732												
Eduardo Strichaner																		
E. Q. Mendonça																		
Empresa de Conservas Nereida, Lda	2698	18947105	50558				2372	16354850	40981									
Empresa Exportadora Luztania, Lda.	1983	15739970	38553				414	6423810	11201									
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	3503	19649500	90824	570	4007100	10830	2865	25810725	56615	2384	14708190	40582	350	3200000	16100	1067	2594970	12157
Establissemnts F. Delory	2053	19856425	37107	2319	20771350	37834	3238	36560970	67022	3983	49259450	71780						
Facho, Lda.							4125	38536535	75782									
Figueira & Almeida, Lda.	12144	43382430	206313	1225	3601500	17150							410	4040400	10920			
Francisco Alves							2654	27083290	53913	3306	24272280	57578				725	8944350	19962
Francisco Cocco																		
Gian Baptista Parodi													320	2966000	14830			
Giuseppe Gallupo													2025	24672700	120728			
Gomes da Costa													1188	11098800	57426			
Guerreiro & C ^a , Lda.	2858	19471520	46376	891	5954875	15867	1568	15327905	30466	1869	18487195	42548				4559	18768150	96737
Henriques & C ^a , Lda.							794	7927525	13787							1005	6597600	15316
Honrado & Honrado, Lda	805	6793000	13340	759	5187510	11136	989	10343900	19683	5111	36800490	94836				681	6459510	15591
J. Leite de Oliveira, Lda.	5920	33015470	89223				893	8782275	16967	3882	22228470	55638						
J. M. Cabeçadas																		
J. Martins Xavier	2350	12536850	38830				1046	9967465	19829									
J. Mendes & C ^a	2558	16108085	37338															
J. Reis Silva	538	3762140	10222															
J. P. Leonardo, Lda.	4366	23587070	72206	895	4015350	10535				3460	29282610	56330						
João C. Gargalo	6547	30471275	105560	3715	31467215	65480				4561	27930860	76318						
João Henrique da Cruz							1028	9127640	19408							1739	13844045	32047
John W. Nolte, Lda.	3016	17964220	38252							1547	7089870	24948						
José Dias Lagos																		
José Vicente Nunes																		
Josino da Costa	1486	11134300	18824															
Judice Fialho & C ^a .										1420	8279625	21651						
Walter Stock	772	5678800	11948							12296	125595665	255918						
Lacasta, Lda																		
Lázaro & C ^a .	8185	61581060	130721															
La Paloma, Lda	2952	27077575	47761							2523	14150850	38245						
Luz Industrial, Lda	4057	37062775	67138	1302	8654060	21838	2980	21961055	51914	1101	8417960	23611						
Martins Batista & C ^a , Lda																		
Martins & Pereira, Lda.	1321	7880260	21298							550	5816125	10115						
Michelle Cocco										2626	15318130	41919				2342	7144200	23814
Nicolo Lazzara																1100	3927000	18700
Orback, Lda.	2505	17112625	38958										1291	12383200	61916			
Pereira & Cruz, Lda	1453	9620310	22910							910	5268800	14240	443	2059800	19183			
Pereira Neto & C ^a .																		
Quinta, Lda.	768	5395170	14592							1408	8228540	22237	368	3532800	17694			
Ramirez & C ^a , Lda																		
Ribeiro Bourquim, Lda.	1962	10751280	40448							953	11820050	22777	520	4360330	10609	1854	11976540	27226
Salas, Irmãos & C ^a , Lda	8764	66811220	140528	5740	36713345	89574	550	6008750	10450	3749	31166360	76988				700	2184000	10400

Salvatore Cocco	4238	24553625	58484	1064	8495950	18708	2595	27160615	55554	7144	51891500	139312	884	7217200	40510	16240030	47671
Sardinha do Algarve, Lda.													1220	9527195	45307		

1939

EXPORTADORES	ALEMANHA			BÉLGICA			FRANÇA			INGLATERRA			GÉNOVA (Itália)			EUA		
	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos
Sebastião José Machado Júnior							668	6072130	13232									
Simões, Folque & Cª							621	4629440	12512									
Soares & Viegas, Lda.							947	10193550	17728									
Soc. An. Angelo Parodi fu Bartolomeu	1995	23478975	40833				464	6478525	11267				2828	58701030	138709	1990	21867150	38562
Soc. Comercial Ibérica, Lda.	952	6540860	15198															
Soc. Conservas Belo Monte, Lda.	2320	15091490	36427															
Soc. Comercial Remus, Lda.																		
Sociedade Fabril, Lda.	2437	21368650	38888															
Tomé, Lda.	3210	19807710	51489															
União Industrial, Lda.	2280	12890830	43089															
Veiga, Lda.	608	5158775	10067															
Virgílio Lory																		
Vlademiro Novack																		
TOTAL	118759	786440270	1958005	29549	200707935	525656	39405	34362465	697418	95570	766058185	1761070	19630	200409455	795217	23995	138480985	398895

1939

EXPORTADORES	PALESTINA			EGIPTO		
	Caixas	Valor	Quilos	Caixas	Valor	Quilos
Algarve Exportador, Lda.	990	10329940	18642	756	7186125	15061
Empresa de Conservas Nereida, Lda.				729	3732900	12663
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	2178	1785000	34170			
Francisco Cocco				473	4301400	22490
Guerreiro & Cª, Lda.				1740	9711950	39435
Honrado & Honrado, Lda.	903	4851850	13678			
J. P. Leonardo, Lda.	3724	24469665	60378	759	4375975	14167
Nicolo Lazzara				485	3325400	15556
Salvatore Cocco				340	2511900	15654
Sardinha do Algarve, Lda.	710	2591900	10110			
Soc. Conservas Belo Monte, Lda.	954	4342800	14478	916	4588700	17084
TOTAL	9459	48370155	151455	6178	39734350	152170

1940

Quadro CLKVI

Exportadores	INGLATERRA			BÉLGICA			FRANÇA			ITÁLIA			EUA			ARGENTINA		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
Abecassis, Irmãos Buzagios & C ^a	4102	27181840	75572				261	1639730	2945									
Alberto Soares Ribeiro	1701	12218980	36036			7130	232	1598430	10239							2028	6890520	32272
Alfred Besthoff							288	1869890	5054							500	1880000	8000
André M. Calado																		
Andrea Strazzera di Alberto																		
Antonino Strazzera																		
Augusto Bruno	270	1398600	3780				463	2698890	7297	350	1610000	16100				2128	7866470	36507
A. J. Cabrita										200	920000	9200						
Benito Garcia, Lda	250	1295000	3500															
C. M. Viegas Junior	5346	30301930	98689															
Cartha & Formigal, Lda	92	1606170	4341															
Centeno, Cumbreira & Rodrigues																		
Centro Ind. & Comercial de Cons., Lda	7004	44132800	141862				138	2348760	6348									
Conservas Praia do Sol, Lda	1805	11840740	32002															
Conservas Rainha do Sado, Lda	503	2514500	10500															
Domingos Martins Gomes																		
Empresa de Conservas Nereida, Lda	4583	29891890	81147			7000	2741	19842930	53089									
Empresa Exportadora Luzflandia, Lda							145	1341250	3625	150	1054500	2850						
Empresa Fabril de Conservas, Lda																		
Empresa Mercantil de Pesca, Lda	10453	73911530	199069				1626	8828940	23862	1680	8824500	23845	425	2808670	7591			
Etablisements F. Delory	719	5016460	13558			10835	3202	20234930	54886	50	878750	2375						
Fábrica de Conservas Liberdade, Lda										52	435580	949						
Feu Hermanos																		
Figueira & Almeida, Lda	6700	26733000	127300				313	2237020	6046				100	1110000	3000			
Francisco Adragina	5860	34378772	109310							325	1495000	14950						
Francisco Alves																		
Francisco Cocco																		
F. Currifto	80	414400	1120															
Giuseppe Gallupo																		
Guerreiro & C ^a , Lda	1287	12436850	33748			2100	1356	7658980	25019	1283	5805100	55839						
Henriques & C ^a , Lda	3186	20358510	55023			7193	1733	14186750	38375				3435	20914770	58210			
Honrado & Honrado, Lda	4352	25275670	53555			826	1322	10190710	27543				238	1463200	3960			
J. Florentino Topa	144	745920	2016										648	3123300	9773			
J. Leite de Oliveira, Lda	710	5078360	13718			1454												
J. Martins Xavier	499	2846830	16295				350	1450270	5415							80	317000	1220
J. Mendes & C ^a																53	428090	1157
J. Reis Silva	2714	18796000	50800															
J. J. Celorico Palma																		
J. P. Leonardo, Lda	9479	67737010	183073			3591												
João Belista Brito	4032	27817810	80113			3401				165	759000	7590	4683	23380790	86747			
João C. Gargalo																		
Joaquim Belchior																		
J. Naughton, Lda																		
John W. Nolte, Lda	298	1157520	5512				1208	7374840	19932									
José Ant ^o CAbrai & Filh. Suc., Lda	298	1491840	4032				763	2882130	7249									
José Dias Lagos																		
José Vicente Nunes																		
Josino da Costa																		
Júdice Fialho & C ^a																		
Lacasta, Lda	6923	54136540	146342				138	1945090	5257	450	2147600	21476						
Lázaro & C ^a	24756	152317640	423228				2503	14005240	37852	105	504000	5040						
Manuel Ojeda Martins	5053	32885960	88926				500	1757500	4750	970	6578600	17780						
Mário di Martini							169	875420	2366	380	1694900	16917						
																500	2590000	7000

Martins Batista & C ^a , Lda.	558	1710000	5800	250	1295000	3500	444	4469600	12080	244	589500	1965	2912	8973500	23275		
Martins & Pereira, Lda.	9178	54792830	148574														
Nicolo Lazzara	261	1351980	3654														
Nino Chiarpotto																	
Orback, Lda.	280	1988400	5320														
Pablo Cocco																	
Pierceria Industrial de Conservas, Lda.	125	647500	1750													90	486200
Pereira & Cruz, Lda.																	
Pereira Neto & C ^a																	
Quinta, Lda.	480	3374400	9120														
Ramirez & C ^a , Lda.	7047	48284700	130894	451	2336180	6314	400	2812000	7800	325	2284750	6175	280	1998000	5400		
Raul Folque Flores	2833	23474659	63445							134	616400	6164	880	7148400	22415		
Ribeiro Bourquim, Lda.	437	4356800	11780							7699			440	1313400	4378		
Salas, Irmãos & C ^a , Lda.										4220			100	389500	1850		
Salvatore Cocco	4522	27141430	78375	742	3563470	9631	8939	52495970	141881				1416	5394000	16755		
Sardinha do Algarve, Lda.	6383	48031140	132740							470	2169800	21698					
Simões, Folque & C ^a	95	492100	1330	1186	7132120	19276	4012	24592790	66467	1465	7518010	22119	8231	39539420	120371		
Soc. An. Angelo Parodi fu Bartolomeu	50	243000	810														
Soc. Comercial Ibérica, Lda.	180	1124800	3040							1086	7452600	74526					
Soc. Comercial Luzitania, Lda.																	
Soc. Conservas Aldite, Lda.																	
Soc. Comercial Algarve, Lda.																	
Soc. Conservas Belo Monte, Lda.	20200	77954810	182681														
Soc. Mercantil Rio Tagus, Lda.																	
Soc. Comercial Remus, Lda.	100	1702000	4800							343	3045840	8232	158	1407450	3804		
Soc. de Conservas Aliança, Lda.																	
Sociedade Fabril, Lda.	1388	4950120	23572														
Soromenho & Victor, Lda.																	
Tomé, Lda.	9025	68163840	179232														
União Industrial, Lda.	5587	49063400	132110														
Vasconcelos & Guerreiro, Lda.																	
Veiga, Lda.	597	2343350	11741														
Virgilio Lory																	
V ^a e Herd. de Francisco Faria Tenorio																	
TOTAL	182595	1146873131	3225745	6903	39243560	107513	43930	281702140	776924	11838	66765400	383047	28424	151450830	444289	8677	33766250
																	140673

Exportadores	SUIÇA		
	Caixas	Escudos	Quilos
André M. Calado	435	3058050	8265
Domingos Martins Gomes	400	540000	1800
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	45	316350	855
Francisco Alves	100	1757500	4750
Guerreiro & C ^a , Lda.	220	1354910	3874
Henriques & C ^a , Lda.	150	777000	2100
J. Florentino Topa	50	133800	446
Josino da Costa	700	1845000	6150
Salas, Irmãos & C ^a , Lda.	400	1140000	3800
Soc. Mercantil Rio Tagus, Lda.	2150	16409500	44350
TOTAL	4650	27332110	76390

1940

EXPORTADORES	ITÁLIA			INGLATERRA			ALEMANHA			EUA			SUIÇA		
	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios
A. S. de Mendonça				2310	17819300	48340							985	14707310	26487
Abecassis, Irmãos Buzaglos & C ^a				4149	25652470	69331									
Alberto Soares Ribeiro															
Aliança Exportadora, Lda.															
André M. Calado															
C. M. Viegas Junior															
Carlo Lazzara	380	2521200	19782	4434	24525920	76052				1098	2928300	9761	1228	8639870	23351
Centro Ind. & Com. de Cons., Lda.				894	2988680	12196									
Conservas Belamar, Lda.							852	8008500	18594						
Conservas Praia do Sol, Lda.				1231	7811440	21112									
Domingos Martins Gomes				2476	12525680	34684									
Eduardo Strichaner							3933	64804405	85397						
Empresa de Conservas Nereida, Lda.				5422	36829530	103341									
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.				11897	71653480	211468									
Etablissements F. Delory				4829	26727890	72237									
Figueira & Almeida, Lda.				5558	20654680	85452									
Francisco Adragna	379	2516600	19736												
Francisco Alves				728	4060380	10874									
Francisco Cocco	1386	12760500	65142												
François Trevidic				937	6587110	17803									
Giovanni Razzini	1907	11037200	88628												
Giuseppe Gallupo	259	2267800	11914												
Guerreiro & C ^a , Lda.															
Henriques & C ^a , Lda.				1403	9863080	26657									
Honrado & Honrado, Lda.				1456	10235980	27664									
J. Florentino Topa				593	5120060	13838				988	4233250	12460			
J. Martins Xavier				1389	7216100	22082									
J. Mendes & C ^a															
J. Reis Silva															
J. Silva & Lado, Lda.															
J.J. Celorico Palma															
J.P. Leonardo, Lda.				2284	15236540	42486									
João Batista Brito				260	1196000	11960									
João C. Gargalo				7613	43202460	123438									
Jonh W. Nolte				3662	25743860	69578									
José Pais Borges															
Judice Fialho & C ^a				16168	127149020	343646									
Lacasta, Lda.				3018	17394080	46984									
Lázaro & C ^a				3669	23456220	63906	4810	41046840	106020				2959	20801770	56221
Mário di Martini															
Martins & Pereira, Lda.	265	2237000	12250										1180	8295400	22420
Michelle Cocco				4203	27778190	77139							2427	17037390	46047
Nicolo Lazzara	450	4320000	21600										3000	23310000	63000
Parceria Industrial de Conservas, Lda.	506	3800400	27640												
Pereira & Cruz, Lda.				857	5390530	14569									
Quinta, Lda.				504	3966400	10720									
Ramirez & C ^a , Lda.				629	3585870	10051									
Ribeiro Bourquim, Lda.				1000	7030000	19000				1762	16388040	44292	1440	10123200	27380
Salm Levy Jor. & C ^a				6175	46056890	128005							8425	60001810	159537
Salas, Irmãos & C ^a , Lda.				8121	54157500	154475									
Salvatore Cocco										1500	4275000	14250	1253	7532080	20357
Sardinha do Algarve, Lda.	855	7337000	39330												
Soc. Comercial Iberia, Lda.				12008	82526090	224093				4504	21778480	63284	3000	24420000	66000
													7656	55077375	135614

[illegible]

EXPORTADORES	BÉLGICA			FRANÇA			EUA			ITÁLIA			ALEMANHA			INGLATERRA			SUIÇA		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Valor	Quilos	Caixas	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
André M. Calado													6800	126897455	135457	2894	48667865	45651			
C. M. Viegas Junior				310	8515085	34289							3363	67868785	72827	1808	42503265	29619			
Carlo Ileri				2326	40344790	44194							2869	72016495	67810						
Centro Ind. & Com. de Cons., Lda													5345	101441690	120205	570	15541050	10830			
Conservas Belamar, Lda																					
Domingos Martins Gomes													252	7881200	4788	751	20478015	14269			
Empresa de Conservas Nereida, Lda.													2771	63903095	81103	5580	191951850	167250			
Empresa Mercantil de Pesca, Lda													2037	74988795	52257	723	17478780	13882			
Etablissements F. Delory													2467	79228795	42917	8464	210335010	176780			
Francisco Alves													190	12541900	8740	3913	106887945	74347			
Francisco Alves & Filhos, Lda																					
Francçois Trevidic													2251	47768425	60227						
Gian Batista Parodi													1632	54332150	51265						
Gio Batta Trabucco, Lda.																					
Giuseppe Gallupo													1120	25308850	22510	1820	33123855	30287			
Guerreiro & C., Lda.													224	6596800	4256	2334	51017300	47092			
Honrado & Honrado, Lda.																					
J. Casimiro																					
J. Florentino Topa																					
J. Martins Xavier																					
J. Mendes & C.																					
J. Reis Silva																					
J. Wimmer & C.																					
J.P. Leonardo, Lda.																					
João C. Gargalo																					
José Correia Pontes, Lda.																					
José Maria Vagueiro																					
José Pais Borges																					
Josino da Costa																					
Júdice Fialho & C.																					
La Paloma																					
Lacasta, Lda																					
Lázaro & C.																					
M. Ladeira & C., Lda																					
Marques Vaz Velho & Calado, Lda																					
Martins & Pereira, Lda.																					
P. Batista Mendonça																					
Parceria Industrial de Conservas, Lda.																					
Pereira & Cruz, Lda.																					
Pilotos & Capa																					
Produtora Algarvia, Lda																					
Quinta, Lda.																					
Ramirez & C., Lda.																					
S.J. Sequeira																					
Salas, Irmãos & C., Lda.																					
Sardinha do Algarve, Lda																					
Soc. Conservas Belo Monte, Lda.																					
Soc. Mercantil Rio Tágus, Lda.																					
Sociedade Fabril, Lda.																					
Tomé, Lda.																					
União Industrial, Lda.																					
Vasconcelos & Guerreiro, Lda.																					
TOTAL	2052	56903840	44323	13404	176289355	284925	18791	438261205	222020	527	12139250	48557	63259	1538295475	1469514	52635	1337622960	1081821	1989	45941200	47319

Nota: Em Carlo Ileri, os valores e os quilos exportados para França incluem 406 barris.

Quadro CLXX

1944

EXPORTADORES	EUA			ALEMANHA			INGLATERRA		
	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos	Caixas	Escudos	Quilos
Alliança Exportadora, Lda.	2950	58852500	28025						
C. M. Viegas Junior									
Carlo Ilari									
Centro Ind. & Com. de Cons., Lda.	2526	55738200	26542						
Conservas Belamar, Lda.									
Empresa de Conservas Nereida, Lda.									
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.									
Etablissements F. Delory									
Francisco Alves & Filhos, Lda.									
Guerreiro & C ^a , Lda.									
Honrado & Honrado, Lda.	1700	34104000	16240						
J. Reis Silva									
J.J. Celorico Palma									
J.P. Leonardo, Lda.									
João C. Gargalo									
José Correia Pontes, Lda.									
Júdice Fialho & C ^a	1470	43039955	29883						
Lacasta, Lda									
Lázaro & C ^a									
M. Ladeira & C ^a , Lda.	3183	66293400	35454						
Marques Vaz Velho & Caiado, Lda									
Martins & Pereira, Lda.									
Parceria Industrial de Conservas, Lda.									
Pereira & Cruz, Lda.	1925	42787500	20375						
Produtora Algarvia, Lda									
Quinta, Lda.									
Saías, Irmãos & C ^a , Lda.									
Sardinha do Algarve, Lda.	3435	90468000	43080						
Soc. Conservas Belo Monte, Lda.									
Tomé, Lda.									
União Industrial, Lda.	2610	64803900	30859						
Vasconcelos & Guerreiro, Lda.									
TOTAL	19799	456087455	230568	19829	565548400	427142	85742	1837363655	1283193

Quadro CLXXI

1945	BÉLGICA			CEVITA VECCHIA (ITÁLIA)			EUA			INGLATERRA			FRANÇA			SUIÇA		
	EXPORTADOREES																	
	Caixas	Escudos	Quilios	Barris	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios	Caixas	Escudos	Quilios
Abecassis, Irmãos & C ^a .							2840	52868000	25080				1662	31214200	78036			
Alberto Soares Ribeiro							18301	372718500	177485	2963	80428995	56287						
Aliança Exportadora, Lda.										2027	57870540	41564						
C. M. Viegas Junior										1839	47423335	34841						
Conservas Belamar, Lda.										4311	115316815	81908						
Empresa de Conservas Nereida, Lda.	1108	38820070	29042							2543	65890195	48317						
Francisco Alves & Filhos, Lda.										1386	46311585	33651						
Guerreiro & C ^a , Lda.	1439	57814540	36690															
Honrado & Honrado, Lda.																		
J.P. Leonardo, Lda.				1287	23519340	61893	3210	64230600	30586							2053	52647440	40470
José António Rita				1558	32136980	84571												
José Baltazar & C ^a .				1175	22446980	59071												
José Correia Pontes, Lda.	2480	35482555	69401				3280	65438100	31161	2547	64604655	48393						
Lacasta, Lda										2238	57846070	42522						
Lázaro & C ^a .	1145	23543490	31602							3486	93290190	66234						
M. Ladeira & C ^a , Lda.																		
M. Rocha & C ^a , Lda																		
Manuel Ventura Frade							10000	226164500	108745									
Martins & Pereira, Lda.							4150	82960500	39505									
Parceria Industrial de Conservas, Lda							2322	55359030	49184									
Pereira & Cruz, Lda.	2576	75566455	61873				2541	52084230	27038	1751	47006815	33869						
Pilotos & Capa							5561	117571290	59824									
Produtora Algarvia, Lda.							5978	133580235	64987									
Salas, Irmãos & C ^a , Lda										2170	57607050	41230						
Sardinha do Algarve, Lda.	2677	115409200	74090				7691	168249780	81732	1703	64282920	48152	1458	24430960	61077			
Tomé, Lda.				1368	3765800	9810	10087	244411380	119289									
União Industrial, Lda	4084	149004785	98099				7066	138418120	80671	1080	27394200	20520						
Vasconcelos & Guerreiro, Lda							1845	55531470	28191	4996	133742140	94924						
TOTAL	15507	495747095	402797	5388	81869100	215445	97287	2071381215	1042801	39179	1073143385	772379	3120	55645160	139113	2053	52647440	40470

Em 1941 a exportação de conserva conheceu um ligeiríssimo aumento (12%), em quilos, enquanto que a sua valorização atigiu os 19,7% em relação ano transacto, apesar de se terem agravado as dificuldades na obtenção de matéria primas, nos transportes, e nas transferência de divisas e seguros.

Se, por um lado, algumas qualidades de conservas perderam aceitação, outras, desigualmente a filetagem conheceram um incremento apreciável.

Neste ano, alguns aspectos importantes há a destacar. O mercado alemão, embora tenha registado uma ligeira subida, encontrava-se ainda longe das quantidades adquiridas em anos anteriores. O mercado inglês continuava a açambarcar cerca de 49% da quantidade de conserva exportada por Olhão. Contudo, o dado mais significativo foi o aparecimento como grande mercado importador a Suíça, com cerca de 37,6% da quantidade exportada. Obviamente, que grande parte desta conserva destinava-se ao mercado alemão, facto denunciado pelo *Avante!*, como atrás, vimos, e confirmado por outras fontes designadamente orais.

O transporte era realizado por comboios, quer directamente de Olhão ou de Portimão, quer, primeiramente dirigindo-se a Lisboa, para seguidamente daí saírem para o seu destino. Ao contrário das exportações realizadas por via marítima para as quais era necessário a passagem de «navicerts» pelas autoridades britânicas, as por via férrea, não necessitavam de tal certificado.

Havia, assim, um mais reduzido controle, tendo mais que as fronteiras eram insuficientemente guardadas, o que contribuiu para a realização de um mais intenso contrabando.

É necessário, também, sublinhar, que a exportação para os EUA, caiu drasticamente, apenas, reaparecendo com algum significado em 1944, e, principalmente, em 1945. Como principais firmas exportadoras destacaram-se Sardinha do Algarve (6,28%), da quantidade total da conserva exportada, para o mercado inglês, Francisco Alves (6,10%), para o mercado suíço, Júdice Fialho (5,65%), para o mercado inglês e Domingos Martins Gomes (5,37%), igualmente para o mercado suíço. A reduzida quantidade enviada para a Alemanha foi monopolizada,

principalmente, por duas empresas: Lacasta, Lda. e o exportador Eduardo Strichaner, presumivelmente de origem alemã.

Em 1942, a conserva de peixe exportada pelo centro de Olhão reduziu-se em 40,5%, em quilos, mas valorizou-se 31%, em comparação com o ano anterior.

Neste ano houve realçar três factos essenciais: a total monopolização da conserva exportada para dois países, a Alemanha e a Suíça.

Ambos adquiriram 77% da quantidade (quilos) exportada e 86% do seu valor total. Contudo, o maior comprador foi a Alemanha. Como já diversas vezes deixámos salientado, grande parte da conserva adquirida pela Suíça destinava-se à Alemanha. E, se assim terá sido, então a conserva encaminhada para este país terá assumido uma proporção enorme. Estes valores explicar-se-ão pelo contexto militar da altura. O império nazi encontrava-se em pleno apogeu nas várias frentes de guerra, desigualmente no leste europeu, com a invasão da URSS, em 22 de Junho de 1941. Muita conserva destinar-se-ia às várias frentes de combate, nomeadamente na Rússia e no Norte de África. O preço da conserva paga por estes dois países era superior à de qualquer outro.

Outro facto importante a sublinhar foi a queda das exportações para a Inglaterra, quer a nível nacional, quer a nível dos centros algarvios.

Em contrapartida, registou-se apreciável exportação para a vizinha colónia inglesa de Gibraltar, o terceiro comprador para a indústria de conservas do Algarve. Mercadoria que destinar-se-ia aos exércitos britânicos no Norte de África em combates renhidos com o África Korps alemão, comandado por Rommel. Ambos os contendores alimentavam-se de conservas fornecidas por um país aliado, para um, e amigo, para outro, com uma ambígua e difícil política de neutralidade.

O maior exportador de conservas por Olhão, em 1942, foi precisamente o agente alemão J. Wimmer & C^a, com 11,3% do peso total exportado, obviamente para o mercado alemão, seguido a grande distância por Lacasta, Lda, (6,35), para a Suíça e Conservas Belamar, Lda (5,31%), cujo destino da sua conserva foi igualmente a

Alemanha. Este país conseguiu, não só ocupar o lugar de principal comprador pela primeira vez desde o deflagrar do conflito, como foi o ano que maiores quantidades importou de todo o período da guerra.

Para além da grande concentração geográfica da exportação de conservas, houve também grande concentração oligopolítica dessa mesma exportação, visto que 8,2% do total das empresas exportaram 34,23% do peso total.

A indústria de conservas atravessa, pois, uma época de grande prosperidade e de segurança nas transações. As ligações eram fáceis, **"mediante aberturas de crédito irrevogáveis sempre pagáveis em Portugal"**²²⁶.

Para 1943, continuar-se-ia a registrar, por um lado, uma quebra do número de caixas e no peso das conservas e, por outro, uma subida no seu valor. Assim, enquanto o peso desceu 9,16%, o valor cresceu 28,7%.

Afirmaram-se neste ano, dois grandes contendores, a Inglaterra e a Alemanha, ambos, só por si, monopolizaram 85,7% do peso e 94% do valor, embora o lugar cimeiro tivesse sido ocupado pela Alemanha, acentuando-se, assim, ainda mais a concentração geográfica. Contudo, a nível nacional, se este país continua a ser o principal consumidor em peso, a conserva inglesa rendeu mais cerca de 30.433 contos, ou seja, uma maior valorização unitária por parte da Inglaterra, certamente no âmbito das compras preemptivas, ou seja, adquirir o máximo do produto, mesmo que não fosse imprescindível, dificultando a exportação e a constituição de *stocks* que eventualmente pudessem ser enviados para o inimigo.

Ainda, em 1943 destacam-se as compras efectuadas pela França e pela Bélgica Luxemburgo. Certamente que muita conserva adquirida por ambos os países, mas principalmente pelo último, destinar-se-ia, em última instância, para a Alemanha, ou pelo menos para os seus exércitos que ocupavam aquele país. Aliás, as compras efectuadas, neste ano, ao abrigo dos contratos colectivos, como veremos, pela Bélgica,

²²⁶ *A Situação Económica na Província. Olhão, 2º trimestre de 1942*, pp.106 e 107 e *Relatório e Contas da Administração do Banco Portugal. Gerência de 1942*, p.43.

foram realizados pelo *Comité de Coordination de Ravitaillement de la Belgique*, controlado pelos alemães.

A uma maior concentração geográfica, correspondem, igualmente, uma acentuada concentração oligopolítica, visto que 7,14% das empresas, que exportavam mais de 5% do peso, correspondia 28% do total do peso exportado.

As principais empresas exportadoras foram Francisco Alves (9,25%), Inglaterra e Alemanha ; Empresa Mercantil de Pesca, Lda (7,53%), Inglaterra e Alemanha; José Correia Pontes, Lda (5,72%), Alemanha; Lacasta, Lda (5,09) fundamentalmente, Alemanha.

Em 1944, registou-se uma quebra em todos os tipos de conservas. Pelo centro de Olhão, a exportação caiu mais acentuadamente do que no ano anterior: 25%, em relação a 1943. Em valor, embora também se tenha registado uma diminuição ela ficou-se apenas pelos 8,72%.

Enquanto a Inglaterra importou 56,87% do peso de toda a conserva saída por Olhão, a Alemanha teve um verdadeiro colapso, com somente 19,27%. Reapareceu com grande força os EUA, muito perto já da Alemanha.

A quebra alemã é facilmente explicável pelo paulatino retrocesso militar, anunciando a catástrofe eminente do império nazi na Europa.

Foi o ano de maior concentração geográfica e oligopolítica de toda a guerra.

As principais empresas foram: J. P. Leonardo, Lda. (6,09%), fundamentalmente, para o mercado inglês; Lázaro & C^a, Lda (5,49%), o principal exportador para Inglaterra; José Correia Pontes, Lda (4,69%), o principal exportador para a Alemanha e Alberto Soares Ribeiro, Lda (5,17%), Para os EUA, destacou-se a Sardinha do Algarve, Lda.

1945, foi desde 1942, aquele que registou um aumento da exportação das conservas de peixe, por Olhão, cerca de 78%, em peso, em relação a 1944, e aquele

cujo valor atingiu o montante mais alto, conhecido ao longo de todo este período: de 1944 para 1945, o crescimento pautou-se por cerca de 66%.

Quadro CLXXI
**EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS EM AZEITE OU MOLHOS PELO
CENTRO DE OLHÃO EM 1945**

Unidade: quilos

	Sardinha (Marca nacional)	Sardinha	Cavala	Carapau	Biqueirão (anchovas)	Atum e similares	Outras espécies	Total
	1.066.120	302.167	170.405	185.777	1.164.419	287.516	6.080	3.282.484
Total nacional	24.239.139	4.488.476	1.670.594	1.255.191	3.482.217	2.055.766	414.230	37.605.613

Fonte: *Conserva de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 5.

Quadro CLXXII
**EXPORTAÇÃO DE SALMOURA PELO
CENTRO DE OLHÃO EM 1945**

Unidade: quilos

	Sardinha	Cavala	Total
	267.416	710.209	977.625
Total nacional	2.725.289	1.447	4.571.107

Fonte: *Conserva de Peixe*, nº 1, Abril 1946, p. 5.

Na exportação de salmouras, este centro, com 21,4% do total nacional ocupou o terceiro lugar, depois de Lisboa (26,6%) e de Matosinhos (23,7%).

Contudo, a apesar destes aumentos, Olhão, apenas sobressaiu em relação às conservas em azeite ou molhos e na exportação de biqueirão, a qual representou 33,4% da exportação nacional. Na hierarquia dos centros conserveiros ocupou somente o quinto lugar.

Registe-se, contudo, que a nível nacional, 1945, caracterizou-se por uma quebra na exportação de conservas de sardinha em azeite ou molhos, mas pelo aumento em outros tipos de conservas: acentuada subida em peso e em valor das conservas de sardinha e similares em sal, crescimento da exportação de atum e similares em azeite ou molhos, designadamente em valor e relativo aumento dos similares da sardinha em azeite ou molhos.

Depois de reaparecerem como importante mercado consumidor, em 1944, os EUA, assumem de forma absoluta a liderança, em 1945, com um crescimento verdadeiramente extraordinário de 332%. Longe ficou a Inglaterra e, ainda mais, a Bélgica.

Ultrapassada, em parte, as dificuldades inerentes ao conflito mundial surgem um maior numero de empresas exportadoras, embora, como habitualmente, a exportação continua controlada oligopoliticamente. As empresas que mais exportaram foram: União Industrial, Lda (5,39%), para a Inglaterra e Bélgica; Saias, Irmãos & C^a, Lda (5,24%), EUA e Inglaterra; José Correia Pontes, Lda (5,19%), Inglaterra e Bélgica; Sardinha do Algarve, Lda (5,11%), e a Aliança Exportadora, Lda. (4,06%), foram as principais exportadoras para os EUA.

Os elementos estatísticos constantes no Quadro CLXXIII, sobre as firmas dominadoras, permitem-nos constatar que, como prolongamento do domínio oligopolístico na produção de conservas de peixe, existia igualmente um domínio oligopolístico na exportação por um «núcleo duro» de empresas que se acentuou nos períodos de maior restrição de mercados e de maior concentração geográfica da exportação, nomeadamente, nos anos de 1942, 43 e 44, nos quais 21,3%, 23,2% e 14,6% das empresas exportaram, respectivamente, 59%, 63% e 35,5%.

O Quadro CLXXIV, confirma e reforça a tendência antes verificada, acentuando-se, ainda, esse domínio em relação à percentagem dos valores, superior à percentagem das quantidades exportadas, cuja valorização média, analisando empresa por empresa, foi muito superior à mesma média, mas agora a nível nacional, evidenciando o elevadíssima valor unitário de alguns tipos e qualidades de conserva exportada.

**EXPORTAÇÃO DE CONSERVAS DE PEIXE PELO "PORTO DE OLHÃO"
POR FIRMAS DOMINADORAS (1939-1945)**

Valores: escudos

1939

Fábricas	Caixas	Valores	Quilos	% (1)
C. M. Viegas, Júnior	8.698	58501325	148.006	1,92
Empresa de Conservas Nereida, Lda.	12.330	78623840	224.542	2,92
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	15.628	113510535	294.664	3,83
Établissements F. Delory	11.988	102308520	206.265	2,68
Francisco Alves	7.583	70120550	148.515	1,93
Gian Battista Parodi	2.153	26775950	124.384	1,62
Guerreiro & C ^a , Lda.	15.292	115498485	315.697	4,11
Honrado & Honrado, Lda.	10.691	75605360	196.424	2,56
J. A. Júdice Fialho, Lda.	12.794	128135465	264.384	3,44
J. P. Leonardo, Lda.	20.351	121182585	379.205	4,93
João C. Gargalo	15.639	96312625	258.868	3,37
Lacasta, Lda.	14.257	78070660	230.569	3,00
Lázaro & C ^a , Lda.	7.075	55935355	120.508	1,57
Ramirez & C ^a , Lda.	8.108	58736895	135.141	1,76
Saias, Irmãos & C ^a , Lda.	13.342	103816230	235.067	3,06
Sardinha do Algarve, Lda.	25.131	157653015	440.739	5,73
Soc. de Cons. Belo Monte, Lda.	11.499	69386135	192.423	1,5
Tomé, Lda.	9.671	66562965	176.525	2,30
União Industrial, Lda.	24.376	210899165	499.947	6,50
Exportadores				
Alberto Soares Ribeiro	10.438	71431795	181.260	2,36
A. J. Cabrita	11.899	84224845	189.728	2,47
Figueira & Almeida, Lda.	15.026	58009480	257.834	3,35
J. Leite de Oliveira, Lda.	11.082	66423740	167.855	2,18
Soc. An. Angelo Parodi fu Bart.	8.612	125951605	266.252	3,46
Sociedade Fabril, Lda.	6.677	47669020	103.181	1,34
Total das 25 empresas 24%	310.340	2241346145	5.757.983	79,92
Total das 104 empresas	417.404	29.956.981\$05	7.685.735	100%

1940

Fábricas	Caixas	Valores	Quilos	% (1)
Centro Ind. Com. de Conservas, Lda.	6.924	43691200	121.030	2,23%
C. M. Viegas, Júnior	8.014	40007500	144.906	2,67%
Empresa de Conservas Nereida, Lda.	10.434	60768220	177.976	3,28%
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	14.391	96402270	262.425	4,84%
Francisco Alves	6.373	45549220	123.106	2,27%
Guerreiro & C ^a , Lda.	7.219	46496110	143.891	2,65%
Henriques & C ^a , Lda.	5.806	39458870	106.651	1,97%
Honrado & Honrado, Lda.	6.783	40291380	116.295	2,14%
J. A. Júdice Fialho, Lda.	7.893	60715140	164.212	3,03%
J. P. Leonardo, Lda.	17.457	105280990	303.575	5,60%
Lacasta, Lda.	27.319	140711930	462.220	8,52%
Martins & Pereira, Lda.	10.194	62798890	170.212	3,14%
Quinta, Lda.	9.012	62320680	175.277	3,23%
Saias, Irmãos & C ^a , Lda.	16.251	88714200	252.675	4,66%
Sardinha do Algarve, Lda.	22.617	129161480	363.126	6,70%
Soc. de Cons. Belo Monte, Lda.	10.927	73987850	204.949	3,78%
Tomé, Lda.	15.420	96480650	269.212	4,96%
União Industrial, Lda.	9.667	74357490	200.969	3,71%
Exportadores				
Alberto Soares Ribeiro	6.661	30266470	115.672	2,13%
Figueira & Almeida, Lda.	7.335	30022300	136.190	2,51%
Total das 20 empresas 22,5%	226.697	1367482840	4.014.569	74,03%
Total das 89 empresas	304.512	18.309.185\$39	5.422.931	100%

1941

Exportadores	Caixas	Valores	Quilos (PL)	% (1)
Domingos Martins Gomes	17.884	132767255	326.421	5,37%
Empresa de Conservas Nereida, Lda.	5.630	36830010	106.045	1,74%
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	16.267	111624260	301.098	4,95%
Établissements F. Delory	8.067	45613660	130.898	2,15%
Francisco Alves	19.812	137342890	371.199	6,10%
Francisco Cocco	4.140	27705900	191.826	3,15%
Guerreiro & C ^a , Lda.	6.432	55692025	124.011	2,04%
Henrique & C ^a , Lda.	4.274	33263000	89.900	1,48%
J. Martins Xavier	5.326	38871660	95.806	1,57%
João C. Gargalo	7.613	43202460	123.438	2,03%
Júdice Fialho & C ^a	15.966	127149020	343.646	5,65%
Lacasta, Lda.	9.006	66726320	175.424	2,88%
Lazaro & C ^a , Lda.	6.136	40774810	110.713	1,82%
Martins & Pereira, Lda.	7.203	51088190	140.139	2,30%
Ramirez & C ^a , Lda.	10.475	78484590	209.791	3,45%
Saias, Irmãos & C ^a , Lda.	11.004	66783590	192.982	3,17%
Salm, Levy Jor. & Lda.	6.175	46056890	128.005	2,10%
Salvatore Cocco	2.855	18729400	134.493	2,21%
Sardinha do Algarve, Lda.	21.512	139232570	381.777	6,28%
Soc. Comercial Ibéria, Lda.	7.656	55077375	135.614	2,23%
Soc. Mercantil Rio Tagus, Lda.	7.203	51382475	127.020	2,09%
União Industrial, Lda.	9.357	109105640	227.087	3,73%
Total das 22 empresas 28,6%	209.993	15.135.039\$90	4.167.333	68,50%
Total das 77 empresas	305.127	21.913.220\$50	6.083.667	100%

1942

Exportadores	Caixas	Valores	Quilos (PL)	% (1)
André M. Caiado	10.278	169566775	189.786	5,24%
Carlo Ilari	3.203	54681640	91.517	2,53%
Centro Industrial e Comerc. Conservas, Lda.	2.066	31441800	103.584	2,86%
Conservas Belamar, Lda.	9.641	159629195	192.447	5,32%
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	4.541	72054390	86.738	2,40%
Francisco Cocco	1.368	34677700	124.990	3,45%
J. Mendes & C ^a	13.036	209832125	217.449	6,01%
J. Wimmer & C ^a	22.590	392549470	410.117	11,33%
José Paes Borges	7.069	106985900	107.146	2,96%
Lacasta, Lda.	11.701	197538085	230.071	6,36%
Salvatore Cocco	1.873	42382050	118.869	3,28%
Sardinha do Algarve, Lda.	4.607	87902950	100.520	2,78%
Soc. Zickermann	8.013	122719485	156.743	4,33%
Total das 13 empresas 21,3%	99.986	1681961565	2.129.977	58,85%
Total das 61 empresas	168.376	28.722.247\$95	3.619.318	100%

1943

Exportadores	Caixas	Valores	Quilos (PL)	% (1)
André M. Caiado	6.800	126697455	135.457	4,14%
Carlo Ilari	5.279	118907095	136.715	4,18%
Centro Industrial e Comerc. Conservas, Lda.	4.995	112361285	112.004	3,42%
Conservas Belamar, Lda.	5.915	116982740	131.035	4,00%
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	9.811	283321345	246.593	7,53%
Établissements F. Delory	5.933	126397420	128.296	3,92%
Francisco Alves (& Filhos, Lda.)	15.034	408793650	302.784	9,25%
J. Mendes & C ^a	7.595	93499665	144.305	4,41%
J. P. Leonardo, Lda.	5.178	116256730	113.238	3,46%
João C. Gargalo	6.057	130903500	131.870	4,03%
José Correia Pontes, Lda.	6.950	170931330	187.319	5,72%
Lacasta, Lda.	6.769	150882915	166.710	5,09%
Saias, Irmãos & C ^a , Lda.	10.512	231854425	137.125	4,19%
Total das 13 empresas 23,2%	96.828	2187789555	2.073.451	63,34%
Total das 56 empresas	157.671	36.952.926\$35	3.273.346	100%

1944

Exportadores	Caixas	Valores	Quilos (PL)	% (1)
Alberto Soares Ribeiro, Lda.	1.500	51796100	126.800	5,17%
J. P. Leonardo, Lda.	7.201	162011480	149.325	6,09%
José Correia Pontes, Lda.	5.771	152408530	115.024	4,69%
Lacasta, Lda.	4.658	154153925	107.444	4,38%
Lazaro & C ^a , Lda.	6.933	190080230	134.570	5,49%
Sardinha do Algarve, Lda.	7.397	198491930	118.358	4,83%
Tomé, Lda.	5.474	137900735	118.736	4,84%
Total das 7 empresas 14,6%	38.934	1046842930	870.257	35,50%
Total das 48 empresas	126.835	33.728.803\$45	2.451.627	100%

1945

Exportadores	Caixas	Valores	Quilos (PL)	% (1)	
Aliança Exportadora, Lda.	18.301	372718500	177.485	4,07%	
Ant ^o Jacinto Ferreira, Lda.	2.894	85222460	119.367	2,73%	*
Empresa Mercantil de Pesca, Lda.	11.715	272174540	191.319	4,38%	*
Guerreiro & C ^a , Lda.	7.971	237520785	186.497	4,27%	*
J. P. Leonardo, Lda.	4.792	110726490	99.905	2,29%	*
José Correia Pontes, Lda.	7.715	187386090	226.718	5,19%	*
M. Ladeira & C ^a , Lda.	10.843	240053000	140.410	3,22%	
Parceria Industrial de Conservas, Lda.	10.624	255262235	168.946	3,87%	
Pereira & Cruz, Lda.	7.231	167735875	128.610	2,95%	*
Saias, Irmãos & C ^a , Lda.	11.506	277837620	222.879	5,11%	*
Sardinha do Algarve, Lda.	14.161	390271975	222.979	5,11%	*
Tomé, Lda.	10.942	240449845	177.775	4,07%	*
União Industrial, Lda.	11.571	349644495	235.156	5,39%	
Vasconcelos & Guerreiro, Lda.	6.275	168710760	113.461	2,60%	
Total das 14 empresas 19,18%	136.541	3355714670	2.411.507	55,25%	
Total das 73 empresas	224.540	55.958.714\$40	4.364.723	100%	

* Nos valores e nos quilos estão incluídos o número de barris de conservas exportadas.

(1) percentagem dos quilos exportados

Quadro CLXXIV
**Controlo Oligopolístico da Exportação de Conservas de Peixe
 Industriais do Algarve ou com fábricas no Algarve (1943-1945)**

Empresas	1943		1944		1945		Totais	
	Quilos	Escudos	Quilos	Escudos	Quilos	Escudos	Quilos	%
Algarve Exportador, Lda. *	1.584.133	31.022.757	1.405.148	26.982.903	1.348.267	26.983.624	4.337.548	3,6
Feu Hermanos Resp., Lda.	1.333.032	23.242.032	1.218.940	23.936.434	987.863	21.941.602	3.539.835	2,6
Francisco Alves & F ^o , Lda. *	829.759	13.935.499	517.255	9.241.453	402.315	6.910.639	1.749.329	1,4
João C. Gargalo	669.529	11.977.674	512.465	10.230.170	480.357	8.407.754	1.662.351	1,4
Júdice Fialho & C ^a , Lda. *	1.744.085	31.086.673	1.141.860	22.678.838	983.108	18.590.523	3.869.053	3,2
Ramirez & C ^a , Lda.	909.924	28.988.071	839.695	16.244.947	609.377	18.413.598	2.358.996	1,9
Soc. An. Ângelo Parodi fu Bartolomeu	450.725	20.976.258	316.916	13.166.581	327.652	11.349.463	1.095.293	0,9
União Industrial, Lda.	308.533	7.039.537	635.565	15.370.237	599.292	13.397.455	1.543.390	1,3
Total das 8 empresas	7.829.720	158.268.501	6.584.844	137.851.663	5.738.231	125.994.658	20.152.795	16,7
Total de todas as empresas	44.866.978	871.853.731	38.434.998	722.938.090	37.671.028	731.690.397	120.973.004	100
Nº total de empresas	149		153		167		35.807.229	1,5
							432.114.769	18,6
							2.326.382.218	100

Fonte: Salviano Cruz "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe", *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, 1955-58, p. 285

*. empresas com fábricas em outras localidades fora do Algarve.

Este último quadro permitir, também, realçar a importância de alguns industriais propriamente do Algarve ou que tinham fábricas nesta região, nomeadamente, a empresa Algarve Exportador, Lda, com uma unidade de produção em Lagos, que durante aqueles anos se distinguiu como a mais importante firma do país, quer em termos de quantidade, quer de valores. Logo a seguir, encontramos a empresa Judice Fialho, com sede em Faro, e que dispunha, no conjunto das suas fábricas, do maior número localizadas precisamente no Algarve (Portimão, Olhão e Lagos). Em lugar destacadíssimo temos uma empresa apenas com fábricas nesta região, a Feu Hermanos, em Portimão, que já detalhadamente analisamos a sua importância como firma produtora e exportadora.

Ou seja, entre 1943 e 1945, as principais empresas do país que facturaram maiores valores foram precisamente empresas que tinham fábricas nos centros algarvios ou eram propriamente algarvias²²⁷.

Ao longo destes três anos, enquanto que a percentagem da exportação, em quantidade deste grupo de oito empresas, no contexto da exportação total nacional, mostrou uma tendência para diminuir - 17,45%, 17,13% e 15,23% -, a percentagem dos valores foi, em 1943 e 1944, respectivamente 18% e 19% para, apenas, em 1945, diminuir para 17,2%.

Qual a posição dos centros algarvios no contexto da exportação nacional de conservas de peixe? É-nos difícil avaliar concretamente, visto que desconhecemos a exportação dos restantes centros nacionais, com excepção de 1945, como, aliás, já deixámos expresso anteriormente.

Desconhecemos completamente, à excepção, mais uma vez de 1945, a exportação pelo centro de Lagos durante o conflito.

Vila Real foi um fraco centro exportador de conservas de sardinha, embora tenha sido o mais importante centro de conservas de atum pela razão já várias vezes adiantada.

²²⁷ cf. Salviano Cruz, *Ob. cit.*, p. 285.

Restam-nos os centros de Portimão e Olhão, sem dúvida os mais importantes do Algarve, mas atrás dos centros de Matosinhos e de Setúbal, para os quais dispomos de maior número de informações, nomeadamente para o de Olhão.

Considerando que as estatísticas por nós apresentadas e analisadas, quer para a quantidade de conservas de peixe exportadas por Portimão, quer para quantidade e para o valor exportados por Olhão, nos oferecem um grau de credibilidade suficiente, as respectivas percentagens em relação à exportação nacional são aquelas que mostram o quadro seguinte:

Quadro CLXXV
Percentagem da exportação de conservas de peixe
dos centros de Portimão e Olhão em relação ao total nacional

Anos	Portimão	Olhão	
	Toneladas	Toneladas	Contos
1939	13,5	15,4	12
1940	22,9	12,3	7,8
1941	6	9,8	4,2
1942	6,4	6,5	6,9
1943	8,9	6	4
1944	11,6	6,2	5
1945	9	10,3	10
<i>Média</i>	<i>11,2</i>	<i>7,12</i>	<i>9,5</i>

Como já afirmámos, enquanto que a tendência nas quantidades exportadas, em Olhão, foi semelhante à verificada a nível nacional, em Portimão, ela foi sensivelmente diferente.

Quanto às tendências dos valores, nomeadamente em Olhão, as únicas que conhecemos, elas foram, em alguns anos, diferentes das registadas a nível nacional, explicação que se encontrará, presumivelmente, no tipo e na qualidade das conservas nele fabricadas.

Entre 1939 e 1945, registar-se-ia, pois, uma clara tendência para a quebra na exportação de conservas de peixe, embora a ritmos diferentes se considerarmos ano por ano, com uma ligeira recuperação, em 1945.

Aos vários factores inerentes à guerra já longamente explicitadas anteriormente, não queremos mais uma vez de deixar de sublinhar as grandes

dificuldades atravessadas pela indústria devido às fracas capturas que então se registaram.

Mesmo levando em consideração estes factores, pensamos que no global, até pela valorização que tiveram as conservas de peixe, os centros algarvios desempenharam um papel importante na sua exportação e na consequente contribuição para a entrada de divisas na economia do país, tanto mais que àquelas haverá ainda a acrescentar, principalmente, a exportação de cortiça e de frutos secos.

7. Os contratos colectivos de importação

Até, sensivelmente meados de 1942, a exportação de conservas de peixe realizou-se **“com relativa liberdade”**²²⁸. Inicialmente as conservas em mercado livre foram compradas pelos alemães, mas, em consequência, de falta de cambiais deixaram de as procurar e limitaram-se, apenas, às conservas no âmbito dos contratos. **“Deu-se um momento de crise como resultado da abstenção dos alemães na absorção das mercadorias em mercado livre, mas foi de curta duração porque esta mercadoria passou a ser procurada pelas famílias e delegados de prisioneiros ou núcleos populacionais residentes nos países ocupados pelos alemães”**²²⁹.

Embora os testemunhos não sejam abundantes, encontrámos alguns exemplos da contribuição humanitária das conservas de peixe nacionais.

De facto, ao Grémio dos Exportadores tinham chegado cartas de habitantes de Vhichy e de Varsóvia pedindo o envio de conservas para minorar as dificuldades quotidianas de famílias atingidas tragicamente pela guerra.

²²⁸ “Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa. 2ª Secção. Relatório sobre «Conservas de Peixe» (Exportação)”, 4/2/47, p. 2, Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC - 17B, pasta 2, ANTT.

²²⁹ “Auto de Declarações. Comissão de Inquérito Parlamentar aos Elementos da Organização Corporativa. 2ª Secção”, 30/7/46, in ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2.

Uma empregada dos correios da capital polaca, ocupada pelo exército hitleriano afirmava que se encontrava **"em péssimas condições materiais"**, visto que tinha a seu cargo três filhas menores, pois tinha perdido o marido em 1939. O **"ordenado mensal mal chega[va] para viver durante uma semana"**²³⁰.

Um outro habitante de Varsóvia solicitava também algum pacote de conservas, pois tinha **"duas netinhas com 4 e 6 anos respectivamente e que estão muito enfraquecidas"**. A mulher e o genro tinham morrido durante a guerra, tinha 70 anos e encontrava-se **"numa situação aflitiva"**²³¹.

Podemos, igualmente, apreciar um novo contributo das conservas numa outra situação dramática. Em Maio-Junho de 1940, a Alemanha nazi, na prossecução do seu expansionismo militar invade e derrota a França. Muitas centenas de milhares de prisioneiros gauleses são conduzidos à Alemanha, cujo número era avaliado entre 1.500.000 e 1.700.000 homens²³².

Era, pois, necessário melhorar o regime alimentar dos prisioneiros de guerra, embora para a França fosse extremamente difícil de o fazer tendo presente **"o estado at actual dos seus recursos e do seu reduzido racionamento"**²³³. Havia, assim, de encontrar outras possibilidades de procurar aprovisionamento em outros países, designadamente em Portugal.

Um projecto inicial que consistia em enviar de Portugal, por caminho de ferro, através de Espanha, grandes quantidades de alimentos, fora suspenso.

A alternativa era a criação, pela Cruz Vermelha Francesa, em Lisboa, de **"um centro de compra, de trânsito e de empilhamento de aprovisionamentos proveniente em parte de Portugal, em parte das Colónias portuguesas, em parte das colónias francesas"**²³⁴. As

²³⁰ "Grémio dos Exportadores...", p.25, ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2.

²³¹ Idem, p. 34.

²³² "Compra de Mercadorias em Portugal, pela Cruz Vermelha Francesa, para os prisioneiros de guerra franceses na Alemanha" (1940), AOS/CO/NE-2D1, pasta 3, ANTT.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

mercadorias seguiriam, agora, por via marítima para o porto de Marselha e desta cidade por caminho-de-ferro para cada campo de prisioneiros.

O Governo inglês tinha já autorizado os navios fretados a transportar as mercadorias destinadas aos prisioneiros, cabia ao governo português autorizar a Cruz Vermelha a fretar aqueles navios.

A legação do governo de Vichy, em Portugal, fazia acompanhar o "aide-mémoire", que temos vindo a seguir, de uma lista de produtos a comprar com as respectivas necessidades calculadas para seis meses. Eram quantidades que correspondiam a um suplemento por homem e por dia de 20 gramas de açúcar, de 20 gramas de chocolate e 30 gramas de conserva de carne ou conserva de peixe. A Cruz Vermelha Francesa previa comprar 2.500 toneladas de sabão, 7.200 de açúcar, 2.000 de chocolate, 5.500 de conservas de carne, 5.500 conservas de peixe e 5.000 de arroz.

Não temos qualquer confirmação que estas compras tenham sido efectivamente efectuadas.

Após a celebração dos primeiros contratos colectivos celebrados, quer com a Alemanha, quer com a Inglaterra, a exportação de conservas de peixe passou a ser feita por intermédio do I.P.C.P. o qual entrava em acordo **"directamente com os fabricantes"**²³⁵.

Nos termos daqueles contratos, como teremos oportunidade de analisar mais adiante, ambos os países forneciam a folha de flandres imprescindível para o fabrico da lata vazia e, em contrapartida, receberiam as conservas de peixe correspondentes à folha recebida. Contudo, as conservas que já estivessem fabricadas continuariam a ser exportadas livremente.

Consequentemente, os contratos colectivos foram implementados, tendo presente a conjuntura criada pelas dificuldades previstas ao comércio externo português pela guerra.

²³⁵ Idem.

O próprio decreto nº 30.137, de 14 de Dezembro de 1939, que estabelecia o regime de contratos colectivos para a importação e exportação de determinados produtos, não deixava de mencionar as circunstâncias **“especialíssimas criadas pelo estado de guerra na Europa,”** as quais reclamavam **“uma atenta vigilância dos interesses relacionados com o nosso comércio exterior.”**

Pretendia, assim, o governo, **“na medida do possível, evitar intervenções que possam constituir excepção ao salutar princípio do livre desenvolvimento da iniciativa comercial, mas a verdade é que, precisa de estar habilitado a tomar posição, nos casos em que seja indispensável fazê-lo, para evitar graves prejuízos à economia do País”.**

Contudo, afirmava que permaneceria **“à margem dos processos estatistas”** e entendia **“utilizar a estrutura dos organismos corporativos e de coordenação económica para realizar, nos casos em que se mostre absolutamente necessária, a concentração dos esforços e a unidade do comércio de importação ou de exportação em face do fornecedor ou do comprador estrangeiro”**

E decretava que, enquanto durasse o estado de guerra e para defesa da economia nacional ficava o **“Govêrno autorizado a determinar, por intermédio dos Ministros competentes, que as importações ou exportações de dados produtos”** fossem realizadas **“em regime de contrato colectivo, celebrado pelo organismo corporativo ou de coordenação económica do respectivo sector”.**

Explicava, seguidamente, os trâmites para a celebração dos respectivos contratos: **“antes ou depois de firmado o contrato, o organismo que o negociar”** abria **“a inscrição entre as emprêsas do respectivo ramo para aquisição ou fornecimento dos produtos, sendo-lhes permitido tomar as medidas necessárias à execução da operação, pela distribuição obrigatória das mercadorias ou das responsabilidades, ou pela atribuição de**

cotas de rateio, sempre que” ficasse “deserta a inscrição ou não haja equivalência entre as propostas dos inscritos e o volume da transacção.”

Posteriormente, pela Portaria nº 10.497, de 20 de Setembro de 1943, definiam-se os contratos colectivos com o **conjunto de normas impostas por um organismo de coordenação, ou agindo como tal, e aprovadas pelo Governo, segundo as quais um grupo de contratantes nacionais e outro contratante, ou grupo de contratantes”,** se obrigavam reciprocamente a determinadas prestações. O organismo de coordenação económica intervinha nos contratos como agente do Estado, não podendo deles auferir lucro, embora pudesse **“reembolsar-se das despesas que a sua execução”** lhe acarretasse, mas, apenas, com autorização do Ministro da Economia.

O decreto nº 30.137, somente, entraria em vigor em 1942. Contudo, por despacho de 16 de Maio de 1942 passar-se-ia a aplicar à indústria de conservas de peixe o regime de contratos colectivos **“encarregando o IPCP de dar execução às regras a que ficavam sujeitas a produção, comércio e exportação de tôdas as conservas de sardinha em mólhos”** produzidas a partir de 1 de Maio de 1942²³⁶.

Para a concretização dos contratos colectivos eram definidos os seguintes princípios:

- a) o comércio das conservas de sardinha realizar-se-ia exclusivamente com base nos contratos colectivos por intermédio do I.P.C.P.;
- b) aquele Instituto criaria uma marca nacional que passaria a cobrir todas as conservas que se destinassem a serem vendidas colectivamente por intermédio daquele organismo;
- c) as vendas livres de conservas ficariam subordinadas a limites máximos de preços os quais seriam aprovados pelo Ministro da Economia;

²³⁶ Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos contratos colectivos e no após-guerra*, p. 5. Embora o autor citado se refira ao despacho de 16 de Maio de 1942, nós não conseguimos detectá-lo no *Diário do Governo*.

d) o preço da conserva, que para a safra de 1942 fora fixado em 310\$00 por cada caixa, base formato 1/4 club 30 mm, óleo, era acrescido de uma comissão de 3%, a qual, depois de deduzidas as despesas a efectuar com a execução dos contratos, reverteria a favor das actividades conserveiras;

e) o comprador da mercadoria destinada a países produtores de folha de flandres, entregaria a folha necessária para a execução do contrato ao preço de 400\$00 cada caixa, e mais 50%, que seriam 25% para os fabricos livres dos industriais, e 25% para a Comissão Reguladora do Comércio de Metais, ao preço fixado, posteriormente, de 1.200\$00 cada caixa;

f) os preços das conservas para os contratos com países que não fossem produtores de folha, seriam aumentados da diferença entre 400\$00 e o preço da folha livre²³⁷.

Quanto aos transportes os mesmos compradores de conservas **"mandavam os seus navios, ou os comboios, blocos, carregar conservas nos centros de produção, e os transportadores de sua conta e risco para os seus destinos"**²³⁸.

Contudo, durante o período da II Guerra Mundial, paralelamente aos contratos colectivos, permaneceram as vendas livres. Estas poderiam e deveriam ser realizadas através dos Grémios para que se oferecesse a um só comprador, um só vendedor, e portanto, aumentar a capacidade de negociação dos industriais conserveiros, designadamente os pequenos industriais que, normalmente, não dispunham, porque não tinham capacidade económica para tal, de agentes comerciais nos principais países compradores, ao contrário das grandes empresas.

Segundo o industrial olhanense Feliciano Pereira tinham sido colocadas **"peias e dificuldades"** à venda de conservas de sardinha, em venda livre, de que teria resultado **"um**

²³⁷ cf. Portaria nº 10.324, de 1 de Fevereiro de 1943 e F. Guerra, *Ob. cit.*, p. 6

²³⁸ Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p. 17.

prejuízo de 80.000 contos nas 400.000 registadas e depositadas para venda livre", cujos beneficiados teriam sido os compradores estrangeiros.

Defendia a existência, em cada centro, de um armazém no qual fossem depositadas e verificadas as conservas e que uma vez aprovadas fossem exportadas "sem mais cuidados dos industriais"²³⁹.

7.1. A exportação de conservas de peixe por intermédio dos contratos colectivos

No espaço temporal que medeia entre 1942 e 1945, fabricaram-se para os contratos colectivos 6.880.402 caixas de conservas cujo valor totalizou 2.124.291.291\$96.

Quadro CLXXVI

Os Contratos Colectivos de 1942-1945

Contratos	Nº de caixas	Escudos	% (1)
Inglês	4.215.316	1.226.484.959\$49	58
Alemão	1.914.694	632.325.006\$00	30
Belga	297.144	104.556.766\$21	5
Francês	287.102	91.107.697\$92	4
Americano	125.117	57.317.620\$54	3
Palestiniano	26.241	8.205.599\$00	0,39
Holandês	4.025	1.290.971\$00	0,06
Sueco	10.763	2.998.571\$80	0,14
Total	6.880.402	2.124.291.291\$96	100

(1) a percentagem refere-se aos valores totais exportados.
Fontes: Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p. 12 e "Os contratos colectivos em 1945", *Conservas de Peixe*, nº 7, Out. 1946, pp. 12 e 13.

Aquele número de caixas foi distribuído da maneira que passamos a referir:

Quadro CLXXVII

Distribuição das caixas de conserva por grémios

Grémio do Norte	2.815.597	41,25 %
Centro	579.703	8,02 %
Setúbal	2.181.085	31,88 %
Barlavento Algarvio	877.605	112,46 %
Sotavento Algarvio	431.660	6,39 %
Total	6.885.650	100 %

Fonte: "Os contratos colectivos em 1945", *Conservas de Peixe*, nº7, Outubro 1946, p.12.
Nota: A diferença deste quadro para o, anterior encontra-se nas 5.248 caixas rejeitadas.

²³⁹ Livro de Actos da Assembleia Geral do GICPSA, Livro de actas nº 3, acta nº 21, 6/12/43, fl.8.

O primeiro contrato colectivo, embora ainda não tivesse as características das instituídas pela legislação posterior, foi assinado entre o I.P.C.P., que se tornou, assim, o único vendedor, logo no princípio do conflito, em data que não foi possível determinar com segurança, e o *Groupement d'Importation et Repartition des Produits Alimentaires de France*²⁴⁰.

Aliás, relacionado com a assinatura deste contrato, uma Missão francesa encarregada de o negociar, visitou Olhão nos dias 4 e 5 de Maio de 1940²⁴¹.

Em Julho de 1941²⁴², portanto, ainda antes da entrada oficial dos contratos colectivos, era assinado um contrato entre o governo britânico e os comerciantes de conservas para o fornecimento de 1.500.000 caixas de sardinha, no valor de 280 contos. Ficava, igualmente assegurado o fornecimento de folha de flandres, as quais teriam chegado já a Lisboa e ao Porto, em barcos ingleses²⁴³. Segundo W. N. Medlicott, aquele acordo **“tinha, além do mais, corrido mal; os Alemães tinham deliberadamente subido os preços (pagando 60 s. por caixa contra o preço de 36 s. pagos pelos Britânicos)... Grandes quantidades em qualquer caso foram aceites pelo Ministry of Food, e havia um ponto de honra em não abandonar aqueles empacotadores em Portugal com quem Grã-Bretanha tinha feito contratos (alguns dos quais já se tinham passado para o inimigo). Assim o Ministro acordou em Novembro apoiar dentro de limites a proposta de comprar sardinhas a preço elevado em competição com os Alemães; metade do prejuízo era considerado como compras preemptivas, até ao máximo de 300.000 libras”**²⁴⁴.

²⁴⁰ cf. "Problemas da indústria de conservas. Um depoimento do industrial Sr. José Ferreira Barbosa", *A Indústria*, n° 961, 11/3/46.

²⁴¹ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, n° 2, Acta n° 176, de 8/5/40, fl. 66 e verso.

²⁴² Na acta da sessão ordinária do Grémio de Sotavento, realizada a 6 de Fevereiro de 1941, fazia-se referência a um contrato de venda de *Sardinha de Inverno* para a Inglaterra, sobre o qual não foram adiantados mais pormenores (cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, n° 2, Acta n° 218, de 7/2/41, fl. 96).

²⁴³ cf. *O Algarve*, de 20/7/41.

²⁴⁴ W. N. Medlicott, *The Economic Blockade*, vol II, pp. 320 e 321.

Durante o conflito foram assinados contratos colectivos entre o I.P.C.P. e diversos países, nomeadamente a Inglaterra, a Alemanha, os EUA, a França e a Bélgica, apenas para citar os principais mercados.

Em 15 de Julho de 1942, era assinado o primeiro contrato, realizado, em nome de quatro compradores alemães, por J. Wimmer & C^a, o qual foi o maior exportador de conservas pelo centro de Olhão, como tivemos a oportunidade de analisar.

Assinaram-se, ainda, neste ano, mais dois outros contratos, um com a Inglaterra e outro com a França.

O contrato inglês foi realizado em 1 de Outubro de 1942 com a United Kingdom Commercial Corporation, constituída em 11 de Abril de 1940. Segundo os termos do acordo a caixa de sardinha de 1/4 club 30 mm seria paga a 310\$00, enquanto que a folha necessária para a execução do contrato custaria 400\$00 por caixa²⁴⁵. A data tardia da assinatura do contrato e a demora na distribuição da folha de Flandres explica a pequena quantidade fabricada. Este contrato seria promulgado até ao verão do ano seguinte, pelo que foram fabricados mais 266.463 caixas no valor de 83.916 contos, cabendo ao grémio de Setúbal a maior parcela, 114.216 caixas.

As empresas Lacasta, Lda., de Olhão, e Severo Ramos, Lda., de Portimão, com respectivamente, 8.994 e 7.587 caixas, foram as empresas que com uma só fábrica mais fabricaram no ano de 1942, no Algarve.

Empresas com mais de uma fábrica que mais produziram foram a Júdice Fialho & C^a e Algarve Exportador, Lda., com 56.480 e 52.538 caixas²⁴⁶, respectivamente.

²⁴⁵ cf. Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*. Faro, 2º trimestre 1942, p. 107.

²⁴⁶ cf. Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p. 8

Quadro CLXXVIII
Os Contratos Colectivos de 1942

Unidades: n.º de caixas/escudos

Contratos	Quantidades contratadas	Grémios	Caixas	Valor
Alemão	(1) 1.100.000	Norte Centro Setúbal Barlavento Sotavento	383.425 62.571 294.336 67.820 30.339	
<i>Total fabricado</i>			(2) 838.491	273.728.189\$00
Inglês EUA	750.000	Norte Centro Setúbal Barlavento Sotavento	(3) 92.099 37.728 85.804 90.024 28.480	
<i>Total fabricado</i>			334.135	110.561.436\$00
Francês			14.028	3.592.547\$00
Total			1.186.654	387.882.183\$00

(1) Inicialmente 600.000 caixas, posteriormente, aumentado com mais 500.000.

(2) Até 31/1/43.

(3) Apenas contrato inglês

Fonte: F. Guerra, *A Indústria de Conservas...*, p. 6 a 8.

Em 13 de Outubro de 1942, realizou-se ainda um contrato agora com os EUA, mais precisamente, entre o I.P.C.P. e a United Kingdom Commercial Corporation (Portugal) Ltd., em representação da United States Commercial Company of Washington D.C., para o fornecimento de 500.000 caixas de conserva à base de ¼ club 30mm, em óleo, ao preço de 310\$00, com uma comissão de 3%²⁴⁷.

Segundo os termos do extenso e pormenorizado contrato, esta conserva não poderia conter chumbo em proporção superior a 5 partes por milhão e a qualidade seria o bom corrente.

As latas seriam do tipo "**décollage**", embora fosse igualmente aceite uma "**percentagem razoável**" do tipo "**embutido**".

A cravação dos lados nunca deveria ser realizada sem o emprego de anilhas de borracha.

O pagamento efectuar-se-ia através do Banco Nacional Ultramarino.

O comprador entregaria para satisfação do contrato folha de Flandres para embalagem e 35.000 quilos de arame de ferro n.º 13 para aramagem e 15.000 quilos de arame de ferro n.º 14 para pregaria.

²⁴⁷ Apenas referenciámos este contrato em documentação existente no Centro de Documentação e Informação de Portimão.

A folha a fornecer seria a necessária à execução do contracto, mais 50%, e a que se destinasse ao fabrico de conservas seria devolvida aos compradores ou cheia com conservas, ou em folha ou em vazio.

Os preços da folha e do arame desalfandegados no local de entrega e livre de encargos eram os seguintes:

- Folha de Flandres (100%) tipos FCBY, 112 folhas 176/216 lbs. 20 "x28", substância 78/100 FCBY e 101/108 para IC, destinada às conservas	400\$00
- Folha de Flandres (50%) tipos FCBY/IC, 112 lbs. 20"x28"	1.200\$00
- Arame para aramagem (kg)	10\$00
- Arame para pregos (kg)	12\$00

Entre 1942 e 1944, foram distribuídas 343.621 caixas de folha de flandres, tendo sido consumidas 89,4%.

Quadro CLXXIX
Caixas de folha de flandres distribuídas e consumidas de 1942 a 1945

Anos	Distribuídas	Consumidas
1942	100.228	78.821
1943	140.433	136.725
1944	102.960	91.114

Fonte: F. Guerra, *A Indústria de Conservas...*, p. 15.

A referida United Kingdom Commercial Corporation, em finais de 1943, solicitava o acordo do Grémio conserveiro do Sotavento do Algarve para que o preço das conservas no âmbito dos contratos colectivos fosse reduzido. A resposta do Grémio foi imediata, negando-se a tal e adiantando as razões; subida recente do óleo a qual não podia ser compensada por uma descida do preço do peixe nas latas que colocaria em "**grave risco**" as empresas de pesca²⁴⁸.

Em 1943, aumentou a amplitude dos contratos colectivos, assinados agora não apenas com a Inglaterra, a Alemanha e a Bélgica, mas também com a França, a Holanda e a Palestina, no total de 2.332.975 caixas, as quais renderam 739.338 contos, ou seja, verificou-se, em

²⁴⁸ cf. *Livro de Actas da Assembleia Geral do GICPSA*, Livro nº 3, acta nº 21, de 6/12/43, fl. 7.

relação aos contratos do ano anterior, um aumento de 96,6 % no número de caixas e de 90,6 %, em valor.

O contrato alemão, rubricado a 8 de Maio de 1943, representava uma venda de 45% da conserva de verão ao preço de 310\$00²⁴⁹, embora tivesse sido de menor quantidade, foi, porém, de maior valor, em consequência de existir uma maior percentagem de fabricos em ½ altos, cujo preço era mais alto.

Os ingleses que não quiseram ficar atrás dos alemães, assinaram um contrato, em 20 de Julho de 1943, que previa o fornecimento de 900.000 caixas, ao preço de 312\$35²⁵⁰, portanto, superior àquele, e cujo número de caixas fabricadas, como mostra o quadro abaixo, ultrapassou o fornecido por Medicott.

Quadro CLXXX
Os Contratos Colectivos de 1943
Unidades: nº de caixas/escudos

Contratos	Grémios	Caixas	Valor
Alemão	Norte	373.728	
	Centro	77.993	
	Setúbal	362.376	
	Barlavento	112.285	
	Sotavento	37.418	
Total fabricado		963.800	321.795.989\$00
Inglês	Norte	445.304	
	Centro	96.265	
	Setúbal	267.257	
	Barlavento	122.238	
	Sotavento	76.083	
Total fabricado		266.463	83.916.261\$00
Total fabricado		-	1.273.610
Belga	-	56.988	383.330.409\$00
Holandês	-	4.025	1.290.971\$00
Palestiniano	-	26.241	8.205.598\$00
Francês	-	3.063	796.298\$00
Total	-	2.332.975	823.254.811\$00

Fonte: F. Guerra, *A Indústria de Conservas...*, p. 8 a 10.

Com a Bélgica efectuaram-se três contratos, um com o *Comité de Coordination du Ravitaillement de la Belgique*, e os outros dois com firmas portuguesas. Fabricaram-se para estes contratos 56.988 caixas, no valor de 18.919 contos, cujos preços para as espécies similares de sardinha foram os seguintes:

²⁴⁹ W. N. Medicott, *The Economic Blockade*, vol. II, p. 594.

²⁵⁰ W. N. Medicott, *The Economic Blockade*, vol. II, p. 594.

Quadro CLXXXI

Preços das espécies similares da sardinha para o contrato belga

Espécies	Caixas de 50 latas de 4/4 80mm	latas de 2,5 kg
Carapau e bogas inteiras	748\$23	15\$00 (Kg)
Carapau e bogas em filetes	933\$73	18\$50 (Kg)
Calava inteira	1.443\$06	28\$50 (Kg)
Cavala em filetes	1.649\$23	32\$50 (Kg)
Sarrajão ou Bonito	1.781\$60	35\$80 (Kg)

Fonte: Livro de Actas da Direcção do GICPSA, Livro nº 3, acta nº 344 de 12/8/43, fl. 83 v.

As empresas do Algarve, apenas com uma fábrica, que mais fabricaram, neste ano foram a Fábrica Conservas Liberdade, Lda, e a Empresa Mercantil de Pesca, Lda., com 18.344 e 8.365 caixas, respectivamente.

A Júdice Fialho, ocupando o segundo lugar, e o Algarve Exportador, Lda, ocupando o terceiro, produzindo, respectivamente, 73.265 e 62.308 caixas, foram as empresas que com mais de uma fábrica maiores quantidades fabricaram²⁵¹.

Em 22 de Março de 1943, fora, igualmente assinado um contrato, o único original que encontrámos, realizado, novamente, entre a United Kindom Commercial Corporation (Portugal), Lda, empresa dependente do Ministério da Guerra inglês, e a Empresa Fabril de Conservas, Lda., localizada em Portimão.

Segundo o referido contrato nº 5, que tinha como intermediário o IPCP, a Empresa Fabril de Conservas comprometia-se a fornecer conservas em sardinha em troca de 50 caixas da tão desejada folha de Flandres, como demonstra o quadro abaixo discriminado:

Quadro CLXXXII

Contrato entre a U.K.C.C e a empresa Fabril de Conservas, Lda.

Folha		Conservas				
Caixas	Formato	Fabrico	Molho	Formato	Qualidade	Preço
30	18,7/8x28 ¼	normal	óleo	¼ club 30mm	bom corrente	310.00
20	20 1/8 x 30 ¼	normal	óleo	¼ club 30mm	bom corrente	310.00

Fonte: Centro de Documentação e Informação de Portimão.

Apenas dois contratos se realizaram em 1944, um com a Inglaterra, em 29 de Agosto, e o outro com a Alemanha, a 1 de Junho, este último para o fornecimento de 900000 caixas. Com a Inglaterra, para quem as conservas "cessaram de ser uma matéria de interesse da

²⁵¹ F. Guerra, *A Indústria de Conservas...*, pp. 9 e 10.

economia de guerra, e fornecer a Europa tornou-se o principal motivo"²⁵², os contratantes foram o I.P.C.P. e o Ministério da Alimentação

Quadro CLXXXIII
Os Contratos Colectivos de 1944

Unidades: nº de caixas/escudos

Contratos	Grémios	Caixas	Valor
Alemão	Norte	71.222	
	Centro	12.780	
	Setúbal	9.581	
	Barlavento	17.161	
	Sotavento	1.659	
Total fabricado		112.403	36.800.827\$00
Inglês	Norte	526.851	
	Centro	111.431	
	Setúbal	366.917	
	Barlavento	167.171	
	Sotavento	80.359	
Total fabricado		-	350.378.446\$00
Total		1.365.132	387.179.273\$00

Fonte: Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p. 6-8 e "Acordo de fornecimentos-compras, de 23/11/42, entre Portugal, o Reino Unido e os EUA", *Dez Anos de Política Extrema (1936-1948)*. *A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial. A Guerra Económica*, vol. XV, 1993, p. 207.

Nos termos do contrato com a Inglaterra o IPCP forneceria:

- 1.000.000 caixas de conserva de sardinha, fabrico normal, ¼ club 30mm, Marca Nacional;
- 200.000 caixas de conserva de carapau, fabrico normal ou em filetes, ¼ club 30mm, em lata branca com tira de papel indicando o conteúdo, molho e preço;
- 25.000 caixas de filetes de cavala, ¼ club 30mm, lata ilustrada ou branca para a já fabricada, com tira de papel indicando o conteúdo, molho e preço;
- 50.000 caixas de filetes de anchovas, 1/10 club 20mm, em lata quadrilonga;

As quantidades indicadas nas alíneas a) e b) representariam 60% e 15% respectivamente, da produção total no continente durante o período de vigência do contrato.

A Inglaterra, pela sua parte, forneceria:

- Folha de Flandres: 60.000 caixas e 30.000 caixas de 508x711mm, FCBY e IC; 17.875 caixas destinadas ao consumo interno português, de tipo a indicar pelo IPCP, para cada remessa ou grupo de remessas;

²⁵² W.N.Medlicott, *The Economic Blockade*, vol. II, p. 595.

b) Arame: 51 toneladas, nº 14, quadrado para prego; 89 toneladas, nº 13, para aramagem das caixas.

Os preços das conservas por caixa de 100 latas e da folha de flandres cada caixa, seriam os seguintes:

Quadro CLXXXIV
Preço da conserva, folha de flandres e arame ao abrigo do contrato inglês de 1944

Conservas de sardinha	280\$00	Folha de Flandres	450\$00
Conservas de carapau	210\$00	Arame nº13	10\$00 (kg)
Conservas de cavala	510\$00	Arame nº14	12\$00 (kg)
Conservas de anchovas	315\$00		

Nota: Não era permitida percentagem de sais de chumbo superior a cinco partes por milhão.

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Econ. na Provincia*. Portimão 3º trimestre de 1944, p.98.

As muitas milhares de caixas fornecidas à Inglaterra destinavam-se às forças britânicas no ultramar, aos civis, mas igualmente às nações aliadas incluindo fornecimentos à Cruz Vermelha. O Ministério dos Abastecimentos Britânico estaria, ainda, disposto a receber “qualquer porção” das conservas destinadas à Alemanha caso esta as não pudesse receber²⁵³

Com o regime nazista foi, de facto, efémero “**em virtude dos acontecimentos internacionais terem cortado as ligações terrestres entre Portugal e a Alemanha, o que obrigou à suspensão do contrato**”²⁵⁴.

As empresas Fabril de Conserva, Lda, com 11.880 caixas e Lázaro &ª, Lda., com 6.358 caixas foram aquelas que, somente com uma fábrica, maiores quantidades produziram para ambas os contratos.

O Algarve Exportador, Lda., a Feu Hermanos, Lda. e a Júdice Fialho Lda, com respectivamente, 54.188, 40.340 e 35.056 caixas foram as empresas que com mais de uma fábrica maiores quantidades produziram em 1944²⁵⁵.

Em data que não foi possível determinar foi ainda feito um contrato com a U.K.C.C. com base em espécies similares, como discrimina o quadro seguinte:

²⁵³ cf. “O contrato de conservas para Inglaterra”, *A Indústria*, nº 907, de 2/8/44, p. 1.

²⁵⁴ Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p.10.

²⁵⁵ Idem, p.11.

Quadro CLXXXV
Contrato com a U.K.C.C. de espécies similares

		Unidade: caixas	
Espécies	Quantidades contratadas	Espécies	Quantidades entregues
Carapau, 1/4 club 30 mm	200.000	Carapau	18.512
Filetes de cavala, 1/4 club 30 mm	25.000	Filetes de cavala	16.971
Filetes de anchovas	50.000	Filetes de anchovas	6.014

Fonte: Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p.12.

As diferenças entre as quantidades contratadas e as quantidades empregues foi consequência do comprador de conservas, não ter atempadamente distribuído a folha, pelo que as conservas tiveram de ser fabricadas com folha pertencente as próprios industrias.

Entre 1942 e 1944, o Grémio que mais produziu foi o do Norte. As empresas que mais produziram, com uma só fábrica, no Algarve, foram a Bivar & C^a, Lda. (28.051 caixas) e a Lacasta, Lda., (10.070). Com mais de uma fábrica, as duas empresas que mais produziram foram a Algarve Exportador, Lda (168.894 caixas) e a Júdice Fialho & C^a (164.801 caixas)²⁵⁶.

Nos contratos colectivos que se fizeram, em 1945, assinados com os EUA, com a Inglaterra, com a Bélgica, com a França e com a Suécia, entraram pela primeira vez o atum e similares.

Os contratos por países e respectiva quantidade e valores foi como mostra o quadro assim discriminado:

Quadro CLXXXVI
Os Contratos Colectivos de 1945

Grémios	Espécies						Unidades: n° de caixas/escudos	
	Atum	Similares do atum	Boga e carapau	Cavala	Sardinha	Total de caixas	% sobre o total	Valor
Norte	175	185	8.978	8.336	824.400	842.074	42,09	239.016.724\$71
Centro	816	2.579	494	6.581	131.783	142.253	7,10	42.114.931\$85
Setúbal	1.252	404	16.580	51.369	578.184	647.789	32,38	197.159.961\$75
Barlavento	1.925	-	4.019	22.217	207.936	236.097	11,79	79.000.954\$22
Sotavento	34.234	499	11.546	33.128	53.269	132.676	6,64	52.594.618\$43
Total	38.402	3.667	41.617	121.631	1.795.572	2.000.889		609.887.190\$96

Fonte: "Os contratos colectivos em 1945", *Conservas de Peixe*, n° 7, Out. 1946, pp. 12-13

²⁵⁶ Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos...*, p.13.

Quadro CLXXXVI (cont.)

Contratos Países	Espécies						Valor
	Atum	Similares do atum	Boga e carapau	Cavala	Sardinha	Total de caixas	
EUA	-	-	-	-	125.117	125.117	57.317.620\$54
Inglaterra	-	-	21.812	-	1.333.000	1.354.842	377.214.669\$49
Bélgica	21.919	2.352	19.775	84.234	111.876	240.156	85.637.477\$21
França	16.483	1.315	-	37.397	214.816	270.011	86.718.851\$92
Suécia	-	-	-	-	10.763	10.763	2.998.571\$80
Total	38.402	3.667	41.617	121.631	1.795.572	2.000.889	609.887.190\$96

Fonte: "Os contratos colectivos em 1945", *Conservas de Peixe*, n° 7, Out. 1946, pp. 12-13. Ver ainda Salviano Cruz, *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, n° 1-6, p. 271, que fornece dados sensivelmente diferentes.

Depois de praticamente ter desaparecido as exportações para os EUA, desde 1941, o contrato de 1945, veio novamente reavivar as **"esperanças futuras"** no grande mercado americano. Contrato para 150.000 caixas de sardinhas sem pele e sem espinha que permitiu a exportação em marcas dos industriais, em vez da marca nacional²⁵⁷. Como os restantes, este contrato estava dependente do fornecimento de folha de Flandres, neste particular de 9.454 caixas, de dois tipos, ao preço, respectivamente, de \$11,42 e \$10,90 dólares²⁵⁸. Em relação ao contrato inglês, foram fixados os seguintes preços:

Quadro CLXXXVII

Preço das conservas de peixe para o contrato de fornecimento à Inglaterra

Conservas	Por caixa de 100 latas	Quilo
Atum de direito do Algarve	570\$00	30\$00
Cavala	427\$50	22\$50
Carapau e boga	210\$00	11\$05
Sardinha 1/4 club 30mm	280\$00	-

Fonte: Banco de Portugal. *A Situação Econ. na Província*. Faro 3º trimestre 1945, p.99 e Portimão 3º trimestre 1945, p. 106.

O contrato inglês fora firmado entre o IPCP e o British Government Purchasing Mission, em 11 de Setembro de 1945. No parecer da agência do Banco de Portugal, em Portimão, estes acordos tinham reduzido **"consideravelmente os lucros dos fabricantes, deixando êstes em forçada resignação depois de habituados durante uns cinco anos de guerra a lucros fabulosos"**²⁵⁹.

²⁵⁷ "Os contratos colectivos em 1945", *Conservas de Peixe*, n° 7, Outubro 1946, p.13.

²⁵⁸ Banco de Portugal. *A Situação Econ. na Prov.* (Relatórios das Delegações do B.P.). Portimão, 2º trimestre de 1945, p.110. Segundo a agência do Banco de Portugal, em Portimão, o contrato com os EUA previa o fornecimento de 104.000 caixas de conservas de sardinha em azeite, no formato de 1/4 club usual 22 mm, com lata ilustrada pelo preço de \$18,80, dólares, por caixa, mercadoria posta a bordo do navio no porto de Lisboa.

²⁵⁹ Idem. Portimão, 3º trimestre de 1945, p.106.

O contrato de 1945 não foi o epitáfio deste sistema instituído, em 1942.

Em 1946 foram selados mais três importantes contratos: com os EUA de 250.000 caixas de ¼ 22mm de sardinhas da qualidade de sem pele e sem espinha (s/p/s/e), ao preço de \$18,80 dólares cada caixa, fob, tendo sido fabricadas 179.691 caixas no valor de 83.407 contos; com a Bélgica, de 280.000 caixas de ¼ club 30mm, sardinhas e óleo e 70.000 de carapau de formato semelhante, ao preço, respectivamente, de 298\$00 e 260\$00, fob, tendo sido no total fabricadas 242.664 caixas no valor de 71.894 contos e para a Cruz Vermelha Internacional, de 52.000 caixas de ¼ club 30mm de sardinhas em óleo, ao preço de 298\$00, fob, tendo sido fabricadas 40.813 caixas no valor de 12.162 contos²⁶⁰.

A distribuição pelos Grémios destes três contratos foi a seguinte:

Quadro CLXXXVIII
Contratos de 1946

Grémios	Contrato Americano		Contrato Belga		Contrato C.V.I.		Total	
	Caixas	Valor	Caixas	Valor	Caixas	Valor	Caixas	Valor
Norte	44.260	20.544.252\$60	103.396 <i>6.695</i>	30.707.558\$00 <i>1.736.650\$00</i>	-	-	154.351	52.988.560\$60
Centro	12.961	6.016.133\$33	13.037	3.885.026\$00	-	-	25.998	9.901.159\$33
Setúbal	49.165	22.821.016\$27	55.289 <i>543</i>	16.476.122\$00 <i>141.180\$00</i>	-	-	104.997	39.438.318\$27
Barlavento	58.015	26.928.938\$55	51.488 <i>591</i>	15.343.424\$00 <i>153.660\$00</i>	40.813	12.162.274\$00	150.907	54.588.296\$55
Sotavento	15.290	7.097.189\$90	11.275 <i>350</i>	3.359.950\$00 <i>91.000\$00</i>	-	-	26.915	10.548.139\$90
Total	179.691	83.407.530\$65	234.485 <i>8.179</i>	69.772.080\$00 <i>2.122.490\$00</i>	40.813	12.162.274\$00	463.168	167.464.374\$65

Fonte: "Contratos Colectivos em 1946", *Conservas de Peixe*, nº 13, Abril 1947, pp.63 a 64.

Nota: As quantidades e os valores em *itálico* correspondem a carapau

Neste ano o principal grémio exportador foi o do Norte em quantidade, enquanto que em valor o mais destacado foi o de Barlavento, com mais de 54.000 contos, ou seja, 32,6% da exportação total.

No espaço temporal que medeia entre 1942 e 1946, ao abrigo dos contratos colectivos, exportaram-se pelos centros algarvios, 1.487.087 caixas, cujo valor total nos é desconhecido, mas que certamente terá alcançado muitas centenas de milhares de contos. Os centros de

²⁶⁰ "Contratos colectivos em 1946", *Conservas de Peixe*, nº 13, Abril 1947, p. 63.

Barlavento, nomeadamente o de Portimão, foram aqueles que mais exportaram, cerca de 14%, da exportação total. Os centros de Sotavento ficaram-se, apenas, pelos 6,25%.

Relacionando os contratos ingleses e alemães, verificamos que, em percentagem, os contratos destes últimos, no Barlavento, representaram 52% dos daqueles, enquanto que no Sotavento essa percentagem situou-se nos 44,2%, ou seja, os negócios realizados com a Alemanha foram mais substanciais pelo Grémio do Barlavento.

Por países, foi a Inglaterra que maior número de caixas recebeu, seguindo-se a distância considerável a Alemanha.

Quadro CLXXXIX
Quantidades e valores de Conservas fabricadas pelos Grémios do Algarve para os Contratos Colectivos (1942-1946)

Anos	Barlavento		Sotavento		Total	
	Caixas	%	Caixas	%	Caixas	contos
1942	157.844	13,30	58819	4,96	216.663	-
1943	299.332	12,84	158.147	6,77	457.479	-
1944	184.332	13,50	82.018	6,01	266.350	-
1945	236.097	11,80	132.676	6,63	368.773	-
	79.001		52.594			101.595
1946	150.907	32,6	26.915	5,8	177.822	-
	54.588		10.548			65.136
Total	1.028.512	14	458.575	6,25	1.487.087	166.731

Fonte: Quadros anteriores.

Nota: percentagem em relação ao total nacional. Em itálico valores.

Quadro CXC
Os Contratos Colectivos nos Centros Algarvios por Países

Anos	Barlavento					Sotavento				
	Inglaterra	Bélgica	CVI (1)	EUA	CC. 1945 (2)	Alemanha	Inglaterra	Bélgica	EUA	CC. 1945 (2)
	90.024	-	-	-	-	30.339	28.480	-	-	-
	122.238	-	-	-	-	37.418	76.083	-	-	-
	167.171	-	-	-	-	1.659	80.359	-	-	-
	-	-	-	-	236.097	-	-	-	-	132.676
	-	52.079	40.813	58.015	-	-	-	-	-	-
Total	379.433	52.079	40.813	58.015	236.097	69.416	156.950	11.625	15.290	132.676

(1) Cruz Vermelha Internacional.

(2) Contrato colectivo de 1945.

Fonte: Quadros anteriores.

Também em relação aos contratos colectivos, quer a nível de todos os centros, quer a nível do Algarve, 1943, foi aquele que maior número de caixas foram exportadas O Barlavento exportou 299.332 (12,84%) e o Sotavento 158.147 (6,77%), num total de 457.479 caixas. Em 1944, registaram os centros algarvios uma quebra no número total de caixas fabricadas ao abrigo dos contratos colectivos de 41,78%, embora o Grémio do Barlavento tenha registado

uma percentagem superior à dos anos anteriores. Em 1945, registou-se novo aumento do número de caixas em cerca de 38,45%, em relação ao ano anterior, no valor de 101.595 contos.

Qual o balanço que poderemos fazer sobre os contratos colectivos?

Os contractos colectivos foram considerados um **"mal necessário"**²⁶¹, embora tenham cumprido, **"satisfatoriamente, durante a sua existência, a missão de que as circunstâncias excepcionais de momento os incumbiram"**²⁶².

O panorama conflitual que dilacerava grande parte do mundo de então, tinha criado enormes dificuldades ao comércio das conservas, pois que **"tendo desaparecido os mercados e substituindo-se as missões oficiais aos compradores individuais, havia que opor a um só comprador um só vendedor"**, pelo que os contratos colectivos **"foram a fórmula mais adequada para dar uma solução de conjunto a todo o emaranhado de dificuldades em que a guerra tinha enredo a nossa indústria e de que, isoladamente, nenhum industrial seria capaz de se desenvencilhar"**²⁶³.

Segundo os industriais conserveiros, a institucionalização dos contratos colectivos foi quer **"o único meio capaz de defender ao melhor os legítimos interesses da actividade conserveira"**, por isso deveriam continuar **"enquanto viáveis"**²⁶⁴, quer a única resposta exequível e de **"natural defesa"** imposta pelo contexto da guerra²⁶⁵.

Na perspectiva da comissão Negociadora da «Sardine Trade Association Ltd», de Londres, foram os pequenos fabricantes os mais interessados nos contratos colectivos. Segundo aquela comissão, enquanto que os grandes fabricantes e exportadores portugueses

²⁶¹ Francisco Guerra, *A Indústria das conservas...*, p.16.

²⁶² "Os contractos colectivos de 1945", *Conservas de Peixe*, nº 7, Outubro 1946, p.12.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ "Carta à direcção do IPCP", Arquivo Feu Hermanos, caixa.7, doc.517, Lisboa, 12/11/46.

²⁶⁵ "Contratos colectivos de 1946", *Conservas de Peixe*, nº 13, Abril 1947, p. 64.

preferiam realizar o negócio através dos seus agentes na Inglaterra, aqueles que não possuíam relações no exterior, nem organização de vendas preferiam **“o caminho mais fácil do contrato colectivo”**. Estes pequenos produtores podiam, assim, **“participar no negócio de exportação, tal como o fizeram até agora atravez dos exportadores portugueses”**²⁶⁶.

A dependência que a indústria de conservas de peixe tinha em relação aos países produtores de folha mostrava que não fora possível dispor livremente da produção nacional. Tal situação evidenciava **“o caracter precário da nossa indústria de conservas que tem aspecto de uma gravidade incontestável que justifica a criação”** de uma indústria de produção de folha de Flandres, **“que nos liberte desta situação angustiosa, por mais dispendiosa que seja a sua montagem e incerta a sua exploração quando voltar ao mundo a normalidade das relações comerciais”**²⁶⁷.

Contudo, o regime dos contratos colectivos não deixou de concitar algumas críticas.

A primeira não se dirige concretamente aos acordos, mas à distribuição de capitais deles derivados. Os contratos colectivos de 1942, 1943 e o contrato alemão de 1944 incluíam uma comissão de 3%, cobrada pelo IPCP, a qual deveria ser canalizada para a indústria de conservas. Entre 1942 e 1945, o total do montante desta comissão chegou aos 34.989, contos, dos quais 25.00 contos foram entregues à Federação dos Produtores de Trigo, para um fundo especial de compensação do preço do pão. Apenas, 8.000 contos foram entregues ao Grémio dos Exportadores para ser distribuído pelos seus agremiados. O emprego daqueles 25.000 contos em actividades que não as directamente relacionadas com a indústria conserveira criou algum mal-estar entre os industriais que não os poderiam aplicar em benefício da indústria²⁶⁸.

²⁶⁶ “Memorandum apresentado pela Comissão Negociadora da «Sardine Trade Association, Ltd», de Londres, *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 30, doc. 3.423, 1948, p. III.

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ cf. Francisco Guerra, *A Indústria das Conservas...*, pp.14 e 15.

Para o Grémio do Sotavento do Algarve, o cumprimento dos contratos colectivos deixou muito a desejar pela sua regularidade, principalmente devido ao atraso com os pagamentos dos importadores. A indústria de conserva teve de suportar pesados encargos **"por ter de comprar todos os materiais e matérias primas a pronto e, algumas vezes, até com o pagamento a longo prazo antecipado e, por contrapartida, de esperar nalguns casos meses, pela liquidação dos seus importadores"**. A distribuição pelos industriais daquele grémio nem sempre fora a mais equitativa, o que provocara **"o desagravo de alguns"** e a necessária intervenção do grémio²⁶⁹.

Crítica mais substancial foi feita por Salviano Cruz, para quem a indústria não beneficiou da sua estrutura económica, para impor o preço de venda. Houve, isso sim, **"um regime de livre competição de muitos vendedores representados por uma só entidade - o Instituto"**²⁷⁰. Pelo contrário, os países compradores dispuseram de vários monopólios ou «oligopólios» de compra e venda. Por conseguinte, era o comprador que impunha o preço ao vendedor.

Exemplo desta situação verificou-se com firmas representantes dos governos da Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Palestina, Holanda, Suécia e Cruz Vermelha Internacional²⁷¹ (Quadro CXCI).

Estas firmas controlavam, quer o comércio externo das conservas portuguesas comprando a preços baixos, quer as **"vendas para os seus mercados internos a preços monopolísticos, visto que em certos mercados os preços ao consumidor representam um aumento de 200% sobre o preço pago ao fabricante em Portugal"**²⁷².

²⁶⁹ cf. *Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve*, de 1943, p.4.

²⁷⁰ Salviano Cruz, "Economia das Pescas...", p.272.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem, p. 275.

Controle do Mercado Comprador das Conservas Portuguesas
Contratos Bilaterais com Firmas de Países Compradores em regime de Oligopsonia
1944 e 1945

Países compradores	1944				1945			
	Controle sobre o mercado Total %	Nº de firmas	Nº de firmas dominadoras	% das firmas dominadoras no seu mercado	Controle sobre o mercado Total %	Nº de firmas	Nº de firmas dominadoras	% das firmas dominadoras no seu mercado
Alemanha	20	3	1	89	-	-	-	-
Bélgica	14	2	1	86	5	2	1	84
Colónia Portuguesa	1	108	2	37	1,3	200	6	49
Cuba	2	35	2	60	2	86	10	51
E.U.A.	12	146	7	92	3	3	1	39
Frância	1	2	1	92	3	3	1	72
Inglaterra	43	1	1	100	55	2	1	99
Marrocos Francês	2	2	1	61	-	-	-	-
México	1	60	4	40	0,6	47	6	56
Palestina	2	10	1	43	0,06	1	1	100
Suiça	1	6	1	66	4,3	48	3	44
Suécia	0,5	5	1	58	0,7	29	3	61
Brasil	0,4	21	3	49	1	68	6	51
Argentina	0,3	11	3	76	0,44	12	3	79
Canadá	0,1	2	2	100	0,01	1	1	100
Itália	-	-	-	-	1,2	3	1	95

Fonte: Salviano Cruz, "A economia das pescas em Portugal. A indústria de conservas de peixe", *A Revista de Pesquisas Económico-Sociais*, vol. IV, nº 1-6, 1955-58, p. 274

Como os preços do mercado mundial condicionavam os preços pagos nas lotas pelos conserveiros, resultava que era o próprio mercado internacional que influía nos preços pagos aos pescadores da sardinha através dos conserveiros²⁷³.

Os contratos bilaterais implementados ao longo do conflito e mesmo após o seu termo não trouxeram os **"benefícios que se esperava deles para a grande parte da indústria de conservas, para os armadores e para os pescadores"**²⁷⁴.

As firmas exportadoras foram as grandes beneficiadas, algumas das quais conseguiram realizar lucros de 30.000 contos por ano entre 1943-1945, **"devido à localização das suas fábricas nos centros piscatórios estratégicos,..., lucros esses que não foram compartilhados com os produtores nem com a pesca"**²⁷⁵.

Os importadores jogavam e ganhavam com um pau de dois bicos: compravam em regime de monopólio abaixo do preço do mercado livre e vendiam igualmente em regime de monopólio por cima do preço de livre competição ao consumidor.

De facto, ao analisarmos os preços no mercado livre e os impostos pelo I.P.C.P., verificamos que estes últimos foram normalmente mais baixos do que aqueles. Talvez, mais do que impostos pelo Instituto, estes preços dos contratos colectivos decorriam da política de preempção imposta pela concorrência entre a Inglaterra e a Alemanha.

A fixação do preço de venda das conservas pelo I.P.C.P. tinha como propósito diminuir as tendências inflacionistas que, principalmente a partir de meados de 1941 se começaram a acentuar, tendo em conta os grandes volumes de divisas que entravam no país, entre outras razões, pela valorização de certos produtos da exportação nacional,

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

designadamente de conservas de peixe e de volfrâmio. Produtos que contribuíram decisivamente para o *superavit* da balança de pagamentos, em 1941, 1942 e 1943²⁷⁶.

Consequentemente, “o «excesso» de disponibilidades sem aplicação em mercado rarefeito – aliás reforçadas,..., pelo aumento do crédito da banca – e que se acumula sobretudo em depósitos à ordem que então conheceram um aumento excepcional constituiu um forte elemento de pressão inflacionista que o Estado tentará, sem grande êxito, congelar”²⁷⁷.

Os negócios proporcionados pela guerra no Algarve, nomeadamente a exportação de conservas de peixe, de cortiça e de frutos secos, a circunstância da propensão para o investimento ser praticamente nula e, finalmente, o baixo consumo, criaram as condições para um exponencial crescimento dos depósitos à ordem.

Quadro CXCII
Depósitos à ordem e a prazo no Banco do Algarve (1938-1946)

Anos	À ordem		A prazo	
	Contos	Índice	Contos	Índice
1938	540	100	97	100
1939	4.229	783	1.783	1.838
1940	6.853	1.269	3.097	3.193
1941	9.161	1.697	3.598	3.709
1942	11.374	2.106	3.132	3.229
1943	17.846	3.305	2.524	2.602
1944	16.498	3.055	2.813	2.900
1945	19.371	3.283	2.679	2.762
1946	18.236	3.377	2.461	2.537

Fonte: *Anuário Estatístico*, 1938-1946.

Embora a institucionalização dos contratos colectivos tivesse sido logo em Dezembro de 1939, para a indústria de conservas apenas se concretizou em 1942, em pleno apogeu do império nazi. Aliás, quer em 1942, quer em 1943, os valores das conservas importadas pela Alemanha ultrapassaram os da Inglaterra.

²⁷⁶ Cf. F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 143, Quadro XXXIV e p. 152.

²⁷⁷ *Idem*, p. 308.

Na nossa perspectiva e perante o cenário que se desenrolava no teatro mundial da conflagração com a perda de mercados, com as dificuldades de transporte e com a escassez da folha de flandres, os contratos colectivos, embora cerceando alguma margem de manobra dos industriais, tornaram-se indispensáveis, até para a sobrevivência de alguns, nomeadamente de pequenos industriais que de outro modo dificilmente aguentariam as dificuldades, permitindo, assim, a continuação da laboração das suas fábricas.

No contexto político da proclamada neutralidade oficial, os contratos colectivos, definiram-se como um instrumento de harmonização dos interesses de ambos os principais contendores, Inglaterra e Alemanha e, embora com as inevitáveis intermitências, permitiram satisfazer a procura de folha de flandres e de outros produtos.

Com o refluxo nazi, os contratos passaram a serem hegemonizados pela Inglaterra e pelos EUA, os quais não deixariam certamente de impor os preços que mais lhes conviessem.

6. "Colis"

Como tivemos ocasião de analisar anteriormente, a partir de meados de 1942, foram assinados os primeiros contratos colectivos. A assinatura daqueles contratos terá, porém, paralizado **"totalmente a actividade dos exportadores, que se viram abraços com uma grave crise resultante da imobilização de avultados capitais investidos em consideráveis existências de conservas a que não podiam dar saída"**²⁷⁸. Segundo o Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe, com a eclosão do conflito tinham desaparecido **"as condições de viabilidade dum normal comércio internacional e a realização de**

²⁷⁸ "Comissão de Inquérito aos Elementos da Organização Corporativa. 2ª secção. Relatório sobre «Conservas de Peixe» (Exportação)", p.3, 4/2/47, ANTT/AOS/CO/PC - 17B, pasta 2.

exportações em partidas de volume com países ocupados", e "generalizou-se o sistema de envios de mercadorias em partidas parcelares, através dos serviços de correios, como amostras ou encomendas postais"²⁷⁹. Destinavam-se estas encomendas a particulares que delas necessitassem devido às privações quotidianas que atravessavam em consequência da guerra. Surgiram, então, "os exportadores de ocasião", que teriam cometido uma série de abusos, visto que grande parte das remessas era mercadoria de "inferiosíssima qualidade", com "peixe impróprio", seguindo nas latas "por vezes toda a espécie de mercadorias dos mais variados géneros, mesmos daqueles cuja exportação era vedada"²⁸⁰. Para colocar um travão a esta situação fora promulgada a Portaria nº 10.292, de 17 de Dezembro de 1942 que permitia a exportação de pequenos volumes até 10 quilos, os chamados "colis" e de encomendas postais, inicialmente para as colónias, depois para o estrangeiro, sem necessidade de autorização. "Iniciou-se, assim, uma saída de conservas que, pouco a pouco, tomou considerável incremento, a ponto de o Governo se ter visto na necessidade de intervir e fiscalizar o que se exportava por tal processo"²⁸¹. A exportação destas pequenas embalagens ficou centralizada no Grémio dos exportadores de conservas de peixe, cuja fiscalização continuava a cargo do IPCP. Nascia, assim, uma terceira forma de exportação.

Depois de várias reuniões no Grémio dos Exportadores, com a presença dos respectivos agremiados, nos quais "se debateu a situação difícil em que se encontravam os exportadores de conservas de peixe pela existência de volumosos stocks sem facilidade de colocação", acordou-se que cada exportador "entregaria, das mercadorias registadas para mercado livre uma parte proporcional às suas existências e ao volume das encomendas que sucessivamente se iam recebendo"²⁸².

²⁷⁹ Grémios dos Exportadores de Conservas de Peixe. Relatório de 11 de Abril a 31 de Dezembro de 1943, Lisboa, 1946, p.5, ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2..

²⁸⁰ Idem, p. 5.

²⁸¹ Idem, p. 3.

²⁸² "Auto de Declarações", in ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2.

O volume alcançado pelo envio dos "colis", elevou-se, de facto, a números importantes. Em 1943, foram expedidas 3.026.618 latas, cujo valor alcançou cerca de 36.377 contos²⁸³.

Para 1943, 1944, 1945 e 1946, a conta da Gerência (caixa) das colis do Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe, dava como receita dos colis exportados, respectivamente, 33.219, 49.861, 7.242 e 4.253 contos²⁸⁴.

Entre os fornecedores de lotes de conservas encontravam-se algumas empresas e exportadores ligados aos centros algarvios.

Contudo, nem tudo parece ter decorrido no melhor dos mundos. Para averiguar as alegadas irregularidades de que era acusado o Grémio dos Exportadores por "**denúncias falsas**" e "**calúnias gratuitas de acusadores anónimos ou demasiadamente conhecidos pela sua falta de moral**", fora constituída uma comissão parlamentar de inquérito à organização corporativa, a cuja subcomissão pertenciam os deputados coronel José Esquível e Dr. Madeira Pinto.

A acusação respeitava, precisamente, a irregularidades no serviço dos "colis".

Aqueles deputados acompanhados de um contabilista e de um industrial de conservas dirigiram-se à sede daquele Grémio. Ora, este industrial, António Januário Nunes, natural de Sagres, que não tivera, aliás, permissão da direcção do Grémio para entrar nas suas instalações, denunciava, principalmente, o presidente do Grémio, Josino da Costa, várias vezes referido ao longo da nossa dissertação, mas também a firma Figueira & Almeida, membro da direcção do referido Grémio. Segundo o declarante, Josino da Costa, terá começado a adquirir

²⁸³ cf. Grémio dos Exportadores..., p. 71, ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2.

²⁸⁴ cf. "Comissão de Inquérito Parlamentar aos Elementos da Organização Corporativa. Mapa com os extractos da Conta de gerência (Caixa) das colis do Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe nos anos de 1943 a 1946", ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1947.

"por interpostas pessoas e a preços baixos, mercadorias que não estavam registadas e que doutra maneira não tinham possibilidade de venda"²⁸⁵.

O seu comportamento permitiu-lhe realizar **"negócios altamente vantajosos à sombra da situação que disfrutava e em nítido prejuízo dos agremiados e dos fabricantes de conservas que ficavam com a sua mercadoria em armazém e foram obrigados a vende-la a baixo preço para realizar numerário"**²⁸⁶.

Para Januário Nunes o negócio apenas terá beneficiado um grupo restrito, chefiado pelo presidente do Grémio dos Exportadores.

Perante estas e outras acusações foi realizado um inquérito cujas conclusões foram as seguintes:

a) que o grémio respeitara sempre as proporções estabelecidas entre a mercadoria declarada e as quantidades necessárias à satisfação das encomendas;

b) que o facto de, num ou noutro caso, aparecerem excedidas as quantidades declaradas se devia atribuir à circunstância dos compradores pedirem um determinado tipo de conservas que alguns agremiados não possuíam;

c) que as existências declaradas pelos exportadores ao Grémio, quando lhes era exigida tal declaração, condiziam com os manifestos constantes dos registos do Instituto;

d) que o confronto entre os registos do Grémio e os boletins de exportação do Instituto acusava, num volume de 72.888 caixas exportadas pelo sistema de "colis", apenas uma diferença de duas caixas.

Contudo, para a comissão de inquérito, continuava a permanecer alguma suspeição, visto que, **"sem embargo destes resultados, não se destruiu no espírito dos signatários a presunção de que os membros da Direcção do Grémio dos Exportadores, pelo**

²⁸⁵ "Auto de Declarações", in ANTT/AOS/CO/PC-17B, pasta 2.

²⁸⁶ Idem.

conhecimento antecipado da orientação que podia vir a ser adaptada, e até pela possibilidade de sugerir superiormente uma orientação (em princípio aceitável) determinada, disfrutavam de uma especial posição para se prepararem, antecipadamente, para o negócio de exportação pelo sistema dos «colis»²⁸⁷.

Ao analisarmos os extractos da conta da Gerência do Grémio verificamos que os exportadores Josino da Costa e Figueira & Almeida foram aqueles que de 1943 a 1946 mais despesas efectuaram com a exportação de «colis», respectivamente, 15.362 e 6.418 contos e, também, aqueles que, em 1943, único ano para o qual encontrámos elementos, maior número de latas armazenaram no Grémio dos Exportadores de Conservas de Peixe: Josino da Costa armazenou 703.900 latas e Figueira & Almeida 287.759, de um total de 3.556.578²⁸⁸.

A exportação realizada por intermédio dos "colis" atingiu uma amplitude considerável, tornando-se um poderoso meio de escoar as volumosas existências de conservas que ficaram à margem dos contratos colectivos.

9. Lucros extraordinários de guerra

Em 6 Março de 1942, o governo publicava a lei nº 1989 que estabelecia as bases a que ficavam sujeitas ao imposto sobre lucros extraordinários de guerras pessoas singulares ou colectivas que, no exercício do comércio ou indústria, tivessem realizado em 1941 excedentes superiores a 20% sobre os seus rendimentos ilíquidos normais. Estes, ainda segundo aquela lei, eram os correspondentes à média dos realizados em 1937, 1938 e 1939, ou, na sua falta os que tivessem servido de base ao lançamento da contribuição industrial de 1941.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ cf. "Mercadoria entrada no armazém do G.E.C.P.. Lotes aprovados", *ANTT/AOS/CO/PC - 17B*, pasta 2.

A regulamentação das bases era feita pelo decreto n.º 31.905, de 9 de Março de 1942 e a 10 do referido mês era publicada a "Relação" dos comércios, indústrias e negócios sobre os quais incidiria o imposto sobre lucro extraordinários de guerra, entre os quais se encontrava as "conservas de fruta ou de peixe - fábrica, armazém e exportador". Um numeroso conjunto de objecções foram colocadas pelos industriais e comerciantes à proposta do governo de criar um tal imposto²⁸⁹. Entre 1938 e 1941, segundo o Parecer da Câmara Corporativa, a percentagem no valor crescera mais que a percentagem no peso. Concluía-se, com base em numerosa estatística que havia lucros proporcionados pela guerra e, consequentemente, a necessidade de um imposto que recaísse sobre eles²⁹⁰.

Ao longo da guerra, várias disposições legislativas foram sendo publicadas respeitando a esta matéria.

Em longa explicação elaborada, em 1942, e dirigida ao Ministro das Finanças os Grémios dos Industriais e o Grémio de Exportadores de Conservas de Peixe realizavam um exaustivo levantamento do impacto deste imposto na indústria de conservas de peixe. Procuravam **"mostrar como através da aplicação da própria lei sobre lucros extraordinários de guerra, e à custa apenas da indústria de conservas de peixe (que pede somente que os seus sacrifícios sejam aproveitados no máximo de utilidade nacional) - se podem preparar as melhores condições de resistência à crise de amanhã criar os pressupostos permanentes duma sociedade activa modernizada e portanto garantir quanto possível à indústria a sua sobrevivência numa honesta prosperidade, factor e parcela de prosperidade geral do país"**²⁹¹.

²⁸⁹ cf. "Parecer sobre a proposta de Lei n.º 167, autorizando o governo a criar um imposto sobre os lucros extraordinários de guerra", *Diário das Sessões*, 2.º suplemento ao n.º 115, de 28/1/42, 110 - (40).

²⁹⁰ Idem

²⁹¹ cf. *As Conservas de Peixe e o Imposto sobre Lucros Extraordinários de Guerra*, p. 6.

Para os industriais e exportadores de conservas os encargos fiscais (aduaneiro, taxas corporativas) outros encargos (salário mínimo, salários durante o defeso, os *ad valorem* existentes em várias cidades, a contribuição industrial) oneravam de forma pesada a indústria²⁹².

Defendiam que parte dos lucros extraordinários de guerra fossem aplicados a melhorar e a revigorar a indústria, designadamente quando viesse a paz e com ela a concorrência da Espanha, França, Marrocos, Argélia, Noruega, Califórnia e Japão²⁹³.

Solicitavam, assim, ao governo que o imposto sobre lucros extraordinários de guerra lhe fosse cobrado sobre a forma de taxa de \$10 por quilo de conserva de peixe produzido ou exportado; que o «rendimento ilíquido» fosse o mesmo que o fixado para a contribuição industrial; que o IPCP servisse de intermediário entre o contribuinte e o fisco; que os lucros extraordinários de guerra **"quando aplicados a fundos de reserva para oscilação de cotação, para reapetrechamento industrial, e para assistência social"** fossem isentos do pagamento de imposto²⁹⁴.

Em relação ao reapetrechamento industrial o governo irá ao encontro dos industriais, criando o Fundo de Apetrechamento da Indústria, **"contribuindo pelas importâncias que dos lucros de cada exercício social as empresas de qualquer natureza, singulares ou colectivas queiram consignar à compra de apetrechos e instalações industriais destinados ao desenvolvimento da sua produção e à renovação de maquinarias das sua indústrias"**²⁹⁵.

²⁹² Idem, p.19.

²⁹³ Idem, pp. 20 e 21.

²⁹⁴ Idem, p. 29.

²⁹⁵ Decreto-lei nº 32.818, de 1/6/43.

Entre 1942 e 1945, os lucros excepcionais de guerra cresceram 29,5%, com um máximo de 47,8% em 1944. Estes valores demonstram a enorme extensão dos negócios propiciados pela guerra.

Quadro CXCI
Lucros extraordinários de guerra

Unidade: contos				
1942	1943	1944	1945	Total
184.442	236.660	272.616	238.887	932.605

Fonte: "Contas Gerais do Estado de 1945", *Diário das Sessões*, Supl. nº 1 00, sessão de 12/3/47.

Se compararmos os valores das conservas exportadas durante a II Guerra Mundial e aqueles valores, a conclusão a que chegamos é que os encargos sobre as indústrias de conservas corresponderiam a uma percentagem reduzida dos lucros auferidos pela indústria no conflito mundial, mesmo que tomemos em conta o aumento que sofreram as matérias-primas e a mão-de-obra durante o mesmo período.

10. Contribuição industrial

A contribuição industrial fora lançada sobre o rendimento líquido presumível (Decreto n.º 24.916, de 10/1/35).

O rendimento tributável era fixado segundo o valor da exportação de cada empresa. Como grande parte das empresas de conservas de peixe acumulavam a fabricação, a exportação e o comércio de venda interno eram-lhes atribuídos três rendimentos tributáveis consoante cada uma daquelas actividades.

Em 1941, o rendimento tributável resultaria da aplicação das segundas percentagens sobre o valor da exportação: 4% para a exportação e 1% para o fabrico.

O aumento dos negócios, em consequência da guerra, correspondeu a um considerável crescimento da contribuição industrial. O distrito de Faro, em 1939, contribuiu com 5.097 contos, em 1940, com 5.420, em 1941, com 5607 e, em 1945, com 10.270, representando uma percentagem de 2,44%, incluindo as concentrações industriais de Lisboa e Porto, exceptuando-se estas a percentagem do distrito de Faro elevava-se a 6,85%²⁹⁶. Entre 1939 e 45, a contribuição industrial aumentou 101,5%, embora o seu posicionamento no conjunto do distrito tenha decrescido o que demonstra, aliás, que este distrito evidenciou uma tendência para a desindustrialização.

Outro índice que mostra o peso da indústria conserveira no Algarve era a distribuição das receitas das autarquias locais: Olhão (3.072 contos), Portimão (2.563 contos), Faro (16.400 contos), Loulé (1.701 contos) e V.R.S.A. (1.693 contos), ou seja, dos cinco principais concelhos três eram grandes centros conserveiros²⁹⁷.

A II Guerra Mundial foi, assim, um dos períodos áureos da indústria, não tanto pelas quantidades exportadas que, como já analisámos, tiveram uma tendência para decrescer, mas pelos preços atingidos pelas conservas nos mercados externos, que conheceu uma fase altamente próspera como se pode comprovar pela evolução da liquidação da contribuição industrial, que de 1937 a 1945 cresceu 366,96%.

²⁹⁶ cf. "Contas Gerais do Estado de 1945. Parecer da Comissão encarregada de apreciar as contas públicas", *Diário das Sessões*, supl. ao n° 100, 12/3/47, p. 808 - (13).

²⁹⁷ *Idem*, p. 808 - (124).

Quadro CXCV
Contribuição industrial de algumas das principais indústrias nacionais
Unidade: contos

Indústrias	1937	1938	1945	1946
Açúcar	-	1366	1848	1.731
Adubos	-	264	341	476
Algodão	-	6.250	22.088	27.175
Arroz	-	482	965	1.107
Azeite	-	1.595	2.281	2.408
Cal, Gesso, telha, etc.	-	1.157	1.976	2.186
Cervejas e Gasosas	-	2.101	3.948	3.698
Cimentos	-	1.216	3.132	2.484
Conservas	1.038	1.495	4.847	2.305
Cortiças	-	1.216	2.881	2.997
Couros	-	576	870	844
Electricidade (fornecedor)	-	7.648	3.336	3.412
Farinhas	-	2.155	7.470	6.930
Hotéis	-	1.143	1.537	1.409
Lanifícios	-	2.004	8.530	7.101
Louça (porcelana)	-	493	1.183	1.581
Moinhos e Azenhas	-	1.234	2.486	2.692
Moveis de madeira	-	421	609	557
Organismos corporativos	-	767	3.170	2.690
Papel	-	269	442	372
Produtos químicos Industriais	-	341	2.027	2.447
Produtos químicos farmacêuticos	-	200	180	142
Resinas	-	555	1.514	720
Sabões	-	266	571	707
Seda	-	663	2.099	2.685
Serração	-	1.013	1.070	1.113
Vidros	-	315	1.352	1.359
Total	-	37.255	82.753	82.328

Fonte: "Parecer sobre as contas gerais do Estado de 1945 e 1946", *Diário das Sessões*, de 12/3/47, p. 808 - (14) e de 4/3/48, p. 288 - (19). Para 1937, António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, 1940, p.150.

11. Considerações finais sobre o período da II Guerra Mundial

A deflagração do conflito em Setembro de 1939, com a invasão nazi da Polónia que marcou a aurora de um período de "sangue, suor e lágrimas", culminando no clímax da morte para milhões de seres humanos, quer na Europa, quer noutras partes do mundo constituiu um paradoxo para a indústria de conservas.

A guerra, o sofrimento e a morte proporcionaram, pela necessidade de suprir a alimentação de civis e, principalmente, os exércitos nos vários campos da batalha, a riqueza da

indústria de conservas de peixe pela enorme valorização que registaram contribuindo para uma enorme acumulação de capital no sector.

O posicionamento de "neutralidade colaborante ou geométrica" definido pelo governo no começo do conflito, permitindo, com alguma dose de cinismo e de duplicidade, a realização de avultados negócios não só de conserva, mas também de outros produtos já mencionados, para os principais beligerantes - Inglaterra e Alemanha - contribuiu poderosamente para aquela acumulação.

Os centros conserveiros algarvios aproveitaram, como aliás, os restantes, esta maré alta de venda de conservas.

Podemos, assim, considerar dois períodos na exportação de conservas:

O período de 1939-1941, foi marcado, inicialmente, por alguma desorientação, algum pânico entre os industriais perante o deflagrar da guerra e, consequentemente, pela instabilidade dos mercados consumidores, evidenciada pela quebra na exportação, de 1939 para 1940, tanto em quantidade, como em valores. Houve dificuldades e demoras de pagamentos, o caso da Itália, por exemplo, assim como algum receio do transporte marítimo da mercadoria em virtude da guerra submarina então desencadeada.

Restringiram-se os mercados, aumentaram os seguros marítimos, cresceram as taxas de exportação para as várias espécies de conservas que, pelo centro de Olhão evoluíram da forma como mostra o quadro seguinte:

Quadro CXC
Valores das taxas de exportação de conservas de peixe pelo centro de Olhão

Unidade: contos						
1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
1.103	1.019	1.626	3.455	2.796	1.376	2.034
						Total
						13.409

Fonte: Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve (1939-1945).

Fizeram-se, também, sentir dificuldades no regime de crédito, nomeadamente o «crédito aberto», imposto pelo IPCP e altamente benéfico para os industriais. Em que consistia? Qualquer banco abria um crédito a favor do industrial, o qual, posteriormente, mediante a apresentação do **“conhecimento de embarque”** que comprovava a exportação de mercadoria, recebia, até no próprio dia do embarque, o respectivo valor²⁹⁸.

Contudo, este "crédito aberto" representava **“um grande encargo para o importador que, [era] obrigado a conseguir dinheiro ou crédito para antecipadamente ter em Portugal a importância da sua compra sem saber quando [vinha] a receber a mercadoria. Dali, a anormalidade perturbadora, o embaraço de momento e o recurso do empréstimo sobre penhor mercantil ou crédito condicionado, por parte dos conserveiros”**²⁹⁹.

Na revista *Conservas*, de 13 de Novembro de 1939, era cortado um comentário pouco abonatório para o I.P.C.P., por não consentir na exportação, antes de verificar se, de facto, o respectivo crédito bancário estava aberto: **“Mas que pobre ideia fazem aqueles senhores do tino comercial dos industriais de conservas! Pensar que haveria alguém tão imprudente que confiasse aos perigos do mar e às vicissitudes da guerra os seus valores sem pagamento antecipado”**³⁰⁰.

Ainda durante o ano de 1940, registou-se alguma animação na exportação de conservas, pelas grandes encomendas da França, após a vinda da missão daquele país, e da Inglaterra.

Em 1941, quer a Inglaterra, quer a Alemanha chegaram a dispender aproximadamente 1.000.000 de libras, semanalmente, na compra de volfrâmio e de conservas de sardinha³⁰¹.

²⁹⁸ cf. Manuel Rodrigues Pereira. Entrevista realizada em Olhão a 11/10/95.

²⁹⁹ Banco de Portugal. *A Situação Econ. na Província*. Olhão, 4º trimestre de 1940, p.26.

³⁰⁰ Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial n° 259, *ANTT/AGMI*, Maio 508.

³⁰¹ cf. W. N. Medicott, *The Economic Blockade*, vol. II, p. 316.

Entretanto, paulatinamente, iam subindo os preços. A conserva de peixe, de qualidade "Bom corrente", ¼ club 30mm ilustrado, galgava alguns escudos: de 102\$90, para 110\$00, de 115\$00 e 120\$00 **"indo sempre num crescente sem limite e sem freio"**³⁰².

Contudo, a grande viragem dar-se-ia, em meados de 1940, com a queda da França. Em cena entram, de facto, em luta aberta pelo mercado das conservas, assim como estava em luta de morte no campo de batalha, ingleses e alemães. Aqueles adquirindo conservas e outros produtos no âmbito da sua política de compras preemptivas, obstando, assim, que o produto fosse cair nas mãos dos seus inimigos, o que nem sempre conseguiram. Consequentemente, **"aberta assim a concorrência entre estes beligerantes, a venda foi facilíma, e, naturalmente, por preços superiores aos que haviam custado"** os stocks que antes existiam em armazém³⁰³.

Esta grande procura de conservas contribuiu para que os industriais ficassem **"mesmo depois de regularizarem os seus passivos, folgados financeiramente,..."**³⁰⁴.

O autor deste estudo, provavelmente J. Agostinho Fernandes, sublinhava, em dado passo, a contribuição das conservas para a alimentação de milhares e milhares de pessoas, ao contrário, e, referia-se, possivelmente, ao volfrâmio, de outros produtos empregues directamente como material de guerra. Os lucros auferidos pelas conservas exportadas não tinham **"o ferrête degradante, dos que se fizeram explorando ou desfalecendo o povo português, ou ainda transaccionando produtos que seriam a proporcionar maiores meios de destruição e de morte"**³⁰⁵.

³⁰² Banco de Portugal. *A Situação Econ. na Província*. Olhão, 3º trimestre de 1939, p.25.

³⁰³ "Panorama da indústria de conservas nos últimos 15 anos", *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 7, doc. 284, 1947, p.3.

³⁰⁴ Idem, p. 3.

³⁰⁵ Idem, p. 3.

Lucros, afirmava com algum exagero, que tinham beneficiado várias camadas sociais, nomeadamente, os pescadores e os operários conserveiros que obtiveram aumentos salariais e regalias, embora, "**perigosas numa indústria de laboração intermitente**"³⁰⁶.

No contexto que então se vivia esquecer-se-á de notar que as conservas, embora tenham suprido algumas deficiências alimentares de milhares de civis, serviram igualmente para alimentar milhares de soldados no campo de batalha, e neste sentido favoreceram o esforço de guerra dos beligerantes.

Quanto aos pretendidos benefícios salariais e outras regalias a seu tempo as analisaremos.

O segundo *período de 1942-1945*, no auge da invasão nazi à URSS, foi pautado pelas acrescidas dificuldades das capturas de peixe, principalmente sardinha, nos mares algarvios, pela falta de transportes e pela escassez de folha de flandres. Esta última matéria-prima foi suprida pela assinatura dos contratos colectivos, como vimos.

Em 1942 e 1943, a Alemanha colocou-se como o principal comprador de conservas de peixe

Apesar daquelas restrições, foi o período de maior prosperidade conhecido pela indústria durante a guerra, em consequência da grande valorização que as conservas conheceram.

Os enormes lucros acumulados estiveram na origem da publicação da lei "lucros extraordinários de guerra" que, embora com as reticências dos industriais, evidencia os benefícios auferidos pela indústria, facto comprovado ainda pela própria evolução da contribuição industrial.

³⁰⁶ Idem, p. 3.

CAPÍTULO XII

O OPERARIADO CONSERVEIRO ALGARVIO

1. A formação da classe operária conserveira

O rápido crescimento da indústria de conservas proporcionado pelas exportações que cedo se iniciaram permitiram a formação de um importante núcleo de operários atraídos pela perspectiva de uma melhoria do seu quotidiano.

De 1890 a 1896, o número de operários a nível nacional cresceu 185%, e, desta última data até 1912 o seu aumento registaria 203%. Nos cinco anos que decorreram até 1917 esse aumento situar-se-ia nos 155%.

Não dispomos para o Algarve, de elementos que contemplem todos os centros algarvios, mas os que dispomos, entre 1890 e 1917, consideramo-los meramente indicativos, evidenciam um crescimento rapidíssimo, da ordem dos 890%.

Os elementos fornecidos no começo do nosso estudo mostram-nos uma estrutura operária constituída por poucas categorias profissionais, mas já dispendo de altas taxas de feminização, absorvidas pelas tarefas menos especializadas do processo de fabrico.

Temos conhecimento, igualmente, da vinda de operários estrangeiros especializados para Portugal, os quais, certamente, em número reduzido, mas que terão desempenhado um papel relevante nos primeiros passos da indústria.

O aparecimento de novos tipos e o refinamento da qualidade da conserva e a paulatina mecanização da indústria contribuirão para o seu enriquecimento em novas categorias profissionais.

De entre estas cedo se destacaram pelo seu impulso combativo e organizativo os soldadores. A sua preponderância era consequência do alto grau de especialização que adquiriram na fabricação das latas de conservas cuja perfeição condicionava largamente a durabilidade do produto e a resistência necessária das embalagens às prolongadas viagens, nomeadamente por mar, para diferentes e longínquos mercados.

Ao invés da maioria das outras categorias profissionais do sector, que sofriam as agruras da sazonalidade do trabalho, os soldadores saboreavam da sua regularidade, amontoando, no inverno, *stocks* de latas vazias para posteriormente serem cheias da saboroso sardinha. Daqui decorria, consequentemente, o seu poder reivindicativo por diversas vezes e durante décadas demonstrado. Nos principais centros do Algarve esta classe constituiu **“um estrato da classe média e uma elite operária...”**¹, cuja qualificação e os altos salários auferidos a transformaram **“numa elite profissional, orgulhosa e distante dos salgadores, dos abridores de peixe, dos lavadores..., tarefas geralmente confiados a mulheres”**².

Muitos soldadores constituirão empresas conserveiras, muitas das quais desaparecerão na voragem das crises, enquanto outras prosperarão tornando os seus proprietários abastados industriais.

Embora não disponhamos de muitos elementos, aqueles fragmentados que existem permitem-nos sublinhar que de entre todas as categorias, os soldadores seriam

¹ Carminda Cvaco, *O Algarve Oriental*, vol. 2, p. 333.

² Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, p. 117.

aqueles que teriam um mais elevado grau de instrução, tendo constituído nos principais centros conserveiros as únicas organizações de classe do sector.

2. As greves operárias da indústria conserveira na Monarquia e na I República

Serão precisamente os soldadores que protagonizarão as principais e combativas manifestações grevistas durante o espaço temporal contemplado pelo nosso estudo.

Entre 1893-1921, despoletaram-se, no Algarve, 196 greves.

As primeiras greves que temos conhecimento na região algarvia eclodirão, em Janeiro 1903, no centro de Lagos, seguindo-se, em Maio, no de Olhão na qual participaram 500 operários, em ambos os centros foram os soldadores os principais protagonistas.

Nas vésperas da implantação da República, em 1908, seriam inquiridas as associações de classe sobre a situação do operariado. No Algarve, apenas, respondeu ao questionário elaborado precisamente a *Associação de Classe dos Soldadores, de Lagos*³, permitindo-nos desenhar uma imagem impressiva das suas condições de vida e de trabalho, as quais não seriam muitos diferentes das vividas nos outros centros. Perante as respostas daquela associação, constatamos que o sector teria ultimamente atravessado alguma inovação tecnológica, embora o processo de fabrico assentasse essencialmente sobre o trabalho de jornal, de empreitada, enquanto que nas oficinas reinava a mais completa ausência de qualquer regulamento. O processo de trabalho

³ "Inquirições pelas Associações de Classe sobre a situação do operariado", in M.V. Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República 1909-1910*, pp. 257-261.

caracterizava-se pelas longas jornadas de laboração, quer de dia, quer de noite, nesta última situação nas épocas de maior abundância de peixe. Normalmente, trabalhava-se 10 a 13 horas, não havendo descanso semanal. Havia estabelecimentos fabris onde trabalhavam menores abaixo de idade legal, a qual fora fixada em 16 anos completos para o sexo feminino e de 21 anos completos para o sexo masculino. Segundo, ainda, a Associação de Soldadores existia um excesso de população operária, recrutada quer na localidade, quer em outras localidades - trabalhadores do campo -, embora também se registassem operários estrangeiros. Oferta de mão-de-obra que se repercutiria, necessariamente, no seu preço. Os soldados ganhavam no máximo 500 réis e no mínimo 400, enquanto a fêria semanal atingiria os 3\$000 réis. Contudo, os géneros alimentícios eram caros, sendo o custo médio de uma família operária de 500 réis diários, pelo que viveriam no limiar da sobrevivência.

Acrescente-se, ainda, que as empresas não construíam casas para os seus operários, poucos, aliás, residiam em moradias próprias, e nas alugadas a renda cifrar-se-ia nos 1\$500 a 2\$00 réis. No sector conserveiro mercê destas péssimas condições de vida a doença mais espalhada era a tuberculose.

Entretanto, em Olhão, no ano da proclamação da República, era fundada a *Associação dos Soldadores de Olhão*, a qual passaria, posteriormente, a *Sindicato dos Soldadores de Olhão*, dissolvida, em 1927, como resultado do 28 de Maio de 1926, conjuntamente com a *Confederação Geral do Trabalho* (2 de Novembro). O movimento anarco-sindicalista gozava, à semelhança, do resto do país, grande influência no movimento operário do Algarve

Entre 1893 e 1921, o Algarve foi palco de 198 greves (Quadro CXCVI), num total de 2.837 greves ocorridas a nível nacional, ou seja, representando 6,9%, colocando-se atrás de Lisboa, Porto, Setúbal e Castelo Branco. Os corticeiros com 54

greves (27,2%), foi a classe que maior número de greves protagonizou, seguindo-se-lhe os conserveiros com 43 (21,7%) e os pescadores com 24 (12%)⁴.

Olhão, Silves e Faro, foram as localidades mais conflituosas⁵(Quadro CXC VII).

Quadro CXC VI

Número de greves no Algarve entre 1893 e 1921

1893	10	1905	4	1914	3
1896	1	1906	3	1915	2
1898	1	1907	2	1916	11
1899	4	1908	8	1917	2
1900	15	1909	8	1918	7
1901	4	1910	10	1919	6
1902	9	1911	19	1920	6
1903	15	1912	8	1921	10
1904	19	1913	11	Total	198

Fonte: J. Tengarrinha, "Os primeiros 50 anos de greves no Algarve (1872-1921), 3º Congresso Sobre o Algarve, vol. I, p. 128.

Quadro CXC VII

Distribuição geográfica das greves no Algarve entre 1893 e 1921

Olhão	Silves	Faro
41	37	32

Fonte: Idem.

Entre 1910 e 1921, no contexto da proclamação da I República, 95 greves no Algarve. Os seus motivos relacionavam-se com salários, horário de trabalho, contra a exportação de cortiça em bruto e contra a introdução de máquinas de soldar. É de destacar as greves de 1910, de Setembro de 1911, de Abril de 1913, de 29 de Julho de 1919, de Fevereiro de 1916 e de 14-30 de Janeiro de 1920.

A greve eclodida, em Setúbal, a 13 de Março de 1911 protagonizada pelos operários conserveiros seria fortemente reprimida provocando a morte de dois trabalhadores⁶.

⁴ J. Tengarrinha, "Os primeiros 50 anos de greves no Algarve (1872-1921), 3º Congresso Sobre o Algarve, vol. I, p. 128.

⁵ J. Tengarrinha, "Os primeiros 50 anos de greves no Algarve (1872-1921), 3º Congresso Sobre o Algarve, vol. I, p. 129.

⁶ cf. Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal (1820-1975)*, 1º vol., p. 206.

A greve de Abril de 1913, em Olhão, teve como motivo **“o esforço empregado pela classe dos soldados na organização do pessoal feminino das fábricas de conservas, em cumprimento da moção empregada na última reunião internacional de soldados”**⁷. Em 1 de Agosto de 1914, eclodira, novamente, em Olhão, uma greve geral das classes marítimas, à qual se associaram os operários da indústria conserveira. Do confronto entre grevistas e forças da ordem resultaria na morte de três trabalhadores e gravemente feridos muitos outros⁸.

Nestes anos de profunda agitação social revolucionária protagonizada pelo movimento anarco-sindicalista, as imprecações contra os armadores e industriais de conservas, soariam como aquelas palavras proferidas pelo representante de Olhão da classe dos marítimos, inserida naquela corrente política: **“Os infames exploradores, e quão nojentos luxuriosos, com todos os seus vícios e canalhices”**⁹.

Greves, frequentemente, contra a carestia de vida, inseridas no movimento grevista mais largo de âmbito nacional, no contexto da intervenção de Portugal na guerra, e no agravamento das condições de vida da população trabalhadora. A de 1920, por exemplo, foi **“acompanhada de assaltos populares aos estabelecimentos comerciais de géneros alimentícios, ...”**¹⁰.

Em finais de 1921, a Associação de Classe dos Operários Soldadores, em manifesto distribuído, em Olhão, reclamava um aumento de 70% nas decimas até 1/4 club e 100% nos 1/4 americanos até 4/4 e 50% do trabalho a jornal de 8 horas¹¹.

Em 9 de Dezembro deste mesmo ano, realizar-se-ia no Cinema Teatro da mesma localidade, **“uma imponente sessão magna de trabalhadores”** para

⁷ *Terra Livre*, de 29/5/1913, in César Oliveira, *Antologia. Imprensa Operária Portuguesa (1837-1936)*, p. 230.

⁸ cf. F. Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa na Origem do Salazarismo*, pp. 190-191.

⁹ *O Agitador*, n.º 10, 1914, cit. in. João Villares, *Olhão e Abílio Gouveia*, p. 23.

¹⁰ Antero Nobre, *Breve Hist. da Vila de Olhão*, p. 158.

¹¹ cf. *O Popular*, n.º 3, de 8/11/21, p. 3.

protestarem contra a obrigatoriedade de uma cédula pessoal e de **“certo projectado movimento reaccionario”**¹².

A greve geral dos pescadores, de 1922, igualmente contra a carestia de vida, foi **“precedida de um grande comício no Sindicato dos Soldadores Olhanenes e acompanhada de novos assaltos aos estabelecimentos comerciais, em especial às padarias, ...”**¹³. Mais greves rebentaram, quer em 1923, quer em 1924, esta última protagonizada por padeiros, soldadores, mestres e capitães dos barcos de pesca, de funcionários dos correios, dos operários da construção civil e aguadeiros¹⁴.

Em Maio de 1923, em Olhão, estavam paralizadas quase todas as fábricas de conservas, sendo consideradas **“de mínima importância as causas para tão prejudicial conflito...”**¹⁵. Em fins de Maio, a greve prosseguia. Num manifesto que fora distribuído à população, os operários em luta explicavam o motivo da greve – que a fonte não explicita –, e repudiavam as condições dos industriais, afirmando que apenas regressariam ao trabalho, desde que lhes dessem **“as regalias que disfrutavam até à data da greve”**, mas que estavam na disposição de **“transigir no aumento pedido para as latas de máquina”**¹⁶. Finalmente, depois de dois meses de greve era anunciada o seu termo, aparentemente com um desfecho pouco satisfatório para os operários, visto que a solução teria sido idêntica ao do início da greve¹⁷.

Estas escassas referências parecem apontar para duas questões estreitamente ligadas: a mecanização de algumas fábricas, nomeadamente, pela introdução de máquinas de soldar, e o preço solicitado pelos soldadores para as latas por elas fechadas que não lhes fosse prejudicial.

¹² cf. *O Popular*, nº 5, de 22/12/21, p. 3.

¹³ Antero Nobre, *Breve Hist. da Vila de Olhão*, p. 159.

¹⁴ Antero Nobre, *Breve Hist. da Vila de Olhão*, p. 159.

¹⁵ “A greve dos soldadores”, *Gazeta de Olhão*, nº 117, 27/5/23, p. 1.

¹⁶ “Ecos”, *Idem*.

¹⁷ “As greves. Terminou a dos soldadores”, *Gazeta de Olhão*, nº 123, 15/7/23, p. 1.

Em Fevereiro de 1925, declararam-se em greve, no Algarve, em solidariedade com os barqueiros, os apanhadores de ameijoas, os pescadores e os carroceiros. Em comício realizado, em Olhão, participaria o representante da Federação da Indústria de Conserva. O artigo “Crónica de Faro”, insurgia-se contra **“as novas feras, que fugidas da Rússia emigraram para Portugal, feras estas que são conhecidas pelo nome de UIE”**. Eram estas **“feras”** que ameaçavam os **“camaradas soldados”** de encerramento das fábricas para breve¹⁸.

Segundo o testemunho presencial do olhanense José Barbosa, **“antes da ditadura, [havia] várias greves e marchas de fome com uma banda de música a tocar marchas fúnebres e bandeiras negras e outras bandeiras seguras nas quatro pontas por homens e mulheres a pedirem esmola”**¹⁹.

Como já variadíssimas vezes salientámos, a esmagadora maioria da força de trabalho na indústria de conservas residia nos braços das mulheres. Era, pois, imprescindível assegurar esta importante população operária que habitualmente recebia os salários mais exíguos. Na perspectiva de uma Comissão, formada pela Associação Industrial de Olhão, em 1928, esta mão-de-obra tinha de ser disciplinada com base num regulamento de trabalho verdadeiramente draconiano para ser cumprido por todas as fábricas. As operárias estavam, assim, praticamente adstritas à sua fábrica não podendo transitar de uma para outra sob pena de suspensão de 30 dias e se faltassem ao trabalho quando soliciatadas seriam punidas com uma suspensão de 2 dias. Não podiam, mesmo quando não houvesse trabalho na fábrica, procurar trabalho em qualquer outra. Era obrigatório o uso do livrete de cadastro, passado por cada

¹⁸ *A Internacional*, Ano II, nº 35, de 7/3/25, cit. in. César Oliveira, *Antologia* ..., p. 344.

¹⁹ José Barbosa, *Visto e Ouvido* ..., p. 128.



industrial. O salário, finalmente, condizia com toda esta situação: 60 centavos/hora, ou seja, 4\$80, por dia útil²⁰.

3. O 1º Congresso dos Operários Conserveiros

Com início em 7 de Dezembro de 1924, e ao longo de três dias, reuniu-se, em Setúbal, o 1º Congresso dos Operários da Indústria Conserveira, com a ausência do sindicato de Matosinhos²¹.

Dividido em seis sessões, o congresso discutiu um amplo conjunto de teses cobrindo vários aspectos da indústria conserveira, algumas das mais pertinentes serão, seguidamente, objecto da nossa particular atenção.

Uma das teses mais acesamente discutida foi aquela que tinha com título, precisamente, «A mecânica na indústria de conservas»²², problemática que retomaremos mais pormenorizadamente adiante.

O congresso, embora aceitando que a máquina era condição de progresso humano, considerava que das **“vantagens materiais imediatas só aproveita o capitalismo que ainda dispõe da riqueza e dos restantes instrumentos de trabalho, em prejuízo dos trabalhadores”**²³.

Incapazes de travar a paulatina introdução da mecanização na indústria conserveira, defendiam que nas máquinas a serem montadas, trabalhassem somente **“operários manuais”**, ou seja, soldadores, opondo-se **“por todos os meios a que**

²⁰ cf. *A Notícia*, nº 88, 20/7/28.

²¹ Cf. *A Batalha*, de 9, 10 e 11/12/24.

²² Cf. *A Batalha*, de 10/12/24, p. 4.

²³ *Idem*.

sejam mulheres ou estranhos à indústria quem substitua os antigos profissionais”²⁴.

Concordavam que a mecanização barateava o produto, tornando-o **“acessível às classes operárias, alargando assim o mercado, e dando maior expansão à indústria”**, mas que não prejudicasse o trabalhador, nomeadamente o soldador. São referidos alguns casos da **“falta de escrúpulos do industrial”** que arranjava vários **“trucs para despedir os soldadores, substituindo-os depois por mulheres e crianças”**²⁵. Em Lagos, por exemplo, a mecanização conduziu ao despedimento de **“grande número de soldadores”**.

Nesta polémica, constata-se alguma divisão entre os congressistas, defendendo uns que a questão fosse resolvida **“harmonicamente entre os trabalhadores e os soldadores”**, enquanto outros afirmavam que os trabalhadores **“são tam profissionais da indústria como os soldadores... A máquina foi uma regalia conquistada pelos trabalhadores que, ao contrario dos soldadores, não quiseram combater a mecânica porque ela era o progresso e êste não se detém”**. Havia ainda quem defendesse que os trabalhadores não deveriam invadir a esfera de actividade dos soldadores. Entretanto, fora admitida uma moção dos delegados dos trabalhadores conserveiros de Setúbal, reconhecendo-se que a máquina pertencia aos operários da indústria de conservas **“e não apenas a qualquer especialidade dos operários da mesma indústria”**. A tese e a moção foram aprovadas pelos congressistas operários.

Tese que não produziu qualquer discussão, visto que **“estava no ânimo do Congresso”**, fora a referente à higiene nas fábricas.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

A tese sobre «Horário de trabalho e mão de obra» teve como principais conclusões: a reivindicação do cumprimento rigoroso da jornada máxima de oito horas de trabalho diário; a abolição do trabalho de empreitada e o estabelecimento do trabalho pago por dia e que todo o trabalho extraordinário fosse pago a dobrar.

O sindicato de Olhão apresentou a tese «Auxílio aos sindicatos locais em greve geral». Nas suas conclusões estipulava-se que a cota por cada associado fosse de 1\$00 semanal, **“excepto na ocasião de movimentos gerais em qualquer localidade, pois será de dois escudos nas localidades onde não houver greve”**.

«Auxílio a greves» foi a tese apresentada pela comissão organizadora do congresso, na qual se considerava insuficiente a institucionalização de um cofre ou caixa de assistência para auxiliar operários em greve, pelo que **“só a acção revolucionária e enérgica, a «grève», a «sabotage» e outros meios de luta directa contra o patronato, devem ser empregues...”**²⁶.

Tanto esta tese, como a apresentada pelo sindicato de Olhão, de conteúdos afins, geraram também alguma acalorada discussão, pelo que tiveram que baixar à Federação para estudo.

Rejeitando, quer a organização dos operários **“sob a égide de partidos de govêrno com fins de conquista do Poder”**, quer **“as imposições centralistas”**, a moção sobre «Relações Internacionais», considerou que apenas o **“Sindicalismo Revolucionário de acção directa, no terreno experimental da luta tem demonstrado vantagens...”**²⁷. Os delegados de Olhão propunham ainda que se repudiassem os **“partidários da Internacional Sindical Vermelha por êstes atacarem os sindicatos revolucionários”**²⁸.

²⁶ Idem, 10/12/24, p. 4.

²⁷ Idem, 11/12/24, p. 1.

²⁸ Idem.

A tese «A mulher e a organização operária» era suficientemente explícita na constatação que as operárias, designadamente as conserveiras, estavam completamente afastadas da vida sindical, pelo que se apelava vivamente que o conselho federal empregasse o seu esforço **“em descobrir e cultivar uma ou mais operárias com dotes de inteligência e oratória, a fim de fazer delas militantes”**²⁹.

Congresso que aprovaria também os Estatutos da Federação Portuguesa dos Operários da Indústria de Conservas, assim como a sua adesão à Confederação Geral do Trabalho e à Associação Internacional dos Trabalhadores³⁰.

4. Contra a introdução das máquinas de soldar

A mecanização da indústria conserveira ter-se-à iniciado cerca de 1894³¹, tendo-se caracterizado por um processo lento, mas que se tornaria imprescindível em termos de concorrência internacional. No princípio de século são montadas pela primeira vez máquinas de soldar, em Sesimbra, e, posteriormente, em Setúbal³². Desde a década de 1890-1900 que os soldadores começaram a contestar a mecanização do processo de produção

A mecanização da indústria, nomeadamente de *cravadeiras* e *soldadeiras* conduzirão os soldadores, nos anos derradeiros do século XIX e ao longo de décadas do século XX, quer no Algarve, quer em outros centros, a desencadearem greves, protestos e representações contra a mecanização do processo de produção³³.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem, 11/12/24, p. 1.

³¹ cf. Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, p. 116.

³² Vasco Pulido Valente, “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3º-4º, p. 650.

³³ cf. Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, p. 85.

Uma das mais importantes e violentas foi aquela que eclodiu, em Outubro de 1908, nas fábricas de Júdice Fialho, em Portimão, prolongaria por 40 dias, nela intervieram centenas de operários e que se alastrou a outros centros, designadamente, a Lagos e a Sines, localidades onde aquele industrial tinha também unidades de produção de conserva, assim como mostrou tendência para atingir Albufeira, V.R.S.A. e mesmo Setúbal. E não será de estranhar o desencadear deste conflito, visto que naquele ano, contabilizavam-se duas ou três fábricas com soldadeiras automáticas, nomeadamente as deste industrial³⁴.

Aquela greve saldara-se-ia por distúrbios e intervenção armada, saldando-se a mesma por vários feridos³⁵ e presos, entre eles os soldadores Luís Perrolas e Jorge Gomes³⁶.

Em solidariedade com os operários de Portimão, e analisando correctamente as implicações do evento, seria publicado, no mesmo mês de Outubro, o *Manifesto da Federação Operária de Lisboa sobre a Greve dos Soldadores de Portimão*³⁷. Este documento que nos informa sobre a própria evolução do sector, afirmava em dado momento que **“a classe dos soldadores tem vindo, pouco a pouco, a ser envolvida pelo emprego das máquinas, quase sem dar por tal facto, envolvimento que tem criado e vai aumentando um sério problema de preço de mão-de-obra na concorrência industrial, problema que há-de afectar a todos e que produzirá uma crise, mais ou menos violenta, para os operários que interessará a classe inteira”**³⁸. Cerca de setecentos trabalhadores, reunindo homens, mulheres e crianças, atravessando grandes dificuldades lutavam **“para que com este sacrificio evitar**

³⁴ cf. Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, p. 117.

³⁵ cf. *O Algarve*, de 25/10/1908, 1/11/1908, 22/11/1908 e 29/11/1908.

³⁶ cf. Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, nota 2, pp. 169-170.

³⁷ *A Voz do Operário*, 29/11/1911, cit. in Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, pp. 221-223.

³⁸ *A Voz do Operário*, 29/11/1911, cit. in Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário...* - IV, pp. 222.

grande desgraça, qual a do aniquilamento da classe dos *soldadores*, que, não havendo regra nem prudência na aplicação das máquinas, pode em breve ficar reduzida a pequeno número de indivíduos, que tenham de ver os restantes, a grande maioria, esmagados por esse progresso nefasto, que traz a máquina para auxílio dos trabalhadores e a deixa roubar pelo *capital* que os explora”³⁹.

Quadro CXC VIII
Greves dos operários conserveiros do Algarve em 1903, 1904 e 1908

Localidade	Fábrica	Profissão	Nº de operários	Exigência dos operários	Datas	
					Começo	Fim
Lagos	Fábrica de conservas de Lagos	Soldadores	500	Aumento de salários; não admissão de mais aprendizes; não admissão à grelhagem de mulheres que não compareçam ao descabeçamento da noite	16/1/903	
Olhão	Fábricas de conservas em Olhão	Todos os empregados das fábricas de conservas	-	Aumento de salário	23/5/903	
Lagos	Fábrica de conservas	Soldadores e trabalhadores	200	Aumento de salário e não admissão de aprendizes	5/1/904	
Lagos	Fábrica de conservas	Soldadores	500	Aumento de salário	23/5/904	
Portimão	Fábrica de conservas de J. A. J. Fialho	Soldadores	300	Não querem soldar as latas rotas das máquinas. Redução das multas.	12/10/908	21/1/909
lagos	Fábrica de conservas de J. A. J. F.	Soldadores (1)	400	Solidariedade	29/10/908	

Fonte: *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 81, 1919, pp. 6-43 e Carlos da Fonseca, *História do Movimento Operário... IV - Greves e agitações operárias*, 1ª parte, pp. 158-162.

(1) Os soldadores de algumas fábricas declararam que não soldavam as latas se os industriais comprassem peixe das armações de Júdice Fialho. Os industriais com receio fecharam as fábricas até terem a certeza de os soldadores soldarem as latas de peixe comprado indistintamente.

O quadro apresentado testemunha o protagonismo da classe dos soldadores e a sua luta, entre outras, contra as máquinas.

Em Dezembro de 1908, o conflito parecia não dar sinais de abrandar. Em Portimão, a fome alastrava “com horrores não só entre a população operária como

³⁹ *A Voz do Operário*, 29/11/1911, cit. in Carlos da Fonseca, *Hist. do Mov. Operário... - IV*, pp. 222.

noutras classe”. Os próprios comerciantes, certamente atingidos pela greve, tentariam, sem resultado, uma missão de conciliação entre as partes em litígio⁴⁰. Em 18 de Dezembro, polícias que se dirigiam à Mexilhoeira, para acompanhar operárias que pretendiam trabalhar **“foram corridas à pedra”**, tendo dois deles ficado seriamente feridos⁴¹.

E não faltaria a solidariedade da associação dos corticeiros de Faro que reclamava contra a prisão de cinco grevistas⁴².

Em finais de Dezembro a greve parecia estar terminada ou em vias disso. Contudo, para que o **“mal”** não alastrasse de novo, mais valia estar prevenido. A demonstração de força era evidente: **“Muita tropa de cavalaria e de infantaria, força policial, uma canhoneira permanentemente ancorada no rio, ... evoluções militares de exercícios frequentes, patrulhas à noite, ... e a par disto, de greve quase se não ouve uma palavra nem consta a menor desordem!”**⁴³.

Quem pagaria esta «manutenção da ordem»? O Governo? Não. O grande industrial conserveiro Júdice Fialho que, num assombro de generosidade, utilizando a política do pau e da cenoura, mas também com boa dose de cinismo e hipocrisia, mandara distribuir pelos grevistas das suas fábricas, no dia de Natal, vários donativos, quer aos operários presos (3.000 réis), cerca de 14, quer aos soldados ou trabalhadores (2.000 réis), quer a cada uma das operárias (1.500 réis), quer, finalmente, aos moços (1.000 réis)⁴⁴. Dias depois, respondendo a uma comissão de grevistas, o governo afirmava que **“já tinha como liquidada esta questão e que**

⁴⁰ *O Algarve*, 6/12/1908.

⁴¹ *O Algarve*, 12/12/1908.

⁴² cf. “Ecos da Semana. Soldadores”, *O Algarve*, 20/12/1908.

⁴³ *O Algarve*, 27/12/1908.

⁴⁴ *O Algarve*, 3/1/1909.

ordenára a colaboração em serviços de estado dos operários que o Sr. Fialho não queria readmittir”⁴⁵.

Pouco mais de dois meses transcorridos surgia a notícia da firma Pinto Bastos & C^a ter remetido, para Portimão, três caixas com máquinas industriais, vindas da Alemanha, no valor de 2.455\$00 réis, e três caixas com ferramentas francesas no valor de 650\$00 réis⁴⁶. Seriam, certamente, as máquinas de soldar, contra as quais os soldadores tinham despoletado a greve.

Em Novembro de 1911, uma comissão das fábricas de conservas do país conferenciaria com o Ministro do Fomento sobre o emprego de máquinas para soldagem de latas⁴⁷.

Dias depois, talvez como forma de pressão, operários soldadores, de Olhão, declaravam-se em greve pelo mesmo motivo, levando à intervenção da polícia e do exército, de Faro⁴⁸.

Em resultado do encontro antes mencionado com o Ministro do Fomento, este nomearia uma comissão mista a fim de solucionar o diferendo entre patrões e operários por causa daquela magna questão, comissão que elaboraria o seguinte relatório que, embora extenso não queremos deixar de transcrever pela sua importância:

“Livre admissão de máquinas. O industrial instalado com máquinas em laboração obriga-se a dar trabalho ao soldador segundo os usos e costumes adoptados, de forma que, em cada um dia de trabalho, prefaca o mínimo de 800 réis, em cheio e vazio. Se durante o prazo de 75 dias o industrial não tiver peixe, fica isento de dar trabalho em vazio. Entra novamente em vigor o prazo de 75

⁴⁵ “Greve de Portimão”, *O Algarve*, 17/1/1909.

⁴⁶ cf. “Machinas industriacs”, *O Algarve*, 21/3/1909.

⁴⁷ cf. *O Algarve*, 19/11/1911.

⁴⁸ cf. *O Algarve*, 26/11/1911.

dias para o efeito de trabalho em vazio quando entrar peixe na fábrica. O valor do trabalho em cheio que exceder 800 réis em cada dia de trabalho é facultado ao fabricante reduzi-lo no vazio. O excesso sobre 800 réis de vazio recerte em favor do soldador, ressaltando-se o período de experiências, durante o qual o regime da fábrica é o antigo regime manual. O operário terá obrigação de auxiliar o trabalho, quer para a formação da jata, quer para a sua preparação. O regulamento em que se assentar, embora com o caracter de permanente, fica sujeito à revisão anual, a que a comissão precederá sempre que lhe seja pedido por representantes de qualquer das classe. Para este fim, a comissão reunir-se-á todos os anos, no mês de Dezembro e em dia que se fixar. Organizar-se-á o cadastro do pessoal soldador que no dia 1 de Novembro estiver trabalhando em fábricas existentes em Portugal, comprometendo-se os industriais a não admitir novos aprendizes, nem pessoal soldador estranho ao cadastro. Que, no caso de qualquer industrial carecer de pessoal, se dirigirá à comissão de cadastro para que esta lhes faculte, depois de ouvir os diferentes industriais. Quando o fabricante precisar de soldadores e a comissão de cadastro lhes não poder fornecer, terá este industrial a faculdade de criar novo pessoal soldador, nas condições actuais, segundo os costumes da localidade e em harmonia com as suas necessidades, sem que, por este facto, esses novos soldadores possam vir a gozar das garantias que o presente acordo der aos actuais”.

Este acordo teve 33 a favor votos e 11 contra⁴⁹.

No essencial - a introdução das máquinas no processo de trabalho -, os operários não viram satisfeitas grande parte das suas reivindicações. Será fácil de crer

⁴⁹ O Algarve, 17/12/1911.

que os patrões, como sempre, conseguiam não cumprir aquilo que prometiam, por pouco que fosse, frequentemente, com o auxílio de subterfúgios. Por isso não será de estranhar que os soldados das fábricas de conservas de peixe de V. R. S. A. e de Olhão, em Maio de 1913, desencadeassem mais uma greve. Uma comissão destes operários deslocar-se-iam, a Lisboa, para solicitar ao governo que nomeasse um árbitro para solucionar o conflito, e para que pusesse em liberdade o operário José Maria Correia e outros **“presos por agitadores”**⁵⁰, o que demonstra a gravidade do conflito e a consequente repressão. O motivo da greve encontrar-se-ia na forma de admitir os soldados e que não teria sido aceite por estes⁵¹. Nos princípios de Junho, porém, a greve estaria já solucionada⁵².

Contudo, os efeitos da mecanização das fábricas de conservas **“quase não se fizeram sentir até aos anos vinte”**, visto que a I Guerra Mundial dificultou **“a importação de máquinas e a notável expansão da indústria dilatar a procura. A situação privilegiada da classe prolongou-se, embora sem perspectivas, até à grande crise, que sofreu como toda a população ligada à pesca e às conservas. A extinção das latoarias nas fábricas médias levou por si só à sua notável redução numérica. Entretanto, as unidades fabris especializadas optaram pela compra de máquinas, junto das quais a actividade dos soldados se limitava ao conserto de embalagens imperfeitas”**⁵³.

Não temos quaisquer elementos que nos possibilitem averiguar qual o grau - se é que houve - de participação do movimento operário conserveiro algarvio no 28 de Maio de 1926. A hipótese que avançamos é de ter sido de expectativa pelos

⁵⁰ *O Algarve*, 18/5/1913.

⁵¹ cf. *Diário de Notícias*, 30/6/13

⁵² *O Algarve*, 18/5/1913.

⁵³ Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental*, p. 333.

acontecimentos, tendo presente a feroz repressão conduzida pelo regime republicano sobre o movimento operário, em geral, e, como analisámos, sobre o algarvio, em particular.

A paulatina mecanização das fábricas de conservas continuava, porém, pelo que a 24 de Abril de 1932, a classe dos soldados de Olhão, apresentava no governo civil de Faro, uma exposição, dirigida ao Ministro do Comércio e Comunicações, segundo a qual a firma Ramirez, Perez, Cumbreira & C^a, de Olhão, procurava obter autorização para a instalação de máquinas destinadas ao fabrico de lata vazia, contrariando o decreto nº 20.984 que proibia a instalação daquelas máquinas **“razão fundamental da grande legião dos sem trabalho”**.

Para aquela Associação, a substituição do trabalho manual pelo mecânico não seria **“necessária porque dela resulte melhoria de ordem técnica, pois o trabalho da máquina não supera, em perfeição, o trabalho manual”**⁵⁴. Mesmo do ponto de vista económico seria contraproducente, pois, como demonstravam, o custo mecânico, tomando como base uma caixa de 100 latas de 1/4 club 30mm, ficava por 32\$00, enquanto o manual seria de, apenas, 26\$92⁵⁵. Reconheciam, porém, vantagens no emprego de máquinas no trabalho de cheio.

Entretanto, em 26 de Maio de 1932, o referido governante autorizava aquela firma a instalar máquinas para o fabrico de lata vazia, **“vindo desta forma agravar a situação de uma classe de operários, que já a braços com a miséria, mais miséria vem aumentar”**.

Para o Governador Civil, tal concessão, revestia-se de alguma gravidade pelo que chamava atenção **“para que razão se dê a quem dela merece”**. Nesta luta os

⁵⁴ *República Social*, nº 541, 28/7/32, p. 3.

⁵⁵ *República Social*, nº 541, 28/7/32, p. 3.

operários olhanenses não estavam isolados, pois tinham a solidariedade dos camaradas de Portimão⁵⁶, os quais, por intermédio da sua Associação, enviaram dois telegramas, um ao Ministro do Interior e outro ao Presidente do Ministério, em apoio daqueles.

A contestação à mecanização das fábricas de conservas, designadamente nas secções de vazio, estender-se-ia, obviamente, aos restantes centros, como por exemplo, em Matosinhos. Previa-se que 120 operários fossem despedidos e, embora, nas máquinas a introduzir se utilizassem operários, estes, paulatinamente, seriam substituídos por mulheres a quem os patrões pagariam um salário muito inferior aos dos homens⁵⁷.

A montagem de uma soldadeira automática na fábrica Figueira & C^a, Lda., de Olhão, foi também fortemente contestada pelos soldadores de Olhão. Máquina que seria **“manejada por um só homem, porque dentro dela serão metidas as tiras saindo as latas já feitas, porque a máquina monta as tiras, dobra, e passa ao topó, soldando as latas”**. O resultado previsível desta mecanização era o aumento da produtividade, levando à dispensa de muitos chefes de família que seriam reduzidos à miséria⁵⁸.

No inquérito conduzido pelo jornal *A Verdade* - “Se fosse possível falar cinco minutos com o Senhor Doutor Oliveira Salazar” - Manuel Paixão, presidente da Assembleia Geral do S.N.O.I.C. do Distrito de Faro – criado em 12 de Abril de 1934, com sede em Faro e secções em Lagos, Portimão e V.R.S.A. -, questionava-o sobre a situação em que ficariam os operários conserveiros se fossem dadas mais autorizações para que fossem montadas mais soldadeiras automáticas e montadoras de tiras. Apela,

⁵⁶ Sobre esta questão ver ANTT/AGMI, maço 464, 1933 e *República Social*, nº 544, 13/8/32, p. 2.

⁵⁷ cf. “Contra a luta de classes. Patrões e operários”, *Diário de Notícias*, 7/8/33, p.1.

⁵⁸ cf. “A máquina”, *O Conserveiro*, nº 2, 15/9/35; “Informação fornecida por um operário da firma Figueira & C^a, Lda.”, *O Conserveiro*, nº 3, 30/9/35; “Que diria o leitor a Salazar, se pudesse falar-lhe durante 5 minutos?”, *A Verdade*, nº 76, 11/5/35, p. 4; “O problema da máquina”, *O Conserveiro*, nº 4, 16/10/35 e “Ingratidão!...”, *O Conserveiro*, nº 5, 16/10/35.

depois, a Salazar, para que **“Se quizesse”** selasse **“tôdas as máquinas que são prejudiciais aos operários conserveiros”**⁵⁹.

Salazar, responderá, afirmando que as queixas dos operários tinham fundamento, que existia deficiência na organização, mas não do sistema corporativo. E, adianta: **“Excluir a máquina, como medida contra o desemprego, eis o que não posso fazer...”**⁶⁰. Reconhecendo, embora, que a máquina era então um problema que não era possível resolver isoladamente, acaba por aceitá-las. Julgariam os operários do Algarve que acabando com as máquinas de fechar latas de conservas **“aumentaria o trabalho, ocupando-se mais braços; mas nós sabemos que o resultado seria a derrota da nossa indústria de conservas em proveito das estrangeiras”**⁶¹.

Salazar, perante a concorrência internacional às conservas nacionais aceitava a mecanização do trabalho, no fundo a própria industrialização.

5. A crise social entre os operários conserveiros do Algarve durante a década de 30

Em páginas anteriores, consideramos que a partir de 1925, a indústria conserveira entrara num período em que foi afectada por uma relativa recessão tendo atingido o seu clímax, em 1933, pelas razões antes aduzidas.

Mas, se a indústria atravessou algumas dificuldades, foi no sector operário, pelas características intrínsecas do sector, que ela mais dramática se tornou, nomeadamente, durante o famigerado defeso.

⁵⁹ *A Verdade*, nº 78, 1/6/35, p. 4.

⁶⁰ *A Verdade*, nº 90, 17/8/35.

⁶¹ *A Verdade*, nº 90, 17/8/35.

5.1. Defeso

Fora a Associação Comercial e Industrial de Olhão, quem no Congresso de Setúbal, de 1927, propusera o defeso de fabricação. Proposta votada por maioria dos delegados, à excepção do representante de Júdice Fialho que já então, como vimos, se manifestara desfavorável a esta medida⁶².

Como já analisámos, também, esta medida, que arrastava a uma relativa inactividade na indústria da pesca, designadamente no Algarve, visto a maior parte das capturas destinarem-se à fabricação de conserva, foi uma das que se tornaria das mais polémicas e aquela com maior impacto social.

A própria Direcção das Pescarias enviava, em 13 de Dezembro de 1932, ao Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, uma extensa informação sobre a crise que atravessava a indústria da pesca e na qual fazia referência à recente constituição do Consórcio e a uma das suas disposições, precisamente o defeso durante quatro meses. Aquela Direcção chamava a atenção para os efeitos desta medida, **“no sentido de se atenuar ou de se impedir a precipitação no desemprego duma grande parte das populações do litoral num período que [estava] longe de coincidir com o de maior actividade dos trabalhos agrícolas, e numa época em que as dificuldades crescentes da vida se [íam] por tóda a parte amontoando”**. Acrescentava, ainda, que a beneficiação de edificios e maquinismos e a fabricação de vazio não ocupariam a maior parte dos trabalhadores conserveiros. A crise de desemprego, porém, podia ser atenuada pela fabricação de conservas com base em produtos agrícolas o que, aliás, já acontecia, mas também pela fabricação de conservas de peixe de outras espécies⁶³.

⁶² cf. “Um problema momentoso. Ponto os pontos nos ii”, *Diário da Manhã*, 29/12/31, p. 3.

⁶³ cf. AOS/CO/MA-1, pasta 5 - “Apresentação de propostas, pelos industriais da pesca da sardinha, para solucionar a crise da pesca da sardinha, 1932-1933”, ANTT.

Para atenuar a falta de trabalho no defeso, o CPCS, distribuía subsídios aos operários afectados, assim com as próprias empresas, o que levou, por vezes, aos seus protestos pelas elevadas contribuições que diziam que lhes eram impostas⁶⁴.

Contudo, do desejo à realidade houve sempre um grande percurso a percorrer. Senão, vejamos.

5.2. A crise de trabalho entre os operários conserveiros

Ao longo dos anos trinta a falta de trabalho entre as classes operárias conserveira e piscatória tornou-se num dos grandes flagelos sociais do Algarve.

Em Portimão, em consequência do defeso, as fábricas ou encerravam, ou reduziam o pessoal, não indo além de três dias de trabalho e os cercos na sua maioria não iam ao mar⁶⁵.

Em meados de 1932, devido à escassez da pesca, algumas fábricas de conservas tinham despedido grande número de trabalhadores, colocando-os, deste modo, em difícil situação. Ora, o rendimento da Alfândega de Portimão, que em Setembro de 1932, tinha cobrado 682.568\$40, permitiria ocorrer aos desempregados de maneira mais substancial o que não acontecera⁶⁶.

Ainda neste centro conserveiro fora constituída uma Comissão de Assistência ao operariado das fábricas de conservas que paralizavam a sua actividade na época do defeso. Aquela Comissão, nomeada pelo Conselho de Administração do CPCS, estava

⁶⁴ cf. *Arquivo Júdice Fialho*, caixa 423, doc. 4.936, de 21/12/35, p. 210; de 3/2/36, p. 599; de 6/2/26, p. 639; de 13/2/36, p. 1936; de 12/3/36, p. 932. Caixa 429, doc. 4.939 e caixa 13, doc. 7.502.

⁶⁵ *República Social*, nº 521, 5/3/32, p. 2.

⁶⁶ cf. *Diário do Algarve*, 21/10/32, p. 3.

trabalhando na elaboração de um inquérito sobre os trabalhos a fornecer aos operários no período referido. Duas coisas, porém, e, contraditoriamente, eram certas: a primeira, que **“nem os dinheiros de que o Consórcio dispõe para esta região, nem a espécie de trabalhos a arranjar, darão para empregar todo o pessoal das fábricas e dos cercos durante o tempo da paralização fabril”**; a segunda, que o defeso apenas beneficiaria os industriais **“que assim terão garantido o consumo das suas existências preparadas durante os oito meses de laboração intensa”**⁶⁷.

De facto, os subsídios entregues aos operários eram exíguos. Que o digam os operários olhanenses que recebiam uns míseros 10\$00, por semana, e, ainda mais os que habitavam na Fuzeta que apenas auferiam 5\$00 e que, para aumentar a sua desgraça, tinham de retirar do seu bolso 4\$00 para pagar o transporte de camioneta a Olhão para os receber⁶⁸.

No centro de Portimão, em Outubro de 1932, contabilizavam-se 900 desempregados, os quais tinham que socorrer-se da **“Sopa dos Pobres”**, para poderem angariar uma refeição⁶⁹.

A necessidade de ajudar os operários conserveiros de Portimão levaria a um entendimento entre o Consórcio, administração do concelho e Associação dos Trabalhadores da Indústria de Conservas, pelo qual seriam distribuídos subsídios às várias categorias de trabalhadores: 25\$00 para os soldadores, 20\$00 para os trabalhadores, 10\$00 para os rapazes, 8\$00 para as mulheres e 4\$00 para as raparigas. Para outros operários o Consórcio arranjava **“trabalho mais de utilidade pública,**

⁶⁷ José Francisco Cabrita, “Pesca e Conservas”, *Diário do Algarve*, 31/12/32, p. 1.

⁶⁸ cf. *Diário do Algarve*, 29/1/33, p. 3.

⁶⁹ *República Social*, nº 555, 29/10/32, p. 2.

por turnos, garantindo o consórcio um subsídio a todos que ficam sem trabalho na dita semana, em paralelo com os dias de trabalho que dão aos outros”⁷⁰.

As condições de vida dos operários eram péssimas, não só no Algarve, como nos restantes centros conserveiros, nomeadamente, em Matosinhos, palco de um conflito com a Comissão de Assistência do Consórcio, precisamente devido à atribuição de subsídios no defeso⁷¹

Segundo o comandante da 5ª Companhia do Batalhão nº 3, da GNR, os operários conserveiros de Olhão, em 3 de Abril de 1933, tinham efectuado **“uma manifestação hostil a um industrial”** que fazia parte da Comissão de Assistência **“pretendendo agredi-lo, não tendo conseguido devido intervenção da Guarda”**. No dia seguinte, pelas dez horas **“tentaram assaltar uma fábrica, tendo sido dispersos”**, pela GNR, **“que teve fazer uso das espadas, não constando tenha havido ferimentos”**. Esperava-se, porém, ainda novas tentativas de assalto, para as quais teriam sido tomadas medidas para suprimir **“quaisquer desacatos”**⁷².

Em 23 de Setembro de 1933, com a aprovação dos diplomas sobre o *Estatuto do Trabalho Nacional* e dos *Sindicatos Nacionais* abria-se uma nova fase do relacionamento do Estado Novo com o operariado, esfumavam-se as associações de classe e decretava-se a abolição da abominável luta de classe.

A crise de trabalho, entretanto, permanecia, designadamente, em Olhão, fustigando violentamente os operários conserveiros, coincidindo, mais uma vez, com o defeso que finalizaria em Abril de 1933⁷³. Numa representação entregue ao governo pela comissão de delegados da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações

⁷⁰ *República Social*, nº 569, 4/2/33, p. 2.

⁷¹ *cf. Revolução*, 25/4/33.

⁷² *ANTT/AGMI*, maço 458, 1933.

⁷³ *ANTT/AGMI*. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 90, de 11 a 17/12/33, maço 460.

Comerciais e Industriais e Comissão delegada do sindicato dos operários da indústria de conservas, da qual foram censuradas longas passagens, fazia-se referência a grave crise que as classes piscatórias e conserveira atravessavam por motivo de defeso e da **“insuficiência da assistência...”**⁷⁴.

À tesoura censória poucos jornais terão escapado quando reportavam a crise de trabalho que ia corroendo o Algarve. De *O Século* foram cortadas notícias não só sobre a apreensão de 600 quilos de material para fabrico de bombas, em Olhão, como sub-títulos que anunciavam a paralização de 34 fábricas de conservas, colocando na miséria milhares de trabalhadores e suas famílias, quer naquela localidade, como em Portimão e V.R.S.A.⁷⁵.

A descoberta daquele material evidencia que o 18 de Janeiro de 1934, não se terá circunscrito, apenas, àqueles bastiões míticos - Marinha Grande, Almada, Silves -, mas que terá tido outras ramificações que não entraram em cena. Aliás, no *Relatório* do Governador Civil referente a Abril de 1935, ao salientar-se a irrelevante actividade comunista, no Algarve, menciona-se a apreensão de **“numerosas bombas”**, em V.R.S.A. e em Castro Marim, associadas ainda ao 18 de Janeiro, enquanto que em relação ao centro de Portimão dizia-se que fora **“também em 1934 trabalhado no sentido de secundar o movimento grevista”**, e, onde foram, igualmente, apreendidas algumas bombas⁷⁶.

Aliás, embora houvesse desemprego, o moral dos operários seria elevado, a acreditar no administrador do concelho de Olhão, Vasco Gillot Marinho, para quem os

⁷⁴ *ANTT/AGMI*. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 91, de 18 a 24/12/33, maço 460.

⁷⁵ *ANTT/AGMI*. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 94, de 8 a 14/1/34, maço 460.

⁷⁶ “Relatório do Governador Civil de Faro de Abril de 1935”, Faro, 13/5/35, *ANTT/AGMI*, maço 476.

operários não se deixavam “arrastar pelas teorias de certos panfletos que, de vez em quando”, pela localidade apareciam clandestinamente⁷⁷.

Se 1933, ano em que a exportação de conservas fora catastrófico, quer pelas medidas tomadas por países importadores, como reflexo de crise mundial, quer pela reduzida quantidade de capturas efectuadas, fora um ano negro para os operários conserveiros, melhor não seria o seguinte.

Resultaria fastidioso mencionar as muitas notícias que surgem, ou nos jornais, ou as que foram objecto da tesoura censória, mas que se preservaram para podermos analisar as grandes dificuldades atravessadas por aqueles operários.

Logo no começo de 1934, em Ferragudo, houvera agitação entre os operários conserveiros, visto o Consórcio não ter distribuído o magro subsídio do defeso⁷⁸.

Mas como um mal não vinha só, à ineficácia da assistência somava-se, ainda, por vezes, a falta de capturas⁷⁹.

A falta de subsídios salpicava toda a região, atingindo, não só Olhão e Portimão, como também o pequeníssimo centro de Armação de Pêra⁸⁰.

A crise que afectava Portimão, em diferentes actividades, levaria uma numerisíssima comissão a encontrar-se com o Ministro das Obras Públicas, o fogaço algarvio Duarte Pacheco, que responderia às várias representações apresentadas. Sobre a indústria conserveira de Portimão, considerou-a “**acidental**”, visto atingir essencialmente os pescadores e os operários conserveiros, pelo que a sua solução só

⁷⁷ “A crise em Olhão”, *Diário de Notícias*, 6/2/34, p. 9.

⁷⁸ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 95, de 15 a 21/1/34, maço 460. Corte efectuado a *O Século*, de 17/1/34.

⁷⁹ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 96, de 22 a 28/1/34, maço 462. Corte efectuado no *DN*, de 22/1/34.

⁸⁰ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 97, de 29/1 a 4/2/34, maço 467. Corte efectuado no *DN*, de 31/1/34.

indirectamente lhe diria respeito, mas que cuidaria dela **“com o mais vivo interesse e carinho”**⁸¹.

Considerava-se, em Olhão, que a criação das nossas já conhecidas zonas de protecção do atum, o mau ano de pesca e o defeso eram os factores determinantes da crise que atravessava. A pobreza que irradiava tenebrosamente na localidade, seria atenuada por meio da distribuição de **“centenas de latas de conserva”** que o administrador do concelho, Vasco Marinho, solicitava a alguns industriais, e pela organização de alguns espectáculos cinematográficos⁸².

Defeso, desemprego e falta de assistência, eis uma mistura explosiva que, mesmo em qualquer Estado que proclamava propagandisticamente a colaboração entre patrões e operários, tinha de eclodir.

Em Fevereiro de 1934, a demora no estabelecimento de um subsídio atribuído pelo Consórcio provocaria um gravíssimo conflito, em Setúbal, entre os operários conserveiros, os quais, amotinados por **“alguns agitadores”**, **“tumultuosamente”**, tentaram invadir a Delegação do Consórcio⁸³. A força pública interviu, os **“amotinados”** atacaram-na **“violentamente à pedrada”** de que resultou alguns guardas feridos. Cresceu o aparato policial que fez descargas para o ar **“que não modificaram a atitude agressiva dos díscolos, vende-se, então, obrigada a defender-se energicamente”**. Tão energicamente se defendeu que causou um morto e cinco feridos⁸⁴.

Agitação que alcançou também Peniche e Matosinhos. Neste centro, que vinha protagonizando desde há muito uma luta contra diversas medidas - às quais voltaremos

⁸¹ “A crise de trabalho em Portimão”, *Diário de Notícias*, 30/1/34, p. 4.

⁸² “A crise de trabalho em Olhão”, *Diário de Notícias*, 6/3/34, p. 9.

⁸³ cf. “Alteração da ordem em Setúbal”, *Diário de Notícias*, 18/2/34. Nota oficiosa.

⁸⁴ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Lisboa. Zona Sul. Boletim nº 98, de 5 a 18/2/34, maço 467.

-, mas a quem se mostrava como exemplo de ordem e apego aos ideais corporativistas⁸⁵, os operários conserveiros, em reunião recente, teriam afirmado que não deveriam ter aceite o subsídio de 10\$00 e 5\$00 semanais, **“visto quererem trabalhar e não escolas, não chegando aquele para sustentar a família, e que, dando-lhes o Snr. Dr. Oliveira Salazar a educação também lhes devia dar o pão...”**⁸⁶.

Crise que vinha acompanhada de outras chagas sociais. Em Olhão, eram frequentes os assaltos a propriedades e a prática de roubos⁸⁷.

O defeso de 1934 seria para esquecer. Operários e operárias trabalhavam dois dias por semana. Contudo, os mais **“humilhados”** teriam sido os soldadores que deveriam de trabalhar dois dias por semana, fazendo 500 latas/dia, mas como apenas entrara em vigor aquela modalidade três semanas depois do iniciado o defeso, tinham agora de trabalhar as primeiras semanas três dias, porque tinham já recebido o dinheiro das semanas anteriores. O pagamento aos soldadores deveria ir até à penúltima semana de Abril, mas assim não sucedera. A razão, segundo o correspondente, de Olhão, também soldador, encontrava-se nas reparações que os industriais diziam que tinham de proceder nas oficinas, pelo que as latas, somente, começaram a ser fabricadas, no princípio de Abril. **“Como é que seria possível aos soldadores com uma alimentação insuficiente, derivado ao pouco salário auferido, terem energia para trabalharem durante três semanas no tão falado à vontade para nêsse período fazerem as latas dos 4 meses?”**⁸⁸. Como não era humanamente possível, pelo menos, um operário, exausto, fora obrigado a recolher à cama devido ao violento esforço

⁸⁵ cf. Armando Boaventura, “Inquérito oportuno. Patrões e operários no trabalho nacional”, *Diário de Notícias*, 28/8/33, p. 2.

⁸⁶ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 98, de 5 a 18/2/34, maço 467. Ver ainda o Boletim nº 99, de 19/2 a 4/3/34, maço 467.

⁸⁷ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Liosboa. Zona Sul. Boletim nº 122, de 6 a 12/8/34, maço 467 e Boletim nº 134, de 3 a 9/9/34, maço 466. Cortes efectuados em *O Século*, de 7/8/34 e 8/9/34, respectivamente.

⁸⁸ “Desde Olhão”, *O Conserveiro*, nº 7, 30/11/35, p. 2.

realizado. Consequentemente, **“como até ao fim do défeso não fizessem os soldados as latas começaram a descontá-las no período da safra, ...”**⁸⁹.

E nos anos posteriores terá melhorado o panorama? A acreditar na azáfama do censor e em algumas missivas e relatórios do governador civil de Faro as dificuldades mantinham-se.

Em 7 de Maio de 1935, o comandante-geral da GNR, informava o Ministro do Interior, do reforço do posto de Olhão com quatro praças de cavalaria, por se recear a **“alteração da ordem pública”**, por não ter sido pago atempadamente, por falta de verba, o subsídio que era concedido aos operários conserveiros no defeso⁹⁰.

Francisco Supico Pinto, governador civil de Setúbal, em carta, datada de 17 de Dezembro de 1935, ao Ministro do Interior, depois de fazer lembrar os incidentes de Fevereiro de 1934 e o agravamento da situação por **“ter sido necessário reduzir a modalidade semanal do subsídio, alterando-se o que tinha ficado combinado com o pessoal”**, factos **“resultantes apenas da falta de cuidado e atenção com o problema”** fora estudado por quem competia resolvê-lo, solicitava a resolução do assunto para que não houvesse alteração da ordem novamente⁹¹.

No jornal setubalense *O Conserveiro*, em Novembro de 1935, fazia-se um balanço negativo da acção do Consórcio e do defeso por ele instituído. Constatava-se que raro tinha sido a ano que não surgiram **“precalços , dissbores e cancelas infrutíferas, originados, na maioria dos casos, à imprevidência e à funesta tendência de se relegar para o momento periclitante a solução, à la minute, de tão**

⁸⁹ “Desde Olhão”, *O Conserveiro*, nº 7, 30/11/35, p. 2.

⁹⁰ cf. ANTT/AGMI, maço 467.

⁹¹ cf. ANTT/AGMI, maço 481.

importante como complexo problema de se prestar a assistência” aos operários conserveiros⁹².

Também V.R.S.A., como, aliás, já vimos anteriormente, não ficava imune aos protestos contra o não pagamento do subsídio. Pelo sim, pelo não, era aconselhável reforçar - mais uma vez - o posto da GNR, respectivo⁹³.

Em *O Século*, de 7 de Janeiro de 1936, era totalmnete censurada, uma notícia, igualmente daquele último centro, na qual se referia à crise de trabalho pelo despedimento de todos os operários das fábricas, nomeadamente a empresa Parodi que empregaria mais de 1.000 pessoas⁹⁴.

Aos operários dos concelhos de Olhão e Portimão da indústria de conservas, não contemplados pela assistência do Consórcio, fora atribuído, pelo Comissariado do Desemprego, um subsídio de 20 contos para alimentação de 1.079 operários⁹⁵.

Mas o que eram uns míseros 20 contos nos dias lancinantes que então corriam? Nada. Esfumaram-se rapidamente. Então, que viessem mais, visto que à fome, vieram dar as mãos os temporais e as inundações que afectaram a agricultura⁹⁶.

No defeso do ano seguinte, para obviar aos encargos exigidos pelo contrato colectivo de trabalho e para proporcionar ao pessoal auxiliar alguma melhoria da sua situação, fora autorizada a fabricação de conservas durante os quatro meses do defeso, pelo que se optou pelo nome colectivo de *Gremium*. Conserva que, depois de algumas dificuldades iniciais, passou a ter uma venda interessante⁹⁷. O fabrico desta conserva beneficiava, quer os operários auxiliares, que pelo seu trabalho auferiam um desejado

⁹² “O defeso”, *O Conserveiro*, n.º 6, 15/11/35, p. 1.

⁹³ Telegrama do comandante da 5.ª Companhia do Batalhão n.º 3, da GNR, *ANTT/AGMI*, Lisboa, 27/1/36, maço 480.

⁹⁴ *ANTT/AGMI*. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial n.º 5, Lisboa, 7/1/36, maço 482.

⁹⁵ cf. “Carta do Governador Civil de Faro ao Ministro do Interior”, *Faro*, 21/2/36, *ANTT/AGMI*, maço 482 e *O Algarve*, de 16/2/36.

⁹⁶ cf. “Carta do Governador Civil de Faro ao Ministro do Interior”, *Faro*, 21/2/36, *ANTT/AGMI*, maço 482 e *O Algarve*, de 16/2/36.

⁹⁷ cf. *Relatório do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve de 1937*, fl. 6.

salário, quer os próprios pescadores que, assim, podiam manter a sua actividade durante um período normalmente muito difícil, quer, em suma, movimentando o comércio e a actividade económica de Olhão.

O Grémio, por sua vez, mostrava-se completamente contrário à ideia defendida por alguns industriais de redução, para dois meses do defeso, visto que tal encurtamento **“longe de trazer à indústria quaesquer vantagens, traraia sérios embaraços, já pelas fabricações de qualidade menos perfeita que se faziam com peixe de transição, já porque nada”** justificava então um acréscimo de produção em conjuntura de retracção dos mercados⁹⁸.

A criação da marca *Gremium* implicava, por consequência, a ausência de subsídios aos operários, durante o defeso, uma vez que o trabalho fornecido compensaria o equivalente a 10\$00 semanais, habitualmente auferidos naqueles períodos de paragem da laboração.

A falta de pesca, no final do Inverno, tornara impossível, segundo os industriais, continuar a manter o dispêndio em abonos ao pessoal auxiliar, pelo que os centros de Olhão e V.R.S.A., para além da verba recebida para subsídios, foram obrigados a distribuir a título de **“Festas”**, 10\$00 a cada operário, pelo Natal, assim como, **“conservas e outros generos”** e alguns industriais tiveram que contribuir com dinheiro⁹⁹.

Nos anos seguintes, embora as informações se tornassem mais escassas sobre este magno problema social, até porque acontecimentos políticos de âmbito mundial assoberbavam as páginas dos jornais, ele continuou a ser causa nuclear do desemprego conserveiro.

⁹⁸ cf. Relatório do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve de 1937, fl. 7.

⁹⁹ cf. Relatório do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve de 1937, fls. 16 e 17.

No *Diário de Notícias*, de 2 de Novembro de 1939, já em plena guerra mundial, “**por inconveniente em vir a público**”, era cortada a notícia sobre o receio das autoridades de milhares de pescadores e operários conserveiros ficarem sem trabalho no defeso que se aproximava, visto não haver em perspectiva a abertura de trabalhos públicos para os empregar elevado número de trabalhadores¹⁰⁰.

Obviamente, que sendo uma indústria dependente de uma matéria-prima de características específicas e épocas próprias - a sardinha -, a escassez deste era sinónimo de desemprego que se agravava no inverno

O desemprego ou se quisermos o emprego era, assim, de carácter essencialmente sazonal¹⁰¹.

Mesmo durante a II Guerra Mundial, época de grande escassez de capturas no Algarve, o defeso continuou a ser sinónimo de falta de trabalho, nomeadamente para os operários auxiliares. Facto que levaria o Grémio de Sotavento a conceder subsídios de inverno aos operários das fábricas de molhos nos meses de Março e Abril durante as semanas que não trabalhassem¹⁰²

5.3. A emigração dos operários conserveiros

Eram frequentes nos jornais da época notícias sobre a saída de trabalhadores algarvios para Espanha e para Marrocos, em consequência da falta de trabalho que

¹⁰⁰ cf. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial nº 259, de 2/11/39, *ANTT/AGMI*, maio 508.

¹⁰¹ cf. Banco de Portugal. *Situação Económica na Província*, 1939-1945.

¹⁰² cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, nº 3, acta n. 271, de 6/3/42, fl. 32.

assolava a mais meridional província do país, fenómeno que era desde há muito corrente.

Em Agosto de 1937, com a concordância da PVDE, era permitida a saída de cerca de 1.00 trabalhadores para a região de Cartaya, província de Huelva, para trabalharem na colheita de figo em **“zona de Espanha nacionalista”**, como era evidente. A medida seria, posteriormente, cancelada, por terem atravessado a fronteira, legal e clandestinamente, maior número de trabalhadores do que os necessários para aquela colheita¹⁰³.

Embora não fosse durante a tormentosa época do defeso é de presumir, até pelo elevado número de trabalhadores que desejavam dar o «salto» que muitos deles fossem operários das conservas.

Mas a dúvida dissipa-se, poucos meses depois.

Em carta de 12 de Maio de 1938, o Ministério do Comércio e Indústria, por comunicação do IPCP, informava o Ministro do Interior que existia no Algarve um indivíduo de nome João Zuniga, estabelecido em Marrocos, que naquela província procurava contactar operários para irem trabalharem em Marrocos nas fábricas de conservas de sardinha. Segundo o Ministério do Comércio e Indústria, e certamente com alguma razão, o **“recrutamento de pessoal português para as fábricas de Marrocos [era] um dos mais valiosos elementos da grande concorrência que à nossa indústria de conservas [estavam] fazendo as fábricas”** daquele protectorado francês. O Ministério pedia para que fossem tomadas providências para obstar a tal saída. Em 25 de Maio, INTP, exara um despacho no qual afirmava que não tinha

¹⁰³ “Saída de trabalhadores portugueses para Espanha, 19/8/37”, *ANTT/AGMI*, maço 486.

competência para proibir ou dificultar a saída de operários do país e que tal proibição, apenas o Ministério do Interior poderia ordenar.

Finalmente, em 4 de Junho, o assunto ficaria arrumado quando a PVDE comunica ao chefe de gabinete do Ministério do Interior que tinham sido **“dadas rigorosas instruções aos postos de fronteira proibindo a saída de pessoal feminino e masculino para Marrocos”**¹⁰⁴.

5.4. Os “bairros operários” conserveiros: “cavernas para abrigo de animais inferiores”

A indústria de conservas evidenciou, como já verificámos, uma rápida expansão desde o aparecimento das suas primeiras fábricas.

Como não podia deixar de acontecer, o atractivo da cidade e de eventualmente melhores salários e condições de vida conduziu muitas centenas de trabalhadores e suas famílias a abandonarem a vida agrícola e outras artes e ofícios em crise para nela se fixarem. Consequentemente, surgiria, então, problemas relacionados com a habitação e com a higiene.

Inicialmente, seriam os próprios industriais, ou pelos menos alguns deles, os de maior peso económico, que construíram «bairros operários» que normalmente eram baptizados com o seu nome¹⁰⁵.

A promiscuidade era a regra. Nas pequenas habitações com quatro compartimentos, com **“solo de tufo ou ladrilho, tecto de telha-vão”**, albergavam-se, normalmente, quatro famílias em regra numerosas. No mesmo compartimento

¹⁰⁴ “Acerca da saída de pessoal feminino para Marrocos, a fim de ali trabalhar nas indústrias de conservas de peixe”, *ANTT/AGMI*, maço 495, 18/5/38

¹⁰⁵ cf. Tião, “Carta do Algarve”, Portimão, Junho 1935, *O Trabalhador*, nº 30, 15/7/35, p. 2.

dormiam **“pais e filhos em tôdas as idades, quando não na mesma cama, ou em enxergas deitadas sobre o solo frio e apertado”**¹⁰⁶. E, Manuel Paixão - presidente do Sindicato Nacional dos Operários de Conservas de Peixe do Distrito de Faro -, informava Salazar que os operários conserveiros **“na sua quase totalidade moram em barracas de folha velha e pôdre onde não entra o sol”**¹⁰⁷. Habitações com **“o aspecto de cavernas para abrigo de animais inferiores”, “pobríssima” e “insalubre”**¹⁰⁸.

As péssimas condições de habitabilidade dos operários contrastavam fortemente com **“a maneira principesca”** como viviam os seus patrões¹⁰⁹.

Ao longo dos anos esta situação confrangedora não terá sofrido uma modificação sensível.

O papel que na ideologia salazarista era conferida à família como célula primordial dos valores morais da Nação, o carácter corporativo do Estado vinculado à colaboração entre patrões e operários, a doutrina social da Igreja perfilhada pelo regime, desigadamente o seu chefe - Salazar -, a própria luta operária, foram factores que contribuíram para a implementação de uma obra social que, para além do seu aspecto propagandístico, teve algum impacto. Era, também, uma forma de subtrair os operários às influências «dissolventes» das «organizações subversivas».

Salazar era suficientemente explícito sobre os objectivos ideológicos da casa económica, a qual permitiria ao operário tornar-se **“seu proprietário dentro de um certo prazo. E só isto significa uma autêntica revolução na mentalidade dos trabalhadores. O sentimento da propriedade é uma força preciosa de**

¹⁰⁶ cf. Tito, “Carta do Algarve”, Portimão, Junho 1935, *O Trabalhador*, nº 30, 15/7/35, p. 2.

¹⁰⁷ *A Verdade*, nº 78, 1/6/35, p. 4.

¹⁰⁸ *A Indústria*, nº 598, 17/1/36, p. 1.

¹⁰⁹ cf. Tito, “Carta do Algarve”, Portimão, Junho 1935, *O Trabalhador*, nº 30, 15/7/35, p. 2.

conservação social e a psicologia do trabalhador que se tornou proprietário deixou de ser, necessariamente, a do proletário desenraizado a apto para se tornar a preza fácil de todos os fomentadores da desordem social”¹¹⁰.

Inseriu-se nesta obra a construção dos bairros operários de Portimão e de Olhão, essencialmente, destinados aos operários conserveiros.

Quando do encontro de uma «grande comissão», de Portimão, com o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, o grande industrial conserveiro Caetano Feu Marchena, referiu-se à necessidade de um bairro operário que, embora estivessem começadas 24 casas, a crise de então obrigara a suspender¹¹¹.

E, de facto, com pompa e circunstância, como era habitual, seria inaugurado a 7 de Junho de 1936, por Duarte Pacheco e outros membros do governo, o bairro operário de Portimão. Fácil é de acertar na denominação que lhe foi dada: “Bairro Salazar”.

Bairro que tivera a comparticipação do CPCP e do Fundo de Desemprego¹¹².

Foi motivo mais do que suficiente para o encerramento das fábricas, de maneira a que os operários comparecessem à recepção dos membros do governo e para se incorporarem no cortejo que do Largo do Município se dirigiu para o novel bairro¹¹³.

Matava-se a fome neste dia! Aliás, o jornal *O Algarve*, relatava que fora distribuído nas fábricas de conservas, um “bodo” a 2.360 operários, oferecido pelo Consórcio¹¹⁴.

Para comemorar tão grande acontecimento o Grémio solicitava, ainda, que na ocasião da chegada dos ministros e no momento da inauguração, todas as fábricas

¹¹⁰ Salazar, *O Ressurgimento Português. A Reorganização Financeira. A Reorganização Económica. A Reforma Social. A Renovação Política*, U.N., Lisboa, 1940, p. 45.

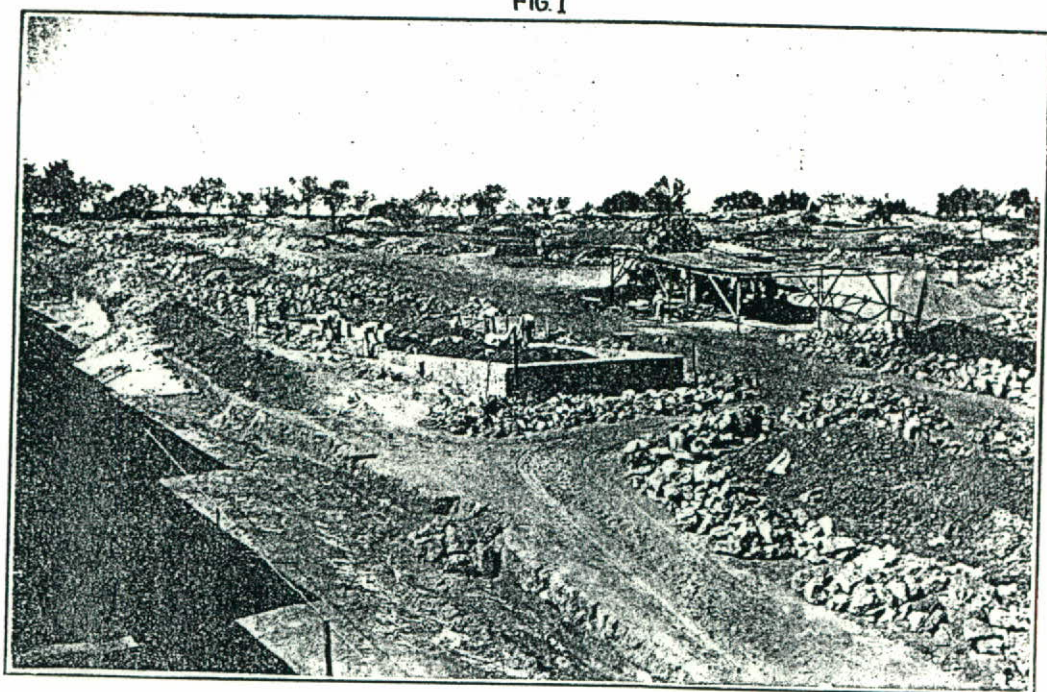
¹¹¹ “A crise de trabalho em Portimão”, *Diário de Notícias*, 30/1/34, p. 4.

¹¹² cf. *Comércio de Portimão*, nº 512 e 513, de 7/6/36 e 14/6/36, p. 1.

¹¹³ *Arquivo Júdice Fialho*, caixa 432, doc. 5.967.

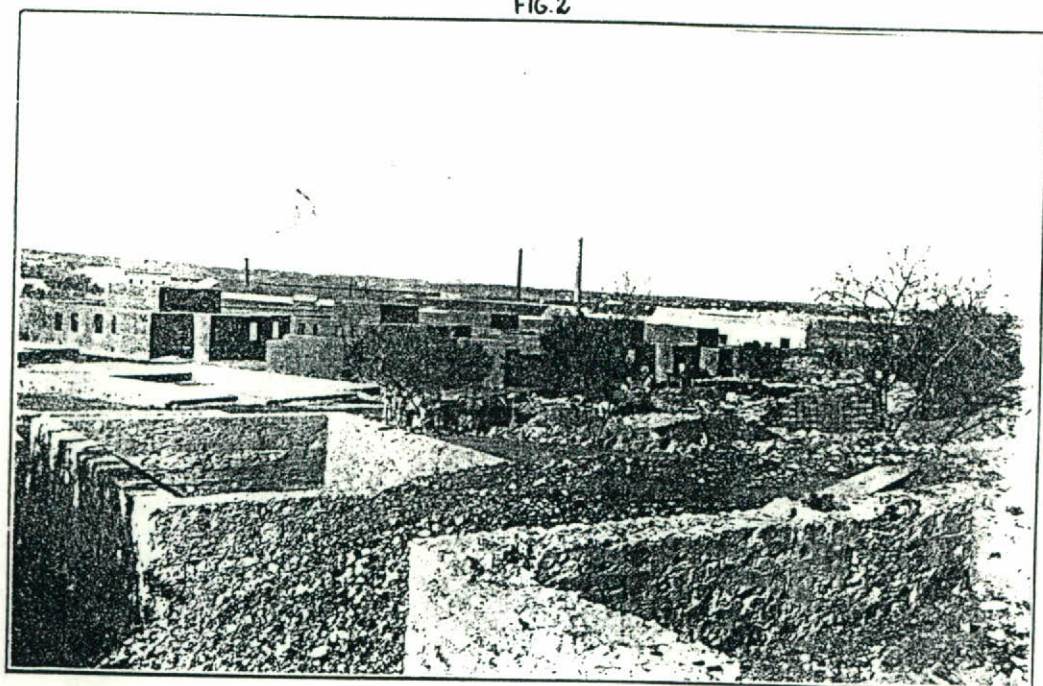
¹¹⁴ *O Algarve*, 14/6/36.

FIG.1



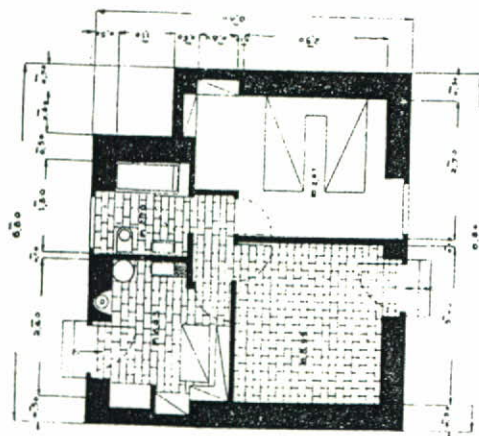
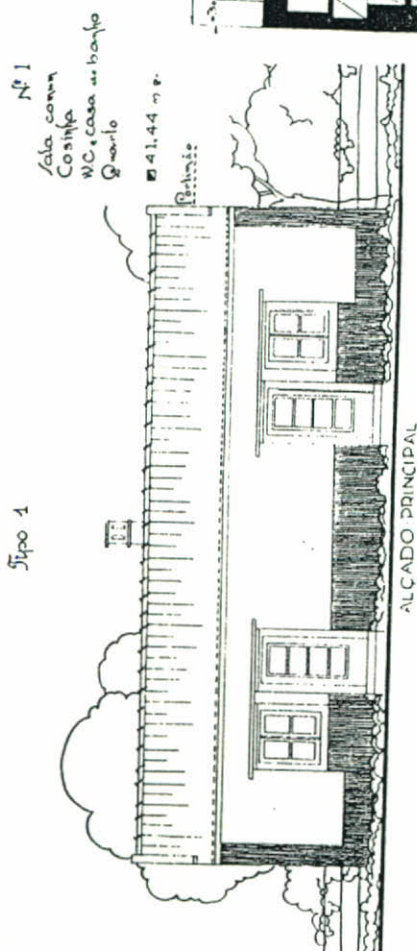
PORTIMÃO — Primeiros trabalhos na entrada do novo Bairro Operário

FIG.2



PORTIMÃO — Trabalhos realizados na parte central do Bairro Operário

tipo 1



Nº 2

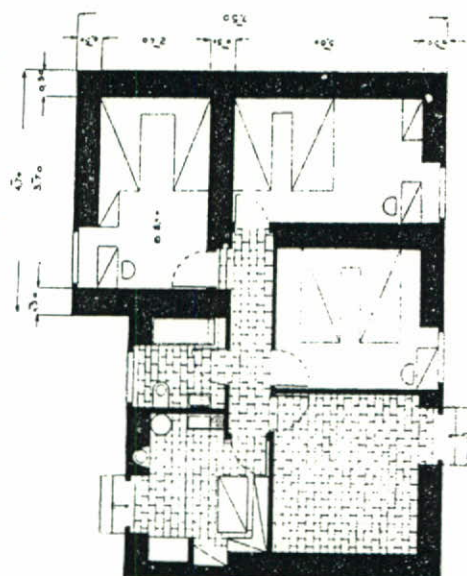
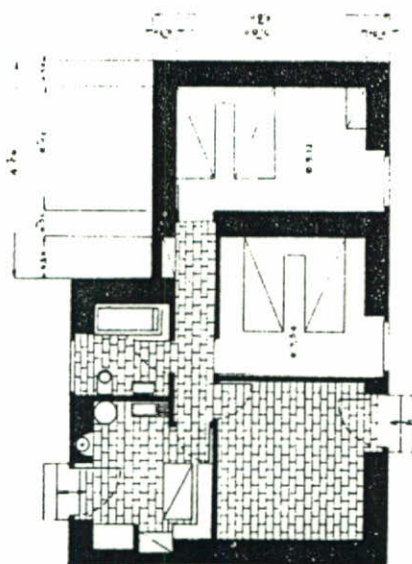
Ampliação
para 2 quartos

55,36 m²

Nº 3

Ampliação
para 3 quartos

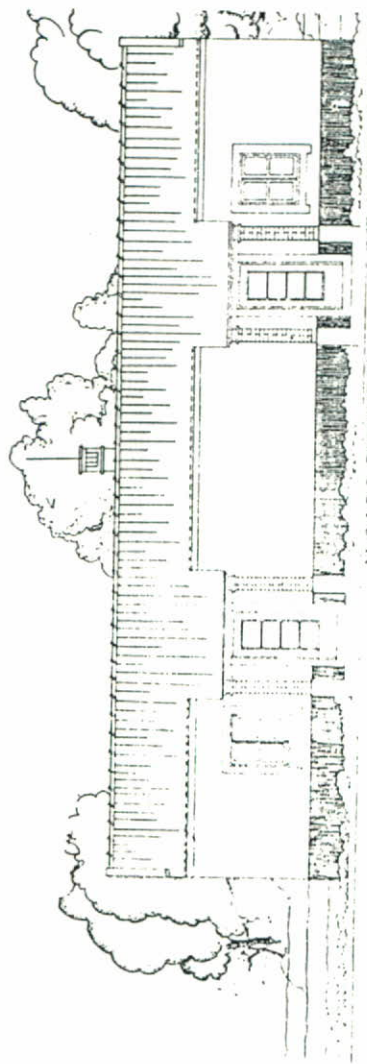
67,25 m²



Portimão - Bairro Operário - Alçado e plantas das casas do tipo n.º 1, destinadas a casais sem filhos.
Ampliações previstas para 2 e 3 quartos

FIG. 3

Tipo Nº 2



ALÇADO PRINCIPAL

Nº 2

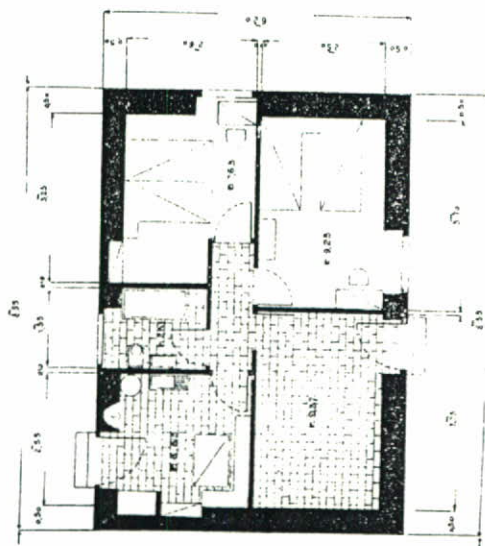
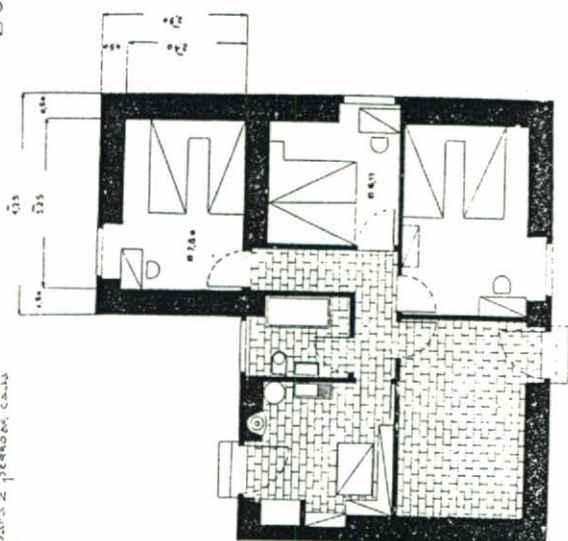
Sala comum
Cozinha
WC e casa de banho
2 Quartos para 2 pessoas cada
Quintala

R 53.01

Nº 3

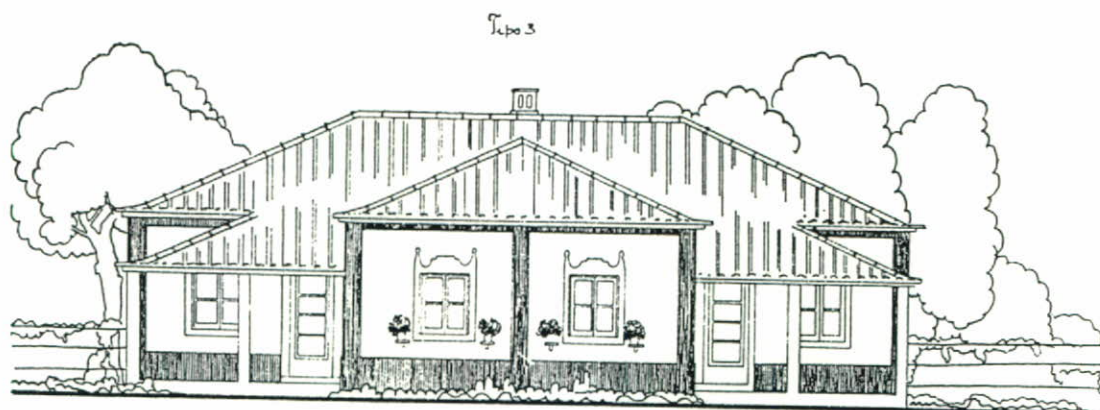
Ampliação
5 Quartos para 2 pessoas cada

R 65.33



Portugal - Bairro Operário - Alçado das casas do tipo nº 2, destinadas a casais com filhos de um só sexo, e plantas das mesmas casas com indicação das ampliações previstas

FIG. 4

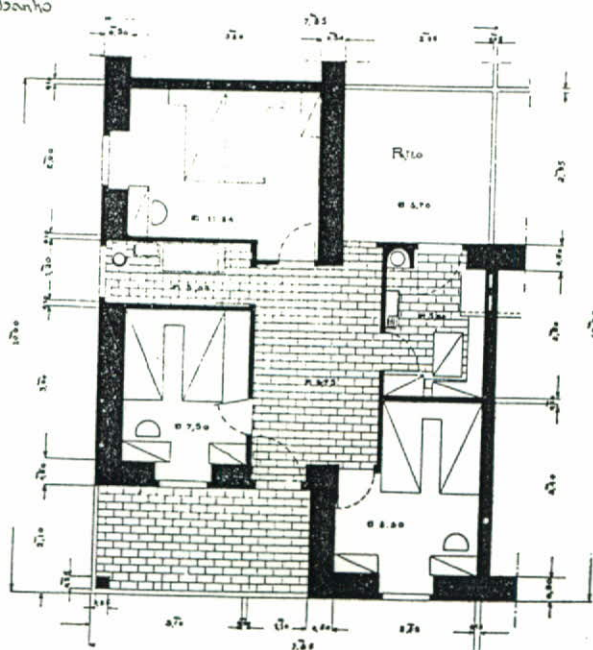


Nº 3
Sala comum
Cozinha
Quarto e banheiro
3 quartos
Portimão.

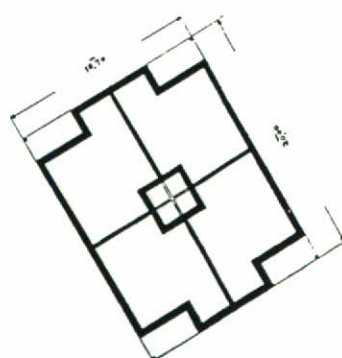
PLANTA

78,50 m

314,00 m



PLANTA DO CONJUNTO



PORTIMÃO — Bairro Operário — Alçado e planta das casas do tipo n.º 3, destinadas a casais com filhos de sexo diferente

FIG. 5

apitassem, dois e três minutos, respectivamente¹¹⁵. Quando da inauguração estabeleceu-se o costume de oferecer uma casa em cada bairro, ao operário com melhores serviços, mais velho na idade e antigo na profissão e, como não podia deixar de ser, o mais “disciplinado”¹¹⁶.

No Relatório do governador civil de Faro de Fevereiro de 1937, fazia-se, porém, alusão, embora não se concretizando, a problemas surgidos nestes bairros¹¹⁷.

Também Olhão, terá o seu Bairro de Casa Económicas, de 66 moradias, inaugurado em 1938.

As moradias eram classificadas por classes e tipos, estes, consoante fossem destinados a casais sem filhos, com filhos de um único sexo e com filhos de sexos diferentes, estabelecendo-se igualmente as respectivas rendas. Nas prestações mensais - em Portimão, classe A, tipo 3º (65\$00); tipo 2º (55\$00) e tipo 1º (40\$00), em Olhão, tipo 2º (35\$00) e tipo 3º (45\$00) - estavam incluídas amortizações e prémios de seguro de vida, invalidez, desemprego e fogo¹¹⁸.

Foram essencialmente os operários soldadores que usufruíam desta obra social estadonovense que em todos os mínimos pormenores mostrava o carácter fortemente regulador e normativo, e, diríamos, mesmo, totalitário¹¹⁹. Contudo, o seu número representou uma gota de água no oceano dos milhares de operários conserveiros do Algarve. Para além do seu carácter político-ideológico eles serviram para assegurar principalmente nos principais centros uma força de trabalho barata. Os relatórios dos

¹¹⁵ *O Algarve*, 14/6/36.

¹¹⁶ cf. *O Algarve*, 14/6/36 e *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*.

¹¹⁷ cf. “Relatório do Gov. Civil de Faro”, relativo a Fevereiro de 1937, Faro, 12/3/37, p. VI, *ANTT/AGMI*, maço 491.

¹¹⁸ *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 7, de 27/2/37, p. 198, nº 8, de 15/3/37, p. 223, nº 9, de 31/3/37, p. 246, nº 23 e 34, de 15 e 31/12/38, p. 942.

¹¹⁹ *BINTP*, nº 7, de 27/2/37, p. 198 - nº 15, de *O Conserveiro*, nº 26, 1/10/36.

governadores civis de Algarve davam, frequentemente, conta da incapacidade de resposta dos bairros económicos às deficientes condições de vida do operariado¹²⁰.

5.5. Os operários conserveiros e as obras públicas

Fora dos tempos de laboração mais intensa - quando do defeso, quando havia escassez de peixe, quando a laboração afrouxava - como sobreviviam os trabalhadores conserveiros? Com os escassos e frequentes faltosos subsídios do Consórcio, depois IPCP. Pelos subsídios, também frequentes, do Comissariado do Desemprego, para os sem trabalho, normalmente empregues na distribuição de refeições¹²¹.

O estabelecimento de alguns dias de trabalho, por semana, no defeso, em benefício dos edificios e manutenção das máquinas e para os soldadores na produção de vazio, eram outras modalidades utilizadas para paliar a angustiosa vida dos trabalhadores, embora os industriais tentassem escapar por portas e travessas ao seu cumprimento.

Aos soldadores eram adiantados vencimentos, consoante o número de latas a produzir, mas, caso o não conseguissem durante esse período, iniciada a safra, eram obrigados a descontar as latas não produzidas, ou, então, intensificar o seu trabalho com consequências dramáticas para a sua já periclitante condição física.

Outro recurso que parece ter tido alguma extensão ao longo dos anos trinta, foi o recurso ao trabalho em obras públicas (Quadro CXCIX), à semelhança, aliás, da resposta à crise implementada nos EUA e em muitos estados europeus.

¹²⁰ cf. Relatórios dos Governadores Civis de Faro de 1935 a 1940, *ANTT/AGMI*, maço 476, 491 e 516.

¹²¹ cf. *O Algarve*, 1939-1945.

Quadro CXCIIX
Obras subsidiadas pelo Commissariado do Desemprego para os operários conserveiros do Algarve

Data da Portaria	Centros	Designação	Comparticipante	Natureza da obra	Dotação		Verba Dispendida
					Parcial	Parcial	
28/3/34	V.R.S.A.	Operários empregados no fabrico de 6.500 caixas de vazio	"	Obras diversas	50.000\$00	50.000\$00	50.000\$00
17/4/34	Olhão	Operários empregados no fabrico de vazio	C.P.C.S.	"	195.217\$48	177.932\$45	
17/4/34	Lagos	Operários empregados no fabrico de vazio	"	"	47.013\$60	46.107\$00	
17/4/34	Portimão	"	"	"			
28/6/34	"	Construção de um grupo de 100 casas económicas	"	Edifícios e obras de construção civil	189.407\$36	189.407\$36	
					644.500\$00	24.028\$75	
22/6/35	"	Urbanização de um grupo de 100 casas económicas	"	"	76.000\$00	-	-
19/8/35	"	"	C.P.C.P.	Obras de instituições particulares de interesse público	76.000\$00	-	-
9/1/36	Olhão	Construção de um grupo de 66 casas económicas	"	Obras municipais: casa económicas	426.000\$00	-	-
10/9/37	Portimão	Construção de um grupo de 100 casas económicas	"	Obras de instituições particulares de interesse público	75.377\$85	-	-
10/1/38	Olhão	Construção de um grupo de 66 casas económicas	"	Obras municipais: casa económicas	(1) 455.250\$00	-	-

(1) No Boletim do Commissariado do Desemprego de Julho a Dezembro de 1938, a comparticipação consignada ascendeu a 480.000\$00.
Fonte: Boletim do Commissariado do Desemprego.

Em Lagos, por exemplo, até 31 de Janeiro de 1933, os operários da maior parte das fábricas de conservas tinham-se inscrito na delegação do Consórcio para trabalharem no aterro do pântano do Rossio de São João: foram distribuídos subsídios a 154 homens e a 702 mulheres¹²².

Com a participação do Fundo de Desemprego e do Consórcio, os industriais de Olhão, empregaram, por turnos, os trabalhadores na fabricação de vazio. Os soldadores e trabalhadores gozariam de três dias de trabalho e as mulheres dois dias, todos, por semana. Como o cobiçado trabalho não dava para todos, cerca de 800 trabalhadores seriam empregues em obras públicas, igualmente, por turnos. Esta última medida que vinha temporariamente aplanar a crise do desemprego, devia-se à colaboração da Junta Autónoma dos Serviços Hidráulicos com, mais uma vez, o Comissariado do Desemprego¹²³.

O futuro era sempre perscrutado com incerteza e angústia. Ainda, em Olhão, **“A pouco tempo da entrada do defêso da pesca, em que a crise, incontestavelmente, aumentará, receia-se que o Govêrno, este ano, não mande abrir trabalhos para colocar os milhares de operários que, por força da lei, ficarão desempregados”**¹²⁴.

A crise continuava, porém a fazer-se sentir no sector conserveiro. Em Dezembro de 1933, o Sindicato dos Operários da Indústria de Conservas de Olhão, solicitava ao governo providências para atenuar a difícil situação que atravessavam os seus associados pela falta de pesca¹²⁵. Por intermédio do Fundo de Desemprego seriam

¹²² *Diário do Algarve*, 3/2/33.

¹²³ “Em Olhão já não há desemprego”, *Diário de Notícias*, 16/3/34, p. 1.

¹²⁴ ANTT/AGMI. Comissão de Censura de Lisboa. Zona Sul. Boletim n.º 137, de 3 a 9/12/34, maço 466. Corte efectuado no *Diário de Notícias*, de 5/12/34.

¹²⁵ cf. *Correio do Sul*, 31/12/33.

concedidos pelo Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, ao Consórcio, a comparticipação de 426 contos para a construção de 66 casas económicas, cujos trabalhos a iniciarem-se brevemente absorveriam alguns trabalhadores numa altura que a **“população operária de Olhão [se] debate com uma enorme falta de trabalho”**¹²⁶.

Dias depois, para combater o desemprego e a pobreza reinantes em toda a província, concederia o governo verbas no valor de 528 contos para várias obras públicas em C. Marim, V.R.S.A., Albufeira, Faro, Tavira e Alcoutim. Seriam também entregues 20 contos **“para refeições a desempregados, especialmente nos concelhos de Olhão e Portimão, centro mais afectado pela crise resultante do defeso de fabricação das conservas”**¹²⁷.

Em Dezembro de 1936, reiniciava-se, em Faro, a distribuição da «Sopa dos Pobres», e, no final do mês e ano, registavam-se, no distrito, nas indústrias dos alimentos sólidos, 2.770 desempregados, número que baixou para 1.652, um ano depois¹²⁸.

Em Fevereiro de 1939, na capital do Algarve, realizar-se-ia uma manifestação de homenagem ao chefe do governo e ao Ministro das Obras Públicas pelas comparticipações para melhoramentos da cidade e para estradas no Algarve, **“..., o que equivalia a dar pão a muitos milhares de operários que viviam uma angustiosa situação,...”**¹²⁹.

¹²⁶ *Correio do Sul*, 19/1/36.

¹²⁷ *Correio do Sul*, 9/2/36.

¹²⁸ *cf. Anuário Estatístico*.

¹²⁹ *O Algarve*, 19/2/39.

6. Acordos e CCT para a indústria conserveira

A Pedro Teotónio Pereira, Subsecretário das Corporações, era entregue, a 7 de Agosto de 1933, uma reclamação do Sindicato Operário da Indústria de Conservas de Matosinhos, sobre as condições de trabalho naquele centro e que sem grandes discrepâncias podemos estender a outros congéneres¹³⁰

Que reclamavam os operários?

- a) que os industriais não fossem autorizados a inscrever trabalhadores que não tivessem contemplados pelo decreto que criara o *livrete profissional* para que o desemprego já grande não crescesse ainda mais;
- b) que nenhum operário fosse admitido na fábrica sem que se encontrasse inscrito no Sindicato, pois, só, assim, este poderia responsabilizar-se pelo pessoal admitido;
- c) que não fossem concedidas mais licenças para a introdução de máquinas;
- d) que fosse concedida pela Comissão de Assistência, o salário aos operários sem trabalho, visto que, somente, até Maio, fim do defeso, estar regulamentada a assistência;
- e) que os industriais deixassem de prosseguir na campanha de descrédito contra o Sindicato, com o propósito de **“enfraquecer aquela organização sindical, chegando-se mesmo a incitar os operários contra o Sindicato, mediante promessas de melhoria de situação feitas”**, pelas entidades patronais¹³¹.
- f) que fosse fiscalizado o emprego no trabalho de mulheres e crianças, nomeadamente, nas máquinas, situação que conduzia à substituição de operários;

¹³⁰ Armando Boaventura, “Contra a luta de classes. Patrões e operários”, *Diário de Notícias*, 7/8/33, p. 1

¹³¹ Idem.

g) cumprimento rigoroso do horário de trabalho;

h) a garantia de um *salário mínimo*.

A resposta do governante terá sido música para os ouvidos dos operários¹³².

Manifestou a sua intenção de colocar fim ao excesso das horas de trabalho, visto que existiam operários que trabalhariam 100 e mais horas, **“por semana, sem remuneração correspondente”**. Defendia que para a indústria de conservas não deveria ser consentido um regime de trabalho ordinário por mais de 56 horas semanais.

Pedro Teotónio Pereira desejava, igualmente, **“limitar o número de horas extraordinárias permitidas, impondo para estas um pagamento com mais 25% de melhoria de ordenado”**.

As reclamações colocadas pelos operários de Matosinhos eram sensivelmente as mesmas colocadas pelos seus camaradas algarvios.

Em reunião do pessoal da indústria de conservas, em Portimão, a 1 de fevereiro de 1932, para além dos novos corpos gerentes, para além de ter sido discutida a crónica crise de trabalho, o secretário-geral daquela organização, J. S. Varela, mandava para a mesa uma proposta na qual se pedia o cumprimento do horário de trabalho e de leis de protecção aos menores e às mulheres¹³³. Protesto dos trabalhadores contra o incumprimento do horário de trabalho que levava, frequentemente, ao despedimento. Fora o que acontecera e o que aconteceria a quem contestasse a longa jornada de trabalho e recebesse, apenas, por menos horas, ou quem solicitasse uma hora para refeição depois de oito horas de trabalho¹³⁴.

Entretanto, era publicado a 23 de Setembro de 1933, um dos pilares jurídicos do Estado Novo, o Estatuto de Trabalho Nacional, pelo decreto-lei nº 23.048. O

¹³² “Contra a luta de classes”, *Diário de Notícias*, 8/8/33, p. 1. Ver ainda *BINTP*, nº 1, de 30 de Novembro de 1933.

¹³³ “O proletário vive com fome”, *Revolução Social*, nº 517, 6/2/32, p. 2.

¹³⁴ cf. *Revolução Social*, nº 524, 26/3/32, p. 2; nº 552, 8/10/32, p. 2 e nº 555, 29/10/32, p. 2.

horário de trabalho, segundo o Estatuto, não estava **“sujeito a regras absolutas”** e seria **“regulado quer pelos contratos de trabalho quer pelos regimentos corporativos, em conformidade com as necessidades normais da produção, das empresas e dos trabalhadores e também do rendimento do próprio trabalho”**, **“podendo porém ser-lhe fixado limite máximo por preceito legal ou via de resolução corporativa, em determinados ramos de actividade económica, segundo plano apropriado aos interesses da Nação, das empresas e dos trabalhadores”** (Artº 24º).

Precisamente um ano após a publicação do ETN, era publicado o decreto-lei nº 24.402, de 24/9/34 sobre o horário de trabalho nos estabelecimentos comerciais e industriais. Segundo as disposições gerais deste decreto, ele vinha na sequência da disciplina económica imposta pelo Estado Corporativo, consubstanciado, quer nas **“concorrências dementadas”**, quer no condicionamento da actividade industrial. O horário de trabalho revestia igualmente para os patrões uma função económica importante na medida em **“que a concorrência desleal usa e abusa de todos os subterfúgios tendentes a desrespeitar o horário de trabalho e as medidas de protecção que o rodeiam”**.

Estas disposições evidenciavam que era comum entre os patrões menosprezarem as regras estabelecidas, abusarem de **“horas extraordinárias não remuneradas”**, de privarem os operários do descanso semanal, praticarem **“o envilecimento dos salários derivado da concorrência desregrada”**, situações que nada contribuíam para a tão almejada **“paz social”** salazarista. Continuando esta longa introdução, fazia ainda referência a dois outros importantes aspectos da ideologia estado-novense: o descanso semanal e o trabalho de mulheres e menores. Ora **“Havendo homens desempregados, não [era] de permitir em muitas indústrias o recurso abusivo à**

mão de obra mais barata fornecida pelas mulheres e pelos menores”. Como “pretender dignificar a família operária e levar o seu nível moral, se as mulheres casadas tiverem de abandonar os lares para fazer turnos nocturnos nas fábricas e se os menores de ambos os sexos se sujeitarem desde verdes anos à vida operária das oficinas e aos perigos que daí resultam, sem algumas medidas que os protejam”?

Neste último aspecto fundamental, a realidade não se coadunava com a teoria. Uma das características estruturais da indústria de conservas de peixe fora sempre a elevada taxa de feminização do processo produtivo.

O decreto impunha, portanto, o trabalho normal de oito horas, o descanso semanal ao domingo e as horas suplementares seriam pagas com uma percentagem de 50%, além da remuneração normal.

Entretanto, em despacho de 15 de Setembro de 1934 proibia-se aos menores o trabalho nas oficinas de soldadura e derretimento da solda e em máquinas que trabalhassem a gás¹³⁵.

A 24 de Setembro de 1934 eram estabelecidos acordos sobre horário de trabalho, entre o CPCS e os S.N.O.I.C. dos distritos do Porto, Setúbal e Faro. Neste distrito seriam contemplados 3.705 operários¹³⁶. O acordo definia os seguintes pontos: o período normal de trabalho diário era fixado em oito horas, interrompido com uma hora de descanso; o trabalho nas fábricas apenas era permitido a menores com mais de 12 anos e em tarefas leves; os trabalhos violentos e nas máquinas não eram consentidos às mulheres e aos menores com menos de 18 anos; em regime extraordinário, o trabalho de «vazio» era excepcionalmente permitido até ao limite de

¹³⁵ cf. Augusto da Costa, *Código de Trabalho*, p. 195.

¹³⁶ António M. Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, p. 132.

SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS
DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS
DO
DISTRITO DE FARO
SECÇÃO DE PORTIMÃO



Bilhete de Identidade
Sindical

N.º 4893

Nome

F. B. L. P.

Natural de Portimão

Nasceu em Faro de 1890

Nacionalidade Portuguesa Estado Viúvo

Profissão Operário Portimão

Assinatura do socio

F. B. L. P.

Assinatura do Presidente

F. B. L. P.

Assinatura do Secretário

F. B. L. P.

Assinatura do Tesoureiro

F. B. L. P.

Assinatura do Provedor

F. B. L. P.

Assinatura do Vigário

F. B. L. P.

DECÁLOGO DO ESTADO NOVO

- 1.º de tudo o que é permanente e de todo o que é novo, das tradições vivas da Pátria e dos seus impulsos guardados, morais, sociais e políticos.
- 2.º Unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todas as suas energias criadoras.
- 3.º Estado Novo não se subordina a nenhuma harmonia, porém, todas as classes à supremacia do interesse nacional.
- 4.º Estado Novo repudia as velhas fórmulas: Autoridade sem Liberdade, Liberdade sem Autoridade — e substitui-as por esta: Autoridade e Liberdade.
- 5.º No Estado Novo o indivíduo existe, socialmente, como fazendo parte dos grupos naturais (Famílias, Profissionais (Corporações), territórios (Municípios) — e a nossa qualidade que lhe são reconhecidos todos os necessários direitos. Para o Estado Novo, não há direitos abstractos do homem, há direitos concretos dos homens.
- 6.º Não há Estado Forte onde o Poder Executivo o tirania da assembleia política, através da ditadura irresponsável e tumultuária dos partidos. O Estado Novo garante a existência do Estado Forte, pela segurança, independência e continuidade da chefia do Estado e do Governo.
- 7.º Dentro do Estado Novo, a representação nacional não é de ficções ou de grupos efêmeros. É dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, etc.
- 8.º Todos os portugueses têm direito a uma vida livre e digna — mas deve ser atendido, antes de mais nada, em conjunto o direito de Portugal à mesma vida livre e digna. O bem geral suplanta — e contém — o bem individual. Salazar disse: Temos obrigação de sacrificar tudo por todos; não devemos sacrificar-nos todos por alguns.
- 9.º O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista do vasto império. Quer voltar a fazer de Portugal uma das maiores potências espirituais do mundo.
- 10.º Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação — isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos — pode e deve ser usada a Força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria.

Doc. 11.2

10 horas. Aos soldados o trabalho à noite era-lhes interdito. O trabalho de «cheio» poderia ir até ao limite máximo de 13 horas, em três períodos separados por dois descansos de uma hora, ou seja quinze horas de permanência na fábrica¹³⁷. Pelo discurso do representante do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social aos sindicatos nacionais do sector, constata-se que os acordos sobre o horário de trabalho, no âmbito de decreto nº 24.402, não saiu de qualquer negociação entre as partes interessadas, mas que terá sido imposto. Dizia o representante que aqueles **“foram submetidos à vossa assinatura...”** embora tivessem sido **“o resultado, como muito bem sabeis, de um estudo demorado dentro do actual estado de coisas”**¹³⁸.

Segundo Fátima Patriarca, o decreto de 24 de Setembro de 1934 – tinha sido publicado nos jornais uma primeira versão a 4 de Agosto -, embora não satisfizesse **“inteiramente as aspirações dos sindicatos nacionais e da sua massa associativa, não deixa no entanto, de ter em conta algumas das sugestões por eles formuladas”**¹³⁹.

Por proposta de delegado do governo junto do Consórcio, o Sub-secretário de Estado das Corporações, aprovava o Regulamento para a inscrição dos operários nos grémios dos industriais de conservas de peixe. Entre outros preceitos o regulamento determinava que: a) era obrigatória a inscrição de todos os operários no grémio a que pertencesse o centro onde iriam trabalhar; b) aos operários não inscritos não lhes era permitido fornecer trabalho; c) a inscrição realizar-se-ia ou nos grémios ou nas próprias fábricas; d) após a inscrição seria dado ao operário um livrete, excepção feita àqueles que já possuíssem um fornecido pelo Consórcio, no qual os industriais

¹³⁷ cf. *BINTP*, nº 22, 15/10/34.

¹³⁸ cf. *BINTP*, nº 22, 15/10/34, p. 1.

¹³⁹ Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo*, vol. II, p. 369. Sobre as perdas e ganhos para os Sindicatos Nacionais com a publicação daqueles decretos ver ainda, p. 376 e ss.

registariam as datas de entrada e saída das fábricas; e) a inscrição definitiva do operários que pela primeira vez laborasse na indústria, apenas ocorreria depois de três mees de trabalho¹⁴⁰.

Este regulamento evidencia a subordinação do trabalho ao capital, o cerceamento do movimento dos trabalhadores em período de profundo desemprego, restringindo a concorrência sobre a força de trabalho e, conseqüentemente, adoptando uma política de baixo salário. Os industriais tinham, assim, à sua disposição uma importante força de trabalho perfeitamente enquadrada, ameaçada a qualquer momento de desemprego, com salários que corresponderiam, como, aliás, frisava, o ETN, à necessidade de subsistência, ou seja, apenas à reprodução da força de trabalho.

Em 3 de Outubro de 1935, em novo despacho, proibia-se o trabalho das operárias e de menores nas fábricas de «vazio», no que respeitava às máquinas¹⁴¹.

Pedro T. Pereira não deixava também de referir as **“razões”**, os **“alvitres”**, as **“justas reclamações”** dos operários, os quais se teriam preocupado em não fazer **“valer pontos de vista que fossem afectar, tornar intolerável as condições de vida da indústria”**, ou seja, os operários teriam cedido, ou teriam sido obrigados a ceder, a favor do capital. O repúdio da luta de classes e a apologia da ordem corporativa eram ressaltados: **“Não me cansarei de, mais uma vez, vos mostrar a necessidade de o operário trabalhar em concordância de interesses com o patrão, pois esses interesses são comuns. O seu antagonismo é o velho conceito em que assentava a luata de classes, mas é preciso pôr de parte. É mester que o operário defenda a indústria em que emprega o seu braço e inteligência como obra sua que é e o faça com a convicção de que defende assim o próprio bem-estar e dos seus”**.

¹⁴⁰ cf. *BINTP*, n.º 13, 31/5/35, p. 278.

¹⁴¹ cf. *BINTP*, n.º 22, 15/10/35.

Em matérias como o horário de trabalho, o descanso semanal, as horas extraordinárias, o trabalho de mulheres e crianças os operários conserveiros, pelo menos do ponto de vista jurídico, tinham conseguido algumas das suas mais desejadas e prementes reclamações.

Contudo, das palavras aos factos a distância era frequentemente difícil de transpor. Determinava a cláusula 4ª do acordo estabelecido entre o Consórcio e os sindicatos nacionais das conservas um dia de descanso semanal, normalmente ao domingo. Para os operários que trabalhavam no «vazio» e para os menores até 16 anos, o descanso semanal seria **“sempre naquele dia”**, ou seja, ao domingo. Em carta datada de Portimão de 3 de Julho de 1936, o Grémio avisava os industriais que por informação do Delegado do INTP, tal disposição não estava a ser cumprida, pelo que chamava a atenção dos industriais para **“o rigoroso cumprimento do Horário de Trabalho, a-fim-de evitar a aplicação de quaisquer multas”**¹⁴². Em carta do Grémio de 8 do mesmo mês, voltava-se novamente a referir as reclamações do INTP para o não cumprimento por **“algumas fábricas”** do horário de trabalho¹⁴³.

Contudo, **“O excessivo rigor posto na fiscalização do trabalho”** por parte dos agentes da Fiscalização do Horário de Trabalho (F.H.T.), levaram os industriais a protestarem veementemente o que provocaria um recuo nas posições do INTP, plasmadas na circular dirigida pelo Consórcio a todos os Grémios. Por ela era dada a estes a faculdade de fiscalização do horário e condições de trabalho, em estreita colaboração com os serviços do Instituto Nacional do Trabalho e era permitida uma

¹⁴² Arquivo Júdice Fialho, caixa 432, doc. 5.971.

¹⁴³ Arquivo Júdice Fialho, caixa 432, doc. 5.972.

tolerância no acabamento de certas operações de fabrico, ou seja, autorizava-se alguma flexibilização no cumprimento do horário de trabalho¹⁴⁴.

O jornal *O Conserveiro*, órgão dos Sindicatos Nacionais dos Operários da Indústria de Conservas de Portugal, publicado, em Setúbal, mas com secções próprias dos sindicatos dos centros de Matosinhos, Setúbal e Olhão, em vários artigos publicados denunciava o não cumprimento do acordo anteriormente assinado, entre o S.N.O.I.C. do distrito de Faro e o Consórcio. Alguns conserveiros **“atropelavam”** o acordo, reduzindo o trabalho aos operários, utilizando as mulheres nas máquinas quando tal prática era proibida e não davam trabalho aos soldadores. **“A vingança mais desenfreada [era] contra os operários soldadores porque foram estes que organizaram o S.N. chamando ao seu seio os trabalhadores e as mulheres”**. Soldadores que tinham como seu maior inimigo **“O moiral dos maçons-reviralhistas, Sr. Cabeçadas, que procura todas as pessoas e processos para entorpecer o prestígio e a obra Salazarista”**¹⁴⁵. Embora o soldador tivesse por lei oito horas de trabalho, se o industrial assim o desejasse podia trabalhar até 10 horas, bastando fazer um requerimento ao Delegado do INTTP que normalmente o deferia. Contudo, havia industriais que não faziam qualquer requerimento, mandando produzir lata vazia nas litografias e não nas secções de vazio das próprias fábricas, saindo-lhes a lata mais cara cerca de 4 a 5 escudos por cada caixa de 100 latas.

Não seria, pois, de estranhar que as litografias de V.R.S.A. se encontrassem com imensas encomendas, enquanto os soldadores atravessavam um período de miséria¹⁴⁶.

¹⁴⁴ cf. sobre estas matérias “A grave crise de exportação na indústria de conservas”, *A Indústria Nacional*, nº 2, Nov. 1935, p. 20 e “Horário de trabalho nas fábricas de conservas”, *BINTP*, nº 23, 31/10/35.

¹⁴⁵ cf. “Carta aberta”, *O Conserveiro*, nº 1, 30/8/35.

¹⁴⁶ cf. “As anomalias continuam”, *O Conserveiro*, nº 2, 15/9/35.

Mas os comportamentos contraventores dos industriais não se ficavam por aqui... Durante o defeso havia-os também que não davam trabalho aos soldadores como, aliás, prescrevia o acordo, não tendo sido, por tal razão, feitas o número de caixas estipuladas. Outra prática lesiva dos interesses dos operários respeitava à não entrega do livrete ao operário que saía da uma fábrica para outra, coartando-lhe, assim, a possibilidade de procurar trabalho numa outra¹⁴⁷.

Outro problema que enfrentavam os soldadores dizia respeito à lata rota. Ao contrário da lata rota provocada pelas máquinas, a lata rota do trabalho manual era penalizada, podendo os soldadores serem demitidos desde que excedesse 2%.

Alguns industriais obrigavam os seus soldadores **“a pagar as latas que saíam rotas pelo mesmo preço que as vendem para os mercados internacionais”**. A obrigação que existia era de os soldadores pagarem \$10 por cada lata rota, **“uma vezprohada a sua negligência”**, e não pelo preço com que se vendiam para o mercado. Ao argumento dos industriais queo Consórcio não lhes permitia que metessem latas de segundo banho nos caixotes, retorquiam que o que o Consórcio não lhes dizia é que fossem **“curtos na percentagem de estanho”**, porque não era difícil **“deduzir que a parede que corresponde a uma tira de 1/4 club 30mm sirva para uma de 1/4 40mm ou o Americano”**¹⁴⁸.

A lata rota das máquinas, contudo, podia atingir os 10 e 20%, a qual ainda por cima era depois reparada pelos soldadores¹⁴⁹. Estes eram ainda penalizados com descontos semanais de 30\$00, 40\$\$ e 50\$00, pelo defeito da lata, atribuído pelos industriais àqueles operários, os quais, por sua vez, culpavam a má qualidade da folha,

¹⁴⁷ cf. “Carta aberta”, *O Conserveiro*, nº 1, 30/8/35.

¹⁴⁸ “Lata rôta!...”, *O Conserveiro*, nº 2, 15/9/35, p. 2.

¹⁴⁹ cf. “A caça ao soldador”, *O Conserveiro*, nº 3, 30/9/35.

importada da Alemanha. Nas soldadeiras e, em clara contravenção, eram empregues mulheres e crianças¹⁵⁰.

A falta de segurança era também denunciada pelos operários. Na fábrica de J. Cruz Gargalo, por exemplo, uma operária tinha ficado com uma das mãos esmagadas ao trabalhar numa máquina de borracha, na qual deveriam trabalhar dos operários. Na fábrica de Gio-Batta Trabuco, para além do horário não ser cumprido, eram as operárias montavam tiras, trabalho que competiria aos soldadores e, para cúmulo, faltava água potável, tendo cada um de trazê-la de casa¹⁵¹.

No clima conjuntural que então se vivia tentava-se estabelecer uma relação de culpabilidade entre a situação dos operários e o comportamento de determinados patrões, alegadamente oposicionistas, forma hábil e fácil de desculpar o governo e o Consórcio das inúmeras contravenções que frequentemente recorriam os industriais.

Era atribuído aos reviralhistas, à maçonaria e àqueles ao serviço da Rússia os panfletos distribuídos, em Olhão, contra o Consórcio. Repudiava-se os **“Cobardes,..., os mercenários ao serviço da Rússia sanguinária em vergonhoso contubérnio com os agentes da macabra maçonaria, organização terrorista da plutocracia nacional e internacional, ...”** que tinha durante a noite distribuído **“pasquins”** que atacavam a política seguida pelo Consórcio. Mas sobre quem recaía a suspeição? Nada mais nada menos que ao **“plutocrata Alfredo da Silva, reviralhista de quatro costados, em virtude daquele compadre do Rei milhão, ter ultimamente manifestado publicamente idêntico combate ao CPCP”**. O S.N.O.I.C. do distrito de Faro apressava-se a repudiar a atribuição dos panfletos a qualquer dos seus operários¹⁵².

¹⁵⁰ cf. “Ingratidão!...”, *O Conserveiro*, nº 5, 16/10/35.

¹⁵¹ cf. “Os meus beliscos...”, *O Conserveiro*, nº 4, 30/9/35.

¹⁵² Manuel de Sousa, “Nós, o CPCP e o Estado Novo!”, *O Conserveiro*, suplemento ao nº 14, 20/3/26.

6.1. Os Contratos Colectivos de Trabalho

6.1.1. Os princípios

O princípio da contratação colectiva encontrava-se consagrado na Constituição de 1933, ao afirmar-se que as **“corporações económica reconhecidas pelo Estado podem celebrar contratos colectivos de trabalho, sendo nulos os que forem celebrados sem a sua intervenção”** (artº 37). Na revisão constitucional de 1935 este artigo tornar-se-ia mais rigoroso conceptualmente.

Princípio reafirmado no ETN. Contratos colectivos que efectivavam o direito ao trabalho (art 23º), que se destinavam a regular as relações entre patrões e trabalhadores, consubstanciando a **“solidariedade dos vários factores de cada ramo das actividades económicas, subordinando os interesses parciais às conveniências superiores da economia nacional”** (art. 32º), que **“uma vez sancionados pelos organismos corporativos superiores e aprovados pelo Governo, [obrigavam] os patrões e trabalhadores da mesma indústria, comércio ou profissão, quer [estivessem] ou não inscritos nos grémios e sindicatos nacionais respectivos”** (art. 33º).

6.1.2. A reunião de Matosinhos: aprovação de bases para o futuro CCT

O primeiro CCT fora assinado, em 1934 entre o Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, o Grémio do Comércio e Exportadores de Vinhos, os industriais de tanoaria do Porto, Gaia e Matosinhos e o Sindicato Nacuinal dos Tanoeiros e Officios Correlativos do distrito do Porto. O então Subsecretário de Estado das Corporações e

Previdência Social, contextualizava a assinatura deste contrato ao afirmar que o país vivia nos meados dos anos trinta numa **“situação aguda de desemprego agravada com salários manifestamente insuficientes”**¹⁵³.

Em reunião efectuada em 31 de Julho de 1935, em Matosinhos, os delegados operários conserveiros de Setúbal, Olhão e Matosinhos, aprovaram as bases para o futuro CCT. Encontro em que terão existido divergências, pois dele sairia uma **“moção de compromisso”**, com fundamento nos seguintes pontos:

a) o soldador receberia de jornal 18\$69 e quando trabalhasse de empreitada, por cada caixa de 100 latas, uma quantia, consoante os formatos e tipos de latas, desde 3\$20 até 7\$20;

b) o operário que trabalhasse com a caldeira, motor, tesoura, cravadeira, prensa e soldadeira, 20\$00;

c) o operário que trabalhasse na casa do peixe, armazém, rebordadeira, estanhadeira e serviços similares receberia 18\$00;

d) as operárias receberiam um salário de 1\$00 por hora, à excepção daqueles que trabalhassem nos pios, tiragem de grelhas dos carros, no armazém, nas estivas, nas cravadeiras, na colocação de tampos e visitando latas, as quais seriam remuneradas a 1\$20 por hora.

A moção terminava afirmando **“não transigindo nenhuns sindicatos..., sem que previamente seja resolvido por todos”**¹⁵⁴.

A responsabilidade destes aumentos salariais, em relação aos auferidos pelos operários era atribuída aos industriais de Setúbal porque tinham **“feito uma campanha no sentido de se uniformizaram os salários, regulando-se”**, por aquele

¹⁵³ Pedro Teotónio Pereira, *Memórias*, p. 201.

¹⁵⁴ *O Algarve*, 4/8/35 e Antº Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, pp. 138-139.



centro. As vantagens iriam, assim, para o centro sadino, visto que **“os seus operários mais especializados”** se dedicarem apenas a este trabalho contribuindo com uma produção superior aos dos centros do Algarve¹⁵⁵.

De facto, era evidente a disparidade de salários auferidos pelos operários dos vários centros conserveiros. Um grande número de industriais concordavam com a uniformidade de salários, embora outros se opusessem, argumentando que o nível de vida não era igual em todos os centros.

O custo dos vários formatos de latas mostrava que Matosinhos e V.R.S.A. eram os centros mais baratos, enquanto o custo era maior nos centros de Lisboa, Setúbal, Portimão, Lagos e Olhão, sendo, contudo, o de Setúbal onde esse custo atingia os valores mais altos¹⁵⁶.

Avançamos como hipóteses para esta disparidade salarial o maior poder reivindicativo dos operários, os tipos e as qualidades das conservas produzidas e a maior ou menor disponibilidade da força de trabalho.

A negociação para o CCT durava já há cerca de dois anos. Para os sindicatos existiam duas cláusulas com as quais não transigiam: a uniformidade de salários e a garantia de um mínimo de três dias de trabalho, por semana, ao longo do ano¹⁵⁷.

A sua assinatura teria estado prevista para Agosto, depois para o mês de Outubro¹⁵⁸. Contudo, e **“Devido à intransigência dos industriais dos centros do Norte e Algarve”**, os CCTs. continuavam à espera de serem rubricados¹⁵⁹.

Finalmente, o primeiro CCT para a indústria de conservas seria assinado a 8 de Novembro de 1936, mas, apenas, para o centro de Matosinhos¹⁶⁰. O acordo não

¹⁵⁵ Arquivo Júdice Fialho, caixa 422, doc. 4.935, 5/8/35, p.194.

¹⁵⁶ cf. “Continuando...”, *O Conserveiro*, nº 20, 15/6/36.

¹⁵⁷ cf. “Será desta vez?”, *O Conserveiro*, nº 22, 15/6/36.

¹⁵⁸ cf. “Até que enfim!”, *O Conserveiro*, nº 26, 1/10/36.

¹⁵⁹ cf. “Compasso de espera”, *O Conserveiro*, nº 27, 15/10/36.

¹⁶⁰ cf. “O contrato conserveiro...”, *O Conserveiro*, nº 28, 15/11/36.

deixaria de provocar algum mal-estar nos restantes centros, tanto mais que, ao contrário dos sindicatos de Setúbal e de Olhão, o papel desempenhado por Matosinhos, na preparação do contrato tinha sido irrelevante. Dizia-se até que este sindicato teria firmado um contrato cujo conteúdo desconhecia.

O CCT entre o Grémio dos ICP de Setúbal e o sindicato nacional respectivo era assinado, no dia 1 de Dezembro¹⁶¹, enquanto que o CCT para os centros algarvios, rubricado entre os Grémios de Sotavento e Barlavento e o SNOICP do distrito de Faro sê-lo-ia, em Olhão, a 29 de Novembro. Na altura dirigiam o sindicato, Germinal Sequeira, Luís G. da Silva, António Daniel, Augusto Hilário e Luís Gonzaga¹⁶².

Até ao início da II Guerra Mundial seriam, assinados entre aquelas entidades mais dois CCTs, respectivamente em 1938 e 1939.

Afirmava-se, em prol do primeiro dois contratos que proporcionariam aos operários **“um benefício de 30 a 40 por cento nos salários e [garantia] a sua estabilidade nas fábricas, o auxílio em caso de doença, um período de férias remuneradas, durante o ano, admissão dos filhos, de preferência a estranhos, ao serviço da indústria, e muitas outras regalias”**. Vantagens igualmente compartilhadas pelos patrões, abolindo a **“inglória luta de classes, substituída pela inteligente e justa compreensão da missão que a cada um cabe no plano do trabalho social”**¹⁶³.

¹⁶¹ cf. “Chegou a nossa vez”, *O Conserveiro*, nº 29, 30/11/36.

¹⁶² cf. “Algarve Nacionalista”, *O Conserveiro*, nº 30, 15/12/36.

¹⁶³ *Correio do Sul*, 29/11/36.

6.2. O conteúdo dos CCT entre 1936-1939

Estes contratos incidiam, entre outras matérias, sobre categorias profissionais, admissão de pessoal, disciplina de trabalho, horário de trabalho, descanso semanal, férias, período de garantia na doença e serviço militar e sindical, regime de trabalho e salários.

Pela importância que se revestiam no âmbito do movimento operário, em geral, e conserveiro, em particular, fazemos uma análise comparativa ao preceituado nas dezenas de cláusulas que os compunham.

6.2.1. Categorias profissionais

6.2.1.1. Pessoal efectivo

Este era constituído pelos operários maiores de 18 anos que fizessem parte do quadro da fábrica e pelas operárias e menores que trabalhassem com máquinas e ferramentas. Nos CCTs de 1938 e 1939, acrescentava-se que não podiam auferir menos que o salário mínimo estabelecido para os operários que exercessem tarefa semelhante.

Faziam igualmente parte dos efectivos os operários especializados e um número de operários equivalente à percentagem mínima de 16% - 20% nos contratos seguintes - que normalmente laborasse na fábrica. No centro de V.R.S.A., nas fábricas mistas de atum e sardinha, o número de pessoal efectivo seria limitado a 50% do masculino e 12% do feminino - 16% nos contratos de 1938 e 1939 (cláusula 1ª §1º, nº 3 e 4º)..

Ou seja, em relação ao contrato inicial as medidas posteriores foram relativamente mais favoráveis para as operárias, embora, como se sabe, os seus salários fossem consideravelmente mais baixos do que os dos operários. O pessoal feminino, porém, não podia exceder o sextuplo do pessoal masculino do quadro efectivo.

6.2.1.2. Pessoal auxiliar

Constituía o mais numeroso grupo de trabalhadores auferindo salários ainda mais baixos do que aqueles que eram pagos aos efectivos. Tinham uma grande precaridade de emprego, visto que trabalhavam, apenas, quando havia grande quantidade de peixe para seguidamente serem despedidos sem garantia de trabalho.

Formavam este grande exército de reserva de mão-de-obra os operários menores de 18 anos - à excepção das operárias e menores que laborassem com máquinas ou ferramentas, nos contratos de 1938 e 1939. Os operários que viessem de outras fábricas encerradas temporária ou definitivamente e as operárias, além da percentagem de 16%, de 12% e 20%, consoante os contratos, da categoria efectiva.

O jornal do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas, partilhado, pelos sindicatos de Matosinhos, Setúbal e Olhão, insurgia-se, em 1937, contra a divisão entre operários efectivos e auxiliares a qual criava a ideia que estes últimos, fossem como que uma aprendizagem, necessariamente prolongada, para aceder aos primeiros. Ora, segundo o jornal, e correctamente, era sobre os auxiliares que recaía a maior parte do processo de trabalho no sector. Contudo, os seus direitos eram praticamente nulos. E a sua situação, mesmo após a assinatura do CCT de 1936, não conhecera melhorias significativas, bem pelo contrário. As garantias expressas raramente eram satisfeitas. **“Antes da assinatura dos Contratos Colectivos de**

Trabalho para a indústria conserveira, ainda eram auxiliados durante as épocas do defeso pelo CPCP com o mínimo de 12\$00 semanais, mas hoje, coitados, sse desprotegidos da sorte só esperam resignados que a tuberculose se apodére dos seus depauperados corpos, levando-os desta para melhor, livrando-os de irem para à vala comum as quatro tábuas que o seu Sindicato lhes oferece gratuitamente”¹⁶⁴.

6.2.2. *A admissão dos operários*

Os critérios para a entrada na fábrica mantiveram-se inalteráveis nos três contratos. Os trabalhadores deveriam possuir caderneta profissional e encontrarem-se no pleno gozo dos seus direitos sindicais. A posse da caderneta profissional era uma condição indispensável para entrar na fábrica, a qual ficava, posteriormente, na posse do industrial, dificultando neste modo a mobilidade dos operários e a sua concorrência no mercado de trabalho (cláusula 5ª)..

A idade mínima era fixada nos 14 anos de idade e, para assegurar a mão-de-obra presente e futura, ao ingresso no mundo do trabalho conserveiro, era dada preferência aos filhos dos operários e operárias que já laborassem na fábrica. Esta lógica de assegurar a reprodução da força de trabalho estava também presente no acesso ao bairro da fábrica de Ferragudo de Júdice Fialho. Apenas eram concedidas casa aos trabalhadores que já pertencessem à própria fábrica.

¹⁶⁴ “Já é tempo...”, *O Conserveiro*, nº 36, 31/7/37.

No que respeita ao industrial a este não lhe era permitido “**futuramente**” admitir operários efectivos ou auxiliares, além do que contasse nos quadros respectivos, à excepção de determinadas situações: preenchimento de vagas, substituição de operários que tivessem deixado de pertencer ao quadro da fábrica e admissão de operários vindos de outros estabelecimentos, embora tivessem que entrar para a categoria de auxiliares.

6.2.3. Disciplina e horário de trabalho

Netes âmbito também não se registaram alterações enter os três contratos. Todos os operários, exceptuando a classe dos soldadores, tinham a obrigação de executarem quaisquer serviços que lhes fossem incumbidos, sem deixarem, porém, de pertencer à categoria pela qual auferiam o salário mínimo (cláusula 7ª).

O Estado Novo antecipava-se à flexibilização e à polivalência de funções.

Se podemos considerar esta última medida negativa, aquela em que o operário que durante trinta dias e permanentemente substituísse outro operário de categoria superior, ascendendo à categoria do substituto, consideramo-la, num certo sentido, mais favorável ao operário.

Desde Outubro de 1935 que, quer as mulheres, quer os menores, tinham sido beneficiados com a interdição de algumas tarefas. Os CCTs que temos vindo a esmiuçar, alargaria essa proibição. Às operárias era-lhes interdito uma série de operações, designadamente soldar tiras ou latas, transportar mais de uma grelha com peixe de cada vez, carregar o peixe quando entrasse na fábrica, trabalhar com uma

série de máquinas, pregar caixas ou carregar caixas de cheio, entre outras medidas (cláusula 15ª).

Outra situação menos positiva dizia respeito aos trabalhos de carga e descarga fora dos edifícios das fábricas, os quais podiam ser realizados por todos os trabalhadores, à excepção, mais uma vez, dos soldadores, **“respeitando-se, no entanto, e sempre que não [houvesse] fortes razões, em contrário, os usos estabelecidos”** (cf. cláusula 17º, § único).

A gama de opções para o industrial despedir com justa causa o operário era bastante ampla: recusa às ordens dadas pelos “chefes”; embriaguês, indisciplina, insubordinação, mau comportamento moral e cívico, discussão de questões de carácter político e social, abandono do trabalho por prisão como **“elemento indesejável”**, falta de pontualidade e recusa ao determinado na cláusula 7ª (cláusula 19ª).

Em relação à jornada de trabalho de oito horas também se verificou uma relativa melhoria nos contratos de 1938 e 1939, sobre o primeiro. As oito horas seriam interrompidas por uma hora de descanso, depois de 3 a 5 horas de trabalho contínuo no contrato de 1936 e, por uma hora a duas horas, **“pelo menos”**, após o mesmo período de trabalho contínuo [(cláusula 21ª (1936), cláusula 20ª (1938 e 1939)].

O trabalho principiaria às 8 horas da manhã, embora nos meses de Junho a Setembro, período de maior azáfama das fábricas que coincidia com a pesca da sradinha de melhor qualidade, o trabalho começaria uma hora mais cedo.

No regime extraordinário, a jornada de *trabalho no «vazio»* era permitida excepcionalmente até ao limite de 10 horas. Contudo, era necessário um requerimento deferido pelo delegado do INTP, embora em casos de urgência apenas bastasse apresentar uma justificação no prazo de 48 horas. Os soldadores, mais uma vez, saíam

privilegiados, pelas características do seu trabalho, o qual somente era autorizado até ao pôr-do-sol.

No *trabalho de «cheio»* encontramos, uma gradual intensificação da jornada de trabalho. Enquanto no contrato de 1936, este trabalho poderia estender-se até a um máximo de 13 horas, **“em três períodos separados por dois descansos de uma hora”**, ou seja, 15 horas de permanência na fábrica (cláusula 23ª), no contrato de 1938, o trabalho podia ir igualmente até ao limite das 13 horas, **“em períodos separados por descansos de uma hora, pelo menos”**, após três a cinco horas de trabalho seguido (cláusula 23ª). Finalmente, no contrato de 1939, o limite continuava a ser o mesmo, **“em períodos separados por descansos de uma hora, pelo menos, após cinco horas de trabalho seguido”** (cláusula 23ª).

A paulatina intensificação do trabalho ocorria igualmente quando havia abundância de peixe e embarques urgentes. No primeiro contrato, o período de trabalho prolongar-se-ia até às 24 horas **“mas exclusivamente para as operações necessárias à preparação do peixe até à cozedura”**, obrigando-se o patrão a justificar a situação, no prazo de 48 horas, ao delegado do INTP. No contrato de 1938, a situação descrita era semelhante, mas nos meses de Novembro e Dezembro, período de pior qualidade do peixe para conservas, e com prévia autorização do referido delegado, os trabalhos anteriormente referidos podiam prolongar-se até à 1 hora da madrugada (cláusula 24ª, § 1º e § 2º).

No contrato seguinte, a intensificação do trabalho agravava-se, pois o período de trabalho de cheio nas situações de abundância de peixe ou de embarque urgente podia chegar até às 24.30 horas, **“ficando o industrial obrigado a comunicar o facto, no prazo de quarenta e oito horas, ao delegado do INTP, por intermédio do Grémio, que informará no mesmo prazo”** (cláusula 24ª §1º). Na situação

descrita, referente aos meses de Novembro e Dezembro, o período de trabalho podia ir até à 1.30 horas da madrugada (cláusula 24ª § 2º).

Os industriais que tivessem necessidade de extinguir ou reduzir as secções manuais de lata vazia podiam dispensar os soldadores até ao limite anual de 20% do número destes operários, durante a vigência de contrato anterior, desde que tivesse o assentimento do Grémio. Os soldadores dispensados receberiam uma indemnização correspondente a um ano de salário mínimo, ou seja, uma remuneração na base do trabalho de 500 latas de 1/4 club 30mm (cláusula 19ª 3º, 1º, CCTs de 1938 e 1939),

Será fácil de calcular, com tão exorbitante indemnização, quais as condições de vida que passariam a ter estes operários especializados que dificilmente se adaptariam a outra profissão.

6.2.4. Descanso semanal e férias

O descanso semanal, por regra, era ao domingo e obrigatoriamente neste dia para os operários do «vazio» e - expressão que desaparecerá nos contratos de 1938 e 1939 - para os menores do sexo masculino até aos 18 anos.

Contudo, eram permitidas as restantes tarefas, excepto as do vazio. Os operários que laborassem neste dia descansariam, se assim o desejassem, num dos três dias seguintes.

No capítulo das férias, registar-se-ia também alguns benefícios para os trabalhadores da indústria de conservas, entre o contrato de 1936 e os de 1938 e 1939. No primeiro, as férias, pagas, obviamente, seriam gozadas no período de defeso, em regra, uma época baixa na produção de conservas, por um período de uma semana, mas durante as quais os operários não poderiam executar qualquer trabalho. Nos

contratos seguintes, o período de férias seria alargado a duas semanas seguidas, pagas pelo salário mínimo correspondente a esse período nas condições da cláusula 18ª e seus parágrafos - contrato de 1938 -, ou então seriam pagas pelo salário mínimo respectivamente de seis e quatro dias, correspondente a esse período, nas condições anteriormente mencionadas.

6.2.5. *Lata rota*

Na terminologia da indústria de conservas definia-se «lata rota», ou «opaca», a lata cheia que fosse fechada de maneira deficiente, ficando com aberturas pela quais escorreria o azeite e penetraria o ar, provocando a deterioração do produto.

Era a necessária técnica de fechamento da lata por parte do soldador que lhe dera uma preponderância indiscutível durante décadas, constituindo uma «aristocracia operária», sujeito histórico de importantes greves desde o século XIX até aos anos trinta do século XX. Classe que se encontrava, merçê da relativa mecanização das fábricas e oficinas, designadamente de vazio, em declínio, mas ainda com estatuto importante.

A qualidade do acabamento da lata era, pois, essencial para a sua resistência, pelo que se aplicavam multas àqueles que tinham a seu cargo a responsabilidade de as fecharem convenientemente. Assim, até 1% de lata rota, contagem que se efectuava anualmente, os soldadores nada pagariam, embora, tivessem de concertar a lata gratuitamente. Mas, quando a percentagem de lata rota fosse superior a 1% a penalidade era de \$20, por cada lata rota, e, quando fosse ultrapassado 20% o soldador seria **“considerado incompetente, podendo o patrão reduzir ou dispensar os seus serviços”**, se assim o entendesse.

6.2.6. Quando da paralização da indústria

Nas várias situações em que se efectuasse uma paralização de uma fábrica de conservas, os três contratos colectivos de trabalho mostraram algumas alterações no sentido de uma maior clarificação.

No caso de paralização de uma unidade *forçada e temporária* para reparações consideradas indispensáveis ou inadiáveis, nos CCT de 1938 e 1939, o industrial era obrigado a pagar o salário mínimo estabelecido na cláusula 18ª, aos operários efectivos que não fosse garantido trabalho, embora, logo que recomeçasse a laboração, àqueles operários descontar-se-ia a **“importância de 1/3 do seu salário semanal até à liquidação dos pagamentos feitos sem trabalho, mas sempre por forma que estes não [recebessem] menos que o mínimo”**, fixado na cláusula mencionada e respectivos parágrafos.

Nos três contratos estipulava-se que quando a paragem ocorresse *voluntária e temporariamente*, o industrial continuaria a pagar ao pessoal efectivo durante o período de desemprego, o mínimo estabelecido naquela cláusula.

Quando a paralização fosse *voluntária e definitiva* para situações de venda, trespasse ou liquidação, durante a vigência dos contratos, o industrial garantiria àqueles trabalhadores por um trimestre, o mínimo acordado na cláusula 18ª. A reabertura da unidade industrial não se afectuaria senão decorridos oito meses sobre a data de paragem.

Se num contexto de uma política de férreo controlo salarial, situarmos as medidas que acabámos de estudar, a conclusão que delas poderemos extrair é que são de uma forma global positivas, quer para os operários, quer para os patrões que

continuariam a assegurar uma mão-de-obra à margem da concorrência tão cruticável para o Estado Novo.

Mas, mais positiva ainda foi a medida que respeitava à *venda ou trespasse* de uma fábrica. No CCT de 1936 o **“comprador ou tomador”**, comprometer-se-ia a admitir todo o pessoal efectivo, obrigando-o a cumprir o acordado no contrato. Situação mais benéfica surgia no CCT de 1938, quando se estipulava que o comprador comprometer-se-ia a **“constituir o seu quadro efectivo com operários que [pertencessem] ao quadro efectivo da fábrica em referência, quer eles [estivessem] noutras fábricas como auxiliares, quer [estivessem] ainda desempregados”**.

No contrato de 1936 e no de 1938, na paragem *forçada e incapacidade financeira* do industrial, o grémio adiantaria o pagamento aos operários efectivos da fábrica, durante um trimestre, **“por abono à unidade industrial e sob garantia do Fundo corporativo pertencente à mesma, não podendo a fábrica reabrir sem regularizar com o Grémio os abonos feitos”**. Embora esta cláusula mantivesse algumas garantias para os operários, pelo menos, durante três meses, decorrido este tempo certamente que a sua situação tornar-se-ia mais grave, pois o grémio deixaria de os abonar. No articulado do contrato de 1939 desaparece esta redacção para dar lugar a uma outra de consequências mais gravosas. Afirmava-se, neste último contrato que quando se produzisse uma paralização *voluntária e definitiva* para venda, trespasse ou liquidação, ou *forçada por incapacidade* do industrial e, por consequência, não possibilitarem o cumprimento do acordado, a fábrica não poderia reabrir na vigência deste contrato. Obviamente que os mais prejudicados seriam os operários que ficariam impossibilitados de auferirem, mesmo um magro salário.

Terá sido uma cláusula imposta pelos Grémios? Era uma forma de, pelo menos, afastar um concorrente?

Os operários que ficassem desempregados em consequência das paralizações referidas perderiam direito às remunerações estipuladas quando se empregassem em qualquer serviço, se chamados pelo Grémio ou pelo industrial, não comparecessem e, finalmente, se recusassem aceitar colocação noutra fábrica que lhes tivesse sido oferecida pelo Grémio ou industrial.

Ou seja, os patrões continuavam a querer ter à sua disposição um contingente razoável de mão-de-obra dócil e mal remunerada.

6.2.7. Penalidades

Entre os CCTs assinados até ao deflagrar das hostilidades houve algumas modificações substanciais que beneficiaram os industriais, por um lado, e como reverso, prejudicaram os operários.

As infracções por parte das entidades patronais mantiveram-se sem alterações, entre 1936 e 1939: na infracção pela primeira vez cometida a multa ia desde 100\$00 até 600\$00, mas quando reincidente aplicar-se-ia o dobro da multa anterior.

Nas sanções aplicadas ao patrão no regime de trabalho e salários o montante era significativamente mais elevado, mas do contrato de 1936 para os dois posteriores houve uma clara despenalização a favor do industrial. Naquele contrato a multa seria de 100\$00 quando da primeira contravenção e de 3.000\$00 na reincidência. Contudo, nos contratos de 1938 e 1939, embora se mantivesse o primeiro valor, a reincidência era diminuída para os 2.000\$00.

No caso dos operários não cumprirem o preceituado na cláusula 20^{a165} ou cláusula 9^{a166}, ser-lhes-iam aplicadas multas de 10\$00 a 50\$00. Se assim o quisesse o patrão podia impor-lhe o **“regresso à mesma fábrica,..., sob pena de suspensão do trabalho em todas as fábricas do Centro por período não superior a um mês”**. A multa aplicada ser-lhe-ia **“descontada nas férias semanais do operário em proporção não superior a vinte por cento das mesmas férias, incumbindo fazer esse desconto ao antigo ou ao novo patrão conforme os casos”** (Cláusula 50^a)¹⁶⁷.

Punição semelhante aplicar-se-ia à infracção da cláusula 28^{a168} e respectivos parágrafos.

No *despedimento sem justa causa*, entre o CCT de 1936 e os dois seguintes, o operário continuava a ser prejudicados. Enquanto que naquele contrato, o patrão era obrigado a readmitir o operário e a pagar **“uma indemnização correspondente a 30, dias de 8 horas,...”**, nos contratos posteriores o patrão podia escolher, ou a readmissão do operário **“ou o pagamento de indemnização de trinta dias de oito horas, caso o despedido faça parte do quadro auxiliar, ou do equivalente a três dias de trabalho por semana, até termo do prazo de validade”** dos contratos **“caso o despedido faça parte do quadro efectivo”**.

O operário que se empregasse noutra unidade perdia o direito à indemnização prevista na cláusula antes referida, **“tendo de restituir ao antigo patrão, a**

¹⁶⁵ Cláusula 20^a - “Nenhum operário poderá mudar de fábrica sem justificar ao patrão e ao Sindicato esse facto” (CCT de 1936).

¹⁶⁶ Cláusula 9^a - “Quando qualquer operário ou operária pretender mudar de fábrica terá de prevenir o industrial ao serviço do qual estiver, a fim de que este envie ao Grémio, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a respectiva caderneta, apenas mencionando nela a data de saída e, em nota à parte, a indicação da nova fábrica onde o operário ou operária desejam trabalhar, que deve ter sido fornecida pelo interessado, e ainda as razões que motivaram a saída” (CCT, de 1938 e 1939).

¹⁶⁷ Cláusula 50^a - “A infracção, por parte do operário ou operária, do disposto na cláusula 9^a será punida com a multa de 10\$ a 50\$, podendo ainda ser-lhe imposto o regresso à mesma fábrica se o antigo patrão o quiser lá, sob pena de suspensão do trabalho em todas as fábricas do centro por período não superior a um mês”.

¹⁶⁸ Cláusula 28^a - “Todos os operários e operárias do quadro do pessoal efectivo têm direito a uma semana 48 horas de férias pagas que serão gozadas no período do defeso” (CCT, de 1936). “Todos os operários e operárias do quadro do pessoal efectivo têm direito a um período de férias de duas semanas seguidas, vencendo durante elas o salário mínimo correspondente a esse período, nas condições da cláusula 18^a e seus parágrafos, e que serão gozadas no período do defeso” (CCT, de 1938). “Todos os operários e operárias do quadro do pessoal efectivo têm direito a um período de férias de duas semanas seguidas, vencendo durante elas o salário mínimo respectivamente de seis e quatro dias, correspondente a esse período, nas condições da cláusula 18^a e seus parágrafos, e que serão gozadas no período do defeso” (CCT, de 1939).

importância correspondente ao que a mais já [tivesse] recebido, importância que [podia] ser-lhe deduzida nas suas férias, nas condições da cláusula 50^a”.

Assegurar a mão-de-obra ao industrial, evitando a concorrência no mercado de trabalho, mantinha-se como um vector essencial, como, aliás, já acentuámos, na política operária do Estado Novo.

A regulamentação de todo o conjunto da actividade produtiva manifestava-se, também, na entrada e saída dos trabalhadores.

Em todos os contratos a cláusula 32^a, embora mais pormenorizada nos contratos posteriores, consignava que a entrada deveria ser feita de forma que na hora do início da laboração, anunciada cinco minutos antes por um qualquer sinal ou toque, todos ocupassem os seus lugares. Aqueles que infringissem a regra perderiam, pela primeira vez, **“o direito ao trabalho do período em que [cometessem] a infracção e, na reincidência, ao das vinte quatro horas seguintes”**¹⁶⁹. A sanção estava ausente do contrato de 1936 o que parece evidenciar que a cláusula 32^a não seria integralmente cumprida pelos trabalhadores.

Era necessário disciplinar o trabalho.

Contudo, os aspectos negativos para o operário não ficariam por aqui. Se qualquer deles recorresse para o Tribunal de Trabalho de uma decisão, quer do sindicato, quer do grémio, quer da arbitragem do INTP, e aquele absolvesse o industrial, ao trabalhador ser-lhe-ia **“aplicado a pena de suspensão por três meses de qualquer trabalho na indústria ou a pagamento da importância relativa a um dia de trabalho por semana durante três meses”**¹⁷⁰.

¹⁶⁹ Cláusula 50^a § 1^o, CCT de 1938 e 1939.

¹⁷⁰ Cláusula 51^a, CCT, de 1938 e 1939.

6.2.8. Salários: os princípios

No âmbito da política financeira de Salazar a estabilização dos preços e o controlo salarial foram duas importantes travess mestras.

Embora na Constituição de 1933 houvesse já referências ao salário, seria no ETN que ele mais objectivamente era definido. O salário, **“em princípio”**, tinha **“limite mínimo, correspondente à necessidade de subsistência”** (art. 24º).

Não estava **“porém sujeito a regras absolutas”** e era **“regulado quer pelos contratos de trabalho quer pelos regimentos corporativos, em conformidade com as necessidades normais da produção, das empresas e dos trabalhadores e também do rendimento do próprio trabalho”**, ou seja, evoluiria consoante a produtividade (art. 24º).

6.2.8.1. Salários mínimos

Quer para a indústria nacional de uma forma geral, quer para a indústria conserveira, em particular, não abundam as fontes para conhecermos os salários industriais e a sua evolução.

Em 1931, Salazar nas suas «Notas», referindo-se aos salários pagos nesta indústria, afirmava: **“Devido ao preço adoptado para a hora de trabalho e ao cálculo estabelecido para as tarefas, o salário diário para os homens e mulheres é bom, diríamos mesmo que em muitos casos é alto, comparativamente com os salários pagos não só no campo, mas na generalidade das nossas indústrias. Mas,**

como o trabalho é irregular, a média do salário, mesmo na época mais ocupada, pode baixar muito, e não estranho que nalguns casos seja mesmo insuficiente”¹⁷¹.

Vindo de quem vem, esta análise salarial ao sector conserveiro, é suficientemente esclarecedora para alguém que visitou todos os centros conserveiros e que certamente conheceria a situação dos seus operários.

Nos centros conserveiros do Algarve, em 1933, os salários médios do pessoal assalariado era, designadamente nos centros de Lagos e Olhão, os mais elevados do país, à excepção de Setúbal, no qual os operários auferiam 13\$16 e as operárias 8\$17.

Quadro CC
Salários médios dos operários e das operárias conserveiros

	Lagos	Portimão	Olhão	V.R.S.A.
Homens	11\$50	9\$16	11\$55	7\$61
Mulheres	5\$79	5\$19	5\$26	4\$26

Fonte: *Compilação ...*, p. 21.

No Algarve, afirmava-se, embora cortado pela censura, que o salário mínimo pago nas fábricas, no comércio, na agricultura e nas obras públicas, não asseguraria as subsistências necessárias ao operário sóbrio e honrado, segundo o papa Leão XIII, muito menos àqueles que tivessem a seu cargo mulheres e filhos a sustentar¹⁷².

6.2.9. O regime de trabalho e os salários nos CCTs. de 1936, 1938 e 1939

Como em outras matérias anteriormente referidas, à excepção de pequenas clarificações terminológicas, não houve alterações substanciais entre aqueles três

¹⁷¹ Salazar, “Sobre a Indústria das Conservas de Peixe - Relatório de uma visita aos centros conserveiros”, 8/12/31, *Discursos e Notas Políticas* - 1943-1950, p. 539.

¹⁷² cf. “Carta de Portimão”, *O Trabalhador*, de 23/8/35, in *ANTT/AGMI*, Boletim de Registo e Justificação de cortes, 27/8/35, p. 3, maço 472.

contratos. O trabalho de «vazio» podia ser realizado em regime de empreitada, embora pago com um aumento de, pelo menos, 25% mais do que o salário mínimo de jornal de operário de categoria semelhante.

As operárias e os menores do sexo masculino que laborassem em qualquer máquina ou ferramenta, não aufeririam menos do que o salário mínimo estabelecido para operários que realizassem trabalho igual, embora pudessem ser substituídos por operários durante a vigência dos contratos deixando, por conseguinte, de pertencerem ao quadro do pessoal efectivo, em benefício dos segundos. Havia, portanto, uma precaridade do posto de trabalho, uma passagem a uma situação de que resultaria um salário mais baixo.

O trabalho executado ao domingo seria pago com mais 50% em relação ao salário respectivo.

Como mostra o quadro CCI sobre os salários mínimos, no âmbito dos três contratos colectivos rubricados até ao deflagrar da II Guerra Mundial, os valores pagos, quer por hora, quer à jorna, quer por empreitada não sofreram qualquer alteração e eram inferiores aos dos seus congéneres do Porto e, principalmente, de Setúbal. Se tivermos em conta que durante estes três anos se registou um aumento do custo de vida, embora reduzido, como reduzidos já eram os próprios salários, fácil é chegarmos à conclusão que o salário real terá sofrido alguma erosão, agravando as condições quotidianas dos trabalhadores da indústria conserveira.

No capítulo dos salários, a já várias vezes referida cláusula 18ª, mostrava-se, sem dúvida, uma das mais importantes, tendo sofrido algumas alterações, no caso das operárias, do contrato inicial para os seguintes. A todo o pessoal efectivo era garantido **“o mínimo de 48 horas de trabalho ou salário em cada período de duas semanas,**

ganhando, pelo menos, o salário mínimo” fixado no contrato¹⁷³. Salário mínimo que para os soldadores trabalhando em empreitada equivalia **”remuneração correspondente ao trabalho de 500 latas na base de 1/4 club 30mm”**¹⁷⁴.

Nos contratos colectivos de 1938 e 1939 algumas operárias efectivas, foram, claramente prejudicadas. Eram **“um número de operárias equivalente à percentagem mínima de 20% do pessoal feminino”** e as que se encontravam no âmbito da cláusula 1ª, § 1º, nº 4, das fábricas do centro de V.R.S.A., eram-lhes garantido um mínimo de trabalho de 32 horas, nas condições da cláusula 18ª.

¹⁷³ Cláusula 18ª, CCT, de 1936.

¹⁷⁴ Cláusula 18ª, § único, CCT, de 1936.

Quadro CCI
SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS DO ALGARVE,
1936-1939

Classes	1936			1938			1939		
Operários	Por hora	Por dia	Empreitada /mil	Por hora	Por dia	Empreitada /mil	Por hora	Por dia	Empreitada /mil
Especializadas:									
a) Azeitadeiras, visitadeiras de latas no «cheio» e batadeiras	1\$00	8\$00	-	1\$00	8\$00	-	1\$00	8\$00	-
b) Visitadoras de latas no «vazio», ajudantes de cravadeira e levantadeiras de lata para o azeiteamento	\$90	7\$20	-	\$90	7\$20	-	\$90	7\$20	-
<i>Não especializadas</i>	\$80	6\$40	-	\$80	6\$40	-	\$80	6\$40	-
Praticantes (durante 3 meses)	-	-	-	\$70	5\$60	-	\$70	5\$60	-
Aprendizes (durante 3 meses) (3)	\$60	4\$80	\$60	\$60	4\$80	-	\$60	4\$80	-
Montadoras de tiras	-	-	-	1\$40	11\$20	4\$50	1\$40	11\$20	4\$50
Operários									
Montadores de tiras	1\$65	13\$20	4\$50	1\$65	13\$20	4\$50	-	-	4\$50
Trabalhadores:									
a) Caldeira	1\$80	14\$40	-	1\$80	14\$40	-	1\$80	14\$40	-
b) Tesouras de esquadra folha e cortar tiras	-	-	1\$60	-	-	1\$60	-	-	1\$60
Tesoura mecânica para esquadra folha	-	-	-	-	-	\$40	-	-	\$40
Prensas e cravadeiras manuais	1\$75	14\$00	1\$50	1\$75	14\$00	1\$50	1\$75	14\$00	1\$50
c) Balancês de cunhar, abatages e fogueiro	1\$65	13\$20	-	1\$65	13\$20	-	1\$65	13\$20	-
d) Cravadeiras semi-automáticas, montadeiras semi-automáticas de tiras e máquinas de fazer chaves	1\$40	11\$20	-	1\$40	11\$20	-	1\$40	11\$20	-
e) Cravadeiras automáticas e soldadeiras	1\$25	10\$00	2\$00	-	-	2\$00	-	-	2\$00
f) Rebordadeiras semi-automáticas. Rebordadeiras horizontais de pedal. Tesoura mecânica para tiras.	1\$25	10\$00	3\$00	-	-	3\$00	-	-	3\$00
Topós de tiras.	-	-	-	-	-	\$55	-	-	\$55
Topós de tampos.	-	-	-	-	-	1\$80	-	-	1\$80
g) Rebordadeiras de mesa semi-automáticas.	1\$05	8\$40	2\$10	1\$05	8\$40	2\$10	-	-	2\$10
Prensas de tamponar fundos	-	-	-	-	-	\$60	-	-	\$60
h) Rebordadeiras, tamponadeiras, topós de tiras e tampos.	-	-	1\$80	-	-	-	-	-	-
Rebordadeiras-tamponadeiras.	-	-	-	1\$00	8\$00	-	1\$00	8\$00	-
Estanhadeiras de pratos.	-	-	1\$75	-	-	1\$75	-	-	1\$75
Montadeiras automáticas de tiras e ajudantes de cravadeiras.	1\$00	8\$00	-	1\$00	8\$00	-	1\$00	8\$00	-
i) Estanhadeiras de folha e máquinas de meter borracha.	-	-	1\$00	\$90 (2)	7\$20 (2)	-	\$90 (2)	7\$20 (2)	-
Dobragem de tiras, máquinas de revizar latas.	\$90	7\$20	-	\$90	7\$20	-	\$90	7\$20	-
Máquinas de meter borracha.	-	-	-	-	-	1\$10	-	-	1\$10
j) Caixoteiros ou trabalhadores de armazém	1\$25	10\$00	-	1\$25 (1)	10\$00 (1)	-	-	-	-
k) Trabalhadores de mours	1\$25	10\$00	-	1\$25	10\$00	-	1\$25	10\$00	-
l) Trabalhadores sem especialização. Pingadores de latas	1\$25	9\$20	-	1\$25	9\$20	-	1\$25	9\$20	-
m) Limpadores de latas incluindo o encaixotamento	\$70	5\$60	5\$00	\$70	5\$60	5\$00	\$70	5\$60	5\$00
n) Aprendizes	\$75	6\$00	-	\$75	6\$00	-	\$75	6\$00	-
Soldadores:									
Quando o serviço não seja soldagem de latas ou tiras.	2\$30	18\$40	-	2\$30	18\$40	-	2\$30	18\$40	-
Vazio completo:									
Até 1/4 club 40 mm	-	-	30\$00	-	-	30\$00	-	-	30\$00
Até 1/4 americano	-	-	34\$00	-	-	34\$00	-	-	34\$00
Até 1/2 alta 40 mm	-	-	40\$00	-	-	40\$00	-	-	40\$00
Até 4/4	-	-	60\$00	-	-	60\$00	-	-	60\$00
Tiras para latas cravadas pela máquina em ambos os lados, ou para máquinas de soldar nas fábricas de vazio manual.			7\$00	-	-	7\$00	-	-	7\$00

Fonte: "Contratos Colectivos de Trabalho" de 1936, 1937 e 1938, BINTP, n.º 1, de 30/11/36, n.º 3, de 15/2/38 e n.º 4, de 28/2/39.

(1) Para 1938, apenas trabalhadores de armazém. (2) Para estes salários exceptuam-se as máquinas de meter borracha. (3) A expressão "durante 3 meses" para os contratos de 1938 e 1939.

Entre o CCT de 1936 e o de 1939, constatamos, igualmente, um ligeiro aumento do recurso ao trabalho de empreitada, sintoma de um maior ritmo de trabalho e de uma maior intensificação da exploração da mão-de-obra.

Apenas nos contratos de 1938 e 1939, foi garantido ao pessoal auxiliar, pelo grémio e pelo IPCP, durante o defeso, a remuneração de 10\$00, por semana.

6.3. Os atropelos aos CCTs pelas entidades patronais

Entre a legislação inscrita nos CCTs, mesmo naquelas cláusulas razoavelmente favoráveis aos operários, e a realidade laboral continuava a existir uma distância enorme. O incumprimento por parte dos industriais de algumas de algumas cláusulas do contrato de 1936 era, decorrido pouco mais de um mês de ter sido assinado, denunciado pelo jornal do Sindicato Nacional.

Paolo Cocco, em Lagos, a Aliança Fabril «Lacobrigense», Tomé, Lda., em Olhão, eram acusados de despedir soldados ou de lhes não dar trabalho. A fábrica Belo Monte, localizada também, em Olhão, escondia o relógio para que os operários não soubessem a que horas terminava o seu trabalho¹⁷⁵.

No centro de V.R.S.A. havia, igualmente, uma firma, que não era mencionada, que também não cumpria o CCT¹⁷⁶.

A secção de Portimão do sindicato nacional denunciava a falta de cumprimento do contrato pelas firmas J. Fialho e Severo Ramos. Aquela, por se recusar a pagar aos trabalhadores de armazém os 10\$00 diários estipulados, apenas

¹⁷⁵ cf. "Depois da assinatura do contrato conserveiro do centro de Olhão", *O Conserveiro*, nº 22, 30/1/37.

¹⁷⁶ cf. *O Conserveiro*, nº 22, 30/1/37.

lhes pagando 9\$20, esta por não pagar às operárias menores que trabalhavam há mais de dois anos o salário devido¹⁷⁷.

Incumprimento dos CCTs expresso na própria documentação do Grémio dos ICP de Sotavento, designadamente no Livro de Actas da Direcção do referido grémio.

Os patrões recorriam, por vezes, à admissão de operários, nomeadamente, soldadores, na categoria de auxiliar, desempregados, mas, fugindo à aplicação do § 2º, da cláusula 2ª¹⁷⁸ do CCT de 1939¹⁷⁹.

A fuga às disposições do CCT, por parte dos industriais seria, pois, corrente, para que a direcção do grémio tenha dado **“instruções rigorosas”** ao fiscal do mesmo para se evitar infracções ao contrato colectivo¹⁸⁰.

Nos princípios de 1940, voltamos a encontrar referências a reuniões entre a Comissão Arbitral e a delegação do INTP, em Faro, apreciando **“casos referentes à interpretação e execução”** do CCT, o que evidencia, mais uma vez, que o mesmo não estava a ser cumprido pelo patronato conserveiro¹⁸¹.

Contestada era, igualmente, a cláusula 5ª e § único¹⁸², **“e muito menos se a sua doutrina fôr ligada com a das cláusulas décima terceira e décima quarta”**¹⁸³, cuja interpretação dada pelo delegado do INTP, os industriais não concordavam¹⁸⁴. Resolviam, por consequência, **“tratar de novo o assunto com o referido**

¹⁷⁷ cf. *O Conserveiro*, nº 37, 15/4/37.

¹⁷⁸ “Os industriais que formem os seus quadros de forma a causar o despedimento de algum ou alguns dos operários que anteriormente os compunham não poderão, no período de vigência deste contrato, aumentá-los sem prévio acordo do Grémio e pagamento de 350\$00, por cada operário ou operária que lhes seja autorizado admitir, para o fundo de previdência privativo do Grémio”.

¹⁷⁹ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 138, de 25/6/39, fl. 36.

¹⁸⁰ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 139, de 31/6/39, fl. 38.

¹⁸¹ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 167, de 4/3/40, fl. 60.

¹⁸² Cláusula 5ª - “Os industriais não poderão admitir e manter nas suas fábricas operários, operárias ou aprendizes que não possuam a respectiva caderneta profissional visada pelo Grémio”. § único - “Depois da admissão de qualquer operário ou operária, a caderneta profissional ficará em poder do industrial, não devendo em caso algum ser entregue ao respectivo operário”

¹⁸³ Cláusula 13ª - “O INTP, de colaboração com o Grémio procederá periodicamente à verificação das cadernetas em todas as fábricas”. Cláusula 14ª - “Se se verificar que nas fábricas existam cadernetas cujos titulares não constem dos mapas fornecidos pelos Grémios e, sem motivo, justificado, das respectivas folhas de férias, serão aquelas apreendidas e ao industrial aplicadas as sanções correspondentes, o mesmo sucedendo se o industrial tiver as seu serviço pessoal sem caderneta”.

¹⁸⁴ *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 179, de 27/5/40, fl. 68.

Delegado”¹⁸⁵. Dias depois, na reunião da direcção do Grémio de 17 de Junho de 1940, ajustavam em expôr ao Sub-Secretário das Corporações, passando por cima, portanto, do delegado do INTP, **“os motivos porque se entende que o aumento de salários aos operários não deve ser superior a dez por cento dos salários para os do sexo masculino e dez centavos por hora para os do sexo feminino**”¹⁸⁶.

Para além da autuação que recairia sobre o industrial o que estava em causa era a possibilidade de empregar outros trabalhadores, eventualmente, desempregados, aos quais seriam pagas salários ainda mais baixos do que aqueles consignados no CCT, numa altura de dificuldades de aquisição de matérias-primas e de subida dos seus preços. Aliás, a falta de folha de flandres, diziam, tornava difícil para a indústria garantir o trabalho aos seus operários, com estavam obrigados pelo CCT.¹⁸⁷

6.3.1. *A entrevista de Germinal Sequeira*

A maior contestação ao contrato de 1936 foi feita pelo presidente do SN dos Operários Conserveiros do Distrito de Faro, Germinal Sequeira¹⁸⁸.

Embora considerando que o CCT tinha trazido algumas regalias aos operários do ramo, colocava igualmente algumas reticências a algumas das cláusulas. Uma das críticas feitas dizia respeito à tabela dos próprios salários mínimos que podia ser facilmente transgredida, nomeadamente, pela aplicação da cláusula 6ª, a qual preceituava que **“Os operários com excepção dos soldadores têm a obrigação de executar na fábrica quaisquer serviços que lhe forem indicados, embora não**

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 182, de 17/6/40, fl. 69.

¹⁸⁷ cf. *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 205, de 25/11/40, fl. 86.

¹⁸⁸ cf. *O Conserveiro*, nº 45, de 31/8/37, pp. 29-30.

sejam os que normalmente desempenham, e não deixam de pertencer por isso, à categoria especial que lhes tiver sido estabelecida para o efeito de receberem o salário mínimo desta”. Depreende-se das palavras de Germinal Sequeira que, embora os patrões tivessem que pagar o salário consoante a especialidade do operário, mesmo que este executasse trabalho diferente, tal não aconteceria, no propósito de auferirem um salário mais baixo.

Havia ainda muitos industriais que ao arrepio do contrato não distribuíam pelas suas exactas especialidades, indicando-os como pertencentes a determinada especialização de salário inferior, mas mantendo-os a laborar na respectiva especialidade de salário superior.

Outra transgressão que se verificava com alguma frequência era respeitante aos operários especializados nas máquinas, os quais auferiam um salário superior, mas que nunca conseguiam trabalhar mais que o mínimo estabelecido. Segundo Germinal Sequeira **“se durante uma semana é necessário trabalhar consecutivamente com a prensa o industrial manda que o especializado trabalhe três dias e fez substituí-lo depois por um trabalhador sem especialidade a quem paga menos”**.

A cláusula 17^a, § único¹⁸⁹ era também fortemente contestada pelo presidente do sindicato, visto que tal disposição permitia que os patrões na altura do embarque, desembarque e em outros trabalhos fora da fábrica, mandassem os trabalhadores executá-los. O sindicato pretendia a revogação pura e simples daquele parágrafo.

Também a cláusula 18^a ¹⁹⁰ estava na mira do sindicato, defendendo uma nova redacção, ou seja, que fosse assegurado três dias de trabalho, por semana, visto que

¹⁸⁹ “Os operários com excepção dos soldadores poderão executar os trabalhos de carga e descarga, f’ra dos edificios das fábricas, de todas as matérias-primas (carvão, sal, peixe, f’lha, etc.) bem como conservas fabricadas, óleos de peixe, retalhos de f’lha e guano, respeitando-se, no entanto, e sempre que não hajam fortes razões em contrário, os usos estabelecidos”;

¹⁹⁰ “Os industriais garantem a todo o pessoal efectivo o mínimo de 48 horas de trabalho ou salário em cada período de duas semanas, ganhando, pelo menos, o salário mínimo fixado” no contrato.

alguns industriais cometiam **“a maior falta de humanidade para com os seus operários, dando conforme entendem as 48 horas garantidas”**. Patrões haviam que davam as 48 horas, por inteiro, em uma semana, ficando os operários sem trabalho na semana seguinte; outros davam duas ou três horas por dia e, outros ainda, incluíam nas referidas horas o trabalho realizado à noite. Não tinham, assim, um salário garantido.

Não era menos contestado o § único¹⁹¹ daquela cláusula. Para o sindicalista nacionalista tal disposição representava, de facto, o salário mínimo para os soldadores. Enquanto os restantes trabalhadores tinham alguma garantia de trabalho durante o período da safra, os soldadores encontravam-se sempre na contingência de serem substituídos pelo mecânico do vazio. Embora o salário mínimo desta categoria estivesse fixado em 18\$40, por dia, de facto, o salário auferido pela tarefa correspondente de 500 latas e, em regime de empreitada, apenas ghegava aos 7\$50.

A luta contra a introdução mecânica de soldadeiras, velha de muitos anos, permanecia, como testemunham as palavras de Germinal Sequeira. O sindicato tinha envidado todos os esforços para que fosse **“proibida a faculdade do industrial poder mandar fazer a lata vazia pela máquina, quando”** possuía **“dentro do seu estabelecimento fabril operários especializados em tal serviço e a quem”** dava **“apenas 48 horas de trabalho em quinze dias, deixando-os outras 48 horas na inactividade e sem vencer salário”**.

Entrevistado foi, também, o presidente da secção de Portimão do SN, José Francisco, que, aliás, nada adiantaria de substancial à entrevista anterior. Defendia, porém, a constituição do SN dos operários de Barlavento, à semelhança do que existia

¹⁹¹ “Considera-se equivalente ao mínimo de salário em oito horas, para os soldadores, trabalhando em regime de empreitada a remuneração correspondente ao trabalho de 500 latas na base de 1/4 club 30mm”.

para os grémios. Sendo secção sindical não podia, porém, denunciar o CCT, atribuição que apenas competiria ao Sindicato¹⁹².

De facto, a 27 de Agosto de 1937, o SN do distrito de Faro denunciava aquele CCT apresentando as alterações que julgava atinentes. Também em Matosinhos o respectivo sindicato o denunciava, enquanto que em Setúbal a denúncia partiria do grémio¹⁹³.

6.3.2. A denúncia do CCT

Capital e trabalho tinham, obviamente, razões opostas para denunciarem os CCTs que antes assinaram.

Para os patrões os contratos, mais precisamente, o de 1936 fora **“um dos mais pesados encargos que durante os ultimos tempos têm sido suportados pela indústria”**¹⁹⁴. Reconheciam, porém, que as suas condições estavam ainda longe de satisfazer as aspirações da classe operária, conquanto aos operários auxiliares praticamente não lhes era nada garantido com o contrato. As dificuldades atravessadas pela indústria obrigaram a que não fosse mais sobrecarregada. Contrato que **“mau grado os seus pesados encargos, foi bem aceite por todas os industriais”**, mau grado ter provocado algumas divergências interpretativas, as quais, todavia, teria sido ultrapassadas com pleno acordo dos industriais¹⁹⁵.

Como deixámos atrás afirmado, o SN do distrito de Faro, denunciara algumas cláusulas que foram apresentadas aos industriais. Estudadas as pretensões do sindicato,

¹⁹² cf. *O Conserveiro*, nº 45, de 31/8/37, pp. 39.

¹⁹³ cf. *O Conserveiro*, nº 46, 30/9/37, pp. 2-3.

¹⁹⁴ *Relatório e Contas do GICPSA*, 1936, fl. 4.

¹⁹⁵ *Relatório e Contas do GICPSA*, 1936, fl. 5.

os industriais verificaram a impossibilidade de as aceitar. Perante o impasse a que se chegara, colocava-se duas alternativas: ou reduzir os quadros do pessoal, solução que **“tinha a desvantagem de engrossar o número de desempregados, felizmente, já bastante reduzido, e constituía certa desumanidade e pouco sentimento colectivo”**; ou, cercear algumas regalias, a conceder em altura mais desafogada, embora esta alternativa aumentasse as dificuldades, pela limitação de trabalho. Perante este cenário os industriais teriam conseguido introduzir a cláusula 57^a ¹⁹⁶ - à introdução desta cláusula que, no contrato seguinte desapareceu, não terá sido estranha a baixa da exportação verificada neste ano -, o § 2º ¹⁹⁷ da cláusula 18ª e o § 3º ¹⁹⁸ da cláusula 19ª ¹⁹⁹.

No contrato de 1936, apenas surge o § 3º da cláusula 19ª, enquanto que a cláusula 57ª e o § único da cláusula 18ª, só seriam introduzidas no CCT de 1938.

Estas disposições resultavam claramente em evidente prejuízo dos operários pela diminuição da garantia de trabalho, entre o CTT de 1936 e os seguintes.

Depois das divergências enfrentadas por patrões e operários **“voltou a ser normal a colaboração mantida”** entre o grémio e o sindicato ²⁰⁰.

Sobre o contrato de 1938 não temos indicações que tenha sido denunciado por qualquer das partes o que leva a supor que vigorasse até à data limite.

Mas, já o mesmo não se passa com o contrato de 1939. Aliás, em reunião realizada, em 15 de Dezembro de 1939, os operários conserveiros do distrito de Faro,

¹⁹⁶ “Durante os quatro primeiros meses do ano de 1938, por motivo de paralisação de fábricas de sardinha e das grandes existências de vazio, ficava reduzida a dois terços a garantia de trabalho prevista na cláusula 18ª e seu § 1º nas fábricas em que os industriais seus proprietários mantinham os seus anteriores quadros de pessoal”.

¹⁹⁷ “Para as mulheres efectivas, compreendidas nos nº 3º e 4º do § 1º da cláusula 1ª, a garantia mínima de trabalho é de trinta e duas horas, nas condições da cláusula 18ª”.

¹⁹⁸ “Os industriais que tenham necessidade de extinguir ou reduzir as suas secções manuais de lata vazia podem dispensar os soldadores, até ao limite anual de 20% do número de operários desta classe, constantes do quadro existente durante a vigência do contrato anterior, desde que previamente tenham recebido para isso acórdão do seu Grémio”.

¹⁹⁹ *Relatório e Contas do GICPSA*, 1937, fl. 4 a 6.

²⁰⁰ *Relatório e Contas do GICPSA*, 1937, fl. 13.

começaram por rejeitar as bases do novo CTT, ao mesmo tempo que expressavam o seu desagrado por alguns industriais pretenderem encerrar algumas fábricas, colocando no desemprego número apreciável de operários²⁰¹.

Desconhecemos aquilo que o sindicato rejeitava, mas, sabemos, isso sim, que o contrato virá a ser denunciado, em 30 de Setembro de 1939, iniciara-se já a II Guerra Mundial, pelo Grémio de Sotavento, como consequência das **“dificuldades do momento presente na aquisição de matérias primas que podem de um momento ao outro impedir pela sua falta o cumprimento da garantia de trabalho assegurado pelo referido Contrato”**²⁰².

Contudo, a nova comissão administrativa, presidida por Luís Gonçalves Saias, diligenciava junto do delegado do governo para desistir daquela denúncia, efectuada pela comissão administrativa anterior presidida por José Brás Pereira²⁰³, o que evidencia também divergências no seio da direcção do grémio e desta com alguns industriais, como é possível constatar pela leitura das actas, embora sobre o conteúdo das divergências elas pouco nos elucidem.

6.4. Conclusões sobre os CCTs

O princípio da contratação colectiva encontrava-se consagrado na Constituição de 1933 e reafirmado na carta magna do corporativismo, o Estatuto do Trabalho Nacional.

²⁰¹ cf. *O Conserveiro*, nº 71, 15/1/39.

²⁰² *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 147, de 2/10/39, fl. 52.

²⁰³ *Livro de Actas da Direcção do GICPSA*, acta nº 157, de 26/12/39, fl. 52.

Os CCTs consubstanciavam a colaboração entre o capital e o trabalho, eram considerados o “*acto corporativo por excelência*”²⁰⁴, repudiando-se, assim, sem equívocos a luta de classes.

No início dos anos trinta, as reclamações e representações dos operários conserveiros, designadamente dos de Matosinhos, serão relativamente contempladas na acção de Pedro Teotónio Pereira, em matérias como o excesso das horas de trabalho, na proibição das operárias e dos menores de laborarem nas oficinas de soldadura e nas máquinas de «vazio». Estas aspirações, embora, aparentemente, favorecendo as operárias e os menores, permitiriam, por outro lado, alargar o mercado de trabalho aos operários com reflexos na oferta de trabalho e, conseqüentemente na tendência para a subida dos salários.

Mas terão os salários crescido com a assinatura do contrato colectivo de 1936, em relação aos salários pagos anteriormente? Não dispomos, infelizmente, como, aliás, já asinalámos, de elementos suficientes para podermos avaliar a evolução dos salários dos operários conserveiros. Contudo, se compararmos os salários das bases para o CCT, aprovadas, em 31 de Julho de 1935, em Matosinhos, com os do CCT assinado, em 1936, fácil será de verificar que estes últimos foram inferiores aos pedidos pelos delegados dos operários conserveiros.

Segundo o jornal *O Conserveiro*²⁰⁵, um casal de operários necessitaria para viver condignamente durante um ano de 6.390\$00, ou seja, 17\$50, por dia, não incluindo os 2% para o Desemprego, o desconto obrigatório para a Caixa Sindical de Previdência e a cota sindical, pelo que, fazendo-se eco dos protestos patronais, não considerava “*exorbitante*” os 20\$00 de salário diário pedido.

²⁰⁴ Fernando Homem Cristo, “Contratos Colectivos de Trabalho”, *Uma Série de Conferências*, Edição de Estudos Corporativos da U.N., Lisboa, 1933, p. 241.

²⁰⁵ cf. “Salários mínimos”, *O Conserveiro*, nº 8, 15/12/35, p. 1.

Na denúncia²⁰⁶ do CCT de 1936 para os operários conserveiros do Algarve, o sindicato nacional solicitava uma tabela mínima própria para os operários do centro de V.R.S.A. que laboravam na fabricação do atum, a qual era diferente da da sardinha, visto que empregava **“máquinas mais pesadas e que demandam um maior esforço físico, tanto no «cheio» como no «vasio»**. Em relação à tabela mínima inserida no contrato de 1936, as exigências eram muito mais exíguas, contemplando grande parte das categorias das operárias, mas poucas dos operários.

Compreende-se o pedido para a subida salarial das mulheres, por muito pouco que fosse e era-o, mas já não se compreende tão bem que para os operários apenas tenham sido pedidos aumentos para poucas categorias. Estariam os operários satisfeitos com os seus salários? Não cremos. Não quereriam hostilizar com aumentos excessivos e de antemão recusados pelos patrões? Talvez. Reivindicariam uma subida para aquelas categorias que teriam salários proporcionalmente mais baixos? A questão essencial era que os Sindicatos Nacionais, em sintonia com a política corporativa do Estado Novo, e pela sua passividade favoreciam objectivamente o congelamento salarial.

Se tomarmos em linha de conta o frequente incumprimento de muitas cláusulas do contrato colectivo, as formas fraudulentas a que recorriam e o «congelamento» dos salários mínimos de 1936 a 1939, teremos uma imagem certamente pálida das difíceis condições de trabalho e de vida dos trabalhadores conserveiros.

Na análise que realizámos às diferentes cláusulas dos três contratos, deixámos já expressas bastantes indicações sobre a evolução ou não das mesmas que contemplassem benefícios ou perdas, quer para os operários, quer para os industriais,

²⁰⁶ cf. “A denúncia dos contratos colectivos de trabalho na indústria conserveira”, *O Conserveiro*, nº 46, 30/9/37, pp. 2 e 3.

embora no computo geral aqueles não tivessem visto melhorar significativamente as suas condições de trabalho. Pensamos até ter-se registado um aumento da taxa de exploração, designadamente no trabalho de «cheio», com o recurso às empreitadas, mesmo tendo em conta o carácter específico do trabalho conserveiro, dependente da hora de entrada de peixe na fábrica.

Também as cláusulas em relação aos soldadores evidenciaram alguns aspectos negativos, visto que permitia aos industriais a sua redução ou mesmo eliminação das secções de «vazio», as quais eram transferidas para as latoarias independentes que conheceram um aumento significativo, a par com uma tendência já por nós analisada para a mecanização. Reivindicavam, portanto, **“que o combate ao soldador - destronado pela máquina - deve ser feito lentamente, com humanidade, à medida que forem deixando o trabalho por invalidez e não de um só jacto pagando a 6\$00 por dia”**²⁰⁷.

É de destacar, pelo seu amplo poder interventivo o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência, criado pelo decreto nº 23.053, de 23 de Setembro de 1933, que desempenhou um protagonismo importante no âmbito das negociações **“na prática, quase sempre entre os delegados do INTP e o patronato, não poucas vezes trazido à contratação só por força da intervenção governamental”**²⁰⁸, na homologação e na fiscalização dos CCTs. Instituto que, sem colocar em causa a política económico-social do Estado Novo e, perante o peso e a influência dos industriais e das suas organizações, terá funcionado como contrapeso a esta influência. Para a indústria conserveira, pensamos que se poderá também ajustar a análise de Fátima Patriarca quando acentua que **“Nalguns casos, ... , do lado sindical, quem**

²⁰⁷ “A denúncia dos contratos colectivos de trabalho na indústria conserveira”, *O Conserveiro*, nº 46, 30/9/37, pp. 3.

²⁰⁸ F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 352.

verdadeiramente conduz as negociações, quem define uma linha estratégica, quem possui meios de pressão sobre os patrões e os pode utilizar não são os sindicatos e os seus dirigentes, mas o INTP e os seus delegados e assistentes”²⁰⁹.

A sua acção, porém, não obstava a que os patrões recorressem, pelas formas mais ou menos subtis, a atropelar muitas das cláusulas dos contratos com evidentes prejuízos para os operários, aumentando, assim, a sua taxa de mais-valia.

A política anti-operária seria consubstanciada na «fascização» dos sindicatos, em Setembro de 1933 - criação dos Sindicatos Nacionais -, que terá como resposta a reacção de alguns sectores operários na greve geral derrotada de 18 de Janeiro de 1934, marcando, no essencial, o fim do sindicalismo livre por muitas décadas.

Do lado do capital, pelo contrário, as suas associações representativas, embora organizadas no âmbito da lógica corporativa, mantiveram, de uma forma geral, o seu poder e a sua influência junto dos centros de decisão política e económica.

O Estado Novo caracterizar-se-á, não apenas no domínio económico, mas também no domínio social, por uma enorme intervenção: prévia aprovação das direcções sindicais eleitas e poder de demissão das mesmas, entre outras medidas.

Os CCTs, designadamente, os elaborados para a indústria conserveira, evidenciaram, assim, uma forte componente de controle das relações de trabalho, regulamentando, não só a simples entrada e saída dos operários, como todas as fases do processo produtivo.

Em substância, os CCTs asseguraram para os industriais um constante recrutamento da mão-de-obra, dificultaram a sua mobilidade, limitando, assim, a concorrência operária no mercado de trabalho - no fundo, na lógica de uma forma de

²⁰⁹ Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, vol. I, pp- 234 e 235.

condicionamento do número de trabalhadores -, impuseram um amplo leque de possibilidades de despedimento, forma de submeter os operários à lógica da reprodução do capital, tudo, enfim, dentro de uma política de baixo valor da força de trabalho, ou seja, de baixo salário, permitindo reduzir os custos de produção, enquanto as contrapartidas em regalias sociais foram mínimas.

Esta política plasmava-se igualmente em algum paternalismo estatal e patronal, que no caso deste último, principalmente nas grandes empresas conserveiras, conduzirão no assegurar de cantinas, creches, assistência, esta, fornecida, quer pelo Grémio, quer pelos próprios industriais, mas também na construção de bairros de casas económicas e a um arremedo de previdência social, como veremos, paliativo insuficiente para suprir as enormes deficiências de protecção social do trabalhadores e de sua família.

7. O operariado das fábricas de Conserva de peixe do Algarve na II Guerra Mundial

Como já várias vezes acentuámos, a indústria conserveira comporta alguns elementos específicos, em relação a outras indústrias, nomeadamente a sua sazonalidade, em virtude das próprias características da matéria-prima que labora - referência especial para a sardinha e o atum - espécies que, por motivos diferentes atingem maiores rendimentos a partir de Maio e durante grande parte do verão.

Daqui decorre a própria sazonalidade da força de trabalho a qual atinge igualmente o seu máximo naqueles períodos. Está, assim, sujeita a grande mobilidade e instabilidade.

O número de operários e operárias caracteriza-se, ainda, por acentuada variabilidade, quer ao longo do ano, quer mesmo ao longo dos meses e semanas, consoante as quantidades de peixe capturadas, as quais se reflectirão, posteriormente, na própria produção e exportação de conservas.

Consequentemente, é extremamente difícil precisar um número de trabalhadores por fábrica e mesmo por centro conserveiro. Os dados sobre o número de operários e operárias, que adiante damos, são referidos ao final de Dezembro do respectivo ano e, deverá, assim, ser observado como elementos indicativos.

A força de trabalho - permanente e auxiliar ou adventícia - nos centros algarvios durante a II Guerra Mundial, à excepção dos anos de 1942 e 1943, para os quais não possuímos elementos, evoluiu consoante evidencia os quadros seguintes:

Quadro CCII
O número de operários e operárias permanentes e auxiliares ou adventícios nos centros conserveiros do Algarve durante a II Guerra Mundial

Centros	1940	
	Permanentes	Total
Lagos	94	182
Portimão	609	1.114
Olhão	543	985
V.R.S.A.	187	278
<i>Total Algarve</i>	<i>1.433</i>	<i>2.559</i>
<i>Total Geral</i>	<i>3.145</i>	<i>5.859</i>

Fonte: Anuário Estatístico

Quadro CCII (cont.)

Quadro CCII (cont.)											1941
Centros	Homens					Mulheres					Total
	Permanentes					Permanentes					
	M	E	T	A	T	M	E	T	A	T	
Lagos	9	40	91	1	141	4	121	144	..	269	410
Portimão	37	387	527	5	956	17	285	602	..	904	1.860
Olhão	25	248	240	10	523	28	432	263	..	723	1.246
V.R.S.A.	17	65	93	..	175	6	68	111	..	185	360
Total Algarve	88	740	951	16	1.745	55	906	1.120	..	2.081	3.876
Total Geral	221	1.901	1.738	67	3.927	105	2.008	2.142	66	4.321	8.248

Fonte: Anuário Estatístico

Quadro CCII (cont.)

Quadro CCII (cont.)										1941	
Centros	Homens					Mulheres					Total
	Auxiliares					Auxiliares					
	M	E	T	A	Tl	M	E	T	A	Tl	
Lagos	..	..	7	4	11	..	..	493	26	519	530
Portimão	..	..	42	33	75	2	..	1.851	114	1.967	2.042
Olhão	1	45	152	18	216	..	1	2.028	28	2.057	2.273
V.R.S.A.	..	33	123	8	164	..	7	802	30	839	1.003
Total Algarve	1	78	324	63	466	2	8	5.174	198	5.382	5.848
Total Geral	1	246	589	125	961	12	776	12.301	807	13.896	14.857

Fonte: Anuário Estatístico. M=mestres ou mestras; E=especializados (as); T=Trabalhadores (as); A=Aprendizes (as) e Tl=total.

Quadro CCII (cont.)

1944

Centros	Permanente		Total	Adventício		Total
	H	M		H	M	
Lagos	124	172	296	23	588	611
Portimão	803	592	1.395	121	1.999	2.120
Lagoa	323	221	514	70	887	957
Portimão	480	371	851	51	1.112	1.163
Olhão	517	555	1.072	633	1.426	2.059
V.R.S.A.	187	200	387	346	1.477	1.823
Total Algarve	1.631	1.519	3.150	1.123	5.490	6.612
Total Geral	3.640	4.552	8.192	1.814	13.279	15.093

Fonte: Anuário Estatístico

Nota: Considerou-se o pessoal adventício o existente no período de maior laboração. Considerou-se, quer nos operários, quer nas operárias, os propriamente da indústria e os de profissões auxiliares.

Quadro CCII (cont.)

1945

Centros	Permanente		Total	Adventício		Total
	H	M		H	M	
Lagos	121	162	283	5	488	493
Portimão	855	756	1.611	120	1.900	2.020
Lagoa	302	266	568	68	905	974
Portimão	533	490	1.043	52	994	1.046
Olhão	534	781	1.315	47	2.600	2.647
V.R.S.A.	341	326	667	25	1.026	1.051
Total Algarve	1.851	2.025	3.876	197	6.024	6.211
Total Geral	4.281	5.322	9.605	539	15.423	15.962

Fonte: Anuário Estatístico

Nota: Considerou-se o pessoal adventício o existente no período de maior laboração. Considerou-se, quer nos operários, quer nas operárias, os propriamente da indústria e os de profissões auxiliares.

Quadro CCIII

O número total de operários permanentes, auxiliares e adventícios nos centros conserveiros do Algarve durante a II Guerra Mundial

Anos	Permanente		Total	Adventício		Total	Total P+A
	H	M		H	M		
1940	1.433	1.126	2.559	-	-	2.559	-
1941	1.795	2.081	3.876	466	5.382	5.848	9.724
1944	1.631	1.519	3.150	1.123	5.490	6.612	9.762
1945	1.851	2.025	3.876	197	6.490	6.211	10.087

Fonte: Quadros anteriores.

Vejamos, seguidamente, os dias de trabalho na indústria de conservas no Algarve, para os anos de 1941, 1944 e 1945

Quadro CCIV

Os dias de trabalho dos operários e operárias permanentes, auxiliares e adventícios nos centros conserveiros do Algarve durante a II Guerra Mundial

1941

Centros	Homens				Mulheres			
	Permanentes				Permanentes			
	Mestres	Especialz.	Trabalh.	Aprendizes	Mestras	Especialz.	Trabalh.	Aprendizas
Lagos	3.006	9.921	11.881	322	877	19.424	4.936	..
Portimão	12.505	81.598	96.713	784	5.812	52.492	85.942	..
Olhão	10.734	78.264	74.369	443	9.443	145.443	44.128	..
V.R.S.A.	4.719	13.493	11.613	..	814	11.695	12.247	..
Total Algarve	30.964	183.276	194.576	1.549	16.946	248.478	147.303	.
Total Geral	69.237	444.519	374.740	10.513	31.782	471.735	269.920	6.940

Fonte: Anuário Estatístico

Quadro CCIV (cont.)

1941

Centros	Homens				Mulheres			
	Auxiliares				Auxiliares			
	Mestres	Especialz.	Trabalh.	Aprendizes	Mestras	Especialz.	Trabalh.	Aprendizas
Lagos	..	..	1.048	143	..	..	42.569	2.466
Portimão	..	..	3.773	3.473	399	..	159.038	12.522
Olhão	360	11.960	29.841	13.519	..	150	1.109.069	3.273
V.R.S.A.	..	4.743	12.548	280	..	482	72.656	470
Total Algarve	360	16.703	47.210	17.415	399	632	1.383.332	18.731
Total Geral	360	47.184	99.863	28.415	2.456	123.573	2.339.644	86.553

Fonte: Anuário Estatístico

Quadro CCV

Total dos dias de trabalho dos operários e operárias permanentes, auxiliares e adventícios nos centros conserveiros do Algarve durante a II Guerra Mundial

1941

Centros	Permanentes	Permanentes	Total
	Operários	Operárias	
Lagos	25.130	25.287	50.417
Portimão	191.600	144.246	335.846
Olhão	163.810	199.014	362.824
V.R.S.A.	29.825	24.756	54.581
Total Algarve	410.365	393.303	803.668
Total Geral	903.009	780.377	1.683.386

Fonte: Quadros Anteriores

Quadro CCV (cont.)

1941

Centros	Auxiliares	Auxiliares	Total
	Operários	Operárias	
Lagos	1.191	45.035	46.226
Portimão	7.246	171.959	179.205
Olhão	55.680	1.112.492	1.168.172
V.R.S.A.	17.571	73.608	91.179
Total Algarve	81.688	1.403.094	1.484.782
Total Geral	176.071	2.552.226	2.728.297

Fonte: Quadros anteriores

Quadro CCVI

Os dias de trabalho dos operários e operárias permanentes, auxiliares e adventícios nos centros conserveiros do Algarve durante a II Guerra Mundial

1944

Centros	Permanentes		Total	Adventícios		Total
	H	M		H	M	
Lagos	23.954	20.062	40.016	2.278	30.836	33.114
Portimão	244.933	114.524	359.457	19.956	275.674	295.630
Lagoa	86.839	40.690	127.529	11.366	121.037	132.403
Portimão	158.610	73.834	232.444	8.590	154.637	163.227
Olhão	115.751	111.735	227.486	14.548	185.528	200.076
V.R.S.A.	48.915	37.732	86.647	27.001	104.560	131.561
Total Algarve	433.553	284.053	717.606	63.783	596.598	660.381
Total Geral	887.718	909.070	1.796.788	133.007	1.503.440	1.636.447

Fonte: Anuário Estatístico

Nota: Consideraram-se os operários e operárias "da indústria" e "de profissões auxiliares".

Quadro CCVI (cont.)

1945

Centros	Permanentes		Total	Adventícios		Total
	H	M		H	M	
Lagos	26.567	26.627	53.194	791	30.803	31.594
Portimão	231.024	144.861	375.889	19.910	238.399	258.318
Lagoa	86.193	57.986	144.179	14.769	107.227	121.996
Portimão	144.835	86.875	231.710	5.141	131.172	136.313
Olhão	126.653	182.790	309.443	5.242	243.658	248.900
V.R.S.A.	93.316	62.924	156.240	4.893	118.146	123.039
Total Algarve	477.560	417.202	894.762	30.836	631.006	661.851
Total Geral	1.097.054	1.195.504	2.292.558	79.057	2.036.267	2.142.324

Fonte: Anuário Estatístico

Façamos, então, uma análise sobre estes elementos estatísticos:

a) de 1940 a 1945, o centro de Matosinhos colocou-se como o principal centro conserveiro do país, quer em número de operários, quer em termos de produção de conservas de peixe, nele se localizando, também, o mais importante mercado da pesca da sardinha.

b) o número total de operários e de operárias nos centros algarvios, entre 1940 e 1945, cresceu 51,5%, tendo correspondido 29% e 79,8%, respectivamente aos operários e às operárias. A nível nacional o aumento de operários e de operárias atingiu 63,9%, tendo correspondido 36,1% aos primeiros e 96% às segundas. Consequentemente, houve uma claríssima tendência para o recurso à mão-de-obra, mais barata, a das mulheres.

c) de 1941 a 1945, a percentagem de operárias auxiliares em relação ao total de operários e operárias permanentes, mostrou uma tendência para aumentar: 55,3%, em 1941; 56,2%, em 1944 e 64,3%, em 1945.

d) entre 1941 e 1945, o número total da mão-de-obra masculina e feminina auxiliar ou adventícia, cresceu, quer nos centros algarvios, quer no conjunto de todos os centros, respectivamente, 6,37% e 7,4%, apesar de uma ligeira quebra de 1944 para 1945. Refira-se, como, aliás, evidencia o quadro CCIV, que a maior oscilação, correspondeu aos operários, enquanto que nas operárias a subida do seu número foi de 12% e 10,9%, respectivamente, no Algarve e no conjunto do país, ou seja, nos centros do sul, houve uma tendência para um maior recurso à mão-de-obra feminina.

e) em 1943, embora não tenhamos quaisquer elementos, é previsível que o número de trabalhadores se tenha mantido, senão mesmo aumentado um pouco, levando em consideração o relativo bom ano de pesca no sul e de não haver qualquer fábrica inactiva. Em relação a 1943, registar-se-ia, na maior parte dos tipos de

conserva, um aumento da produção, embora não tivesse atingido os valores de 1942, em consequência, principalmente, do decréscimo de produção das conservas de sardinha em sal e das similares da sardinha igualmente em sal.

f) de 1944 para 1945, registou-se um aumento no número de operários e de operárias permanentes nos centros de Portimão (15,5%), de Olhão (22,7%) e de V.R.S.A. (72,3%) e, apenas, em Olhão (40,2%), em relação às operárias auxiliares. Como se compreenderão estes aumentos, quando a pesca sofreu significativa redução nas capturas, quando a produção nos centros do Algarve diminuiu 23%, quando o número de fábricas decresceu, embora com uma tendência para uma relativa concentração em unidades com maior número de operários? Estes crescimentos da massa operária dever-se-ão ter ficado a dever ao aumento da produção das conservas de sardinha em azeite, similares da sardinha em azeite, similares da sardinha em sal, similares do atum em azeite, no centro de V.R.S.A., e ao aumento da produção do atum em azeite e similares do atum em sal, em Olhão. Ora, as salgas, pelas características das conservas que fabricava e por serem pouco mecanizadas, exigiam um maior recurso em mão-de-obra. Também nos centros de Olhão e V.R.S.A. aumentou a produção de anchovas e filetes de anchovas de similares da sardinha, conservas que pelo seu fabrico mais especializado explicará o crescimento dos operários e operárias permanentes.

A este aumento do pessoal permanente poderá ainda não ser estranha a assinatura do CCT, em Maio de 1945 e, evidentemente, ao contexto de fim da guerra, assunto que retomaremos.

g) em relação aos dias de trabalho, apenas, temos elementos para os anos de 1941, 1944 e 1945. De 1941 a 1945, enquanto que os dias de trabalho dos operários e operárias permanentes aumentaram de 11,33%, os dos operários e das operárias

auxiliares ou adventícias diminuíram 55,4%, mercê de factores já sublinhados, designadamente a redução das capturas e quebra na produção, em geral. A quebra na categoria dos auxiliares foi mais significativa nos operários (62,2%), do que nas operárias (55%).

Em média os dias de trabalho ao longo do ano para os operários permanentes foram sempre superiores aos das operárias permanentes; aqueles com uma média, respectivamente, de 235, 265,8 e 258 dias de trabalho por ano, para 1941, 1944 e 1945, estas com uma média de 188, 187 e 206 para os mesmos anos.

Em relação aos operários e às operárias auxiliares ou adventícias, iremos, apenas, considerar as segundas, visto que protagonizavam um papel mais importante no processo de trabalho. A média dos dias de trabalho não deixou de diminuir durante aqueles anos; 260, 108,7 e 104,7 dias, o que correspondia, aliás, à tendencial quebra da produção de conservas nos centros algarvios.

Operárias que somente eram chamadas nos períodos de maior laboração, como eram as primeiras a ficarem sem trabalho nas épocas de falta de peixe e, conseqüentemente, de menor produção. Daqui decorria que fosse reduzido o número de dias de trabalho por ano por cada operária. Deste modo, a indústria de conservas manteve a característica estrutural de elevadas taxas de feminização, por uma enorme flutuação e instabilidade sazonal de trabalhadoras predominando, assim, o capital variável sobre o capital constante.

Se levarmos em linha de conta que o número de operários subiu, embora ligeiramente, entre 1944 e 1945, assim como o total de horas de trabalho, mas que a produção decresceu, fácil será chegar à conclusão da queda da produtividade.

Obtendo a produtividade pela fórmula Produção/Dias de trabalho²¹⁰, aquela nos centros do Algarve evoluiu da maneira seguinte:

Quadro CCVII
Produtividade nas fábricas de conservas de peixe do Algarve
Unidade: produção/dias de trabalho

Anos	Operários		
	Permanentes	Auxiliares	P+A
1941	15,3	8,2	5,3
1944	18,6	20,2	9,7
1945	11,5	15,5	6,6

Fontes: Quadros anteriores e quadro da produção do Algarve.

É necessário chamar a atenção para a questão da produtividade na indústria de conservas. Um primeiro aspecto diz respeito à elaboração do quadro, o qual engloba todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras, embora saibamos que muitos deles não entravam propriamente no processo de fabrico, exercendo outros desempenhos na fábrica. Um outro aspecto que será igualmente de salientar, refere-se ao fabrico de vários tipos de conserva, utilizando várias espécies de peixe, embora, evidentemente, sobressaindo a sardinha, e que, por consequência, haveria produtividades diferentes. Pensamos que na produção de salgas, por exemplo, dada a fraca composição orgânica do capital e grande recurso à mão-de-obra teriam certamente uma produtividade mais baixa, em relação à produção de conservas em azeite, na qual era maior aquela composição orgânica do capital, ou seja, o processo produtivo, embora empregando grande número de operários era muito mais mecanizado e racional.

Dos elementos apresentados evidencia-se que a produtividade aumentava na razão directa da produção. Consequentemente, teremos que 1940 terá sido o ano de maior produtividade, visto que correspondeu a um ano de excepcional pesca para o

²¹⁰ cf. *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, p. 63 e Fernanda Luísa Marques Guimarães, *Estatísticas da Duração do Trabalho*, p. 16.

Algarve, a uma excelente produção, embora do lado das exportações se tivesse registado uma quebra, compreensível pela evolução da guerra naquele ano.

Em 1942 e 1943, a produtividade terá descido e crescido, respectivamente, tendo em conta que foi esta a dinâmica da produção, associada a própria evolução das capturas.

Em conclusão, poderemos afirmar que a produtividade, durante a II Guerra Mundial, terá acompanhado os vectores - capturas e produção -, consequentemente, conheceu flutuações, embora com uma tendência para decrescer, e que se manterá, com esporádicas alterações, até 1949²¹¹. Contudo, esta baixa da produtividade foi largamente compensada pelo disparar dos preços das conservas de peixe.

Contudo, esta baixa da produtividade foi amplamente compensada pelo disparar dos preços das conservas de peixe.

A variação da produtividade reflecte-se, evidentemente, nos custos de produção das conservas de peixe, os quais calculados para uma caixa 1/4 club 30mm, terão, aumentado significativamente entre 1941 e 1946, caso seja possível extrapolá-los a partir dos índices fornecidos pelas fábricas de Feu Hermanos²¹²

h) finalmente, caberá salientar que em relação ao nível etário – os elementos estatísticos disponíveis não nos permitem conhecer a idade média dos operários e de operárias -, o número de trabalhadores de ambos os sexos com idade inferior aos 18 anos era francamente reduzido.

²¹¹ cf. *Compilação de Elementos Estatísticos sobre Conservas de Peixe*, p. 63

²¹² cf. Parte I, cap. IX, quadro LXXIX, p. 350.

8. Acordos e CCTs durante a II Guerra Mundial

8.1. O contexto: o aumento do custo de vida, o açambarcamento e o mercado negro

Longe da guerra, ou nem tanto, o Algarve, assim como o resto do país, sofreu no quotidiano das suas populações as consequências do alastramento do conflito.

Nos principais centros conserveiros algarvios o aumento do custo de vida durante a conflagração, foi uma página negra para muitos estratos sociais da sociedade da mais meridional província do país .

O crescimento dos preços por grosso de alguns artigos é bastante elucidativo pelo quadro CCVIII.

A variação dos preços entre as três localidades era, por vezes significativo, alguns não existiam mesmo e os do mercado negro eram, obviamente, inacessíveis a largos estratos da sociedade. A manteiga, em Portimão, entre o 4º trimestre de 1942 e o 4º trimestre de 1945, cresceu 78.6%; o azeite, em Faro, entre o 3º trimestre de 1939 e o ultimo de 1945, subiu 89%, mas, no mercado negro, a 263.7%; a batata, na capital do Algarve, durante o mesmo período, foi ainda mais alucinante, 344%.

Estamos em crer que os preços a retalho não terão tido uma evolução muito diferente.

Quadro CCVIII

Preços por grosso de alguns artigos vendidos em Faro, Portimão e Vila Real de Santo António

Produtos	1939		1940		1941		1942		1943		1944		1945	
	Faro	Portimão	V. R. S. A.	Faro	Portimão	V. R. S. A.	Faro	Portimão	V. R. S. A.	Faro	Portimão	V. R. S. A.	Faro	Portimão
Aveia (20L)	-	9500	8500	-	-	15500	12500	11500- -12500	18500	não há	30500	32500	22500	30500
Cevada (20L)	8500	-	10500	16500	-	19500	16500	-12500- -17500	20500	não há	36500*	35500	35500*	23500
Milho (20L)	-	14500	14500	-	15500	20500	20500	-	24500	24500 • (15Kg)	35500*	-	28500*	25500
Grão (20L)	-	-	26500	-	-	44500	60500	69500	65500	3850 • (1Kg)	130500 •	130500 a 170500	150500	140500
Favão (20L)	-	-	-	-	-	-	60500	64500	70500	-	120500 •	87500	150500	155500
Vinho da região (20L)	24500	-	26500	-	-	50500	-	-	75500	-	66500 •	75500	80500	-
Batata (15Kg)	9500	8500 a 12500	9500	12500	13500	12500	20500	24500	20500	24500 • não há	22550 •	25550	40500	40500
Azeite (10L)	55500	-	-	-	-	-	72500	76500	80500	7565 • (1L) não há	100500 • 150500*	-	104500 • 200500*	91500 200500*
Fava (20L)	-	-	-	-	22500	-	-	-	-	-	-	não há no mercado	-	-
Arroz (1Kg)	-	-	-	-	-	-	-	3500*	-	-	-	-	-	4550 10500*
Galinhas (unidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos (duzia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo (20L)	-	-	-	-	-	-	30500	26500 29500	-	34500 35500 •	-	39500	-	43500 55500*
Bacalhau (60Kg)	-	-	-	-	-	-	-	522500	-	-	-	780500	-	768500
Manteiga (1Kg)	-	-	-	-	-	-	-	28500	-	12560 • #	-	12580	-	-
Queijo (1Kg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30500	-	50500*

Notas: Os preços para 1939 são os do 3º trimestre, os dos anos seguintes são os do 4º trimestre.

• Tabelado

* Não havia

* Mercado negro

Fonte: Banco de Portugal. A Situação na Província. Relatórios das Delegações do Banco de Portugal (1939-1945).

Os vários relatórios da Polícia de Segurança Pública e do Governo Civil de Faro retrataram uma generalizada crise económica e social no Algarve, durante o período da II Guerra Mundial, aliás, na continuação dos anos anteriores, embora agora agravada.

Proliferava a especulação e o açambarcamento dos produtos essenciais à alimentação das populações. O relatório da PSP, de 1 de Outubro de 1939, afirmava que **“Após o início da guerra actual houve uma tentativa geral de aumentos exagerados nos preços dos géneros e outros artigos e, apesar das medidas repressivas que o Governo tomou, é grande a especulação que se está fazendo com a venda de alguns artigos, muito especialmente o ferro, que está a vender-se com o aumento de 100%, em relação ao preço de venda na semana que findou em 26 de Agosto...”**²¹³

A mendicidade, chaga social desde há muito presente no quotidiano das principais localidades algarvias, não só se mantinha como evidenciava uma tendência para se acentuar.

A crise de trabalho afligia, quer os operários industriais, quer os trabalhadores rurais, estes últimos duramente atingidos pelos temporais de Fevereiro de 1941. Para o Algarve o desastre fora **“causado pelo ciclone, que não sòmente fez perder toda a floração das amendoeiras e alfarrobeiras, inutilizando a colheita do ano, mas arrancou um sem número de árvores que precisarão de alguns anos para se reconstituírem”**²¹⁴.

A indústria corticeira, mercê da quebra das exportações, atravessava uma situação de alguma crise. O referido relatório da PSP, antes citado, descrevia um

²¹³ Comando Geral da PSP. Relatório de carácter político-social do Continente, Lisboa, 1 de Outubro de 1939, ANTT/AGMI, maço 507.

²¹⁴ Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística, nº 2, Fevereiro 1941, p. 65.

cenário em tons que não deixava dúvidas. **“Em Silves, onde há 682 operários sem trabalho, e em Faro das dez fábricas que existem, umas vão encerrar definitivamente e outras reduziram o número de dias de trabalho, ficando dentro de pouco tempo, mais 120 operários desempregados”**. E a própria Polícia alertava ser de **“toda a conveniência, para evitar males maiores, que se tomassem providencias no sentido de atenuar, tanto quanto possível, a situação em que se encontram os operários corticeiros”**²¹⁵.

Poderíamos apontar outros exemplos mais da crise atravessada por esta indústria, mas bastar-nos-á a descrição do governador civil de Faro, Armando Monteiro Leite, que, aliás, traça um quadro negro para as restantes actividades económicas, quando diz que a indústria corticeira vivia **“horas amargas por falta de mercados para a colocação dos seus produtos. A maioria das fábricas estão fechadas e poucas são as que garantem três dias de trabalho aos seus operários”**²¹⁶.

Também a indústria de conservas atravessava um período de algumas dificuldades, mais uma vez, durante o período do defeso. Em princípios de 1939, o relatório da PSP informava do encerramento de algumas fábricas, em Olhão, com a consequente crise de trabalho para os operários conserveiros. O receio que o desemprego conduzisse a protestos fez com que a polícia tomasse **“todas as providências, no sentido de reprimir qualquer alteração da ordem que, tal encerramento”**, pudesse originar²¹⁷.

²¹⁵ Comando Geral da PSP. Relatório de carácter político-social do Continente, Lisboa, 1 de Outubro de 1939, *ANTT/AGMI*, maço 507.

²¹⁶ Relatório do Governador Civil de Faro, Faro, 19 de Julho de 1940, *ANTT/AGMI*, maço 516, p. 5.

²¹⁷ Relatório da PSP de Faro, *ANTT/AGMI*, maço 507, de 1 de Janeiro e de 1 de Fevereiro de 1939.

Contudo, o relatório do governo civil de Faro, já citado, de Julho de 1940, em período de plena safra, informava que as fábricas de conservas de peixe encontravam-se **“em plena laboração”**, garantindo, assim, **“o pão a muitas milhares de famílias que directa e indirectamente vivem da principal indústria algarvia”**²¹⁸.

8.2. Salários mínimos de Julho e Setembro de 1940

Foi, pois, neste contexto de grandes dificuldades económicas enfrentadas pelos operários conserveiros que surgiu o despacho de 3 de Julho de 1940 do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, M. Rebelo de Andrade, que estabelecia salários mínimos para o pessoal da indústria de conservas²¹⁹.

O despacho não alude à conjuntura que então se atravessava, mas ao nivelamento de salários, entre o centro de Matosinhos e o de Setúbal no qual, recentemente tinham sido aumentados os salários em relação aos últimos anos. Contudo, a equiparação de salários não contemplou todos os centros **“por a não comportar aí, sem dificuldades sérias, a economia da indústria, embora se justifique plenamente o avanço estabelecido neste despacho no sentido de encurtar as diferenças existentes”**.

²¹⁸ Relatório do Governador Civil de Faro, Faro, 19 de Julho de 1940, *ANTT/AGMI*, maço 516, p. 5.

²¹⁹ *Diário do Governo*, n.º 163, 16/7/40.

Quadro CCIX
SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS
ALGARVE 1940

Classes		
Operárias		
Especializadas:	Por hora	Por dia
a) Azeitadeiras, visitadoras do enlatamento e bateadeiras	1\$10	8\$80
b) Visitadoras de latas no «vazio», ajudantes de cravadeira, ajudantes de azeitadeiras e levantadeiras de lata para o azeiteamento.	1\$00	8\$00
Não especializadas	\$90	7\$20
Praticantes (durante 3 meses)	\$80	6\$40
Aprendizes	\$65	5\$20
Operários		
Trabalhadores:		
a) Caldeira	2\$00	16\$00
b) Tesoura mecânicas para esquadrar folha, tesouras manuais para esquadrar folha e cortar tiras, prensas e cravadeiras manuais	2\$00	16\$00
c) Montadores de tiras, balanços de cunhar, abatages e fogueiro	1\$90	15\$20
d) Cravadeiras semi-automáticas, montadeiras semi-automáticas de tiras e máquinas de fazer chaves	1\$60	12\$80
e) Cravadeiras automáticas e soldadeiras, trabalhadores de armazém e de moursas	1\$45	11\$60
f) Rebordadeiras semi-automáticas, rebordadeiras horizontais de pedal, rebordadeiras de mesa semi-automáticas, tesoura mecânica para tiras, topós de tiras, trabalhadores sem especialização e pingadores de lata.	1\$32	10\$50
g) Prensas de tamponar fundos.	1\$20	9\$60
h) Topós de tampos, estanhadeiras de pratos, rebordadeiras tamponadeiras e automáticas, montadeiras automáticas de tiras e ajudantes de cravadeiras.	1\$15	9\$20
i) Máquinas de meter borracha, estanhadeiras de folha, praticante, dobragem de tiras, máquinas de revizar latas.	1\$00	8\$00
j) Aprendizes	\$86	8\$00
m) Limpadores de latas, incluindo o encaixotamento	\$77	6\$15

Fonte: "Despacho sobre salários mínimos para a indústria de conservas" de 3/7/40, *Diário do Governo*, I série, n° 163, de 16/7/40.

Os centros do Barlavento e Sotavento do Algarve, cujos salários não tinham sofrido qualquer alteração desde a assinatura do primeiro CCT, em 1936, são contemplados com um aumento salarial, embora mais baixo do que o dos centros de Setúbal e Matosinhos.

Os salários de empreitada no vazio continuavam a reger-se pelo valor do contrato de 1939. Comparando estes salários mínimos, por hora e diários, com os dos

contratos anteriores, verificamos que se registou um aumento mínimo de 5,6% para os operários das rebordadeiras horizontais de pedal, em relação ao contrato de 1936, e um crescimento máximo de 25,7%, para os operários de rebordadeiras de mesa semi-automática, em relação ao contrato de 1938. A maioria dos salários cresceram entre os 3,8% e os 16%.

Podemos interrogar-nos sobre qual o alcance destes aumentos salariais nas condições de vida do trabalhador conserveiro, no contexto da II Guerra Mundial, quando o país era assolado pelas consequências do bloqueio económico aliado, da falta e escassez de produtos vitais (manteiga, azeite, carvão, açúcar, pão, etc.), e respectiva subida generalizada de preços.

Várias fontes permitem-nos constatar estes aumentos do custo de vida, designadamente no Algarve. Certamente não representarão a realidade nua e crua do quotidiano dos seus habitantes, mas devem ser tomados como indicativos de um cenário de enormes dificuldades, nomeadamente para os trabalhadores.

Em V.R.S.A, por exemplo, nos primeiros meses de 1941, os aumentos de alguns géneros de primeira necessidade tinham atingido o **“o nível quase escandaloso de 100 e mais por cento!”**²²⁰.

Desde o início do conflito até Agosto daquele ano, os aumentos de alguns dos principais géneros alimentícios, como o arroz, feijão, bacalhau, batatas, banha, toucinho, cebolas e vinhos, em Faro, variaram de 30% a 90%²²¹.

Na capital algarvia, por exemplo, o açúcar, em 1942, tinha como preço tabelado, 4\$65, enquanto o mesmo produto, em Olhão, a preço do mercado negro,

²²⁰ “Pedem-se providências! Subida sem fim”, *Ecos do Sul*, nº 89, 30/3/41, p. 1

²²¹ ANTT/AGMI, Maço 530, ofício confidencial do Comando-Geral da GNR de 23/8/41, cit. in., F. Rosas, *Portugal entre a Paz e Guerra*, Quadro XCIII, p. 302.

estava entre os 7\$50 e os 9\$00, ou seja, com um aumento que variava entre os 61% e os 94%²²².

Ainda em Faro, os ovos vendiam-se a 4\$80 a dúzia²²³, enquanto um litro de leite era vendido a 3\$00, pelo que não havia **“no País terra onde este alimento, tão necessário a crianças e pessoas doentes, se venda por tão elevado preço”**²²⁴.

Cerca de quinze dias após o despacho de salários mínimos de 3 de Julho de 1940, o relatório do governador civil de Faro não deixava dúvidas sobre a situação social na província e algum receio das suas consequências: **“Há fome em muitos lares humildes e a fome para pessoas de fraca armadura moral é muito má conselheira”**²²⁵.

Temos conhecimento indirectamente, por intermédio do industrial Luís Saias, de um pedido de aumento salarial, soliciatdo pelos soldadores de Olhão. Aquele industrial concordava, **“parecendo-lhe de justiça que se acordasse em um aumento de dez por cento sobre os trabalhadores de empreitada, visto esta classe de operários não ter sido ultimamente aumentada”**, corroborando, aliás, o que nós mais acima afirmámos²²⁶.

E, de facto, os signatários do despacho de Julho, acordavam em assinar a acta adicional²²⁷ ao contrato colectivo de 18 de Janeiro de 1939, a qual entraria em vigor, respectivamente, a 22 de Julho e a 24 de Setembro de 1940, para os operários montadores de tiras e para os operários soldadores.

Aqueles trabalhadores eram contemplados pelo novo aumento, da forma como mostra o seguinte quadro:

²²² cf. F. Rosas, *Portugal entre a Paz e Guerra*, Quadro XCIV, p. 303.

²²³ *O Algarve*, 14/9/41.

²²⁴ *O Algarve*, 25/10/42.

²²⁵ ANTT/AGMI, Maço 516, Relatório do Governador Civil de Faro, 19/7/40, p. 7.

²²⁶ *Livros de Actas da Assembleia Geral do Grémio dos Industriais de Conservas de Sotavente do Algarve*, n.º 2, Acta n.º 14, 16/8/40, fl. 15 v.

Aqueles trabalhadores eram contemplados pelo novo aumento, da forma como mostra o seguinte quadro:

Quadro CCX
Acta Adicional ao CCT de 18/1/39
Julho-Setembro de 1940

Operários	Por hora	Por dia	Empreitada /mil
Montadores de tiras (mulheres)	1\$60	12\$80	5\$20
Soldadores			
Quando o serviço não seja soldagem de latas ou tiras	2\$55	20\$25	-
Vazio completo:			
Até 1/4 club 40mm			33\$00
Até 1/4 americano			37\$40
Até 1/2 além de 40 mm			44\$00
Até 4/4			66\$00
Tiras para latas cravadas pela máquina			7\$70

Fonte: BINTP, n° 18, de 30/9/40, pp. 417-418.

Os maiores aumentos salariais foram para as mulheres montadoras de tiras cujas percentagens foram de 14,28, 14,28 e 15,55 %, respectivamente, para o salário por hora, por dia e de empreitada. Os soldadores para a primeira tarefa discriminada tiveram um aumento de 10,8 e 10%, respectivamente, para o salário por hora e por dia, enquanto que para as seguintes tarefas a percentagem foi de 10%.

Contudo, que o poder de compra dos operários e empregados conserveiros era baixíssimo, confirma-o, também, o industrial Feliciano Pereira ao reconhecer **“que alguns dos empregados recebem vencimentos que chegam simplesmente para não morrerem de fome...”**²²⁸.

²²⁸ Livros de Actas da Assembleia Geral do Grémio dos Industriais de Conservas de Sotavento do Algarve, n° 2, Acta n° 15, 2/9/40, fl. 21.

8.3. A acta adicional de alteração de 26/11/41

Em discurso radiodifundido a 25 de Junho de 1942²²⁹, Salazar traçava o quadro geral da situação económica e social que o país vinha atravessando. O chefe do governo defendia o princípio da **“estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários”**²³⁰. Atribuía o aumento do preço dos produtos, quer à carestia dos transportes marítimos, quer ao **“sistema do bloqueio inglês”**²³¹, referência crítica que levaria a um protesto oficial da Grã-Bretanha²³².

Salazar confirmava que este aumento agravara-se desde o Outono de 1941 e enumerava os vários factores que teriam concorrido para o encarecimento do custo de vida, nomeadamente **“a entrada da América na guerra, o esgotamento dos nossas reservas, as altas dos combustíveis e matérias primas importadas, o aumento do poder de compra proveniente de ganhos excepcionais, o grande desnível de preços entre os que se praticam aqui e no país vizinho - o contrabando - as maiores disponibilidades existentes em face do mercado cada vez mais restrito”**²³³.

Trabalhar e produzir cada vez mais e consumir cada vez menos eram - segundo Salazar - **“a melhor defesa que podem ter todos quantos vivem de rendimentos modestos e limitados, como é geralmente a classe média, o funcionalismo e parte do operariado”**²³⁴. Contudo, **“estando fora dêste quadro ajustamentos em massa,**

²²⁹ “Discurso de Sua Ex^a o Presidente do Conselho radiodifundido no dia 25/6/42”, *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, nº 251, de 1/7/42, pp. 581-587.

²³⁰ Idem, p. 581.

²³¹ Idem, p. 583.

²³² cf. Fernando Rosas, Júlia Leitão de Barros e Pedro de Oliveira, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência Política 1926-1945*, Documento 54, pp. 294 a 310.

²³³ Idem, p. 583.

²³⁴ Idem, p. 583.

não fugimos a reconhecer e remediar os casos de necessidade nem aceitar, abertamente, excepções para injustiças que se reparam, quando se descobrem, ou para quando, tocado o limite extremo, temos em face de nós esta realidade - o direito de viver”²³⁵.

De facto, os relatórios do comando-geral da Polícia de Segurança Pública dão-nos para o fim de 1941 e para o ano de 1942 um agravamento das condições de vida das populações, mercê do açambarcamento, dos preços exorbitantes praticados pelos armazenistas com o conseqüente protesto dos retalhistas e da população, em geral.

Em Olhão, por exemplo, registaram-se protestos contra a falta de géneros alimentícios e ao elevado preço que alcançavam²³⁶, enquanto que, em Portimão, **“o ambiente no seio do pequeno comércio e no da população [era] mau”**, assim como, **“em muitas outras”** localidades²³⁷.

Joaquim Trigo de Negreiros que substituiu, a 4 de Agosto de 1940, Manuel Rebelo de Andrade, no cargo de Subsecretário de Estado das Corporações, marca o início de uma nova política social consubstanciada na **“irreversível ... desaceleração que a actividade económica vinha sofrendo desde princípios de 1940”** que tendia a colocar em causa as **“premissas - já de si frágeis - em que tinham assentado os poucos contratos e acordos até então celebrados ou os despachos publicados”**²³⁸. Consequentemente, pela deterioração do nível de vida operária, desde Janeiro de 1941, que as exposições e diligências dos sindicatos, tinham crescido, e, **“num ou noutro caso, às exposições e diligências, sucedem-se comportamentos de desobediência aberta”**²³⁹.

²³⁵ Idem, p. 581.

²³⁶ ANTT/AGMI, Maço 520, Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial nº 215, de 13/9/41. Censura ao *Notícias do Comércio*, de 12/9/41.

²³⁷ ANTT/AGMI, Maço 528, Comando-Geral da PSP, confidencial, de 9/2/42.

²³⁸ Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, vol. II, p. 569.

²³⁹ Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, vol. II, p. 569 e ss.

Foi, sem dúvida, tendo como pano de fundo o agravamento daquelas condições, que foi assinado, em Faro, na delegação do INTP, a 26 de Novembro de 1941, a Acta Adicional de Alteração (Quadro CCI), entre os Grémios de Sotavento representado por Luís Gonçalves Sais e João Reis Raimundo e de Barlavento do Algarve, representado por João Francisco Leote e António do Carmo Leal e o Sindicato Nacional dos O. I. C. P do distrito de Faro, representado por Germinal Sequeira e João Inácio Costa²⁴⁰.

²⁴⁰ "Acta Adicional de Alteração", de 9/12/41, *BINTP*, n.º 24, 31/12/41, pp. 602-603.

Quadro CCXI
SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS
DO ALGARVE 1941

Classes	1941		
Operárias	Por hora	Por dia	Empreitada
<i>a) Especializadas:</i>			
1) Azeitadeiras, visitadoras do enlatamento e batedeiras	1\$25	10\$00	-
2) Visitadoras de latas no «vazio», ajudantes de cravadeira, ajudantes de azeitadeiras e levantadeiras de lata para o azeiteamento.	1\$15	9\$20	-
b) Não especializadas	1\$05	8\$40	-
c) Praticantes (durante 3 meses)	\$90	7\$20	-
d) Aprendizias (durante 3 meses)	\$75	6\$00	-
e) Montadoras de tiras	1\$80	14\$40	5\$85
Operários			
<i>Trabalhadores:</i>			
a) Caldeira	2\$25	18\$00	-
b) Tesoura mecânicas para esquadrar folha	-	-	\$55
Tesouras manuais para esquadrar folha e cortar tiras	-	-	2\$05
Prensas e cravadeiras manuais	2\$25	18\$00	1\$95
c) Montadores de tiras	-	-	5\$85
Balancés de cunhar, abatages e fogueiro	2\$15	17\$20	-
d) Cravadeiras semi-automáticas, montadeiras semi-automáticas de tiras e máquinas de fazer chaves	1\$80	14\$40	-
e) Cravadeiras automáticas e soldadeiras	-	-	2\$60
Trabalhadores de armazém e de mours	1\$65	13\$20	-
f) Rebordadeiras semi-automáticas	-	-	2\$35
Rebordadeiras horizontais de pedal	-	-	3\$85
Rebordadeiras de mesa semi-automáticas	-	-	2\$70
Tesoura mecânica para tiras	-	-	\$75
Topós de tiras	-	-	2\$35
Trabalhadores sem especialização e pingadores de lata.	1\$50	12\$00	-
g) Prensas de tamponar rúndos.	1\$35	10\$80	\$80
h) Topós de tampos	-	-	2\$35
Estanhadeiras de pratos	-	-	2\$25
Rebordeadeiras-tamponadeiras e automáticas de tiras e ajudantes de cravadeiras.	1\$30	10\$40	-
i) Máquinas de meter borracha	-	-	1\$40
Estanhadeiras de folha, praticantes, dobragem de tiras, máquinas de revisar latas.	1\$15	9\$20	-
j) Aprendizias	1\$00	8\$00	-
k) Limpadores de latas, incluindo o encaixotamento	\$90	7\$20	6\$20
Soldadores:			
Quando o serviço não seja soldagem de latas ou tiras.	2\$90	23\$20	-
Vazio completo:			
Até 1/4 club 40 mm	-	-	37\$15
Até 1/4 americano	-	-	42\$10
Até 1/2 alta 40 mm	-	-	49\$50
Até 4/4	-	-	74\$25
Tiras para latas cravadas pela máquina em ambos os lados, ou para máquinas de soldar nas fábricas de vazio manual.	-	-	8\$70

Fonte: "Acta adicional de alteração" de 26/11/41, BINTP, nº 24, 31/12/41, p. 602-603.

Esta acta adicional comportava, quer uma subida dos salários mínimos, quer o estabelecimento de um regime transitório de trabalho **“Atendendo às circunstâncias**

anormais de abastecimento de peixe", o qual obrigava à entrada tardia nas fábricas, em detrimento da parte útil da cláusula 24ª e seus parágrafos.

Em relação à mesma cláusula do contrato de 1939 as alterações eram substanciais:

a) de 1/10/41 a 28/2/42, desde que o peixe fosse descarregado tarde na fábrica, o trabalho nas operações de preparação até à cozedura prolongar-se-ia para além da 1.30 horas da madrugada. Não se estipulava uma hora para o fim da tarefa, embora no § 8º se afirmasse que os operários ocupados no prolongamento não poderiam recomeçar o trabalho sem que estivessem decorridas oito horas sobre a saída da fábrica;

b) O trabalho realizado após a meia-noite seria pago com um acréscimo de 50%, sobre os salários normais;

c) Depois das nove horas da noite o trabalho seria sempre compensado com um mínimo de três horas de salário, mesmo no caso de durar tempo inferior, embora não se pudesse iniciar após as duas horas da manhã.

Estas disposições representavam um agravamento das condições de trabalho dos operários conserveiros, mesmo que fosse durante um certo período de tempo.

d) Em contrapartida, as operárias, ou melhor, algumas operárias poderiam ser dispensadas deste trabalho nocturno. A partir das 21.00 horas não poderiam ser compelidas ao trabalho **"mulheres grávidas com filhos menores, ou por residirem longe, ou por outra qualquer circunstância atendível"**. E, em caso de dúvida, apreciada pela comissão arbitral, não poderiam prestar esse trabalho desde que resultasse danos para a sua saúde ou para a vida doméstica (§ 6º).

Comparando os salários da acta adicional com os do contrato colectivo de 1939, verificamos que o salário, por hora, aumentou entre 20% e 32%, o salário, por dia, entre 25% e 32% e a empreitada entre 23,8% e 37%.

Perante o cenário difícil do quotidiano do operário português, atrás decrito e aquele que o futuro lhes reservava, este aumento, em termos reais, seria, apenas, um mero paliativo para as agruras do dia-a-dia.

8.4. A exposição dos Sindicatos Nacionais a Salazar e a resposta do chefe do governo

Reconhecendo que a exposição entregue a Trigo de Negreiros, a 20 de Agosto de 1941, não tinha conduzido à resolução das suas mais prementes necessidades, os sindicatos nacionais optaram por se dirigirem directamente a Salazar²⁴¹. Mensagem que apresentam a 20 de Abril de 1942, na qual denunciavam, não somente a descrença que se ia apossando dos trabalhadores pela organização corporativa, mas o **“espírito de revolta”** que começava a espalhar-se pelos mesmos. Mas qual a origem deste cepticismo? Para os sindicatos nacionais ele residiria em quatro factores: a) no **“agravamento constante do seu penoso viver, fustigado cada vez mais, pelas mais duras misérias”**; b) na **“falta de aplicação da Justiça Social que lhe têm sido prometida e a que elas se julgam com incontestavel direito”**; c) na **“sabotagem constante, ... , aos prrincípios da Doutrina Corporativa”**; d) e, finalmente, na **“propaganda intensíssima ao comunismo desenvolvida entre eles”**²⁴².

²⁴¹ cf. F. Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo*, vol. II, pp. 572 a 575 e 583 a 595.

²⁴² “Mensagem a Salazar”, in José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo. A História dos Bancários do Sul e Ilhas 1910/1969*, p. 409.

Intimamente ligadas encontravam-se a miséria social dos trabalhadores e a acumulação de riqueza de alguns obtida **“muito particularmente neste já longo período de guerra ainda que à custa de inúmeros e pesados sacrifícios da Grei Nacional”**²⁴³. Empresas comerciais e industriais havia que tinham conseguido enormíssimos lucros **“e que em algumas chegou até em 1941, a atingir um rendimento de 500%! do capital nelas investido”**²⁴⁴.

Quem, afinal, não cumprira com os princípios do Estatuto do Trabalho Nacional, quem eram os inimigos do Estado Corporativo? Os sindicalistas nacionais dirigiam as suas baterias em duas direcções: para os **“maçons”** que do **“Gremio Lusitano”** se tinham mudado **“para os vários departamentos da Revolução Nacional”** e, obviamente, como sempre, para os comunistas que defendiam **“um novo sistema social que destrua toda a civilização digna dêse nome”**²⁴⁵.

Cumpridores dos princípios consignados no ETN, apenas, eles, os sindicatos nacionais, enquanto que os Grémios continuavam longe do espírito corporativo, com uma **“mentalidade fortemente individualista”**, ávidos de **“grandes negócios e maiores lucros”** e defensores de **“concentrações económicas”**²⁴⁶.

Os sindicatos nacionais denunciavam, assim, por um lado, a acumulação de capital pelo comércio e pela indústria, em consequência dos negócios proporcionados pela guerra, e, por outro, o agravamento constante do custo de vida - 44% segundo o Relatório do Banco de Portugal -, ao qual recorrem em defesa dos seus argumentos -, pelo que solicitavam uma intervenção de Salazar para que **“toda a legislação de protecção ao trabalho seja aplicada sem habilidades, sem escamotações, sem**

²⁴³ Idem, pp. 409 e 410.

²⁴⁴ Idem, p. 413.

²⁴⁵ Idem, p. 410.

²⁴⁶ Idem, p. 411.

favoritismos, mas tal como se encontra nas leis e foi prometida pela Revolução Nacional”²⁴⁷.

A resposta formal de Salazar virá numa reunião realizada no Coliseu dos Recreios a 23 de Julho de 1942²⁴⁸, lida por Pereira Ferraz, presidente da direcção do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do distrito de Lisboa. Segundo o chefe do governo, a mensagem dos SN teria sido **“absolutamente sincera”**, embora **“em alguns pontos”** exagerada. Depois de repudiar, já como uma forma de ritual discursivo, o comunismo e o sistema liberal, entoa um conjunto de ditirambos à organização corporativa, ressaltando, porém, os seus defeitos de *espírito* e de *técnica*. Não escondia a colisão de interesses entre patrões e operários e o **“papel de árbitro supremo”** do Estado, que **“Uma vez dirá aos patrões que devem ceder; outras aos operários que não podem exigir, e não poucas a uns e outros que legítimos interesses da colectividade se opõem ao seu eventual entendimento”**.

Contudo, a substância do discurso de Salazar encontrava-se na questão vital dos salários, os quais, nos últimos meses, não tinham subido **“para que o problema pudesse ser revisto quanto à orientação geral e se contrariasse a tendência de justificar com esses aumentos altas abusivas de preços”**.

Acusava-se o governo e a organização corporativa - segundo Salazar - de não conceder aumentos e de levantar dificuldades às entidades patronais para os conceder. Fazendo directamente alusão aos pedidos de aumentos salariais, reafirmava o princípio da política do governo de manter **“a máxima estabilidade possível das condições de vida no período da guerra”**.

²⁴⁷ Idem, p. 414.

²⁴⁸ cf. *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, n° 256, 5/8/42, pp. 685 a 690.

Reconhecia que os salários eram baixos devido à baixa produtividade do trabalho a qual **“não está ligada só ao esforço e competencia do trabalho - está em alto grau ligada à organização da empresa, ao seu apetrechamento, ao volume de produção e extensão do mercado”**. Ou seja, maiores salários repercutir-se-iam no crescimento do custo de produção das empresas, por consequência, nos produtos essenciais que obrigariam a novo aumento de salários e vice-versa. A receita seria então **“dar mais elasticidade ao dia de trabalho, compensando-se quanto possível, o aumento de salários com aumento de trabalho”**. Acreditamos que mesmo os operários presentes no Coliseu dos Recreios e, por muito nacionalistas que o fossem e muitos acreditariam piedosamente no sistema, ao ouvirem estas palavras do «Chefe» teriam mostrado algum nervosismo. Mas, o pior estaria para vir. Salazar consubstanciava em alguns pontos os objectivos a alcançar pelo governo. Primeiramente, seria necessário **“Permitir a revisão de salários, quando neles se verifica injustiça, quer esta provenha da desigualdade ou erro de classificação, quer de insuficiência absoluta de salário para o trabalhador viver”**. Um segundo objectivo, quiza, o mais importante, e que terá deixado os sindicalistas petrificados, apregoava **“maior elasticidade ao horário, de modo que, sempre que possível, o aumento de salários, neste período excepcional, seja compensado com o aumento de trabalho se o não puder ser por força de melhor apetrechamento ou da organização da empresa e do mercado”**. Finalmente, para adoçar os trabalhadores, depois de vários tragos amargos, anunciava para breve o estabelecimento do regime do subsídio familiar.

Sem dúvida que na prossecução dos princípios defendidos por Salazar entroncaram, menos de um mês depois, a 13 de Agosto de 1942, dois importantes diplomas: o decreto-lei nº 32.193 que permitia alterar o horário de trabalho e as

condições de remuneração do trabalho extraordinário e do trabalho realizado ao domingo. Contudo, do aumento de remuneração que se verificasse, metade reverteria, desde 1 de Setembro de 1942, para o Fundo Nacional de Abono de Família.

O outro diploma era o decreto-lei nº 32.192, pelo qual se instituía o regime de abono de família, ao qual mais à frente voltaremos.

Segundo Fátima Patriarca, **“se o número de contratos e acordos permanece quase idêntico antes e depois de 23 de Julho de 1942, a regulamentação por via autoritária aumenta claramente a partir daquela data. Basta dizer que dos 31 despachos contabilizados para este ano, 5 são anteriores e 26 posteriores a Agosto”**²⁴⁹.

Que o descontentamento e a oposição a estas medidas se propagaram pelos operários está perfeitamente explícito nas palavras do Subsecretário de Estado das Corporações, ao afirmar que não terá demorado **“que se desenhasse uma campanha que tomava como pretexto o desconto para o abono de família e que comentava o tema da exploração patronal, a propósito do possível alargamento dos limites do horário de trabalho para as actividades cujas condições a comportassem e o exigissem”**. Tentava-se, pois, **“semear a desorientação no espírito dos trabalhadores, desvirtuando o sentido da política social do Governo, para fazer o jogo dos agitadores enfeudados ao comunismo internacionalista”**²⁵⁰.

²⁴⁹ F. Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo*, vol. II, p. 595.

²⁵⁰ “Como sempre o Governo timbra em cumprir o que promete...”, *BINTP*, nº 21, de 14/11/42, p. 510.

8.4.1. A constituição da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Indústria de Conservas de Peixe do distrito de Faro

Pelo decreto-lei no 32.192, de 13 de Agosto de 1942 era instituído o regime de abono de família **“para os trabalhadores por conta de outrem, na indústria, no comércio, nas profissões livres, ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica”**.

Depois de fazer um breve historial da sua constituição afirmava que no Estado Novo os abonos eram **“uma parte integrante do justo salário, a que todos os trabalhadores têm direito. Na concepção corporativa tais abonos são considerados como um meio por excelência da realização do princípio do «salário familiar»”**.

No contexto da economia corporativa que se exprimia na solidariedade dos vários elementos de produção, as empresas contribuiriam **“com uma importância predeterminada, proporcional ao montante de salários pagos ou ao número de trabalhadores ao seu serviço, conforme os sistemas, mas sempre dentro das suas possibilidades económicas”**.

A inscrição nas caixas era obrigatória, quer para as empresas, quer para os trabalhadores das actividades a que as mesmas caixas dissessem respeito.

O alvará de aprovação do regulamento da Caixa de Abono de Família do Pessoal da I. C. P. do distrito de Faro, elaborado ao abrigo do § 2º do artigo 10º daquele decreto-lei, era aprovado pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Joaquim Trigo de Negreiros, a 30 de Junho de 1943.

O Regulamento era constituído por dez capítulos e sessenta e cinco artigos. A caixa tinha sede em Olhão, abrangia **“obrigatoriamente todas as entidades**

patronais e todos os empregados e operários” das indústrias de conservas de peixe e de farinhas e óleos de peixe. Dela fariam parte como sócios contribuintes, as entidades patronais, e como sócios efectivos, os empregados e operários. Enquanto estes contribuiriam com 1% dos seus ordenados ou salários, aqueles contribuiriam com 5% dos mesmos ordenados ou salários, por eles pagos.

A caixa podia, até ao limite de 10% das suas receitas, não apenas, conceder e pagar abonos de família aos empregados e operários, como subsídios de casamento, de nascimento e de aleitação, auxílios de vestuário e senhas de refeição económicas.

Num contexto de grandes privações, devido ao aumento constante do custo de vida e à proliferação do mercado negro que o agravava, esta punção de 1% nos já depauperados salários dos operários conserveiros era mais um factor de dificuldades acrescidas, mas em consonância com o prosseguimento de uma política de baixos salários.

8.5. A Acta Adicional de 21 de Novembro de 1942

Nesta data entraria em vigor para os operários conserveiros do Algarve nova acta adicional de alteração aos salários mínimos²⁵¹.

²⁵¹ cf. *BLNTP*, nº 1 e 2, de 15 e 30/1/43, pp. 40 e 41.

Quadro CCXII
SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS
DO ALGARVE 1942

Classes			
Operários		1942	
a) Especializadas:	Por hora	Por dia	Empreitada
1) Azeitadeiras, visitadoras do enlatamento e bateadeiras	1\$37 (5)	11\$00	-
2) Visitadoras de latas no «vazio», ajudantes de cravadeira, ajudantes de azeitadeiras e levantadeiras de lata para o azeiteamento.	1\$27 (5)	10\$20	-
b) Não especializadas	1\$17 (5)	9\$40	-
c) Praticantes (durante 3 meses)	1\$02 (5)	8\$20	-
d) Aprendiz (durante 3 meses)	\$87 (5)	7\$00	-
e) Montadoras de tiras	2\$05	16\$40	6\$55
Operários			
Trabalhadores:			
a) Caldeira	2\$50	20\$00	-
b) Tesoura mecânicas para esquadrar folha	-	-	\$61
Tesouras manuais para esquadrar folha e cortar tiras	-	-	2\$28
Prensas e cravadeiras manuais	2\$50	20\$00	2\$17
c) Montadores de tiras	-	-	6\$55
Balancés de cunhar, abatages e fogueiro	2\$40	19\$20	-
d) Cravadeiras semi-automáticas, montadeiras semi-automáticas de tiras e máquinas de fazer chaves	2\$05	16\$40	-
e) Cravadeiras automáticas e soldadeiras	-	-	3\$00
Trabalhadores de armazém e de mours	1\$90	15\$20	-
f) Rebordadeiras semi-automáticas	-	-	2\$75
Rebordadeiras horizontais de pedal	-	-	4\$50
Rebordadeiras de mesa semi-automáticas	-	-	3\$15
Tesoura mecânica para tiras	-	-	\$85
Topós de tiras	-	-	2\$74
Trabalhadores sem especialização e pingadores de lata.	1\$75	14\$00	-
g) Prensas de tamponar fundos.	1\$60	12\$80	\$95
h) Topós de tampos	-	-	2\$80
Estantadeiras de pratos	-	-	2\$68
Rebordadeiras-tamponadeiras e automáticas de tiras e ajudantes de cravadeiras.	1\$55	12\$40	-
i) Máquinas de meter borracha	-	-	1\$70
Estantadeiras de folha, praticantes, dobragem de tiras, máquinas de revisar latas.	1\$40	11\$20	-
j) Aprendiz	1\$12 (5)	9\$00	-
k) Limpadores de latas, incluindo o encaixotamento	1\$02 (5)	8\$20	7\$06
Soldadores:			
Quando o serviço não seja soldagem de latas ou tiras.	3\$15	25\$20	-
Vazio completo:			
Até 1/4 club 40 mm	-	-	41\$15
Até 1/4 americano	-	-	46\$10
Até 1/2 alta 40 mm	-	-	53\$50
Até 4/4	-	-	78\$25
Tiras para latas cravadas pela máquina em ambos os lados, ou para máquinas de soldar nas fábricas de vazio manual.	-	-	9\$17

Fonte: "Acta adicional de alteração" de 21/11/42, BINTP, nº 1 e 2, de 15 e 30/1/43, pp. 40 e 41.

Embora esta acta não o afirmasse, as actas adicionais para os operários de conservas dos distritos do Porto e de Setúbal, referiam-se concretamente aos motivos porque eram aumentados os respectivos salários. Em ambas se acentuava o "encarecimento do custo de vida" e a manutenção das "actuais condições

económicas da indústria”, ou seja, implicitamente tinha-se em conta os enormes valores atingidos pela exportação das conservas portuguesas, em consequência, da enorme procura que era objecto por parte dos contendores²⁵².

Em relação ao contrato de 1939, o aumento percentual desta acta adicional variou, consoante fossem salários ou trabalhos de empreitada: o salário por hora cresceu entre 37% para os soldadores de vazio completo quando o serviço não fosse soldagem de latas ou tiras e os 55,5%, para os trabalhadores de estanhadeiras de folha, praticantes, dobragem de tiras e máquinas de revisar latas; o salário por dia cresceu os mesmos valores para as mesmas categorias de operários; finalmente, o trabalho de empreitada cresceu entre 30,4% para os soldadores de vazio completa até ao tipo da lata de conserva de 4/4 que continuaram a ser os operários com o valor da empreitada mais alta, e os 60% para os trabalhadores de tesoura mecânica para tiras.

O relatório de contas do grémio dos I.C.P.S. do Algarve, de 1942, que fazia alusão ao aumento salarial que acabámos de analisar reconhecia que **“com o crescer das dificuldades da vida e a elevação dos preços de muitos dos artigos a ela indispensáveis, houve necessidade de rever os salários do operariado, sem esquecer a situação difícil que em presença da falta de produção a indústria atravessa”**²⁵³.

Ainda segundo os industriais **“salvo maior extensão das dificuldades verificadas, não teremos em futuro breve de promover novos aumentos de salários”**. Acrescentavam que os operários necessitavam **“mais de trabalho do que de novos aumentos”**. E, sentenciavam: **“Efectivamente para que serviria um aumento de salários grande, desnivelando as condições de trabalho das empresas**

²⁵² *BINTP*, n.º 8, de 30/4/43, pp. 251 a 252.

²⁵³ *Relatório e Contas do Grémio dos I. C. P. S. do Algarve*, de 1942, p. 17.

numa concorrência fatal e inevitável em futuro próximo, sem o trabalho normal que lhes proporcionasse o salário compatível com as suas necessidades vitais”²⁵⁴.

Deixavam no ar uma ameaça de despedimentos caso as empresas não pudessem suportar os aumentos salariais. E, de facto, seria este o último aumento até Maio de 1945.

8.6. A tentativa de greve de Setembro de 1943

No Algarve, como, em geral, no resto do país, os anos de 1942 a 1945, mostraram uma tendência para o agravamento das condições económicas e sociais das populações. Em muitas localidades da província, conjugavam-se a falta e o elevado preço das subsistências, como foi o caso do protesto contra a falta de géneros alimentícios, em Faro, em Fevereiro de 1942²⁵⁵, e em Outubro do mesmo ano, em Olhão, e, novamente, na capital do Algarve²⁵⁶.

Em Quelfes, a distribuição de apenas metade dos géneros que Olhão recebia, deliberada pela Comissão de Racionamento, tinha provocado **“vivos protestos”**, levando toda a população dos arredores a manifestar-se **“próximo do edifício da Junta de Freguesia, não consentindo que alguém recebesse as cadernetas de racionamento”**, movimento que conduziu à prisão de algumas pessoas, designadamente, o secretário da Junta, João Pontes²⁵⁷

²⁵⁴ Idem, pp. 7 e 8

²⁵⁵ ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial, nº 38, de 16/2/42, Maço 526. Corte efectuado no jornal *A Voz*, de 16/2/42.

²⁵⁶ ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial, nº 251, de 27/10/42, Maço 526. Corte efectuado no jornal *Comércio do Porto*, de 16/2/42.

²⁵⁷ ANTT/AGMI. Direcção dos Serviços de Censura. Boletim de Registo e Justificação de Cortes. Confidencial, nº 50, de 3/3/42, Maço 526.

Em Portimão, segundo o comando-geral da GNR, havia carência de pão, pelo que os pescadores se recusavam a tomar parte nos cercos se lhes não fosse possível adquiri-lo. O azeite era outro produto que passava meses sem aparecer no mercado. Ainda nesta localidade ter-se-iam registado **“frequentes escaramuças nas bichas”**, tendo muitas mulheres regressado a casa de mãos vazias²⁵⁸. Em Olhão, estava-se **“a esboçar..., no meio da classe piscatória, a mesma relutância de pegarem no trabalho”**²⁵⁹.

Meses depois o relatório da PSP, de Faro, dava conta da persistente falta de alguns produtos, principalmente, sabão e farinha. **“Nalgumas localidades - dizia o relatório de 5 de Setembro de 1943 - a escassez de pão tem dado lugar a reclamações das classes trabalhadoras que, no entanto, se têm mantido em atitude ordeira”**. Foi, pois nesta conjuntura de progressivo agravamento das condições sociais das populações operárias que surgiria a única tentativa de greve - pelo menos a única que conseguimos apurar - **“em algumas fábricas de conservas de peixe”**, de Olhão, precisamente em Setembro de 1943, no contexto do movimento grevista mais amplo eclodido nos meses de Julho e Agosto, embora, tal paralização de trabalho não tenha sido **“levado a efeito em virtude das medidas tomadas pelas autoridades”**.

Agravamento da situação económico-social que tinha feito aumentar a emigração clandestina para Marrocos, vislumbrando-se, contudo, uma tendência para diminuir, visto que naquela região do norte de África se atravessava um período de dificuldades. Relatava, ainda a PSP, aumento da actividade comunista na região²⁶⁰.

²⁵⁸ “Os trabalhadores algarvios lutam pelo pão”, *Avante!*, nº 41, 1ª quinzena de Outubro de 1943, p. 3.

²⁵⁹ ANTT/AGMI, Maço 527, Lisboa, 18/5/43.

²⁶⁰ ANTT/AGMI. Relatório político-social do continente e ilhas. Comando Geral da Psp, de 5/9/43, Maço 532.

A agitação, porém, por causa das dificuldades atravessadas pelos trabalhadores no seu difícil quotidiano não davam mostras de abrandar. No importante centro conserveiro de Olhão, ter-se-ia, mesmo, registado **“frequentes escaramuças nas bichas”**, tendo muitas mulheres regressado a casa sem pão, enquanto os trabalhadores teriam desencadeado uma greve - provavelmente a mesma a que fazia referência a PSP e que não se terá concretizado - de um dia contra a alta e o racionamento do referido artigo, que atribuía, apenas, 250 gramas a cada pessoa²⁶¹.

Contudo, as dificuldades quotidianas agravavam-se devido ao constante aumento do custo de vida que se registava. Em ofício ao Grémio dos industriais de sotavento, em Dezembro de 1943, o sindicato nacional dos operários conserveiros solicitava um novo aumento para os seus associados. O industrial Luís Saias informava a Assembleia Geral do mesmo Grémio que havia concordância total com os restantes grémios sobre a justeza do pedido, mas que era inoportuno por se estar no início do inverno. Embora, de uma forma geral, os industriais olhanenses não discordasse do aumento solicitado, a resposta a transmitir ao sindicato seria, apenas, de **“acusar a recepção do ofício e informar que oportunamente o assunto seria estudado e tratado”**²⁶².

Perante estas dificuldades, não era de estranhar que os operários conserveiros se recusassem a assinar o aviso de pagamento do imposto profissional. Em algumas fábricas, nomeadamente as pertencentes a Júdice Fialho e na Serralharia Mecânica de Portimão nenhum operário teria assinado os avisos. Na fábrica Feu, teriam sido os próprios patrões que decidiram pagar pelos trabalhadores²⁶³.

²⁶¹ *Avante!*, n.º 41, 1.ª quinzena de Outubro de 1943, p.3.

²⁶² *Livro de Actas da Assembleia Geral do G. I. C. P. S. A.*, Livro n.º 3, Acta n.º 21, de 6/12/43, fl. 7 e 8.

²⁶³ cf. “Os conserveiros algarvios lutam contra o imposto profissional”, *Avante!*, n.º 63, 1.ª quinzena de Outubro de 1944, p. 2.

Em 1944 e 1945, com o agravamento das condições económicas cresceu a agitação social em muitas localidades do Algarve. Em Albufeira, o racionamento do pão, primeiro 200 gramas por pessoa, depois reduzido a 100 gramas, desencadeou uma manifestação protagonizada essencialmente por mulheres. As forças da G.N.R., enviadas para reprimir a manifestação, foram envolvidas pelo povo aos gritos de **“Temos Fome”**. Acompanharam, seguidamente, os manifestantes até ao Grémio e aos armazéns, onde se procedeu então à distribuição de milho, farinha, bacalhau e outros produtos²⁶⁴.

A falta de farinha e de trabalho levou também, em Paderne, à contestação social mais uma vez a cargo das mulheres. Como resultado apareceu rapidamente a tão desejada farinha e **“os meios de produção locais começaram a funcionar, de modo que, daí em diante, o povo de Paderne passou a ter mais trabalho e mais pão”**²⁶⁵.

Em Castro Marim igualmente se fez sentir a falta de pão pelo que a população se recusou a levantar o pouco que sobrava, tendo sido chamado a força policial a qual **“foi corrida à pedrada pela população e por fim apareceu mais pão para o povo”**²⁶⁶.

Entre 1941 e 1945, registaram-se também alguns motins camponeses em diferentes concelhos do Algarve, mais uma vez contra a falta de pão e de outros géneros e contra o racionamento. A quantidade de produtos a distribuir variava de concelho para concelho e de localidade para localidade. Na Fuzeta e em Tavira a falta de pão originaria mais uma manifestação, tendo naquela última localidade 400 a 500 camponeses percorrido a cidade **“comentando a falta de pão”**²⁶⁷.

²⁶⁴ “O povo luta desesperadamente pelo Pão...”, *Avante!*, n.º 56, 2.ª quinzena de Junho de 1944, p. 2.

²⁶⁵ *Idem*.

²⁶⁶ *Idem*. Ver igualmente F. Rosas, *Portugal Entre a Paz e a Guerra*, p. 403.

²⁶⁷ “Pelo pão! Pelos géneros!”, *Avante!*, n.º 74, 1.ª quinzena de Abril de 1945, p. 2 e F. Rosas, *ob. cit.*, pp. 407 e 409.

Outros movimentos populares ocorreram, nomeadamente contra a requisição de milho pelos fiscais da Intendência Geral de Abastecimento, em Cachopo e na Conceição²⁶⁸, e contra o desvio de água de um lavadouro público, nesta última localidade, acção feita por dois proprietários, mais uma vez, contestado por cerca de 300 a 400 mulheres²⁶⁹.

Ainda, em 1946 e 1947, em muitas localidades do Algarve, designadamente, em Silves, Portimão e V.R.S.A., se continuava a protestar contra a falta e o racionamento de géneros²⁷⁰.

8.7. O CCT de 1945

Depois da publicação da acta adicional de Novembro de 1942, os novos aumentos salariais dar-se-iam, apenas, no âmbito do novo CCT²⁷¹, e, certamente não por acaso, no simbólico Dia do Trabalhador, em 1 de Maio de 1945, sublinhando a política social do Estado Novo para com os operários.

Seria, de todos quantos estudámos, aquele que mais detalhadamente inscrevia as várias disposições para operários e patrões: era aumentado o seu âmbito, realizava uma nova arrumação das categorias profissionais, introduzia algumas pela primeira vez, designadamente, mestras, encarregado geral e de fabrico, afinadores de máquinas e encarregados de secção e apontadores, e foi era aquele que continha maior número de cláusulas.

²⁶⁸ "A população do Algarve luta contra o roubo do milho", *Avante!*, n.º 75, 2.ª quinzena de Abril de 1945, p. 3.

²⁶⁹ "As mulheres de Conceição lutam pela água", *Avante!*, n.º 79, 2.ª quinzena de Junho de 1945, p. 2.

²⁷⁰ cf. "Luta da população de Silves", *Avante!*, n.º 87, 2.ª quinzena de Abril de 1946, p. 2 e *Mamuel da Silva 30 Anos de Vida e de Luta na Clandestinidade*. Entrevista-Depoimento, Cadernos de História do P.C.P., n.º 2, Edições Avante!, 1996, p. 33.

²⁷¹ cf. *BINTP*, n.º 9, de 15/5/45, pp. 292 a 298.

Outra inovação importante dizia respeito à assinatura por todos os grémios e sindicatos nacionais do sector, embora, poucos elementos possuímos sobre o grau do seu acordo pelas partes. Entre o texto formal e a realidade do mundo da produção a diferença seria frequentemente grande. À semelhança de outros sectores, também neste, por formas directas, indirectas e subreptícias, os industriais conseguiam fugir ao cumprimento integral das várias cláusulas dos contratos. Estamos em crer que o articulado de algumas cláusulas beneficiando os operários terão sido introduzidas pela acção do INTP.

Façamos, então, uma análise deste contrato, focando essencialmente aquilo que trazia de diferente em relação aos contratos anteriores. As disposições, embora com importância relevante, mas de conteúdo idêntico aos contratos anteriores, não serão agora analisadas.

8.7.1. O conteúdo do contrato

Ao contrário dos contratos anteriores, o âmbito deste era mais vasto, visto que nele se incluía, não só a indústria de conservas de peixe em azeite ou molhos, mas também a filetagem, definida como **“todo o trabalho que consista numa transformação industrial do peixe previamente anchovado”** (cláusula 1ª). A referência à filetagem, aliás já analisada anteriormente, evidencia o grande desenvolvimento deste tipo de conserva durante a II Guerra Mundial.

O *quadro do pessoal* que seria elaborado pelos patrões e afixado na fábrica em local bem visível, compreenderia o pessoal permanente, enquanto a expressão pessoal auxiliar era substituído pelo de pessoal eventual. Os operários permanentes eram

constituídos pelos operários maiores de 18 anos, pelas operárias e menores de ambos os sexos que não fossem aprendizes ou praticantes e que trabalhassem com máquinas ou ferramentas, pelas operárias especializadas e pelas operárias manipuladoras de peixe em número suficiente para conjuntamente com as operárias indicadas em segundo e terceiro lugar, respectivamente, perfazerem a percentagem mínima de 25% do número total do pessoal feminino do quadro da fábrica (cláusula 5ª).

O pessoal eventual seria, por sua vez, constituído pelos aprendizes e praticantes, de ambos os sexos, pelas operárias manipuladoras de peixe, não incluídas no pessoal permanente. **“Os operários cuja única função nas fábricas seja a de cortar o atum em fresco e de limpar os ossos, bem como os menores de 18 anos que exclusivamente se apliquem no serviço de limpeza de lata cheia”** não eram incluídos nos quadros de pessoal da fábrica e aufeririam a remuneração mais baixa.

Em relação aos contratos anteriores, as categorias profissionais eram melhor especificadas, em algumas define-se o seu próprio trabalho e outras incluem-se pela primeira vez, como elucidará a tabela dos ordenados e salários mínimos apresentada (cláusula 10ª).

As condições de admissão eram substancialmente modificadas; apenas poderia ser admitido pessoal que estivesse inscrito no sindicato nacional e no grémio (cláusula 11ª), embora não fosse permitido **“admitir pessoal dos quadros de outras fábricas, ou que delas se tenham despedido sem motivo justificado ou sem aviso prévio, sem terem decorrido trinta ou quinze dias”**, respectivamente, para o pessoal permanente ou eventual, **“sobre a data da saída, salvo no caso de acordo, por escrito, da empresa a cujo quadro pertencia”** (cláusula 14ª). Restringia-se, assim, o mercado de trabalho e a concorrência entre os industriais, por um lado, enquanto que

melhorava as condições de admissão a operários vindos de outras fábricas, em relação ao contrato de 1939, que não fazia referência ao pessoal eventual.

Sobre a *aprendizagem* havia igualmente algumas modificações. A admissão continuava a ser aos 14 anos, contudo, e aqui vinha a novidade, se tivesse exame de instrução primária, a idade mínima de admissão baixava para os 13 anos (cláusula 15^a). O que parece demonstrar alguma preocupação de formação profissional entre os operários decorrente da paulitina introdução da mecanização do processo de trabalho.

A transição de aprendizes para praticantes era mais demorada do que antes, visto que os que tivessem 18 anos subiriam a praticantes **“logo que completassem seis meses na indústria, se forem do sexo masculino, ou que façam duzentas e quarenta horas de efectivo serviço, se forem do sexo feminino”** (cláusula 20^a).

Mas já então a polivalência de funções era um facto para os aprendizes e praticantes, de ambos os sexos, os quais, e desde que lhes não fosse totalmente vedado, podiam desempenhar todos os serviços auxiliares (cláusula 21^a. e 22^a).

As *promoções* à categoria seguinte eram diferentes consoante fossem operários ou operárias. Os aprendizes ou praticantes masculinos seriam promovidos a uma das categorias profissionais estabelecidas para os operários, conforme as suas aptidões e as necessidades da fábrica logo que completassem os **“18 anos, ou seis meses de prática no caso de terem sido admitidos depois dos 17 anos”** (cláusula 23^a). As aprendizas ou praticantes femininos seriam promovidas a manipuladoras de peixe logo que completassem **“18 anos e tenham duzentas e quarenta horas de serviço efectivo na indústria”** (cláusula 23^a).

O *regime normal de trabalho* poucas alterações sofreu. O *trabalho de vazio* podia ir até ao limite de dez horas diárias, sempre que a produção o justificasse, mas, e aqui diferente do contrato de 1939, excluía-se o requerimento prévio ou no prazo de

48 horas, consoante as situações, elaborado pelas entidades patronais ao delegado do INTP, disposição que agora favorecia ainda mais os industriais.

O *trabalho de cheio* continuava a poder ir até ao máximo de 13 horas, separadas por dois intervalos de uma hora, mas, enquanto, em 1939, apenas se dizia **“em períodos separados”**, agora discriminava-se o número de períodos, três, embora não se dissesse, ao contrário de 1939, de quantos horas de trabalho seguido o que deixava ampla margem para a actuação dos industriais, ou seja, a permanência na fábrica continuava a ser pelo espaço de 15 horas.

O trabalho normal e o trabalho extraordinário não poderiam prolongar-se para lá das 23 horas, embora nso casos de **“abundância de peixe ou de embarque urgente”**, o período de trabalho poderia ir até às 24 horas, o que representava um ganho para os operários de trinta minutos, em relação ao contrato de 1939. Desaparecia, porém, o parágrafo referente ao prolongamento de trabalho nos meses de Novembro e de Dezembro. Nestes últimos aspectos os operários conheciam uma sensível melhoria de trabalho quando comparados com o contrato de 1939 (Cláusula 32^a).

O *descanso semanal* mantinha-se obrigatoriamente ao domingo, embora, **“quando a abundância de peixe”**, assim o determinasse, as secções de cheio, mas não as de filetagem, podiam trabalhar, excepcionalmente, naquele dia, **“sendo os salários obrigatoriamente referido a um mínimo de oito horas”** (Cláusulas 36^a. e 37^a).

Na questão das *faltas* elas eram muito melhor especificadas e nalguns casos mesmo alargadas sem que isso conduzisse à perda do lugar (Cláusula 39^a).

As *férias*, como era óbvio, eram apenas gozadas pelo pessoal permanente, durante uma semana, entre Janeiro e Maio do ano seguinte àquele a que dissessem

respeito. Seriam **“remuneradas pelo salário correspondente a quarenta e oito horas de trabalho”**, desde que o operário estivesse ao serviço da empresa, pelo menos há um ano e tivesse **“comparecido durante o ano de trabalho, sempre que para ele tenha sido convocado”**. Neste caso os operários viam reduzido o seu período de férias de uma semana, em relação ao contrato de 1939, e para merecerem tal benefício cresciam as exigências, ausentes anteriormente (Cláusula 40^a). Inovador nos CCT, estavam as faltas descontados nos dias de férias: as não justificadas e as justificadas que ultrapassassem quinze dias (Cláusula 40^a, 1º).

As disposições quanto à *disciplina no trabalho* seguem de uma forma geral as dos contratos pretéritos, embora com outra arrumação. Há disposições que desaparecem e outras que surgem. Entre aquelas que aparecem pela primeira vez, queremos salientar as que diziam respeito às obrigações do pessoal e das entidades patronais: para os primeiros encontrava-se **“guardar compostura e aprumo pessoal em todos os actos da sua vida profissional”**; **“respeitar a entidade patronal, superiores hierárquicos, colegas e subordinados”**; **“acatar as ordens legítimas dos seus superiores hierárquicos nos locais de trabalho”**; **“não desviar a atenção durante as horas de trabalho que lhe é confiado”** e **“não praticar qualquer acto prejudicial à entidade patronal que serve”** (Cláusula 48^a).

As obrigações dos industriais resumiam-se a uma trilogia: **“manter os locais de trabalho em boas condições de salubridade e de higiene”**; **“tratar o pessoal com urbanidade, devendo, quando tiver de o admoestar, fazê-lo com o possível recato e por forma a não ferir a sua dignidade”** e, finalmente, **“exigir dos seus representantes na direcção do trabalho idêntico procedimento, respondendo pelas suas faltas quando delas tenha conhecimento e não as reprimir”** (cláusula 49^a).

O não cumprimento por parte dos operários daqueles deveres, assim como os consignados na lei nº 1952, de 10 de Abril de 1937, eram considerados motivos justificados de despedimento.

Se compararmos aquelas obrigações com as do contrato de 1939, verificamos que as do contrato 1945 eram muito mais gerais e de âmbito mais restrito, ou seja, de uma forma geral diziam respeito à actividade dentro da fábrica; ao contrário das de 1939, os motivos de despedimento de carácter político-social estavam completamente ausentes o que se compreenderá pelo clima de relativa abertura política do regime no final da guerra.

Também inovador eram as *indemnizações* por despedimento sem justa causa, por parte dos industriais. Ao pessoal permanente era garantido um salário correspondente ao trabalho fornecido, consoante determinado período de tempo: a) se tivesse trabalhado mais de seis meses e menos de um ano ser-lhe-ia pago quatro meses; b) se tivesse trabalhado mais de um ano e menos de dois anos, oito meses; c) se tivesse trabalhado dois ou mais anos, doze meses. No caso de despedimento sem justa causa do pessoal eventual, ser-lhe-ia pago um salário correspondente a 240 hoars, se tivesse mais de seis meses de trabalho na empresa (cláusulas 56ª.).

Mais. Também não vinha ao encontro dos patrões a *fiscalização* e as *sanções*. A fiscalização competia unicamente aos serviços do INTP, ficando, assim, de fora os signatários e o delegado do INTP (cláusula 61ª.). As sanções eram fortemente agravadas para os industriais, os quais se infringissem qualquer cláusula do contrato seriam sancionados “**se outra penalidade não for estabelecida por lei**”, com multa de 200\$00 a 5.00\$00, pela primeira vez, o dobro na reincidência (cláusulas 62ª.). Registe-se que no contrato de 1939 a multa ia apenas dos 100 a 600\$00.

Mas os operários não poderiam estar muito satisfeitos, porque para eles as multas também subiam substancialmente, indo agora dos 10 a 200\$00, descontadas nos salários semanais (cláusulas 63ª.).

Quem vê os seus benefícios anteriores consagrados e mesmo alargados foram as operárias e os menores. Aumenta a lista de trabalhos interditos àquelas, embora, e aqui havia um ligeiro recuo, as grávidas e os menores de 16 anos, de ambos os sexos, não pudessem trabalhar, fosse em que circunstâncias fosse, para além das 23 horas - 21 horas na acta adicional de 1941 - nem perto das máquinas que produzissem ou utilizassem gás (cláusulas 58ª.).

Benefícios para os trabalhadores surgem igualmente no que respeita aos *salários*. O trabalho de empreitada, à excepção de algumas categorias durante o ano da safra que ia começar, ficava completamente proibido (cláusulas 53ª.). Ao pessoal permanente deveria ser assegurado pelos industriais **“em cada período de duas semanas, os mínimos de trabalho ou salário”**, correspondente a 64 e 48 horas, respectivamente, ao encarregado geral e encarregado de fabrico e aos afinadores de máquinas e encarregados de secção e apontadores (cláusulas 54ª.).

Pela primeira vez eram incluídos num contrato para a indústria de conservas a categoria de empregados, cujos salários mínimos eram referidos ao mês, tornando-se, assim, difícil analisar a evolução salarial destes trabalhadores, visto que não dispomos de qualquer elemento comparativo.

Como é igualmente difícil, tendo presente esta nova elaboração das categorias profissionais, analisar a evolução salarial para os restantes operários. Daremos, portanto, alguns exemplos.

**SALÁRIOS MÍNIMOS DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS
DO ALGARVE 1945**

Homens	1945		
	Por mês	Por hora	Por dia
<i>Grupos:</i>			
a) Encarregado Geral	1.500\$00	-	-
b) Encarregado de fabrico	1.100\$00	-	-
c) Afinadores de máquinas	1.100\$00	-	-
d) Encarregados de secção e apontadores	750\$00	-	-
e) Soldadores, montadores de tiras, operários das caldeiras, das prensas, das tesouras manuais e das cravadeiras manuais	-	3\$50	28\$00
f) Operários das tesouras mecânicas, dos balancês de cunhar, das abatages, fogueiros e ajudantes de afinador	-	3\$15	25\$20
g) Operários das cravadeiras semi-automáticas, das montadeiras semi-automáticas de tiras e das máquinas de fazer chaves	-	2\$75	22\$00
h) Operários de cravadeiras automáticas, das soldadeiras, das rebordeadeiras semi-automáticas e verticais de pedal, dos topós de tampos e de tiras, trabalhadores de mouras e de armazéns	-	2\$50	20\$00
i) Operários das rebordeadeiras de mesa semi-automáticas, dos balancês de fundos, das rebordeadeiras-tamponadeiras, das estanhadeiras de prato e folha, das máquinas de meter borracha, das montadeiras automáticas de tiras, ajudantes de cravadeira, da dobragem de tiras, das máquinas de revisar latas e trabalhadores não especificados	-	2\$25	18\$00
j) Praticantes	-	1\$75	14\$00
k) Aprendizizes	-	1\$25	10\$00
Mulheres			
<i>Grupos:</i>			
a) Mestras	-	2\$00	16\$00
b) Especializadas (azeitadeiras, visitadoras de latas no enlatamento, batedeiras, ajudantes de cravadeira, visitadoras no vazio e levantadeiras de latas para enlatamento)	-	1\$80	14\$40
c) Manipuladoras de peixe	-	1\$65	13\$20
d) Praticantes	-	1\$50	12\$00
e) Aprendizizas	-	1\$00	8\$00
f) Montadoras de tiras (transitória)	-	3\$00	24\$00

Fonte: "Contrato Colectivo de Trabalho" de 1/5/45, BINTP, nº 9, 15/5/45, p. 292-298.

Em relação à acta adicional de 1941, os operários de caldeira tiveram um aumento de cerca de 55%; os operários de cravadeiras semi-automáticas de 52,7% e os aprendizizes, no rés-de-chão da hierarquia operária conserveira 25%.

No que diz respeito às operárias: as azeitadeiras, as batedeiras e as visitadoras de latas, o seu salário diário subiu 44% e as aprendizizas cerca de 33%. Note-se o valor dos salários mínimos das montadoras de tiras, um dos mais altos do conjunto dos salários, tendo em conta que esta categoria profissional se encontrava em extinção. Situação que evidenciava o relativo processo de mecanização da indústria. Aliás, sublinhe-se que os salários mais altos eram atribuídos a operários cujo processo de

trabalho manual era ainda um componente importante, revelando habilidade e destreza na confecção do produto.

Comparemos, agora, a evolução dos salários mínimos desde o cCT de 1939 até ao de 1945. Vejamos, apenas, algumas das categorias profissionais ao longo da sua estrutura hierárquica. Os salários mínimos dos operários das caldeiras subiram 94%; os dos operários das prensas e cravadeiras manuais 100%; os dos operários das cravadeiras semi-automáticas 96%; os dos operários das máquinas de revisitar latas 150% e, finalmente, os salários dos aprendizes, apenas, 66%.

Ao longo do mesmo período, os salários das operárias azeitadeiras, batedeiras, ajudantes de cravadeiras e aprendizes, respectivamente, 80, 100 e 60%.

Ou seja, aumentos significativos em termos percentuais, mas em termos reais?

Comparando os quadros CCIV e CCXV, podemos constatar a nítida tendência para a desvalorização dos salários reais dos operários conserveiros.

Eram os próprios industriais que reconheciam as dificuldades quotidianas dos operários, cujos os aumentos percentuais não conseguiam acompanhar o galopante custo de vida. O acordo não teria sido possível se os patrões não tivessem reconhecido **“a impossibilidade absoluta que o ... operariado teria em remover as suas mais instantes necessidades vitais em período de tão sérias dificuldades”**²⁷².

Qual a receptividade dos patrões e o cumprimento do clausurado deste contrato? Impostos autoritariamente pelo Estado, os contratos colectivos jamais terão assumido uma verdadeira negociação entre as partes, principalmente por parte das entidades patronais que raramente de forma voluntária terão neles acordado, senão, em

²⁷² Relatório e Contas do G.I.C.P.S.A. de 1945, p. 4.

Índice dos preços por grosso de alguns artigos vendidos em Faro, Portimão e Vila Real de Santo António

Produtos	1939			1940			1941			1942			1943			1944			1945		
	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.	Faro	Portimão	V.R.S.A.
Aveia (20L)	-	100	100	-	-	187,5	-	-	187,5	100	122	150	100	-	250	250	147	400	183	333	-
Cevada (20L)	100	-	100	-	100	180	200	-	190	200	100	160	250	-	360	500	134	350	437	148	-
Milho (20L)	-	100	100	-	107	114	100	-	143	143	-	143	100	171	-	159	198	-	127	185	-
Grão (20L)	-	-	100	-	-	108	100	-	169	100	100	250	100	-	231	271	104	361	312	203	-
Fenjo (20L)	-	-	-	-	-	-	100	-	-	100	100	100	100	-	109	240	261	654	300	217	-
Vinho da região (20L)	100	-	100	-	-	-	-	-	231	-	-	-	312	-	-	275	-	288	333	-	-
Batata (15Kg)	100	100	100	-	108	192	133	-	150	222	200	178	222	200	233	250	317	250	444	333	-
Azeite (10L)	100	-	-	-	-	133	-	-	-	131	100	100	145	-	-	182	120	-	189	120	-
Fava (20L)	-	-	-	-	100	-	100	-	-	-	-	100	-	100	-	273	337	-	363	263	-
Arroz (1Kg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-
Trigo (20L)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	100	-	100	-	-	150	-	-	150	-
Bacalhau (60Kg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	-	-	-	-	149	-	-	147	-
Manteiga (1Kg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	-	-	100	-	102	138	-	178	-

Fonte: Quadro CCVIII

Quadro CCXV

Índice dos salários diários nominais em algumas categorias de operários conserveiros nos centros de Portimão e Vila Real de Santo António

Categorias	1939	1940	1941	1942	1945
	Operárias				
Axeitadeiras, visitadoras de latas no «cheto» e batedeiras	100	110	125	137,5	180
Aprendizes	100	108	125	147	166
Operários					
Caldeira	100	111	125	139	194
Trabalhadores s/ especialização	100	114	130	152	196
Limpadores de latas	100	110	129	146	-
Aprendizes	100	133	133	150	167
Soldadores	100	110	126	137	152

Fontes: Quadros CCL, CCIX, CCX, CCXI, CCXII e CCXIII.

consequência de circunstâncias excepcionais, como aquelas atravessadas durante a guerra.

Consideravam-nos **“funestos”**, para ambas as partes contratuais, reconhecendo que, somente, o salário mínimo dera **“algumas regalias a empregados e operários”**.²⁷³

Temos conhecimento, de fonte posterior, que algumas cláusulas eram objecto de contestação pelos industriais. Propugnavam pela eliminação pura e simples da cláusula 8ª que obrigava ao **“ajustamento da relação nominal dos operários do grupo permanente ao respectivo quadro ... no prazo de oito dias”**, a menos que não existissem praticantes, nem desempregados **“com idoneidade e capacidade para o desempenho das funções inerentes aos lugares vagos”**, ou seja, os quadros das fábricas deveriam estar constantemente preenchidos.

Pretendiam a modificação da cláusula 20ª, a qual permitia que operários sem qualquer qualificação transitassem para categorias superiores. Desejavam a rectificação da cláusula 47ª, no sentido de que o emprego de todo o pessoal até completa finalização do serviço fosse deixado ao arbítrio do industrial. O parágrafo único da cláusula 51ª deveria ser eliminada totalmente. Segundo este parágrafo, não poderia **“ser descontado nos salários, a qualquer título, ou exigido aos operários o custo de ferramentas ou matérias-primas empregadas no trabalho e ainda, para o pessoal de cheio, o do vestuário de trabalho, salvo se se”** provasse **“a sua inutilização propositada ou por desleixo”**. A inclusão de tal disposição indica que seria prática corrente dos industriais aquele desconto, lesivo para os trabalhadores conserveiros.

²⁷³ cf. Carta de António Feu a J. Agostinho Fernandes, *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 7, doc. 455, Portimão, 18/8/47, p. V.

A cláusula 54^a deveria sofrer revisão significativa. **“No período de defeso qualquer obrigatoriedade deverá ser reduzida a 50%. As horas extraaordinárias deverão ser computadas para o efeito das referidas garantias”.**

Finalmente, defendia-se uma nova redacção das cláusulas 56^a e 60^a; as indemnizações, consignadas na cláusula 56^a, não deveriam ser superiores ao estipulado na lei nº 1.952, de 10/4/37²⁷⁴

Considerações finais. À lógica subjacente aos CCT já nos referimos quando analisámos os contratos de 1936 a 1939 e, pouco haverá a acrescentar: a submissão do trabalho ao capital; uma política de previdência social mínima; limitação da concorrência operária no mercado de trabalho, assegurando um recrutamento constante da força de trabalho; congelamento salarial no âmbito de uma política de baixo salário, eis, algumas das suas cordenadas.

Embora durante a II Guerra Mundial a conflitualidade social no sector conserveiro algarvio, tanto quanto as fontes nos permitem elucidar, tivesse sido escassa, com excepção da tentativa de greve, em Setembro de 1943, eclodiram, porém, vários protestos e motins - estes principalmente camponeses -, conduzidos essencialmente pelas mulheres, muitas das quais certamente de operários conserveiros. Era sobre as mulheres que recaía a enorme preocupação diária de procurar os géneros alimentícios para os seus companheiros e filhos, permanecendo durante longas horas nas bichas de onde frequentemente regressavam sem uma côdea de pão.

É evidente que a desarticulação dos sindicatos de classe com a criação, consequente, dos sindicatos nacionais e a repressão política contribuíram

²⁷⁴ cf. “Carta ao Grémio dos I. C. P. B. A.”, *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 7, doc. 513, Portimão 24/11/49, p. III.

decisivamente para um decréscimo da conflitualidade laboral entre os operários conserveiros.

Como indiferente não terá sido, para vastas camadas operárias, o discurso político-ideológico do Estado Novo, consubstanciado na denominada «paz social», ou seja, a colaboração entre o capital e o trabalho, a supressão, em suma, da luta de classes. Conceito expresso, desta forma, por Trigo de Negreiros, então Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social: **“Longe das greves, do «lock-out», da luta...Como bandeira da paz social, o pensamento de uma doutrina que tem por base a dignidade pessoal do trabalhador, as suas necessidades vitais, o justo lucro, numa palavra - o equilíbrio de factores em benefício do Bem Comum, fim nacional da paz social e da ordem corporativa que a realiza”**²⁷⁵.

Nestes anos o quotidiano das populações operárias algarvias seria marcado pela constante subida dos géneros a que se somava ainda o agravante da sua escassez, alguns, apenas, encontrados, e nem sempre, no mercado negro a preços inalcançáveis.

Mercado negro, apenas, para alguns, visto que não era acessível àqueles que viviam **“só dos parques proventos do seu trabalho, em regime de salários ou ordenados”**, mas, sim, **“àqueles que realizam chorudos negócios ou possuem indústrias lucrativas”**²⁷⁶. Neste ultimo caso estavam, por exemplo, muitas indústrias conserveiras²⁷⁷, enquanto que na primeira situação encontravam-se o funcionalismo e o operariado que viam aumentar de dia para dia as dificuldades quotidianas e **“com elas a miséria e a doença”**²⁷⁸.

²⁷⁵ *Correio Algarvio*, 23/1/44.

²⁷⁶ *Banco de Portugal. A Situação Económica na Província*, 1º trimestre de 1944, pag. 106

²⁷⁷ *Idem*, Portimão 3º trimestre de 1944, pag. 100

²⁷⁸ *Idem*, Portimão, 3º trimestre de 1942, pag. 96; Portimão, 2º trimestre de 1943, pag. 89 e Portimão, 4º trimestre de 1943, pag. 88

Objectivamente, razões mais que suficientes existiam para movimentos de protestos e para greves, tendo presente o negro quotidiano de vida e de trabalho dos operários conserveiros, designadamente, devido ao impacto da guerra no país. Contudo, como nos afirma um antigo empregado de escritório de várias empresas conserveiras, José Carlos Vasques, **“as condições para isso não estavam criadas, visto que a actividade sindical estava quase morta e os sindicatos na altura existentes eram dominados por indivíduos afectos ao regime. A guerra estava na mente das pessoas que tentavam sobreviver debaixo de todas as vicissitudes”**²⁷⁹.

O Partido Comunista Português, reorganizado a partir de 1940-1941, e com forte protagonismo nas greves de Outubro-Novembro de 1942 e Julho-Agosto de 1943, possuía alguma implantação nos centros corticeiros e conserveiros do Algarve. Em algumas localidades perto de Faro, **“a organização do Partido Comunista só possuía pequenas «pontes», embora em algumas dessas localidades houvesse, até 1945, uma ramificação mais ou menos importante”**²⁸⁰. A estrutura clandestina era dirigida por um *Comité Provincial*, o qual controlava dois *Comités Regionais*, um compreendendo Silves, Portimão e Lagos, o outro Faro, Olhão, Tavira e V.R.S.A., com *Comités locais*²⁸¹.

Com o fim da guerra intensificou-se o trabalho de propaganda e de organização do P.C.P., no Algarve, designadamente com a política de infiltração nos sindicatos nacionais, corticeiros e conserveiros. Em Março de 1945, para as eleições no SN dos operários conserveiros de Faro, **“os rafeiros Germinal”**²⁸², **Paixão C^a.** - membros da

²⁷⁹ José Carlos Jorge Vasques. Entrevista realizada em Lagos, 1995.

²⁸⁰ Fernando Gouveia, *Memórias de um Inspector da P.I. D. E.. 1. A Organização Clandestina do P.C.P.*, Roger Delraux, Lisboa, p. 263, fig. 4.

²⁸¹ Idem, p. 264 e Manuel da Silva *30 Anos de Vida e de Luta na Clandestinidade*. Entrevista-Depoimento, Cadernos de História do P.C.P., n.º 2, Edições Avante!, 1996, p. 32.

²⁸² Germinal Sequeira, nasceu em Olhão em 16 de Novembro de 1905. Foi operário conserveiro e Procurador à Câmara Corporativa pela secção do Trabalho Industrial, em 1942 (*Anais da Assembleia da República e da Câmara Corporativa*, III Legislatura, 1.ª Sessão Legislativa, 1942-1943, pp. 167 e 254).

direcção do sindicato conserveiro do distrito de Faro -, **“vendo que em algumas secções tinham sido escorraçados os fascistas, fizeram a eleição em segredo, conseguindo assim «ser eleitos» por um grupo de amigalhaços”**²⁸³. Segundo Manuel da Silva²⁸⁴, teriam sido conquistados os sindicatos conserveiros de Portimão e de V.R.S.A., embora não se precise a data, provavelmente, em 1944 ou 1945, e, em 1946 e 1947, foram conquistados a sede em Olhão e a secção de Lagos, esta última **“pela participação que as mulheres tiveram”**²⁸⁵.

Em 1948, a organização do partido encontrar-se-ia **“muito bem desenvolvida”**²⁸⁶, a sua influência teria aumentado, visto que em termos financeiros **“não estava muito mau, dava dinheiro para a caixa central, apesar de ter havido algumas prisões em Portimão”**²⁸⁷. É conhecida a influência do P.C.P. no âmbito do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e no MUDJuvenil, o qual realizaria a importante concentração da juventude em Bela Mandil, perto de Olhão, em 23 de Março de 1947 - com o propósito de comemorar a Semana Internacional da Juventude -, violentamente reprimida pela Polícia de Segurança Pública e pela GNR²⁸⁸. MUD Juvenil onde terão participado também operários conserveiros, corticeiros e pescadores²⁸⁹.

²⁸³ “Consolidemos e alarguemos a vitória nas eleições sindicais”, *Avante!*, nº 73, Março 1945.

²⁸⁴ Manuel Luís da Silva Júnior pertenceu durante 64 anos à organização do aparelho clandestino do Partido Comunista Português, tendo tido vários pseudónimos, «Ricardo», «Rogério», «Castro» e «Ivo», fixou-se, em 1945, no Algarve, contribuindo com outros dirigentes, nomeadamente José Rodrigues Vitoriano, para o trabalho de organização do partido nas indústrias corticeira e conserveira.

²⁸⁵ *Manuel da Silva 30 Anos de Vida e de Luta na Clandestinidade*. Entrevista-Depoimento, Cadernos de História do P.C.P., nº 2, Edições Avante!, 1996, p. 32.

²⁸⁶ F. Gouveia, *op. cit.*, p. 404.

²⁸⁷ *Manuel da Silva...*, p. 34.

²⁸⁸ Sobre a concentração de Bela Mandil ver Suplemento nº 43 do *Boletim MUDJuvenil*, Comissão Distrital de Faro, Março de 1947; *Manuel da Silva...*, p. 33, Francisco Guerreiro, *Un Aporte e Testemunho*, Buenos Aires, 1952. Manuscrito e “Os 50 anos do MUDJuvenil. Entrevista com Octávio Pato”, *Avante!*, de 21/3/96, pp. 16 e 17.

²⁸⁹ *Idem*, p. 32-33 e José Tengarrinha, “Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº 16, 1994, p. 389, nota 3.

Em 1948, quando da desarticulação do partido comunista no Algarve teriam sido presos, entre outros militantes, dois procuradores à Câmara Corporativa, representantes da indústria conserveira, membros daquele partido²⁹⁰.

A descida do salário real foi, pois, a consequência lógica e dramática dos tempos de guerra que o Algarve e o país suportou, mesmo longe dos teatros de guerra e em plena «neutralidade geométrica».

9. A assistência social

No seu relatório de Dezembro de 1931 sobre a visita aos centros conserveiros do país, Salazar era peremptório ao constatar que a assistência patronal era “absolutamente rudimentar.”²⁹¹ No seu périplo encontrara apenas duas creches, uma em Peniche, outra em Vila Real de Santo António, embora não afastasse a hipótese de outras existirem e sobre as quais não tivera conhecimento.

Ao longo das páginas precedentes fomos deixando já aqui e ali algumas indicações sobre as condições de vida e de trabalho dos operários conserveiros, raramente nos surgindo qualquer elemento que nos pudesse elucidar concretamente da cobertura assistencial.

Um dos raros exemplos encontra-mo-lo nas vésperas da proclamação da República, nas respostas transmitidas ao inquérito às associações de classe do operariado. A Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conservas de Setúbal, a Associação de Classe dos Soldadores da mesma cidade e a Associação de

²⁹⁰ F. Gouveia, *op. cit.*, p. 264.

²⁹¹ Oliveira Salazar, “Sobre a indústria das conservas de peixe (Relatório de uma visita aos centros conserveiros)”, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, p. 540.

Classe dos Soldadores de Lagos foram peremptórias em relação à sua assistência, ela pura e simplesmente não existia²⁹².

Com o regime republicano algo terá mudado? Vejamos. Entre 1918-1919 e 1926-1927, as despesas públicas com o trabalho, a previdência e a saúde atingiram percentagens relativamente elevadas, enquanto as despesas com a assistência foram nulas²⁹³. Desconhecemos, porém, quais as afectadas aos operários conserveiros, mas estamos em crer que elas tenham sido reduzíssimas, para não dizer mesmo inexistentes.

Com a cartelização autoritária da indústria conserveira, no âmbito da construção de um Estado corporativo - criação do Consórcio Português de Conservas de Sardinha, pelo decreto nº 21.622, de 27 de Agosto de 1932 -, surgirá, estamos em crer, a primeira referência à assistência social ao operariado conserveiro, designadamente, pela introdução da proibição de fabrico nos quatro meses de inverno, o defeso. Para tal era criado um *fundo operário*, constituído com base numa taxa sobre a exportação - 2/5 da taxa de \$25 por cada quilograma de peso líquido de conserva exportada de sardinha ou espécie similar, em azeite ou molhos semelhantes -, ou por quaisquer importâncias provenientes de lucros e que o conselho de administração do Consórcio destinasse expressamente ao fundo operário. A receita daquela taxa seria afectada a trabalhos e obras em que fossem empregues os operários de **“preferência nos períodos da proibição do fabrico”**. O próprio Consórcio com as verbas do fundo operário poderia criar bairros operários, escolas, cantinas e serviços de saúde para melhoria das condições de vida dos operários.

Quando da criação da União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe, pelo decreto-lei nº 24.947, de 10 de Janeiro de 1935, o fundo operário foi

²⁹² Extractos da “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado (1909-1910), in M.V.Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, pp. 247, 255 e 261.

²⁹³ cf. Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais*, pp. 313 a 315.

substituído por um *fundo de previdência social* destinado a proteger os operários na doença, na invalidez, no desemprego involuntário e a garantir uma pensão de reforma. No essencial, alterava-se a forma, mas mantinha-se o conteúdo. As receitas para este fundo proviriam em 3/10 das taxas cobradas por cada quilograma de peso líquido de vários tipos de conserva exportada.

Nova alteração com a criação dos Grémios, pelo decreto-lei nº 26.775, de 10 de Julho de 1936, pelo qual a responsabilidade de assistência aos operários transitaria para aqueles por intermédio de um igual *fundo de previdência social* cujas verbas destinar-se-iam aos mesmos fins dos anteriormente mencionados.

Já analisámos pormenorizadamente as atribuladas concessões de subsídio para os operários, designadamente, durante a época do defeso, quer pela exiguidade dos seus montantes, quer, por, frequentemente, chegaram atrasados, quer mesmo por não serem concedidos, de que resultaria graves confrontações sociais nos vários centros, nomeadamente, no Algarve e em Setúbal, aqui com a lamentável morte de operários em confrontos com a polícia. Também já foi analisada a política dos bairros operários, pelo que não iremos novamente referi-la.

Nos três contratos colectivos de trabalho, assinados entre 1936 e 1939, surgirá sempre um capítulo dedicado à *Caixa Sindical de Previdência*, sem que a mesma jamais tivesse sido concretizado durante o espaço temporal da nossa tese. Nele se estipulava que as entidades patronais e os empregados e assalariados contribuiriam com 8% e 4%, respectivamente, dos ordenados e salários pagos pelos primeiros e recebidos pelos segundos, para as instituições de previdência “a criar”. No contrato de 1945, nada seria alterado em relação às considerações anteriores.

O CCT de 1939, foi o primeiro em que surgiu o desconto nas férias semanais para o sindicato, pelo que os operários que tivessem mais de um dia de trabalho ou

salário descontariam 1\$00 e \$50, respectivamente, por cada operário e por cada operária. A importância transitaria dos industriais para o grémio e deste para o sindicato o qual reservaria 50% do total da receita. Desta percentagem, 80% destinaria-se-ia para subsídios a operários e operárias inválidos e 20 % para despesas com funerais de operários e operárias. Nos pequenos centros conserveiros de Lagos e V.R.S.A. aquela percentagem de 50%, baixava para 30%.

O operário que evidenciasse más condições físicas não poderia ser despedido, sem prévia inspecção médica, enquanto que aqueles que fossem considerados **“absolutamente incapazes”** receberiam do sindicato um subsídio semanal de 25\$00 e 10\$00, respectivamente, se fossem operários ou operárias, desde a semana imediata àquela em que a incapacidade fosse verificada. Contudo, o sindicato poderia reduzir o subsídio de maneira que o seu pagamento nunca excedesse a percentagem de 80%.

Aos trabalhadores de ambos os sexos doentes era garantido o lugar na fábrica e o direito ao salário e categoria anterior quando retomassem o serviço, excepto se tivesse havido diminuição da sua capacidade física ou se as condições de pessoal dependente do mesmo patrão se tivessem modificado em conjunto.

Em confronto com os contratos anteriores este foi aquele em que vislumbramos maiores preocupações de índole social.

Contudo, a assistência aos operários conserveiros era essencialmente fornecida pelos próprios grémios, como, aliás, determinava a legislação que os criara, tendo sido os subsídios para alimentação e para medicamentos aqueles que maiores verbas atingiram²⁹⁴.

²⁹⁴ cf. *Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de peixe de Sotavento do Algarve*, de 1936, 1937 e 1938.

Às parturientes, por exemplo, abonava-se 50\$00 antes do parto e mais 80\$00 após o mesmo²⁹⁵. As dificuldades atravessadas pelas operárias durante a II Guerra Mundial terá contribuído para que o subsídio concedido àquelas aumentasse para 100\$00, embora, 25\$00, se destinassem à parteira²⁹⁶. Auxílio que fora ampliado com o fornecimento de enxovais para recém-nascidos²⁹⁷.

O poder económico das grandes empresas, como a Júdice Fialho, Feu Hermanos, Facho, entre outras, permitia a abertura de refeitórios e creches para os seus operários e filhos. Na fábrica de Caetano Feu, localizada, em Portimão, existia um refeitório para cerca de 90 crianças, dos 2 aos 10 anos de idade, futuros operários, **“integrados nas ideias do Estado Novo Corporativo”**, como se expressava o redactor de visita àquela fábrica, convidado por aquele industrial. No mesmo refeitório havia ainda umas mesas que serviam para as operárias amamentarem os eus recém-nascidos²⁹⁸.

Aliás, na opinião de um antigo operário, Joaquim Rafael, reformado depois de quarenta e um anos de trabalho a quem foi atribuída uma gratificação de sete mil e quinhentos escudos e uma pensão semanal de 82\$00, **“a favor dos velhos, ninguém fez melhor do que a Casa Feu”**²⁹⁹. Juntamente com aquele operário foram ainda reformados vinte e cinco trabalhadores, homens e mulheres, no dia 12 de Setembro de 1943, numa **“tal manifestação de bondosa gratidão”** que **“produziu em toda a assistência a mais viva comoção, envolvendo os 25 operários de infinita ternura, que com os olhos marejados de lágrimas não sabiam como corresponder a tamanha generosidade dos seus queridos patrões e em especial do seu chefe Sr.**

²⁹⁵ “Ainda o problema da assistência”, *O Conserveiro*, nº 47, 15/10/37, p. 4.

²⁹⁶ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 3, Acta nº 321, de 1/3/43, fl. 68.

²⁹⁷ Idem, Acta nº 322, de 11/3/43, fl. 69.

²⁹⁸ cf. *O Conserveiro*, nº 58, 28/5/38.

²⁹⁹ “Portimão e a assistência ao operariado da indústria de conservas”, *A Indústria*, nº 896, 22/5/44, p. 1.

D. Caetano Feu³⁰⁰. No dia 26 do mesmo mês e ano, caberia a vez à festa de homenagem a outros vinte e quatro antigos operários da fábrica «St. António», pertencente ao mesmo industrial³⁰¹.

Mas aquilo que muitas vezes se concedia com uma mão tirava-se com outra, como foi o caso do grémio dos industriais conserveiros de sotavento, que obrigava a secção sindical de V.R.S.A. a pagar todas as despesas que se faziam com qualquer doente, utilizando o processo que consistia em descontar as referidas despesas da cotização sindical destinada àquela secção³⁰².

Foi dentro da lógica de colaboração entre o capital e o trabalho que, por volta de Julho-Agosto de 1939, o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Barlavento do Algarve, designadamente por iniciativa dos industriais Caetano Feu, João Francisco Leote e António do Carmo Leal, que seriam criadas, em Lagos e em Portimão, as *cantinas operárias*. Ora, certamente, para os seus promotoras, não poderia haver operários bons, trabalhadores, sem a necessária, mesmo que mínima **“recooperação alimentar”** [sic] que lhes fornecesse as calorias suficientes para suportarem o trabalho diário. A miséria era má conselheira, visto que aproveitada por **“elementos degenerados e sem escrúpulos”** aticaria a rebeldia das classes trabalhadoras.

Assim, a referida cantina serviria refeições, quer a preços módicos, quer refeições avulso, estas a operários e operárias que tivessem família numerosa³⁰³.

No que concerne a doenças, a tuberculose foi aquela que mais duramente atingiu os operários conserveiros, o que mostra, aliás, as suas deploráveis condições de

³⁰⁰ *O Algarve*, 19/9/43.

³⁰¹ *O Algarve*, 17/10/43.

³⁰² “Desde V.R.S.A.”, *O Conserveiro*, n.º 47, 15/10/37, p. 3.

³⁰³ cf. *Costa de Oiro*. Revista Mensal de Propaganda Regionalista, n.º 57, Setembro 1939, pp. 6 e 7.

alimentação. Em 1938, do total gasto pelo grémio de barlavento, 69% foram dispendidos com aquela doença³⁰⁴.

A distribuição de subsídios pelo grémio não foi canalizada somente à assistência médica e alimentar, mas cobriu igualmente outras facetas político-sociais, sem com isto querermos extrair outras ilações. O grémio concedeu subsídios ao sindicato nacional para serem distribuídos a operários desempregados quando do encerramento de algumas fábricas³⁰⁵, como indemnizava grupos de soldados nas condições do § 3º, da cláusula 19ª do CCT, ou seja, quando os industriais tivessem necessidade de extinguir ou reduzir as suas secções manuais de lata vazia³⁰⁶.

Concedeu-se ainda subsídios a operários atingidos com outras doenças, que não a tuberculose, nomeadamente, para tratamento no Instituto de Oncologia de Lisboa e a operários inválidos³⁰⁷, assim como a oitenta e dois alunos de ambos os sexos que frequentavam as escolas do sindicato³⁰⁸.

Grémio que contribuiu, em Janeiro de 1940, com a importância de 500\$00 para auxiliar nas despesas de fardamento de filiados da Mocidade Portuguesa, contribuição que deveria prosseguir nos “**anos futuros**”, desde que o orçamento o permitisse³⁰⁹.

Também ao núcleo de Olhão da Legião Portuguesa lhe foi entregue um subsídio de idêntica importância³¹⁰, assim como subsidiou as despesas de um número de operários que não deveriam ultrapassar o número de cem, dos centros de Olhão e V.R.S.A., com 50\$00 para cada operário, para que pudessem visitar a Exposição do

³⁰⁴ cf. “Relatório e Contas do G.I.C.P.B.A. de 1938”, *Arquivo Feu Hermanos*, caixa 13, doc. 7.052.

³⁰⁵ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 109, de 26/12/38, fl. 12 e Acata nº 110, 2/1/39, fl. 13.

³⁰⁶ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 114, de 30/1/39, fl. 16.

³⁰⁷ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 3, Acta nº 257, de 3/12/41, fl. 24.

³⁰⁸ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 3, Acta nº 320, de 2/2/43, fl. 67v.

³⁰⁹ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 160, de 15/1/40, fl. 55.

³¹⁰ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 213, de 20/1/41, fl. 92 e 92v.

Mundo Português³¹¹, realizada, em Lisboa, entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940.

Mas como o sindicato não quis ficar atrás do grémio em prol de visita a tão nacionalista exposição, concederia um subsídio de 1000\$00 para ser distribuído pelos seus 100 sócios para a deslocação³¹²

Entre 1940 e 1943, foram também entregues pelo grémio vários subsídios à Juventude Independente Católica Feminina para auxiliar a obra de **“protecção às crianças pobres no inverno”**, ou para as vestir no dia de Natal³¹³.

Durante o período da II Guerra Mundial mercê do agravamento das condições de vida e de trabalho atravessados pelos operários conserveiros, já por nós aludido, repercutiu-se num aumento na procura assistencial. No ano de 1941, a falta de trabalho registada no sector conserveiro, com as consequências gravosas no seu quotidiano, repercutindo-se na saúde dos operários, pelo que foram obrigados a recorrer aos serviços de assistência do grémio **“para recompôr ou manter os seus organismos depauperados por insuficiências alimentares”**. Tal não evitaria que aumentasse o preço de alguns medicamentos e que algumas restrições fossem feitas, o que não impediu que se **“verificasse um déficit de 1.513\$36 que foi coberto pelo Fundo de Previdência Privativo”**³¹⁴.

Aliás, em Outubro de 1940, o mesmo grémio, para estabelecer o equilíbrio nas finanças da assistência, no centro de Vila Real, fora ao ponto de suspender, embora **“temporariamente”**, o fornecimento gratuito de medicamentos, num período de sérias dificuldades para os operários³¹⁵.

³¹¹ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 196, de 23/92/40, fl. 80v.

³¹² cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 202, de 4/11/40, fl. 84 e 84v.

³¹³ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P.S.A.*, Número 2, Acta nº 206, de 5/12/40, fl. 87, livro nº 3, Acta nº 257, de 3/12/41, fl. 24, acta nº 308, de 3/11/42, fl. 57v e acta nº 359, de 24/11/43, fl. 93v.

³¹⁴ *Relatório e Contas do G.I.C.P.S.A.*, de 1941, p. 11.

³¹⁵ cf. *Livro de Actas da Direcção do G.I.C.P. S. A.*, Número 2, Acta nº 201, de 28/10/40, fl. 83v.

A falta de trabalho, novamente e extensamente sublinhada no relatório de 1944 e, a consequente falta de salário, ocasionara mais uma vez as “**mais variadas doenças provocadas pela deficiente e imperfeita alimentação**”. Situação que conduziria a uma intensa procura dos serviços médicos sobrecarregando as finanças do grémio. Naquele ano foram gastos na assistência mais de 566 contos, a mais elevada verba dispendida no período da guerra³¹⁶, como mostra o quadro seguinte.

Quadro CCXVI
Verbas dispendidas na assistência pelo G.I.C.P.S.A.

Anos	Verbas
1939	220.900\$00
1940	198.800\$00
1941	202.727\$90
1942	198.740\$12
1943	360.000\$00
1944	566.391\$39
1945	431.296\$70

Fonte: Relatório e Contas do G.I.C.P.S.A.,
1939-1945

Quadro CCXVII
Números de doentes inscritos e consultas nos
centros de Olhão e V.R.S.A.

Anos	Doentes inscritos	Consultas
1939	4.039	13.622
1940	4.313	11.537
1941	4.380	13.338
1942	4.090	11.471
1943	5.228	14.489
1944	6.970	19.624
1945	8.637	16.453

Nota: Operários e operárias e seus filhos
menores de 14 anos

Fonte: Relatório e Contas do G.I.C.P.S.A.,
1939-1945

Os anos de 1942 a 1944 foram certamente os mais difíceis, cujos valores gastos na assistência cresceriam 185%.

Para paliar as difíceis condições de vida dos operários, nomeadamente dos seus filhos, o grémio de sotavento inauguraria, em 7 de Julho de 1944, na Manta Rota (Cacela), - em 1945, funcionaria em Monte Gordo -, uma *colónia infantil* onde os seus

³¹⁶ Relatório e Contas do G.I.C.P.S.A., de 1944, p. 5 e 18.

filhos pudessem ser **“cuidados e alimentados, livres das preocupações e necessidades dos pais”**³¹⁷. Para a sua instalação foram gastos 161.869\$27, tendo sido frequentada por 738 rapazes e raparigas (Quadro CCXVI)

Quadro CCXVIII
Número de rapazes e raparigas que frequentaram
a «Colónia de Férias» de Monte Gordo em 1945

	Olhão	Tavira	V. R. St. A.
Rapazes	239	21	123
Raparigas	194	26	135

Fonte: *Relatório e Contas do G. I. C. P. S. A.*, 31/12/45, p. 6.

A vigilância das crianças fora confiada ao sindicato, em mais uma manifestação de solidariedade corporativa.

Também o grémio de barlavento mantinham uma assistência social, no âmbito de uma organização que cobria creches das fábricas; consultas pré-natais e partos, a domicílio; escolas infantis; caixa sindical de previdência; assistência aos tuberculosos; centros sociais das fábricas e cantinas³¹⁸. Na antiga cantina operária da empresa Feu funcionava uma **“modesta e improvisada”** escola infantil experimental, composta por **“uma mesa e cadeiras tóscas; pouco e vulgar mobiliário adequado à população infantil”**, embora arejada e iluminada³¹⁹.

As crianças aprendiam pelo método de ensino da pedagoga de Maria Montessori³²⁰, tinham ao longo do dia duas refeições, antes das quais entoavam, em coro, a oração de agradecimento **“a Deus a graça que lhe concede , alimentando-as; agradecem ao Deus de tôdas as religiões!...”**, segundo a tolerante e avançada

³¹⁷ Idem, p. 5 e “A colónia de férias infantil do Grémio dos Industriais de Conservas...”, *A Indústria*, nº 907, 2/8/44, p. 1 e 3.

³¹⁸ cf. “Portimão e a assistência ao operariado da indústria de conservas”, *A Indústria*, nº 896, 22/5/44, p. 1 e 3.

³¹⁹ Idem, p. 3.

³²⁰ cf. artigo “Montessori, Maria”, in *Encarta 97 Encyclopedia*, Microsoft. Maria Montessori (1870-1952), pedagoga italiana, nascida em Chiaravalle, junto a Ancone. Desenvolveu um método destinado a desenvolver a memória das crianças.

assistente social do Grémio, Lusía das Neves Pernão, e no verão gozavam ainda de uma aprazível época balnear.

Em conclusão. No período que antecedeu o Estado Novo a assistência social aos operários conserveiros, se existiu, o que duvidamos, não terá transposto mais do que a legislação virtual, jamais se tornando efectiva.

Com o advento do Estado Novo erigiu-se e propagandeou-se uma política social de conteúdo patronal e estatal, como, aliás, deixámos vincado nas páginas antecedentes, em algumas das suas manifestações, nomeadamente nas festas de homenagem quando da passagem à reforma de operários realizadas por importantes empresas conserveiras.

Constata-se uma submissão pessoal ao “chefe” patronal, no âmbito de uma filosofia político-ideológica expressa na colaboração, no reconhecimento de que entre capital e trabalho não há dissonância, mas consonância de interesses.

A política social dirigida aos operários conserveiros consubstanciou-se na construção de bairros de casas económicas, nomeadamente por parte de Estado, mas com a comparticipação do Consórcio, dos grémios e, posteriormenete, do Instituto Português de Conservas de Peixe, na construção de creches, cantinas, centros de saúde, essencialmente a cargo de importantes empresas, já que tais empreendimentos estavam fora do alcance de firmas de escassos recursos económicos, política que evidencia, por um lado, as dificuldades económicas do mundo do trabalho conserveiro, e, por outro lado, permitindo a reprodução da força de trabalho com base no salário baixo.

A abertura de creches, escolas e colónias infantis, quer pelas principais empresas, quer pelos grémios dirigidas aos filhos e filhas dos operários não tinha apenas uma dmensão propriamente de assistência social, mas um objectivo de médio e

permanência na fábrica permitia-lhes uma inculcação desde cedo dos valores ideológicos do Estado Novo. Também pela assistência passava a acumulação capitalista do sector.

Finalmente, a política social do Estado Novo, embora amplamente propagandeada e glorificada foi limitadíssima e, conseqüentemente, o Estado esteve praticamente ausente da implementação de uma verdadeira cobertura assistencial, a qual foi atribuída, quer aos grêmios, quer aos sindicatis nacionais que, por desinteresse dos primeiros e incapacidade financeira dos segundos não foi suficiente para colmatar as dificuldades sofridas e sentidas pelos operários.

Aliás, entre 1933-1934 e 1945, as despesas públicas com o trabalho e previdência, e é esta rubrica que mais nos interessa, atingiram um máximo de 5%, em 1941, do total das despesas sociais, ou seja, muito inferior ao gasto durante o período republicano, enquanto que as despesas com a assistência cresceram para valores, frequentemente, superiores a 80% do total das despesas sociais. Contudo, nas despesas totais, as sociais tiveram sempre um peso reduzidíssimo³²¹.



FIG. 7

³²¹ cf. Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais*, pp. 288 a 289.

CAPÍTULO XIII

O ENRIQUECIMENTO E ACUMULAÇÃO NA ESFERA INDUSTRIAL E COMERCIAL PROPORCIONADOS PELA GUERRA NO ALGARVE

1. O movimento marítimo

Embora as condições portuárias do Algarve, com excepção, de Vila Real de Santo António, fossem pouco menos que lamentáveis, o maior volume de comércio da região com o exterior realizava-se por via marítima. O progressivo assoreamento das suas lamas tornava difícil o trânsito marítimo, pelo que com alguma frequência se efectuavam trabalhos de dragagem para tornar os seus acessos mais navegáveis. Em 1931, o porto de Portimão era aquele que registava maior movimento (importação/exportação), embora o porto de Olhão fosse aquele que detivesse o mais considerável «superavit» na exportação. Pelos portos Algarvios escoavam-se pelo mundo inteiro as suas riquezas naturais: a cortiça, os frutos secos, e principalmente as conservas.

Com o deflagrar da II Grande Guerra o Algarve quase viu desaparecer o movimento marítimo dos seus portos. Os navios estrangeiros, entre 1938 e 1944, caíram 97.6% nas entradas, enquanto que os portugueses diminuíram 87%. Em 1938 e 1939, tanto em numero como em tonelagem os navios alemães eram os mais importantes de todos os que visitavam os portos da região, embora, de 1940 a 1946 tenham desaparecido totalmente da região. Em contrapartida, crescia a importância dos navios ingleses e, em 1941 e 1942, dos espanhóis. Registe-se, ainda, o elevado numero de

navios (205) noruegueses que, entre 1938 e 1940, aportavam nos portos algarvios. Obviamente que esta redução não terá sido estranha à guerra naval, nomeadamente a guerra submarina desencadeada pela marinha alemã e o bloqueio marítimo pela Grã-Bretanha.

O movimento mais intenso realizou-se no porto de V.R.S.A (811 navios entrados), distanciando-se do porto de Portimão (341) e do de Faro/Olhão (263)¹.

As próprias conservas de peixe, com excepção das exportadas para a Inglaterra, EUA, Colónias, etc., seguiam em caminhos de ferro, designadamente, para a França, Itália, Suíça e Alemanha.

2. No comércio

V.R.S.A, Olhão e Portimão, três dos principais centros conserveiros do Algarve, eram por essa razão, localidades onde o peso do operariado era mais vincado, pelo que a sua influência no comércio local era enorme. Comércio que navegava em maré-alta ou em maré-baixa, consoante a maior ou menor exportação de conservas e, por extensão o montante dos salários pagos.

Comércio caracterizado igualmente, pela sazonalidade, visto que **“O lapso de tempo que medeia entre o fim do verão e o começo das novas fainas piscatórias, é uma época de paralisação indício de paragem e comércio inactivo”**².

¹ cf. *Anuário Estatístico, 1938-1946*. Em 1940, constatava-se ainda que o porto de Portimão não permitia utilizar toda a sua capacidade, obrigando, os navios de tonelagem maior a permanecerem ao largo, para as praias o transporte era realizado por barcas, encarecendo o frete, *Diário de Notícias*, 10/20/40.

² Banco de Portugal. *Situação Económica do País*, V.R.S.A, Junho 1938, pag. 26

A época mais crítica do ano era durante o defeso, de Dezembro a Abril, começando a actividade comercial a mostrar evidente melhoria no mês de Maio, habitual início da laboração das fabricas de conservas.

As dificuldades relativas atravessadas pela indústria de conservas entre 1937 e 1938, fizeram-se, assim, repercutir no comércio retalhista local dos centros Algarvios, apenas tendo melhorado com o aumento das exportações no segundo semestre de 1938³.

Vejamos, agora, a situação vivida durante a II Guerra Mundial, naqueles três centros.

2.1. Vila Real de Santo António

Em V.R.S.A., de uma forma geral, o comércio atravessou um período difícil, à excepção, de um ou outro período, no qual se fazia sentir um aumento das capturas, designadamente de atum, e consequentemente, um maior movimento na laboração das fabricas de conservas. O fraco poder de compra de uma população maioritariamente operária colocava o pequeno retalhista em condições difíceis.

Mas se estes atravessavam um período de aperto, já os armazenistas, parece terem gozado de algum desafogo⁴.

³ Idem, Olhão, Agosto 1938, pag. 18 e Portimão, Outubro 1938, pag. 15.

⁴ cf. Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província, V.R.S.A.*, 1940-1945

2.2. Portimão

No maior centro conserveiro do Algarve onde residiam milhares de trabalhadores do mar e operários conserveiros, para além de outros estratos sociais próprios de uma cidade de maior importância, o comércio não passou tanto pelas agruras do contexto então vivido, como o de V.R.S.A.

Quer o comércio retalhista, quer o grossista, mais um do que o outro, em consequência da valorização dos vários géneros, atravessaram um período relativamente desafogado.

Segundo a delegação do Banco de Portugal, de Portimão, o comércio de retalho melhorara a sua situação **“pelo aumento de salários do operariado de conservas e de pesca que, dispondo de maiores receitas, vai abastecer-se de géneros alimentícios e de roupas despejando na gaveta do comerciante o valor das suas compras que já incluem bom lucro”**⁵.

Havia já muitos anos que não se registava uma falência comercial nesta cidade⁶.

As subidas constantes dos preços em todos os artigos de absoluta necessidade, alimentação, vestuário, luz, rendas de casa, combustível e a uma mudança nas formas de venda; diminuiu o **«fiado»** e cresceram as vendas a pronto⁷.

Nos anos de 1944 e 1945, a falta de pesca que assolou o Algarve e a quebra nas exportações das conservas, a par do contínuo aumento do custo de vida, causou alguma preocupação e **“embaraços aos comerciantes pelo movimento reduzido das suas vendas”**, embora a sua situação desafogada, não tivesse sido grandemente afectada⁸.

⁵ Banco de Portugal. *A Situação Económica na Província*, Portimão 1º trimestre. 1942, pag. 47.

⁶ Idem, Portimão 3º trimestre 1942, pag. 94.

⁷ Idem, Portimão, 1º trimestre 1943, pag. 78; 2º trimestre. 1943, pag. 88 e 1º trimestre 1944, pag. 104.

⁸ Idem, Portimão 2º trimestre 1944, pag. 117 e 4º trimestre. 1945, pag. 111.

O aumento de comércio nesta praça atraiu **“grande numero de estrangeiros ..., movimentando os seus «cafés» e restaurantes, a sua praça de automóveis, embora nem todos possam fazer negocio uns pela dificuldade de liquidar, outros porque não podem fazer o transporte das mercadorias”**⁹.

O movimento da cidade, a maneira das pessoas se vestirem, as distrações, os espectáculos evidenciavam **“um certo desafogo de vida, de subida de nível...”**¹⁰.

2.3. Olhão

Escassos elementos dispomos para o centro de Olhão, mas estamos em crer, que pela sua importância no contexto da industria de conservas, do Algarve, que terá atravessado uma situação muito idêntica à de Portimão.

No final da guerra o povo olhanense manifestou, nas ruas, não só o seu regozijo pelo seu fim, como a sua esperança pelo desaparecimento do mercado negro **“essa instituição irmã da guerra; se é possível mais vil, porque é cobarde. Vive, provocando escassez e carestia; ludibriando o rico, escarnecendo o remediado, sugando o sangue ao pobre.**

O povo amaldiçoa os que enriquecem no mercado negro”¹¹.

⁹ *Diário de Notícias*, 10/10/40.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ cf. João Trigueiros, “Cartas de Olhão”, *A Industria*, n.º. 933, 25/5/45, pag. 2

3. No mercado monetário

É também importante analisar o impacto da guerra e, principalmente, da indústria de conservas do ponto de vista financeiro.

A grande procura de dinheiro pelos conserveiros caracterizava-se igualmente pela sazonalidade, visto que coincidia com a actividade conserveira e com a época das colheitas agrícolas.

A procura *activa* abrangia os meses de Setembro a Outubro e a *passiva* os de Novembro a Abril. Os de maior actividade eram os de Julho, Agosto e Setembro, os quais se repercutiam nos vários ramos do comércio e da indústria¹².

Em Maio de 1938, em Faro e em Portimão as taxas de juro aplicadas variavam entre 4.5 e 8% e 5 a 6.5%, respectivamente, e entre particulares, em Portimão, 10%¹³.

Com a aproximar da guerra acelerava a procura de capitais. **"É que a expectativa de bons lucros em grandes negócios futuros, à semelhança de 1914 e os anos seguintes, convenceu o mercador e o negociante que houvera chegado o momento de pôr em giro todas as suas disponibilidades e possibilidades, servindo-se de todos os seus capitais e créditos"**¹⁴.

Contudo, no primeiro trimestre de 1941 a procura de capitais reduziu-se: **"Será pela depressão que se adivinha nas industrias, redução de intercâmbio por falta de matérias primas, receio pela falta de transporte e seu encarecimento ou ainda pela imposição do bloqueio Britânico de duração indeterminada?"**¹⁵. A delegação de Faro do Banco de Portugal, de forma interrogativa fazia uma análise correcta da situação então vivida.

¹² cf. Banco de Portugal. *Situação Económica do País*, V.R.S.A., Julho 1938, pag. 25 e Portimão, Agosto 1938, pag. 19.

¹³ cf. Idem, Faro, Maio 1938, pag. XVII e Portimão, Maio 1938, pag. XXII.

¹⁴ *A Situação Económica na Província*, Faro, 3º trimestre 1939, pag. 25.

¹⁵ Idem, Faro, 1º trimestre. 1941, pag. 28.

No segundo trimestre 1939, em V.R.S.A., para além da já habitual carência de peixe, as dificuldades sobre transferências de dinheiro da Itália, o principal mercado consumidor das suas conservas, colocara a respectiva indústria numa situação embaraçosa¹⁶.

Neste centro, devido à época de maior intensidade de laboração das conservas de peixe, nomeadamente a do atum, o aumento da procura de dinheiro efectuava-se no segundo trimestre do ano, aliás, como era idêntico para o resto do Algarve.

O agravamento do custo do peixe, devido à sua escassez, foi também umas das causas que levava a uma maior procura de capital¹⁷.

Durante a guerra, a maior ou menor procura de dinheiro mostrou alguma variabilidade, consoante a época do ano e as mais ou menos dificuldades encontradas pela indústria, como já vimos. Os depósitos e as transacções financeiras não se faziam, apenas, no e pelo Banco de Portugal, mas igualmente na banca particular. Aquele ressentia-se, assim, na menor procura de capitais devido às maiores disponibilidades que a indústria de conservas depositava nesta¹⁸.

Em Olhão, a oscilação na procura de capitais foi também evidente, embora com uma tendência para decrescer, pelo menos até 1944. As grandes disponibilidades monetárias, ligadas à grande valorização sofrida pelas conservas de peixe, para além de outro produtos, auferindo lucros substanciais, elevando a circulação de notas, conduziu, não só ao aumento de depósitos bancários – como já vimos para o caso do Banco do Algarve –, como a um decréscimo na procura de capitais. Era igualmente a indústria de conservas, devido às mesmas razões, aquela que menos descontos realizava¹⁹.

¹⁶ Idem, V.R.S.A., 2º trimestre de 1939, pag. 31.

¹⁷ cf. Idem, V.R.S.A., 2º trimestre 1942, pag. 118.

¹⁸ cf. Idem, V.R.S.A., 3º trimestre 1944, pag. 105.

¹⁹ cf. Idem, Faro, 1939-1944

Em 1944 e 1945, detectamos uma subida nos descontos de letras e na procura de capitais. No 3º trimestre de 1945, essa procura acentuou-se **“como nunca”** por parte dos clientes do Banco de Portugal. Coincidiu uma boa época para os negócios de frutos, com **“uma boa pesca da costa do Algarve e por isso a consequente necessidade de capitais para o movimento da industria conserveira de Olhão”**²⁰.

Estes indicadores demonstravam como, ao longo da guerra, a indústria de conservas neste centro atravessou um período de maior desafogo financeiro de toda a sua história pela enorme acumulação de capitais que a sua exportação proporcionou.

Analisemos, agora, o centro de Portimão.

Nos anos de 1939 e 1940 assistiu-se a uma intensa procura de capitais, designadamente nos meses de Julho a Setembro, período de maior actividade de laboração das fabricas de conservas, da safra da pesca, das exportações de conservas e frutos secos e das compras de cortiça²¹. Fruto, porém, do afluxo de capitais às empresas conserveiras, ou pelo menos parte delas, foi a tendência verificada para um decréscimo da procura de dinheiro, mais acentuada a partir de 1941 nomeadamente no segundo trimestre. **“Os grandes lucros obtidos pelas industrias e os pagamentos realizados à vista ou a prazos curtos, permitem a laboração das fabricas e o trabalho dos cercos de pesca, dispensando, em parte o recurso ao credito bancário”**²². Milhares de contos entraram, em Portimão, embora os maiores benefícios fossem para **“meia dúzia de firmas, escoando-se algumas parcelas para o operariado”**²³.

Consequentemente, aumentaram os depósitos na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Nacional Ultramarino, remunerados com juros a taxas reduzidas, e verificou-se,

²⁰ Idem, Faro, 3º trimestre de 1945, pag. 96

²¹ cf. *A situação Económica na Província, Portimão* 3º trimestre de 1940 pag. 31.

²² Idem, Portimão, 3º trimestre de 1941, pag. 36 e 1º trimestre de 1943, pag. 78.

²³ Idem.

ainda, uma maior circulação de cheques bancários, visto que as indústrias de conservas e de cortiça depositavam normalmente os seus capitais em Lisboa ²⁴.

1942 e 1943, foram anos de grande entrada de capitais proporcionada pela acentuada valorização das conservas, pelo que se registou uma sensível diminuição no movimento de letras descontadas, o que evidencia a prosperidade da indústria conserveira, pelas enormes disponibilidades de dinheiro que as empresas dispunham ²⁵, permitindo-lhes mesmo efectuar empréstimos a particulares ²⁶.

O conjunto das operações de desconto e “warrants” reduziu-se em 91%, entre 1940 e 1942, como mostra o quadro seguinte:

Quadro CCXIX
Operações de desconto de letras e Warrants (1938-1942)

Anos	Nº de efeitos	Importâncias
1938	150	2.269.812\$75
1939	201	2.710.073\$70
1940	269	4.569.577\$45
1941	124	1.738.247\$50
1942	24	235.568\$00

Fonte: *A Situação Económica na Província, Portimão, 3º trimestre 1944*, p.95.

Mas o que fazer aos avultos capitais entrados? A distribuição dos lucros pelos sócios das empresas, nomeadamente de conservas, levou aqueles a procurar aplicá-los na compra de propriedades, urbanas e rústicas, de gado, em melhoramentos de propriedades, na beneficiação de fábricas e na plantação de pomares ²⁷.

A pouca ênfase dada pelas delegações do Banco de Portugal na beneficiação e apetrechamento das fábricas de conservas - movimento que não lhes escaparia - mostra que a acumulação de capital pouco terá sido investido nelas, as quais com algumas

²⁴ cf. Idem., Portimão, 1º trimestre 1942, pag. 47.

²⁵ cf. Idem., Portimão, 3º trimestre 1942, pag. 93 e 3º trimestre 1943, pag. 85.

²⁶ cf. Idem., Portimão, 3º trimestre 1944, pag. 84.

²⁷ cf. Idem., Portimão, 3º trimestre 1943, pag. 92; 1º trimestre 1943, pag. 77; 3º trimestre 1943, pag. 45 e 1º trimestre 1945, pag. 93.

excepções, terão permanecido com um parque tecnológico envelhecido, de escassa racionalidade económica, assente na exploração de mão-de-obra relativamente barata.

Começava já a surgir sinais preocupantes **“de se terem esgotado êsses excessos de capital, distribuído apenas por uma ou duas dúzias de indivíduos e por isso os empréstimos particulares irão diminuindo em volume e quantidade”**²⁸.

Não queremos deixar ainda de referir a um fenómeno monetário que embora não estivesse relacionado com a indústria conserveira, nela tinha repercussões.

Era a enorme escassez de moeda divisionária que se registava desde o início da guerra, com consequências no pagamento, por exemplo de salários. **“Os estabelecimentos comerciais, e principalmente as fabricas de conservas e os barcos de pesca, procuram reunir as moedas dispersas pelos pequenos estabelecimentos, barbearias, padarias, cinemas, etc., para atenuarem as dificuldades com que estão pagando os salários”**²⁹.

Em conclusão. A tendência que se registou para a valorização das conservas portuguesas, durante a guerra, conduziu a uma grande acumulação de capitais na esfera da indústria conserveira, pensamos que à semelhança do acontecido na I Guerra Mundial, mas numa escala superior.

As enormes disponibilidades amealhadas proporcionavam uma diminuição relativa na procura de dinheiro por parte da indústria, assim como, uma quebra nos descontos bancários. Tudo sintomas que mostram o desafogo permitido à indústria conserveira pela guerra.

²⁸ Idem. Portimão, 1º trimestre 1945, pag. 93.

²⁹ Idem., Portimão, 3º trimestre 1943, pag. 85.

Contudo, e como deixámos salientado, este afluxo de capitais não foi orientado - se o foi apenas em escala reduzida - para o investimento industrial, mas sim para o imobiliário urbano e rural e , talvez, essencialmente para o entesouramento.

A mentalidade do industrial conserveiro mais avesso aos riscos do investimento inovador, criador de empresas modernas e racionalmente económicas e fomentadoras de emprego, de que ao ganho imediato, a existência de mão-de-obra barata e o travão imposto pelo condicionamento industrial foram, certamente, factores que terão contribuído para a estagnação da indústria conserveira e para os problemas futuros que encontrará.

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho, no fim de cada capítulo, tentámos descortinar as grandes determinantes da indústria de conservas em relação ao período ou aos temas que íamos tratando.

Cabe agora realizar a conclusão geral.

A indústria de conservas de peixe caracterizou-se pela sazonalidade das suas actividades em consequência da dependência com que estava da própria pesca e da necessidade de reprodução das espécies e da sua qualidade, nomeadamente o seu tamanho e do seu grau de gordura, atingidos por altura do Verão, indispensáveis para o fabrico de um produto de qualidade.

Indústria que no Algarve representou um enclave de industrialização num imenso mundo rural. A sua vantagem geográfica encontrava-se obviamente relacionada com a disponibilidade e riqueza da matéria-prima principal da qual eram ricas as suas águas - principalmente, as várias espécies ictiológicas, nomeadamente a sardinha, mas também o atum capturado nas inúmeras armações que se levantaram principalmente no sotavento do Algarve.

Região que como outras no país se inseria numa divisão de trabalho intersectorial, ou seja, numa especialização regional centrada, no caso em estudo, nas conservas e na cortiça.

Ambos os produtos, a que poderemos adicionar o vinho desde épocas anteriores, articularam mais intensamente a economia portuguesa, desde o século XIX, na economia capitalista.

De uma forma global, podemos considerar cinco ciclos na exportação das conservas de sardinha, os quais, por sua vez, eram entrecortados por interciclos: o primeiro ciclo considera-mo-lo desde o arranque da indústria até 1894-95, caracterizado por um crescimento moderado; o segundo ciclo com início naquela data até à crise de 1913-14, e que se pautou por um aumento das exportações mais acentuado; o terceiro ciclo, aquele que considerámos o verdadeiro *take off* da indústria, desde 1914 até 1923, com o qual coincidiu, em resultado da procura proporcionada pela guerra, uma enorme valorização do produto, e que se prolongou até 1924; o quarto ciclo principiou cerca de 1924-25, prolongar-se-ia até ao início da II Guerra Mundial, caracterizado por uma relativa estagnação das exportações, as quais retomam uma fase mais claramente ascendente de 1933 a 1936, para voltarem a registar uma quebra até 1938. No âmbito ainda deste ciclo, os preços das conservas de sardinha conheceram algumas oscilações: 1925-1927, quebra significativa; 1927-1931, crescimento acentuado; 1931-1933, descida igualmente importante; 1933-1937, aumento, e, 1937-1938, no limiar da guerra, uma ligeira quebra. Contudo, como balanço, podemos considerar uma tendência para a valorização das conservas de sardinha, como anteriormente assinalámos. Em relação à crise de 1929, pensamos que a mesma não terá atingido grandemente a indústria, à excepção de 1933, ano, aliás, que coincidiu com uma forte quebra nas capturas de sardinha; finalmente, o período da II Guerra Mundial que evidenciou, para além de outros fenómenos de índole económica que serão mencionados mais à frente, um «efeito de tesoura» - queda da

produção e da exportação, mas extraordinária valorização dos vários tipos de conserva, com destaque especial para as de sardinha.

Embora as vendas de conserva tivessem atingido uma diversidade de países espalhados por todos os continentes, de facto, elas evidenciaram uma acentuada concentração geográfica - Inglaterra, França, Alemanha, para a sardinha, e Itália, para o atum -, dependência que mais se fez sentir nos períodos de conflagração mundial.

Podemos ainda constatar ao longo do trabalho várias condicionantes, diríamos, estruturais da indústria de conservas de peixe.

Desde o seu desenvolvimento que as conservas de peixe constituíram um produto essencialmente de exportação, de pouca elasticidade na procura, com excepção de períodos de graves crises internacionais ou mesmo no caso extremo de guerra, durante os quais a sua valorização era maior, vivendo ao sabor de ciclos expansionistas da economia mundial. Nestes termos nunca se fomentou - para além de fugazes intenções - um mercado interno de conservas, certamente porque o seu preço afastava as classes de menores recursos económicos. Aqueles dois factores - produto de exportação e ausência de um mercado interno de conservas - tornaram estas um produto sempre vulnerável às flutuações externas e, conseqüentemente, com impacto negativo, quer no âmbito empresarial, quer no âmbito social pelo imediato desemprego que acarretava.

Crises que frequentemente se agravavam quando à pouca procura externa se juntava mas dificuldades, diríamos naturais, tendo em conta a especificidade da matéria-prima principal, das reduzidas capturas.

A estas dependências estruturais acrescentemos a necessidade de importar outras importantes e decisivas matérias-primas, nomeadamente a folha de Flandres e também durante muitos anos o próprio azeite. Aliás, estamos em crer que a indústria

de conservas pela necessidade que tinha de consumir azeite de boa qualidade terá contribuído para o desenvolvimento e refinamento da olivicultura nacional.

Os primeiros capitais investidos no sector caracterizaram-se pela sua origem externa - francês, italiano, espanhol, apenas para falar do mais importantes -, a que se juntou posteriormente capital nacional, nomeadamente de grupos de soldados, comerciantes, proprietários rurais e armadores.

A indústria de conservas de peixe no Algarve, mas poderíamos extrapolar para o resto do país, caracterizou-se ao longo da sua história, pela proliferação de pequenas e médias unidades fabris, muitas delas com um capital social reduzido, dependentes momentaneamente da valorização do seu produto, mas que ao menor sinal de recessão muitas delas soçobravam, como, aliás, aconteceu após a I Grande Guerra e durante a crise económica internacional dos anos 30. Dificuldades que num contexto de irrupção e avanço de governos nacionalistas e autoritários favoreceram a intervenção do Estado - designadamente de um Estado Corporativo, inimigo da luta de classes e fervoroso defensor da colaboração entre capital e trabalho, embora desarticulando este e deixando aquele, com velhas ou novas roupagens, quase intacto. Intervenção que, não deixando de implementar algumas medidas de carácter social, beneficiou um conjunto reduzido de empresas. Estas nunca constituíram verdadeiras concentrações verticais, que integrassem todas as fases da produção desde a extracção da matéria-prima (neste caso mais propriamente, a captura), até à sua comercialização, com excepção de um único caso - o industrial Júdice Fialho, armador, produtor e exportador com agentes espalhados pelos principais mercados -, deixando a responsabilidade da exportação a exportadores para os quais revertia uma fatia importante do lucro.

A acumulação capitalista no sector, não canalizado para investimentos em outras áreas e sectores industriais de forma a originar uma industrialização mais

avançada e diversificada a partir da burguesia conserveira, seria, na maior parte dos casos, consumida improdutivamente.

As dificuldades encontradas pela indústria durante a II Guerra Mundial - diminuição das capturas, quebra na quantidade de conserva produzida e exportada, (embora compensada pela enorme valorização que alcançou), falta ou dificuldade de abastecimento de combustíveis -, foram, em alguma medida ultrapassadas pela assinatura de importantes contratos colectivos para venda da conserva, pelos quais era fornecida folha de Flandres, nomeadamente por parte da Alemanha e da Inglaterra que em troca recebiam quantidades de conservas de peixe correspondentes à folha entregue. Contratos que desempenharam um papel importante em assegurar os poucos mercados que sobraram pelo desencadear do conflito.

Outra determinante do sector conserveiro residiu na constituição de um parque tecnológico relativamente pouco inovador e que dificilmente se foi modernizando, para o que contribuiu a política de condicionamento industrial implementado inicialmente pela Ditadura Militar e continuado pelo Estado Novo e jamais abandonado durante o período estudado. Travando a concorrência - pelo imperativo da manutenção de equilíbrios económicos e sociais - o Estado permitiu a sobrevivência de inúmeras empresas inviáveis, obstando, assim, à sua modernização e racionalização. Para tal contribuiu o pequeno núcleo da burguesia conserveira, de poucas «luzes», salvo raríssimas excepções, que sempre se mostrou adversa ao investimento, ao risco, protegida como estava pelas instituições corporativas criadas e mantidas à sombra de um Estado corporativo e protector.

À semelhança, estamos em crer, do resto da indústria nacional, assistiu-se no sector conserveiro a uma lenta passagem da manufactura à maquinofactura.

Predominou essencialmente o trabalho intensivo, com elevadas taxas de feminização com longas jornadas de trabalho pagas com salários baixíssimos. Situação que se agravava no período de paralização das fábricas - o defeso - para a necessária reprodução das espécies, deixando os operários e operárias sem trabalho, à mercê dos poucos, reduzidos e muitas vezes atrasados ou inexistentes subsídios do IPCP, que não raras vezes foi causa de enorme agitação social nos principais centros conserveiros.

A elevada taxa de feminização, ou seja, o peso enorme do capital variável, conduziu, pois, a uma igualmente baixa composição orgânica do capital. Ora, como existe uma relação inversa entre composição orgânica do capital e taxas de lucro, ao reduzido valor daquela corresponderam certamente altas taxas médias de lucro.

A queda da produtividade como, aliás, aconteceu durante a II Guerra Mundial foi compensada por uma maior incorporação de força de trabalho e por um aumento absoluto do tempo de trabalho.

O desenvolvimento do sector conserveiro favoreceu a formação de uma numerosa classe operária, constituída, como vimos, numa percentagem elevada, por mulheres. Até sensivelmente à implantação da Ditadura Militar e depois do Estado Novo, os operários conserveiros algarvios - nomeadamente os soldadores que em função do seu trabalho especializado cedo formaram uma verdadeira elite operária - foram dos mais reivindicativos e lutadores da região, apenas ultrapassados, em número de greves, pelos corticeiros. As suas lutas travaram-se essencialmente contra a introdução das máquinas de soldar e cravadeiras, contra os baixos salários e, durante os anos trinta, depois da institucionalização da cartelização do sector, contra os magros subsídios que lhes eram distribuídos durante o defeso, como já referimos.

Com a progressiva concretização do modelo de desenvolvimento seguido após a II Guerra Mundial - principalmente com base em cinco «indústrias de base», ou seja

em novos sectores da indústria transformadora -, necessariamente o papel da indústria de conservas tinha que se secundarizar paulatinamente no contexto da economia nacional, tanto mais que rapidamente começaram a surgir novos produtos que foram substituindo as conservas de peixe.

O fim da II Guerra Mundial terá marcado o «fim da história» das conservas de peixe como uma indústria importante da economia portuguesa durante quase um século.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

1.1. Geral

- Boletim Comercial* do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
Boletim do Commissariado Nacional do Desemprego, (1938-1946).
Boletim da Direcção Geral da Indústria (1939-1945).
Boletim da Direcção Geral da Indústria. Publicação trimestral.
Boletim da Junta de Província do Algarve, Faro, 1940.
Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1938 a 1946.
Boletim dos Organismos Corporativos Patronais, nº 1, Fevereiro e nº 2 Março, 1936.
Boletim dos Organismos de Coordenação Económica, criados pelo Ministério do Comércio e Indústria, nº 2, vol. 1ª, Dezembro 1935.
Boletim da Pesca, início em 1943.
Boletim do Trabalho Industrial (1906-1945).
Dez Anos de Política Externa, vols. XIV-XV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1991-1993
Diário da Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, II, III e IV Legislaturas 1938-42, 1942-1945 e 1945-1949, Assembleia Nacional, Lisboa, 1939 a 1947

1.2. Estatísticas do I.N.E

- Anuário Estatístico* (1928-1946)
Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística (1936-1945), Imprensa Nacional de Lisboa
Estatística do Comércio Externo (1938-1946)
Estatística Industrial (1943-1946)
VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940. Distrito de Faro, vol. 9, INE, Lisboa, 1944

1.3. Legislação sobre a indústria de conservas de peixe

- Dec. - Lei nº 15.489, de 18/5/28

Proíbe o estabelecimento de novas empresas para o exercício da indústria da pesca por artes móveis de cercar para bordo ou da de conservas de peixe, bem como a alienação ou modificação das existentes enquanto não fosse publicada a regulamentação dessas actividades.

- Dec. - lei nº 15.581, de 15/6/1928

Proíbe o registo de propriedade de novos galeões ou traineiras destinadas à pesca por meio de arrasto de cercar para bordo e bem assim qualquer alteração ou transformação nas existentes - Determina que a matrícula de artes

- de pesca de cercar para bordo só fosse permitida às artes que no ano de 1927 tivessem sido matriculadas - Proíbe o estabelecimento de novas empresas para o exercício da indústria de conservas de peixe, a alienação ou modificação das empresas e das fábricas existentes e o estabelecimento de novas fábricas de conservas de peixe.
- Dec. 15. 729, de 16/7/28
- Permite a importação, sob o regime de *drawback*, de folha de Flandres para fabrico de latas destinadas ao acondicionamento de conservas de peixe em salmoura, a exportar para o estrangeiro e colónias portuguesas.
- Dec. nº 16. 351, de 10/1/29
- Impede o emprego das redes de arrasto nas embocaduras do Tejo e do Sado - Proíbe o emprego de novos tipos de redes de arrasto sem autorização prévia.
- Dec. nº 16. 352, de 12/1/29
- Estabelece as penalidades a aplicar aos cercos americanos e semelhantes que transgredirem o preceituado no artº 33º e seu respectivo § único do regulamento geral da pesca da sardinha tal como ficou redigido pelo Dec. nº 6. 915, de 9/9/20. Armações de atum e de sardinha sofriam prejuízos pelos cercos americanos.
- Dec. nº 16. 426, de 26/1/29
- Avalia para o ano de 1928, para o lançamento do imposto da taxa progressiva sobre o rendimento das artes da pesca, as despesas da indústria da pesca para efeitos de desconto.
- Dec. 16. 607, de 15/3/29
- Regula a exportação de conservas de peixe preparadas com óleos vegetais comestíveis.
- Dec. nº 17. 251, de 17/8/29
- Determina que possa ser prorrogado por seis meses o prazo de um ano fixado no artº 1º do Dec. nº 15. 722, de 11/7/28, para todos os importadores de óleos e azeites destinados a conservas e que por circunstâncias atendíveis não possam exportar conservas preparadas com esses óleos ou azeites dentro do referido prazo de um ano.
- Dec. nº 17. 262, de 24/8/29
- Dissolve a comissão de pescas e conservas constituídas por portaria de 12/3/28, passando para o Conselho Superior Técnico das Indústrias as atribuições que lhe eram conferidas pelo § único de artº 4º do Dec. nº 15. 581, de 19/6/28
- Dec. nº 17. 735, de 10/12/29
- Suprime a concessão de *drawback* para o azeite de oliveira e óleos comestíveis destinados a servir de condimento nas conservas de peixe - Fixa os direitos de importação para o azeite de oliveira e óleos de soja e de mendolim - Isenta as

- Dec. nº 19.354, de 31/1/1931	conservas de peixe de direitos de exportação e de outros impostos. O condicionamento industrial
- Dec. nº 19.409, de 4/3/1931	Aprova o regulamento sobre o condicionamento industrial
- Dec. nº 21.621, de 27/8/1932	Regula a indústria de conservas de sardinha
- Dec. nº 21.622, de 27/8/1932	Cria o <i>Consórcio Português de Conservas de Sardinha (CPCS)</i>
- Dec. nº 21.623, de 27/8/1932	Condiciona a indústria de conservas de peixe
- Dec. nº 21.815, de 31/10/1932	Conservas de sardinha - altera a redacção de vários artigos dos Dec. nº 21.621, 21.622 e 21.623
- Dec. nº 23.048, de 23/9/1933	Aprova o <i>Estatuto do Trabalho Nacional</i>
- Dec. nº 23.049, de 23/9/33	Estabelece as bases a que devem obedecer os grémios, organismos corporativos das entidades patronais.
- Dec. nº 23.050, de 23/9/1933	Sindicatos Nacionais
- Dec.-Lei nº 23.052, de 23/9/33	Casas Económicas
- Dec.-Lei nº 23.198, de 2/11/33	Modificação dos Corpos Gerentes do CPCS, cria a Junta Arbitral e as taxas de exportação de conservas. (Introduz várias alterações nos decretos que regem a indústria de conservas de sardinha)
- Despacho de 15/9/34	Proíbe aos menores o trabalho nas oficinas de soldadura e em máquinas que trabalhassem com gás
- Dec. - lei de 24.947, de 10/1/1935	Cria a <i>União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe</i> – Denominar-se-ia também <i>Consórcio Português de Conservas de Sardinha</i>
- Dec. -lei nº 26.775, de 10/7/1936	Cria o <i>Grémio dos Industriaia de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve</i> e do <i>Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Barlavento do Algarve</i>
- Dec. - lei nº 26.776, de 10/7/1936	Cria os <i>Grémios de Exportadores de Conservas de Peixe</i>
- Dec - lei nº 26.777, de 10/7/1936	Cria o <i>Instituto Português de Conservas de Peixe (IPCP)</i>

- Portaria nº 8.918, de 2/2/38
Modifica a proporção da distribuição das receitas pelos vários fundos dos Grêmios de Industriais de Conservas de Peixe: 9/20 para o fundo corporativo; 9/20 para o de previdência social e 1/10 para o de exercício.
- Dec. - lei nº 28.586, de 13/4/38
Isenta de quaisquer impostos, taxas ou outros encargos cobrados pelas alfândegas, juntas autónomas dos portos, câmaras municipais e Misericórdias as conservas fabricadas, em 1938, durante o período em que era vedada a fabricação com a designação de conservas de sardinha.
- Dec. - Lei nº 28.610, de 22/4/38
Avalia as despesas da indústria da pesca para efeitos de cobrança de imposto da taxa progressiva relativamente aos anos de 1933, 1934, 1935, 1936 e 1937.
- Dec. nº 28.616, de 25/4/38
Cria o Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha
- Despacho ministerial de 22/12/38
Homologa o parecer da Procuradoria Geral da República no sentido de não dependerem de autorização as transmissões, *causas mortis*, das cotas nas sociedades exploradoras de fábricas destinadas à indústria das conservas de peixe
- Dec. - lei nº 30.414, de 1/5/40
Revoga as isenções concedidas às conservas de sardinha
- Dec.- lei nº 30.430, de 9/5/1940
Fixa o período de restrição ao fabrico de conservas de peixe a que se refere o artº 36º de Dec. - lei nº 26. 777, para o ano de 1940, no dia 9/5/40. O alargamento do período era determinado pela intensificação da produção
- Despacho de S. Exª o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 3/7/40
São estabelecidos salários mínimos para o pessoal da indústria de conservas
- Portaria nº 9.865, de 20/8/41
Manda que fique dependente de autorização de Ministério da Economia a exportação de cortiça e de peixe conservado pelo sal
- Portaria nº 9.938, de 21/11/41
Designa os requisitos mínimos com que devem ser ilustrados os involucros em folha de Flandres das conservas de peixe.
- Portaria nº 9.941, de 28/11/41
Fixa as taxas a cobrar por cada quilograma de peso líquido de conservas de peixe e discrimina as conservas sobre que incidem as referidas taxas.
- Portaria nº 9.992, de 6/1/42 e rectificação em 12/1/42
Designa o período de defeso de fabrico de conservas de peixe, o qual, para 1942, iniciar-se-

-ia em 1 de Março e terminaria em 30 de Abril. O IPCP podia autorizar, se assim o julgasse necessário, para os fabricos de Março e Abril a designação de «sardinha de inverno», consoante o estado do peixe.

- Dec. nº 31.846, de 13/1/42

Autoriza pelo prazo de seis meses a importação, sob o regime de draubaque, de folha de ferro, impressa, pintada ou esmaltada, para o fabrico de latas destinadas ao acondicionamento de conservas de peixe.

- Portaria nº 10.029 de 25/2/42

Manda aplicar a doutrina da portaria nº 9.938 apenas a 75% das conservas em azeite e mólhos embaladas em recipientes metálicos, competindo ao IPCP fiscalizar esta proporção e determinar as condições mínimas de ilustração.

- Portaria nº 10.324 de 1/2/43

Regula o comércio das conservas de peixe

- Despacho de 1/2/44

Regula os preços da sardinha nas lotas

- Despacho de 17/7/44

Altera as regras estabelecidas pelo despacho de 1/2/44 que fixava os preços da sardinha nas lotas.

- Portaria nº 10.951, de 10/5/45

Altera a portaria nº 10.324, que regulava o comércio das conservas de peixe.

1.4. Outras obras sobre legislação

Agenda Corporativa para 1943, organização e edição da FNAT, Lisboa, 1943

CAL, Alexandre Herculano da, *Regulamentação do Trabalho no Comércio e na Indústria*, ed. do autor, Porto, 1947

COSTA, Augusta da, *Código do Trabalho*, Livraria J. Rodrigues & Cª, Lisboa, 1937

MELLO, António Miguel Homem de, *Guia Corporativo (1933-1942)*, ed. da Procural Editora, Lisboa, 1943

ROSA, Gonçalves da, *Condicionamento das Indústrias. Legislação Actualizada. 11 Decretos e 1 Portaria*, compilação, revisão e notas de ..., ed. do autor, Lisboa, 1932

2. DOCUMENTAÇÃO DE ORGANISMOS PRIVADOS

Banco de Portugal. Serviço de Estatística e Estudos Económicos. A Situação Económica na Província (Relatórios das Delegações do B.P.), Lisboa, de Agosto de 1938 a 1945

Banco de Portugal. Serviço de Estatística e Estudos Económicos. A Situação Económica do País. Relatório Mensal, Lisboa, de Maio a Julho de 1938

Boletim do Banco de Portugal. Serviço de Estatística e Estudos Económicos, (1932-1941)

Banco de Portugal. Relatórios do Conselho de Administração, 1931-1945

Exportação de Conservas de Peixe pelo Porto de Olhão (1936-1946)

Guia da Produção Industrial Portuguesa, AIP, 1939-1940

Indústrias de Portugal, Italiana, Porto, 1938-1939

I Congresso da Indústria Portuguesa, AIP, Lisboa, 1933

Livro de Actas da Direcção do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve, (1941-1945)

Relatório e Contas do Banco de Portugal, Lisboa, 1939 a 1946

Relatório e Contas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve (1939-1945)

Relatórios da Direcção da Associação Industrial Portuguesa, edição A.I.P., 1924-1941, Lisboa

3. ARQUIVOS

Arquivo Feu Hermanos, Centro de Documentação e Informação de Portimão.

Arquivo do Gabinete do Ministério do Interior (AGMI), Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Júdice Fialho, Centro de Documentação e Informação de Portimão.

Arquivo Oliveira Salazar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe de Sotavento do Algarve

4. ESTUDOS SOBRE AS INDÚSTRIAS DA PESCA E DAS CONSERVAS DE PEIXE

"A organização corporativa das conservas de peixe", *Conservas*, nº 48, Dezembro 1939, pp. 24-28.

A Pesca Marítima, revista mensal publicada pelo Ministério da Marinha, entre 1923-1925.

"A propaganda das conservas portuguesa na América do Norte já começou", *Conservas*, nº 59, Novembro 1940, p. 6.

APRA, Alberto Carlos, "A crise de pesca no Algarve e a de exportação de conservas". Conferência proferida na noite de 23 de Abril pelo ilustre capitão de Mae e Guerra, ... , a convite da Direcção da AIP, na sede da Liga Naval Portuguesa, ... , *Indústria Portuguesa*, nº 39, Maio 1931, pp. 46-52.

APRA, Alberto Carlos, *O Mar Pode Resolver a Crise de Trabalho no Algarve*, Lisboa, 1931.

A Realidade Júdice Fialho. O Passado e o Presente, Ed. Comissão Sindical de Júdice Fialho.

"A questão do azeite e óleo de mendobi". Uma nota oficiosa do gabinete do Sr. Ministro do Comércio e Indústria, *Indústria Portuguesa*, nº 98, Abril 1936, pp. 35-36.

ABECASSIS, Duarte, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, Junta Autónoma do Porto Comercial de Vila Real de Santo António, Porto, 1926, pp. Quadros entre as pp. 16 e 17 e pp. 21-22.

ABREU, Eng. Augusto Cancela de, "Relatório sobre a Organização da Vida Económica Nacional", in *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, de 26 a 28 de Maio de MCMXXXIV (1934), 7 vols., Ed. da União Nacional, Lisboa, 1934, vol. III, pp. 246-247.

BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, 1941.

BARBOSA, José António Ferreira, "Projecto de sugestão ao Governo, nos termos do artº 23º do Regimento nº 751/VI, pelo procurador à Câmara Corporativa Exmo. José António Ferreira Barbosa" in *Actividades do Comércio de Exportação. Subsídios para a solução dos seus problemas mais instantes*, Ed. do Jornal do Comércio, Lisboa, Junho 1955, pp. 5-20.

BARBOSA, José António Ferreira, "Prosseguindo na organização", *Conservas*, nº 58, Outubro 1940, pp. 5-7.

BERNARDO, Hêrnani de Barros, "A localização da indústria conserveira. Alguns problemas geográficos", *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro 1946, pp. 701-707.

BOTELHOS & Ojeda, Matosinhos, firma, *Conservas. Catálogo*, Porto, 1939.

BRANCO e BRITO, Domingos António Calado de, "Pesca Marítima", *Anais do Club Militar Naval*, Conferência realizada na Associação Comercial e Industrial de Vila Real de Santo António pelo Capitão do porto sr. Capitão-tenente ..., em 6/12/30, Março e Abril de 1932, pp. 107-111.

CABREIRA, Tomás, *O Algarve Económico*, Imprensa Libânio da Silva, Lisboa, 1918, pp. 157-159, 193 e 201 e ss..

CALDEVILLA, Raúl de, *Alguns anúncios da campanha que criou, em Portugal, o uso das sardinha de conserva. Ordem do Consórcio Português de Conservas de Peixe*, Porto, 1935.

- CARLOS, Marcelino, "A pesca e conservas de sardinha", *Indústria Portuguesa*, n.º 19, Setembro de 1929, pp. 19-21.
- Compilação de Elementos Estatísticos sobre a Indústria de Conservas de Peixe, I.P.C.P., Lisboa, 19
- "«CONSERVAS» na América do Norte" - II - *Conservas*, n.º 56, Agosto 1940, pp. 11-12.
- CORDEIRO, José M. Lopes, *A Indústria Conserveira em Matosinhos. Exposição de Arqueologia Industrial*, 1.ª ed., Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos, 1989.
- COSTA, Ant.º Valente da Fonseca Alves da, "Indústria de Conservas de Peixe", in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, Relatório 1.1., 1957.
- COSTA, Avelino Marques Poole da, "Inquérito à indústria de vazios das fábricas de conservas de peixe e à indústria de latoaria mecânica", in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ano V, n.º 20, Abril 1945, pp. 465-542 e Ano VI, n.º 21, Julho 1945, pp. 55-62.
- COSTA, João Augusto Pereira da, *Conservas*. Comunicação feita ao Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências, reunido no Porto, Lisboa, 1943.
- CRUZ, Salviano, "A Economia das Pescas em Portugal. A Indústria de Conservas de Peixe" in *Revista de Pesquisas Económicas-Sociais*, vol. IV, 1955-1958, n.º 1-6, Lisboa, 1958.
- CURSON, Dinis, "Actividade industrial e legislação aduaneira", *Indústria Portuguesa*, n.º 224, Outubro 1946, pp. 693-697.
- DIAS, da Cunha, *Conservas de Peixe. Subsídios para um Estudo de um Problema Nacional*, Edições Delta, Lisboa, 1932.
- DIAS, José Gonçalves Viegas, *Estudo dos Aspectos Económico-Financeiros da Indústria das Conservas de Peixe em Portugal*, Editorial Império, Lda., Lisboa, 1958, 134 pp.
- DUARTE, Frederico, "«Conservas» na Inglaterra", *Conservas*, n.º 60, Dezembro 1940, pp. 83-86.
- Estatística Industrial*, 1.ª Série - Distritos de Évora, Beja e Faro, Imprensa Nacional, 1905.
- FARIA, Guilherme, *Setúbal e a Indústria de Conservas*. Palestra proferida na câmara Municipal de Setúbal em 30 de Novembro de 1949, no ciclo de conferências de carácter económico-regional promovido pelo Grémio do Comércio de Setúbal, Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal, Setúbal, 1950.
- FRANCO, Mário Lyster, "A pesca do atum na costa do Algarve. Achegas para a sua história", *Indústria Portuguesa*, n.º 224, Out. 1946, pp. 687-689.
- FERNANDES Ferreira, Álvaro Joaquim, *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*, Lisboa, 1949.
- FERNANDES, Augusto e Evélio Lima, "Conservas de peixe pelo sal", in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ano V, n.º 19, Janeiro 1945, pp. 339-429.
- FERRAZ, Ivens, "A indústria das conservas e o modus vivendi com a França", *A Pesca Marítima*, revista patrocinada pelo Ministério da Marinha, Ano I, n.º 7, Janeiro 1924, pp. 103-105.
- FERRAZ, Ivens, "Direitos de exportação das conservas", *A Pesca Marítima*, revista patrocinada pelo Ministério da Marinha, Ano I, n.º 10, Abril 1924, pp. 149-150.
- FERREIRA, António Ladislau Durão, "Alguns aspectos relacionados com a exportação de conservas de peixe", palestra proferida no dia 17 de Fevereiro pelo Presidente do I. P. C. P., dr. Durão Ferreira, in *Ao Serviço da Exportação*, Fundo de Fomento da Exportação, 1959, pp. 107-124.
- "FINS e realizações do Instituto Português de Conservas", in *Actividade Corporativa no Comércio e na Indústria*, Ed. do Boletim dos Organismos Corporativos e de Coordenação Económica do Comércio e da Indústria, Ano XII(1938), pp. 87-90.
- GALVÃO, António Miguel, "A pesca do atum e a sua defesa na costa do Algarve", II Congresso Regional Algarvio, Faro, 1949.
- GALVÃO, António Miguel, *Um século de História da Companhia de Pescarias do Algarve. Elementos para o Estudo da Pesca do Atum no Algarve e da sua Evolução Histórico-Jurídica*, Ed. da Companhia de Pescarias do Algarve, Faro, 1948.
- GARCIA, Joaquim, *A Pesca do Atum - História e Tecnologia*, Lisboa, 1898.
- GENTIL, Francisco Mascarenhas, *As Conservas de Peixe e o Imposto sobre Lucros Extraordinários de Guerra*, 1942.
- GENTIL, Francisco Mascarenhas, *As Conservas de Peixe e o Imposto sobre Lucros Extraordinários de Guerra. Um Caso Anómalo. Um imposto de 125%*, 1943, 23 pp..
- GOMES, Manuel Teixeira, *O Algarve - Uma copejada de Atum*, Portugal a Terra e o Mar, Ed. Arcádia, S.A.R.L., Lisboa, 1978.
- GUERRA, Francisco, "A pesca e as conservas de sardinha", *A Indústria*, de 4 e 9 de Dezembro de 1940.

- GUERRA, Francisco, "A pesca e as conservas de sardinha", *Conservas*, nº 60, Dezembro 1940, pp. 30-37.
- GUERRA, Francisco José, *A Indústria das Conservas nos Contratos Colectivos e no Após-Guerra*, Matosinhos, 1945.
- GUERRA, Francisco, "Conservas de Peixe", *Boletim da Pesca*, Março e Junho de 1946, nº 10 e 11.
- GUERRA, Francisco, "O mercado norte-americano e a nossa indústria de conservas de peixe no ano de 1940", *Conservas*, nº 66, Junho 1941, pp. 3-6.
- INGLÊS, Carlos d'Aboim, *Estanhão das grelhas*, 1936.
- INSTITUTO Português de Conservas de Peixe. *Prospecto*, Lisboa, 1934.
- LACERDA, Hugo, "Portos de Portugal e de seus domínios ultramarinos. Breve notícia sobre as suas condições e sobre obras realizadas e a realizar. Costa sul de Portugal-circunstâncias gerais", *Anais do Club Militar Naval*, Janeiro a Março de 1936, pp. 3-16.
- LEMOES, José (Funcionário do IPCP), "Pelas Américas Central e do Sul. Uma viagem de estudo e propaganda das conservas portuguesas", *A Indústria*, nº 689, de 9/9/38, nº 690, de 21/9/38 e nº 691, de 30/9/38.
- LEPIERRE, Charles, "A química da conserva", *Conservas*, nº 60, Dezembro 1940, pp. 19-22.
- LEPIERRE, Charles, "Considerações acerca de análises de sardinhas frescas - Água e gordura". Comunicação apresentada ao Núcleo de Lisboa da Sociedade Portuguesa de Química e Física, em sessão de 23 de Abril de 1936, *Conservas*, nº 56, Agosto 1940, pp. 17-18.
- LEPIERRE, Charles, "Éléments rares de la sardine et des conserves", *Separata da Revista Conservas*, Matosinhos, 1939.
- LEPIERRE, Charles e CARVALHO, ABEL de, *Conservas de Sardinha. Resposta ao Exmo. Sr Eng. de Minas Daniel Wagner*, Lisboa, Maio 1935.
- LEPIERRE, Charles, *Estudo da fôlha de Flandres (ferro estanhado) usado na Indústria Portuguesa de Conservas de Peixe* (Nota apresentada à Academia das Ciências em 20 de Julho de 1939).
- LOPES, Edmundo Correia, "A indústria de conservas de peixe", *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, pp. 717-720.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 2 vols., (1841), "Das pescarias", vol. I, cap. III, pp. 76-98, Algarve em Foco Editora, Faro, 1988.
- LOUREIRO, Adolpho, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909, pp. 177-179; 252-254; 261-262; 293-295; 304-305; 308-309 e 357-358.
- MARQUES, Mercier, "Notas sobre temas industriais", *Conservas*, nº 67, Julho 1941, pp. 7-10.
- MENDES, José Salvador, *A Vida e Pesca Científica do Atum*, 5 vols., Faro, 1959.
- MENDES, José Salvador, *Descoberta da Vida Maravilhosa, Misteriosa e Integral do Atum*, 2 vols. dactilografado, 1987.
- "NICOLAS Appert", *Conservas*, nº 47, Novembro 1939, pp. 10-12.
- NUNES, Joaquim António, "Júdice Fialho e a evolução histórica de Portimão", Conferência proferida na Casa do Algarve, 25/10/52.
- O Algarve na História, na Arte, na Indústria*, Olhão 1944.
- O Livro de Ouro das Conservas Portuguesas de Peixe*, organização e direcção de J. Leitão de Barros, editado pelo IPCP, Lisboa, 1938.
- OLIVEIRA, José Gonçalo Correia de, "Parecer nº 28/VI ao projecto de sugestão nº 751, de que foi relator o Exmo. Sr. Dr. José Gonçalo Correia de Oliveira, actual Subsecretário de Estado do Orçamento", in *Actividades do Comércio de Exportação. Subsídios para a solução dos seus problemas mais instantes*, Ed. do Jornal do Comércio, Lisboa, Junho 1955, pp. 5-20.
- "O valor alimentar das conservas de sardinhas portuguesas", *Conservas*, nº 48, Dezembro 1939, pp. 30-33.
- PAÇO, Afonso, *Subsídios para a história da pesca e conservação do peixe em Portugal*, Lisboa, 1958.
- PARREIRA, Eng. Henrique, "A evolução duma grande indústria", *Conservas*, nº 60, Dezembro 1940, pp. 23-27.
- PARREIRA, Eng. Henrique, "A indústria de conservas e sardinha", in *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, de 26 a 28 de Maio de MCMXXXIV (1934), 7 vols., Ed. da União Nacional, Lisboa, 1934, vol. VI, pp. 260-278.

- PARREIRA, Henrique, "Elementos para o estudo de alguns países produtores de conservas", in *Boletim dos Organismos Económicos*, criados pelo Ministério do Comércio e Indústria, nº 2, vol. II, 1935
- PASTOR, Artur, *A Pesca do Atum em Portugal*, Instituto de Investigação das Pescas, Lisboa, 1961.
- PEREIRA, Armando Gonçalves, *Estudos de Geografia Económica. A Economia do Mar*, Lisboa, 1932.
- "PESCA", *Inquérito Industrial de 1890*.
- PINTO, Júlio Lourenço, *O Algarve (Notas impressionistas)*, Liv. Portuense de Lopes & Cª Editores, 1894.
- PONTES, António de Sousa, *A Pesca do Atum esse Desconhecido*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1956.
- "The portuguese sardine. Historical date", *Conservas*, nº 43, Julho 1939, pp. 26-29.
- "PROPAGANDA. Conservas portuguesas", *Conservas*, nº 40, Abril 1939, p. 15.
- QUINTAS JÚNIOR, João Simões, "Monografia sobre a indústria das conservas de peixe em Portugal", in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ano I, nº 5, Julho 1941, pp. 379-397 e pp. 573-590.
- QUINTAS JÚNIOR, João Simões, "Monografia sobre a indústria das conservas de peixe em Portugal", in *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ano II, nº 6, Outubro 1941, pp. 573-590.
- RAMALHO, Alfredo Sobral Mendes de Magalhães, *A Crise da Pesca da Sardinha*, 1945.
- RAY, Georges, *Manuel de Fabricant de Conserves*.
- RESUMO Estatístico das Pescas Portuguesas, 1938-1956, Publicação nº 34, Gabinete de Estudos das Pescas, Lisboa, 1957.
- ROCHA, Pedro de Albuquerque, "Inquérito à indústria do gelo na costa do Algarve", *Boletim da Direcção Geral da Indústria*, Ano III, Nº 11, Janeiro 1943, pp. 1143-1185 e Ano III, nº 12, Abril 1943, pp. 1333-1395.
- SALAZAR, Antº de Oliveira, "Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe", in *Boletim dos Organismos Económico*, nº2, vol. I, 1935; "A questão das conservas e o regime pautal do azeite e óleos" (10/12/29) - Relatório do Dec. nº 17.735, incluído em "A reorganização financeira", Coimbra, 1930, pp. 202 a 206; "Sobre a indústria das conservas de peixe (Relatório de uma visita aos centros conserveiros)" (8/12/31) - publicado na imprensa e incluído em *Discursos*, vol. IV, Coimbra, 1951, pp. 515 a 554.
- SANTOS, Luís Filipe Rosa, *A Pesca do Atum no Algarve (texto e gravuras)*, 1989.
- SANTOS, Ribeiro dos, *Sardinha de lata*, Matosinhos, 1941.
- SIMÕES, José de Oliveira, "Escorço de alguns aspectos da indústria fabril portuguesa", *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 83, 1913.
- SIMÕES, Nunes, *Pescarias e conservas de peixe*, Lisboa, 1936.
- SIMÕES, Nunes, "Notas sobre a evolução do nosso comércio de pescarias e de conservas de sardinha", *Indústria Portuguesa*, nº 97, Março 1936, pp. 23-28.
- SOUSA, Albano de, *Organização Industrial*. Conferência realizada em Fevereiro de 1931, na sede da Associação Comercial e Industrial de Matosinhos, Papelaria e Tipografia Leixões, Matosinhos, 30 pp..
- SOUSA, Albano de, "Concentrações industriais: a indústria de conservas sua organização em cartel", *Indústria Portuguesa*, nº 37, 1931, pp. 48-58.
- SOUSA, Albano de, *Os vinhos do Porto e as conservas na economia nacional*. Conferência efectuada a 7 de Novembro de 1931, na cidade do Porto, Exposição Histórica do Vinho do porto, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1932, 46 pp..
- SOUSA, Albano de, "Crise industrial: seus factores e soluções", *I Congresso da Indústria Portuguesa*, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1933, 22 pp..
- SOUSA, Albano de, *Organização Económica*. Conferência efectuada em 1 de Abril de 1935, na Sociedade de Geografia, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa, 1935, 34 pp..
- SUPICO, José Luís, "A indústria da pesca da sardinha e a balança de pagamentos", *II Congresso da União Nacional*, 26ª subsecção, ed. U.N., Lisboa, 1944.
- TAVEIRA (J.), Matosinhos, Firma, *Novos Processos na Indústria de Conservas de Peixe*, Porto
- VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, Prefácio, verificação do texto, notas críticas, apêndice e índice ideográfico por Arnaldo Casimiro Anica, Ed. Câmara Municipal de Tavira, 1989, pp. 179-197
- VASQUES, Vitor Hugo, *As Conservas, as Cortiças, os Vinhos Portugueses*.

VIEIRA, José Gonçalves, *Memória Monographica de Villa Nova de Portimão*, Typographia Universal (a vapor), Porto, 1911

5. JORNAIS E REVISTAS

5.1. Jornais

A Batalha, 1919-1924
A Esfera, 1939-1945
Avante!, Órgão Central do PCP, VII série, 1939-1945
A Folha Tavirense, Ano I, nº 1, Tavira 19/2/21 - Ano II, nº 55, 20/6/22
A Gazeta de Olhão, Olhão, 4/4/1920-10/2/1924
A Notícia, de 9/4/28 a 20/7/28
Correio Algarvio, Olhão, (4/10/33-12/7/34)
Correio Olhanense, Olhão, (1921-1928)
Correio do Sul, Faro, (1939-1945)
Diário do Algarve, Faro, (2/10/32-18/4/33)
Diário de Lisboa, 1931-1933
Diário da Manhã, 1931-1936
Diário de Notícias, 1939-1945
Ecos do Sul, V.R.S.A., nº1, 22/8/1937 - nº 160, 25/6/44.
Gazeta de Olhão, nº 1, 4/4/20 - nº 138, 10/2/24
Jornal do Comércio (1934-1945)
O Algarve, Faro, (1939-1945)
O Comércio de Portimão, Portimão, 1926-1945
O Nacional-Sindicalista, Faro, 1932-1933
O Olhanense, Olhão, 1929-1930
O Popular, Olhão, Ano I, nº 1, 28/9/21 - Ano I, nº 5, 22/12/21
O Racional, Olhão, 1922
O Século, 1939-1945
O Trabalhador, Ano I, nº 1, 1/5/34 - Ano VII, nº 160, 20/12/40
República Social
Revolução de Outubro, Olhão, 1910-1911

5.2. Revistas

A Indústria, semanário propriedade da Secção Sindical dos fabricantes de conservas de Setúbal, nº 1 de Julho 1920. 1923-1930-1934.
A Indústria Nacional, 1935-1938.
Conservas de Peixe. Revista mensal da Indústria Portuguesa de Conservas (Fundada pelos industriais de Matosinhos), 1936-1938.
Conservas de Peixe, Lisboa, 1946.
Conserveiro, Setúbal, 1935.
Indústria Portuguesa, órgão da Associação Industrial Portuguesa, 1928-1946.
Mercado Externo, revista editada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1931.
O Trabalho Nacional, revista mensal da Associação Industrial Portuense, Porto (1915-1935). A partir de 1938 segue com o título *A Indústria do Norte*, Porto, 1938.
Revista do Centro de Estudos Económicos, INE, Lisboa, nº 1, 1945.
Revista de Economia, Lisboa, 1948.
Revista Turismo, Número Especial do Algarve, nº 45, Janeiro e Fevereiro 1942.
Portugal Exportador, nº 1, Julho 1930 - Ano II (2ª série), nº 4 (17) Julho 1932.
Vida Algarvia, Faro, 1930.
Vida Contemporânea. Revista Mensal de Estudos Económicos, Financeiros, Sociais e Literários. Director Cunha Leal, nº1, de Maio de 1934 - nº 24, 1936.

6. FILME

O Jogo da Sardinha, documentário realizado por Oliveira Cosme, sobre as fábricas de S. Francisco e S. António da firma Feu Hermanos.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *O Estado Novo - das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, vols. I e II, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1987 e 1988.
- AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, ed. Regra do Jogo, Lisboa, 1982.
- AA.VV., "Portugal e a II Guerra", *História*, Ano XVII (nova série), Edipress/Projornal, nº 8 Maio 1995.
- AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.
- ALARCÃO, J., "Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa", in *Revista de Economia*, Março de 1948, vol. I, Fasc. I, pp. 12-24.
- Almanaque de 'A Batalha'*, Prefácio de Maria Filomena Mónica, Edições Rolim, «Raízes», Lisboa, s/d.
- AMARAL, Ferreira do, *A Industrialização em Portugal*, 1966.
- AMORIM, Pacheco de, "Bloqueio e subsistências", in *Comércio do Porto*, de 16 a 23 de Julho de 1940.
- AMARO, R. Roque, "A Economia nos primórdios do Estado Novo - Estagnação ou Crescimento?", in *O Estado Novo das Origens ao fim da Autarcia (1926-1958)*, vol. I, Ed. Fragmentos, Lisboa, 1983.
- ANDRADE, Anselmo, *Portugal económico - Teorias e factos*, 1918.
- AZEVEDO, Cândido, *A Crise da Bolsa Que Mudou Portugal. A Grande Depressão, Salazar e a Formação de Portugal Contemporâneo (1929-1935)*, Publicações Europa-América, «Estudos e Documentos», nº 233, Lisboa, 1988.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, "Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional", *Estudos Demográficos*, INE, nº 30, Maio 1991, pp 31-29.
- BARBOSA, Daniel, *Alguns Aspectos da Economia Portuguesa*, vol. 1, ed. Livraria Lello & Irmão, Porto, 1949.
- BARBOSA, Daniel, "Bases para o estabelecimento dos salários industriais em Portugal", in *II Congresso da União Nacional*, 9ª subsecção, ed. União Nacional, 1944.
- BASTOS, Cristina, *Os Montes do Nordeste Algarvio*, »Col. Portugal e o Mundo Português», Ed. Cosmos, Lisboa, 1993.
- BRITO, J. M. Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, ed. D. Quixote, Lisboa, 1989.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, «Colecção Análise Social», nº 2, Lisboa, 1977.
- CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, A Regra do Jogo, «Biblioteca de História», nº 5, Lisboa, 1979.
- CAETANO, Marcelo, *A Depreciação da Moeda Depois da Guerra*, Coimbra Editora, Coimbra, 1931.
- CALDAS, Francisco Castro, "O comércio externo de Portugal", in *II Congresso da União Nacional*, 26ª subsecção, ed. União Nacional, Lisboa, 1944.
- CAMPOS, Ezequiel de, *Problemas Fundamentais Portugueses*, ed. Revista "Ocidente", Lisboa, 1946.
- CARVALHO, Anabela e MOURA, Helena, *Serviço Social no Estado Novo*, ed. Centelha, Lisboa, 1987.
- CASTRO, Armando de, *Desenvolvimento Económico ou Estagnação?*, ed. D. Quixote, Lisboa, 1970.

- CASTRO, Armando de, e outros, *Sobre o Capitalismo Português*, ed. Atlântida, Coimbra, 1971.
- CAVACO, Carminda, *O Algarve Oriental. As Vilas, o Campo e o Mar*, Vol. I e II, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976.
- CAVACO, Carminda, "A pesca e a indústria de conservas de peixe em Portugal", in *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia vol. IV, nº 7, Lisboa, 1969, pp. 145-153.
- CAVACO, Carminda, "Migrações internacionais de trabalhadores do Sotavento do Algarve", *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, vol VI, nº 11, Lisboa, 1971, pp. 41 a 80.
- CORDEIRO, Camilo, *Guia de Portimão - Praia da Rocha*, Portimão, 1937.
- CORREIA, A. A. Mendes (prefácio e coordenação), *A Alimentação do Povo Português*, ed. INE, Lisboa, 1951.
- COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, vols. I e II, Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976, 1979.
- COSTA, Ramiro da, *O Desenvolvimento de Capitalismo em Portugal*, 2ª ed., ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.
- CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988.
- DANIEL, Bessa, *O Processo Inflacionário Português, 1945-1980*, Ed. Afrontamento, «Biblioteca das Ciências sociais», Lisboa, 1988, pp. 215-322.
- DIAS, J. F. Ferreira, *Linha de Rumo - Notas de Economia Portuguesa*, Clássica Editora, Lisboa, 1945.
- DUQUE, Rafael, *As Subsistências e a População*. Conferência realizada em 17 de Abril de 1940 no Teatro de Trindade a convite da U.N., Propaganda da U.N. (Formação Política), Conferências, Lisboa, 1940.
- DUQUE, Rafael, "A guerra e a economia nacional", in *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano VIII, nº 10, 31/5/1941, pp. 233-236.
- FERNANDO, Homem Cristo, "Os contratos colectivos", *Uma Série de Conferências*, Ed. do Centro de Estudos Corporativos da União Nacional, Lisboa, 1937.
- FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. IV - Greves e Agitações Operárias*, 1ª Parte, Publ. Europa-América, «Col. Estudos e Documentos», nº 168, s/l, s/d
- FONSECA, Joaquim Roque, "O comércio português, a crise da guerra e os problemas da paz", in *Problemas do Após-Guerra*, ed. Associação Comercial de Lisboa, Lisboa, 1945.
- FREITAS, Eduardo de, "Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970", in *Análise Social*, nº 39, vol. X, 1973-3º, pp. 479-505.
- GARCIA, Maria Madalena, *Arquivo Salazar. Inventário e Índices*, Editorial Estampa/Biblioteca Nacional, «Imprensa Universitária», nº 94, Lisboa, 1992
- GIRÃO, A. de Amorim, *Geografia de Portugal (Acrescida do estudo das Ilhas Adjacentes)*, 3ª ed., Portucalense Editora, Porto, 1960.
- GOMES, F. Matos, *30 Anos de Estado Novo*, ed. Organizações Império, Lisboa, 1957.
- GOUVEIA, Fernando, *Memórias de um Inspector da P.I.D.E.. 1. A Organização Clandestina do P.C.P.*, Roger Delraux, Lisboa, 1979.
- Greves (As) de 8 e 9 de Maio de 1944*, ed. «Avante!», Lisboa, 1979.
- GROS, Marielle C., *O Alojamento Social sob o Fascismo*, Ed. Afrontamento, Lisboa, 1982.
- GUEDES, Armando Marques, *Páginas do Meu Diário*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa-Rio de Janeiro, 1957.
- GUERREIRO, Francisco, *Pequena Monografia de Pechão*, Algarve em Foco Editora, «Col. Temas e Estudos Algarvios», Faro, s/d, pp. 96, 97 e ss..
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1810-1913*, 2 vols. Vega, «Documenta Historica», nº 10 e 11, Lisboa, 1988 e 1989.
- LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo (1851-1913)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, «Coleção Análise Social», Lisboa, 1992.
- LEITE, A. Filomeno Lourenço de Sousa, *Saneamento do Escudo*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1946.
- LEITE, João Pinto da Costa, *Economia de Guerra*, ed. Livraria Tavares Martins, Porto, 1943.
- LOURO, Estâncio, *O Livro do Alportel*.
- LUCENA, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português - I - O Salazarismo*, Perspectivas & Realidades, «Teoria Política», Lisboa, 1976.
- LUCENA, Manuel de, *O Regime Salazarista e a sua Evolução*, Conferências de Matosinhos, Contemporânea Editora, C.M.M., 1995, 60 pp..

- MARQUES, Alfredo, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959). As Duas Estratégias do Estado Novo no Período de Isolamento Nacional*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1988.
- OLIVEIRA, Marques (Dirigida por...), *História da Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1978.
- MARTINS, J. Silva, *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Prelo, Biblioteca de Economia, 2 vols. 2ª ed., Lisboa, 1973.
- MASCARENHAS, Luís, *Indústrias do Algarve*, Congresso Regional Algarvio, Lisboa, 1915.
- MATIAS, Maria Goretti, "A actividade sindical do PCP no Porto, Beja e Faro em 1931 (textos de O Trabalho Sindical)", introdução e notas de ..., in *Estudos sobre o Comunismo*, nº 2, Agosto de 1984, pp. 36-48.
- MATOS, J. Rodrigues de, *Corporativismo em Portugal*, Lisboa, 1937.
- MEDLICOTT, W. N., *The Economic Blockade*, vols. I e II, ed. HMS Office and Longmans, Londres, 1952 e 1958.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição Para Uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal 1926-1985*, Livros Horizontes, «Horizonte Económico», nº 4, Lisboa, 1986.
- MOURA, Francisco Pereira de, "Estudos sobre a Indústria Portuguesa", in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1957, pp. 9-53.
- MOURA, Francisco Pereira de, *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Seara Nova, 1973.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *O Algarve*.
- NETO, João Baptista Nunes Pereira, "A cidade e o concelho de Lagos em 1945 – Notas para um Modelo de abordagem antropológica", 4º Congresso do Algarve, vol. 2, 1986, pp. 931-936.
- NOBRE, Antero, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*, Monografia Local, Olhão, 1984.
- OLIVEIRA, António d', *A Valorização de Escudo (Estudos Económicos e Financeiros)*, Lisboa, 1923.
- OLIVEIRA, César, *Antologia. Imprensa Operária Portuguesa*, UGT/Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1984.
- OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*, 2ª edição, Seara Nova, «Colecção Seara Nova», nº 14, Lisboa, 1974.
- OLIVEIRA, Vasco e SANTOS, Aníbal, *O capital fixo na indústria transformadora portuguesa, 1947-1974*, GEBEI, Lisboa, 1977.
- O PCP e a Luta Sindical (1935-1974)*, Lisboa, ed. «Avante!», 1975.
- Para onde nos leva a política económica do Governo?*, Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, 1949.
- PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, 2 vols., Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995.
- PARTIDO Comunista Português, "O Partido e as grandes greves de 1942 e 1943", *Avante!*, 1944.
- PEREIRA, José Campos, *Portugal Industrial-Characterísticas, Números e Comentários*, Livraria Profissional, Lisboa, 1919.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, *A Batalha do Futuro. Organização Corporativa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1937.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, *Memórias*, 2 vols., Verbo, Lisboa, 1972-73.
- POINSARD, L., *Portugal Ignorado. Estudo Social, Económico e Político, Seguido de um Apêndice Relativo aos Últimos Acontecimentos*, Porto, 1912.
- PORTUGAL. SPN, *Portugal in New York Woorld's Fair*, Lisboa, SPN, 1933.
- "Problemas económicos. O nosso comércio com a Alemanha", in *Esfera*, nº 90 de 5/5/1944.
- RABY, D. L., "O Munaf, o PCP e o Problema da Estratégia Revolucionária da Oposição", in *Análise Social*, vol. XX(84), 1984, Lisboa, pp. 687-700.
- RAMIRES, Sebastião, *Soluções Corporativas no Comércio e na Indústria*, 1934.
- REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX – 1850-1930*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, «Colecção Análise Social», Lisboa, 1992.
- RIBEIRO, Teixeira, *Teoria Económica dos Monopólios*, Coimbra, 1934.
- ROLO, Fernanda, "Salazarismo e indústria nos anos trinta", *Diário de Notícias-Cultura*, 23/4/89.
- ROSAS, Fernando, "A indústria portuguesa durante a II Guerra Mundial", *Portugal na II Guerra Mundial*, Edições Dom Quixote, Lisboa, 1989, pp. 49-89.
- ROSAS, Fernando, Barros, Júlia Leitão de, Oliveira, Pedro de, *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar*.

- Correspondência Política. 1926-1955*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Editorial Estampa, «Imprensa Universitária», nº 56, Lisboa, 1986.
- ROSAS, Fernando, "O PCP e a II Guerra Mundial", *Estudos sobre o Comunismo*, nº 0, Julho 1983, pp. 3-22.
- ROSAS, Fernando, "Putschismo e oposição nos anos 40", in *História*, Dezembro, 1982.
- ROSAS, Fernando, *Portugal Entre a Paz e a Guerra. Estudo do Impacte da II Guerra Mundial na Economia e na Sociedade Portuguesas (1939-1945)*, «Imprensa Universitária», nº 83, Editorial Estampa, Lisboa, 1990.
- ROSAS, Fernando, "Salazar e os nazis", *O Independente/Vida*, nº 364, 5/5/95, pp. 22-24.
- ROSAS, Fernando, "O Estado Novo (1926-1974)", 7º vol., *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, Círculo de Leitores, 1974.
- ROSAS, Fernando, "O PCP e a II Guerra Mundial", *Estudos Sobre o Comunismo*, nº 0, Julho de 1938, pp. 2 a 26.
- ROSAS, Fernando, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Ed. Fragmentos, Lisboa, 1988.
- SALAZAR, *Antologia. Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas (1909-1953)*, Editorial Vanguarda, 1954.
- SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1928-1934)*, I vol., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1935.
- SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, III vol., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1959 (2ª ed.).
- SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, IV vol., Coimbra Editora, Lda., Coimbra, 1951.
- SILVA, Manuel da, *30 Anos de Vida e de Luta na Clandestinidade. Entrevista-Depoimento*, Cadernos de História de PCP 2, «Avante!», Lisboa, 1996.
- SILVEIRA, Joel Frederico, "Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1925-1933. (Da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial)", *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Regra do Jogo, Lisboa, 1982, pp. 317-340.
- SIMÕES, J. Oliveira, *Apontamentos de história económica*, 1943.
- SIMÕES, J. Oliveira, *A Evolução da Indústria Portuguesa*.
- SOUSA, Albano de, *Aspectos da vida industrial portuguesa*, 1930.
- TELO, António José, "As associações patronais e o fim da República", *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, Regra do Jogo, Lisboa, 1982, pp. 317-340.
- TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra, Perspectivas & Realidades*, Lisboa, 1988.
- TELO, António, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, 2 vols., Vega, «Documenta Historica», Lisboa, 1991.
- TELO, António José, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*, Perspectivas & Realidades, Lisboa, 1990.
- TENGARRINHA, José Manuel, "Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo", *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Coimbra, pp.387-431, 1994.
- TENGARRINHA, José Manuel, "Os primeiros 50 anos de greves no Algarve (1872-1921)", *3º Congresso Sobre o Algarve*, vol. 1, 1985.
- VALENTE, J. C., "Sindicatos Nacionais: ficção e realidade", *Diário de Notícias*, 28/4/89.
- VALENTE, J. C., "1942: factos e relatos de um ano crucial", *Diário de Notícias*, 10/9/89.
- VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundias*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.
- VILLARES, João, *Olhão e Abílio Gouveia. O Homem. O Historiador. O Olhanense*, Ed. Câmara Municipal de Olhão, 1994.

ÍNDICE

PARTE II

CAPÍTULO X A INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE DO ALGARVE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1. O consumo de matérias-primas utilizadas no fabrico do produto	1
1.1. A pesca: a sardinha e o atum	2
1.2. A política de guerra para a indústria de conservas	13
1.2.1. A folha de Flandres e o estanho	14
1.2.2. O azeite e o óleo	30
1.2.2.1. O <i>drawback</i>	30
1.2.2.2. Sector agrário <i>versus</i> sector conserveiro	36
1.2.2.3. As reacções dos conserveiros algarvios	39
1.3. O sal e gelo	47
2. Combustíveis e energia eléctrica	51
2.1. Carvão	51
2.2. Lenha, madeira, óleos combustíveis, gasolina e petróleo	54
2.3. O consumo de energia eléctrica	57
3. A força motriz instalada nos centros conserveiros algarvios	59
4. A estrutura fabril do sector conserveiro no Algarve	66
4.1. As fábricas segundo o número de operários	67
5. A produção de conservas de peixe (1939-1945)	72
5.1. A concentração regional da produção de conservas	78

CAPÍTULO XI AS EXPORTAÇÕES DE CONSERVAS DE PEIXE ENTRE 1939-1945

1. Introdução	85
2. A «neutralidade colaborante»	86
3. As conservas de peixe no contexto da economia portuguesa	88
3.1. Similares da sardinha e do atum	92
4. A exportação para as Colónias	96
5. A exportação de conservas de peixe por países	97
5.1. Estados Unidos da América	100
5.2. A Suíça, o «ouro nazi» e as conservas	103
5.3. Alemanha	108
5.4. Inglaterra	115
5.4.1. O bloqueio económico e os seus mecanismos	116
5.4.2. A sardinha na tormenta da guerra económica	119
6. A exportação de conservas de peixe pelos centros algarvios	123
6.1. Lagos	125
6.2. Vila Real de Santo António	126
6.3. Portimão	132
6.3.1. Júdice Fialho	136
6.3.2. Feu Hermanos	138

6.4. Olhão	142
7. Os contratos colectivos de importação	170
7.1. A exportação de conservas de peixe por intermédio dos contratos colectivos	176
8. «Collis»	195
9. Lucros extraordinários de guerra	199
10. Contribuição industrial	202
11. Considerações finais sobre o período da II Guerra Mundial	204

CAPÍTULO XII O OPERARIADO CONSERVEIRO

1. A formação da classe operária conserveira	209
2. Os conflitos sociais na Monarquia e na I República	211
3. O 1º Congresso dos Operários Conserveiros	217
4. Contra a introdução das máquinas de soldar	220
5. A crise social entre os operários conserveiros do Algarve na década de 30.	229
5.1. O defeso	230
5.2. A crise de trabalho entre os operários conserveiros	231
5.3. A emigração dos operários conserveiros	241
5.4. Os «bairros operários»: <i>“cavernas para abrigo de animais inferiores”</i>	243
5.5. Os operários conserveiros e as obras públicas	251
6. Acordos e contratos colectivos de trabalho para a indústria conserveira	255
6.1. Os Contratos Colectivos de Trabalho	265
6.1.1. Os princípios	265
6.1.2. A reunião de Matosinhos: aprovação de bases para o futuro CCT	265
6.2. O conteúdo dos CCT entre 1936-1939	269
6.2.1. Categorias profissionais	269
6.2.1.1. Pessoal efectivo	269
6.2.1.2. Pessoal auxiliar	270
6.2.2. A admissão dos operários	271
6.2.3. Disciplina e horário de trabalho	272
6.2.4. Descanso semanal e férias	275
6.2.5. Lata rota	276
6.2.6. Quando da paralização da indústria	277
6.2.7. Penalidades	279
6.2.8. Salários: os princípios	282
6.2.8.1. Salário mínimo	282
6.2.9. O regime de trabalho e os salários nos contratos de 1936, 1938 e 1939	283
6.3. Os atropelos aos CCT pelas entidades patronais	287
6.3.1. A entrevista de Germinal Sequeira	289
6.3.2. A denúncia do CCT	292
6.4. Conclusões sobre os CCT	294
7. O operariado das fábricas de conservas de peixe do Algarve na II Guerra Mundial	299
8. Acordos e contratos colectivos de trabalho durante a II Guerra Mundial	308
8.1. O contexto: o aumento do custo de vida, o açambarcamento e o mercado negro	308
8.2. Salários mínimos de Julho e Setembro de 1940	312
8.3. A acta adicional de alteração de 26 de Novembro de 1941	317
8.4. A exposição dos Sindicatos Nacionais a Salazar e a resposta do chefe do Governo	322

8.4.1. A constituição da Caixa de Abono de Família do Pessoal da Indústria de Conservas de Peixe do Distrito de Faro	327
8.5. A acta adicional de 21 de Novembro de 1942	328
8.6. A tentativa de greve de Setembro de 1943	331
8.7 O contrato colectivo de 1945	335
8.7.1. O conteúdo do contrato	336
9. A assistência social	351

CAPÍTULO XIII
**ACUMULAÇÃO E ENRIQUECIMENTO NA INDÚSTRIA
E NO COMÉRCIO PROPORCIONADOS PELA
GUERRA NO ALGARVE**

1. O movimento marítimo	363
2. No comércio	364
2.1. Vila Real de Santo António	366
2.2. Portimão	366
2.3. Olhão	367
3. O mercado monetário	368
CONCLUSÃO	374
BIBLIOGRAFIA	381

